PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

OURO PRETO – MG
MARÇO – 2018

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão, do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, Decisão Normativa-TCU Nº 161, de 1º de novembro de 2017, Decisão Normativa - TCU nº 163, de 6 de dezembro de 2017 e Portaria-TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018.

.

OURO PRETO – MG
MARÇO – 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

RELATÓRIO DE GESTÃO
ELABORAÇÃO: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

Equipe:	PRÓ-REITOR:	Prof. Dr. Claudio Eduardo Lana
	PRÓ- REITOR ADJUNTO:	Máximo Eleotério Martins
	ECONOMISTA:	Djalma Teixeira Bastos Júnior
	ASSISTENTES EM ADMINISTRAÇÃO	Paulo Sérgio de Oliveira; Geísa Rafaela Sousa Amancio; e Renato Fernandes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

REITORIA

Reitora

Profª. Cláudia Aparecida Marliére de Lima

Vice-Reitor

Prof. Hermínio Arias Nalini Júnior

CHEFIA DE GABINETE

Chefe de Gabinete

Iracilene Carvalho Ferreira

Assessora Técnica da Reitoria

Débora Walter dos Reis

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Pró-Reitora de Graduação

Prof. Tânia Rossi Garbin

Pró-Reitora Adjunta de Graduação

Adilson Pereira dos Santos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Sérgio Francisco de Aquino

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Vanessa Carla Furtado Mosqueira

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp

Pró-Reitor Adjunto de Extensão

Prof. Wilson Pereira de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis

Profª Natália de Souza Lisboa

Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Comunitários e Estudantis

Leandro Andrade Henriques

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Prof. Claudio Eduardo Lana

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento

Prof. Máximo Eleotério Martins

DIRETORIA DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

Diretor de Orçamento e Finanças

Eduardo Curtiss dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Pró-Reitora de Administração

Gislaine Santana

Coordenador de Gestão de Pessoas

José da Silva Gomes

Coordenador de Logística e Segurança

Vicente Evangelista de Oliveira

PREFEITURA DO *CAMPUS*

Prefeito do Campus Universitário

Aldo César Andrade D'Angelo

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Coordenador de Comunicação Institucional

André Luís Carvalho

NÚCLEO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

Coordenador do Núcleo de Tecnologia de Informação

Abelard Ramos Fernandes

UNIDADES ACADÊMICAS

CAMPUS OURO PRETO

Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD
Diretor: Prof. Helton Cristian de Paula
Vice-Diretora: Prof. Wellington Tavares

Centro Desportivo da UFOP - CEDUFOP
Diretor: Prof. Heber Eustáquio de Paula

Escola de Direito, Turismo e Museologia - EDTM/UFOP
Diretor: Prof. Bruno Camilloto Arantes
Vice-Diretor: Prof. Leandro Benedini Brusadin

Escola de Farmácia
Diretor: Profª Andrea Grabe Guimarães
Vice-Diretora: Profª. Maria Elisabete da Silva Barros

Escola de Minas
Diretor: Prof. Prof. Issamu Endo
Vice-Diretor: Prof. José Geraldo Arantes de Azevedo Brito

Escola de Medicina
Diretor: Prof. Márcio Antônio Moreira Galvão
Vice-Diretor: Prof. George Luiz Lins Machado Coelho

Escola de Nutrição
Diretor: Profa. Cláudia Aparecida Marliére de Lima
Vice-Diretor: Prof. Uelinton Manoel Pinto / Patrícia Aparecida Pimenta Pereira

Instituto de Ciências Exatas e Biológicas
Diretora: Raquel do Pilar Machado
Vice-Diretor: Fernando Luiz Pereira de Oliveira

Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC
Diretor: Prof. Guilherme Paoliello / Prof. César Maia Buscácio
Vice-Diretor: Prof. José Luiz Furtado / Prof. Guilherme Paoliello

CAMPUS MARIANA

Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS
Diretora: Profa. Margarete Diniz
Vice-Diretor: Prof. Marco Antônio Melo Franco

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA
Diretor: Prof. José Artur dos Santos Ferreira/ Prof. José Benedito Donadon Leal
Vice-Diretora: Profª. Juçara Gorski Brittes / Prof. Harrison Bachion Ceribeli

***CAMPUS* JOÃO MONLEVADE**

Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas - ICEA
Diretor: Profª Anliy Natsuyo Nashimoto Sargeant
Vice-Diretor: Prof. Carlos Henrique Nogueira de Resende Barbosa

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI – Assessoria de Comunicação Institucional
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIC – Bolsa Iniciação Cientifica
CAINT - Coordenadoria de Assuntos Internacionais
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA – Centro de Ciência Animal
CCF - Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CCI – Coordenadoria de Comunicação Institucional
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União
CEAD – Centro de Educação Aberta e a Distância
CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CEDUFOP - Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CETEC – Centro de Inovação e Tecnologia
CGAB – Chefia de Gabinete
CGP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIED – Coordenadoria Institucional de Educação a Distancia
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COF - Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
COMFOR - Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação
CLR - Comissão de Legislação e Recursos
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CCTs - Convenções Coletivas Trabalhistas
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
CSF - Ciência Sem Fronteiras
CUNI – Conselho Universitário
DEALI – Departamento de Alimentos
DEAMB – Departamento de Engenharia Ambiental
DEARQ – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DEART – Departamento de Artes Cênicas
DEBIO – Departamento de Biologia
DECAT – Departamento de Controle e Automação e Técnicas Fundamentais
DECBI - Departamento de Ciências Biológicas
DECEA - Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas
DECEG - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais
DECIV - Departamento de Engenharia Civil
DECOM – Departamento de Comunicação
DECSI - Departamento de Computação e Sistemas de Informação
DECSO - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social
DEDIR – Departamento de Direito
DEEDU – Departamento de Educação
DEENP – Departamento de Engenharia de Produção ICEA
DEEST - Departamento de Estatística
DEETE – Departamento de Educação e Tecnologia
DEFAR – Departamento de Farmácia

DEFIL – Departamento de Filosofia
DEFIS – Departamento de Física
DEGEO – Departamento de Geologia
DEGEP – Departamento de Gestão Pública
DEHIS – Departamento de Historia
DELET – Departamento de Letras
DEMAT – Departamento de Matemática
DEMET – Departamento de Metalurgia
DEMIN – Departamento de Engenharia de Minas
DEMUL – Departamento de Museologia
DEMUS – Departamento de Música
DENCS - Departamento de Nutrição Clínica e Social
DEPRO – Departamento de Engenharia de Produção EM
DEQUI – Departamento de Química
DETUR – Departamento de Turismo
DINTER - Programa de Doutorado Interinstitucional
DOF – Diretoria de Orçamento e Finanças
DPVAT - Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
EAD – Educação a Distância
EDTM – Escola de Direito Turismo e Museologia
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEOP – Fundação Educativa Ouro Preto
FG – Fundação Gorceix
FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FORPROF - Núcleo de Estudo sobre Formação e Profissão docente
GECON – Gerencia de Convênios e Contratos
GLPI – Gestão Livre de Parque de Informática
GLTA - Grêmio Literário Tristão de Ataíde
GRUPAD - Grupo Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
GT – Grupos de Trabalho
HU – Hospital Universitário
ICEA - Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas
ICEB – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas
ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICSA – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas
IFAC – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura
IFES – Institutos Federais de Educação Superior
IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais
INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPAC - Laboratório Piloto de Análises Clínicas
LOA – Lei Orçamentária Anual

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCT – Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAJOP - Núcleo de Assistência Jurídica e Laboratório Jurídico
NAPNEE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NEI – Núcleo de Educação Inclusiva
NEPEL - Núcleo de Estudos Potentia Educatia Libertas
NITE – Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendorismo
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
NUPEB – Núcleo de Pesquisas e Ciências Biológicas
OCC – Orçamento, Custeio e Capital
OCI – Órgão de Controle Interno
ONG's – Organizações não governamentais
PAMCS - Proposta para Aquisição de Materiais e Contratação de Serviços
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSE - Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior
PDTI – Plano de Desenvolvimento Governança de Tecnologia da Informação
PET - Programa de Educação Tutorial
PGRCC - Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIP – Programa de Iniciação a Pesquisa
PIVIC - Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PJU - Procuradoria Jurídica
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Política Nacional e Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica
PNE – Plano Nacional de Educação
PONAFOR - Política Nacional e Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica
PPA – Plano Plurianual
PPP - Plano de Providências Permanente
PRACE - Pró-reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis
PRECAM - Prefeitura do *Campus*
PROAD – Pró-reitoria de Administração
PROBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PROEX – Pró – reitoria de Extensão
PROEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação
PROMET - Programa Especial para alunos do curso de Engenharia Metalúrgica e de Materiais
PROMIN – Programa Especifico para Alunos do Curso de Engenharia de Minas
PROMISAES **-** Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPLAD – Pró- reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PROPP – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
RECAM – Restaurante do *Campus*
REDEMAT - Rede Temática em Engenharia de Materiais
REMOP – Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto

RENAFORM - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SCA – Sistema de Controle Acadêmico
SEB – Secretaria de Educação Básica
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESu - Secretaria de Educação Superior
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIMPOED – Simpósio de Formação e Profissão Docente
SISBIN – Sistema de Bibliotecas
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOC - Secretaria de Órgãos Colegiados
SOF - Secretaria do Orçamento Federal
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRV - Sistema de Requisição de Veículos
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TAEs - Técnicos Administrativos em Educação
TI – Tecnologia da Informação
TILS – Tradução e Interpretação Língua de Sinais
UBC - Unidade Básica de Custeio
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS

TABELA 1– DADOS DOS FUNCIONÁRIOS 100
TABELA 2– DADOS DOS PROFESSORES 100
TABELA 3 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ 131
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA 132
TABELA 5– DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ 132
TABELA 6 – APOSENTADORIAS EM 2017 133
TABELA 7 - NÚMERO DE SERVIDORES QUE PARTICIPARAM DE ALGUMA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO E/OU QUALIFICAÇÃO EM 2017: 467, CONFORME DETALHADO ABAIXO 136
TABELA 8 - GASTOS COM TRANSPORTE EM 2017 159
TABELA 9 - GASTOS COM PAGAMENTO DE DIÁRIAS 159
TABELA 10 - GASTOS COM PNEUS 160
TABELA 11 – BALANÇO PATRIMONIAL COMPOSIÇÃO 210
TABELA 12 – ESTOQUES: COMPOSIÇÃO 211
TABELA 13 – IMOBILIZADO: COMPOSIÇÃO 211
TABELA 14 - BENS IMÓVEIS: COMPOSIÇÃO 212
TABELA 15 – BENS MOVEIS: COMPOSIÇÃO 213
TABELA 16 – BENS MÓVEIS 213
TABELA 17 - BENS INTANGÍVEIS 214
TABELA 18 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR 215
TABELA 19 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR 215
TABELA 20 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 216
TABELA 21 – TABELAS CONTRATUAIS: POR CONTRATADO 217
TABELA 22 - COMPOSIÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 217
TABELA 23 - RECEITAS REALIZADAS 217
TABELA 24 – RESTOS A PAGAR 219
TABELA 25 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 219

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS 22
QUADRO 2 - NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO 23
QUADRO 3 – RESUMO DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 27
QUADRO 4 - AÇÃO 20GK RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS 33
QUADRO 5 - AÇÃO 20RK RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS 37
QUADRO 6 – AÇÃO 4002 RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS 42
QUADRO 7– AÇÃO 8282 RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS 47
QUADRO 8 – INDICADORES DE EXPANSÃO 48
QUADRO 9 –RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS 50
QUADRO 10 – RESTOS A PAGAR 52
QUADRO 11 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS 52
QUADRO 12 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES 53
QUADRO 13 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO 54
QUADRO 14- PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS 54
QUADRO 15 – DEMONSTRATIVO RECEITAS DA UFOP- 2017 56
QUADRO 16 – DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO 60
QUADRO 17– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA 61
QUADRO 18 – LIMITES CONCEDIDOS 70
QUADRO 19 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS 71
QUADRO 20 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 71
QUADRO 21: METAS E AÇÕES PROGRAD 2017 73
QUADRO 22: METAS E AÇÕES PROPP 2017 82
QUADRO 23: METAS E AÇÕES PROEX 2017 89
QUADRO 24 – INDICADORES PRIMÁRIOS TCU 92
QUADRO 25 – RESULTADO DOS INDICADORES DE GESTÃO TCU 93
QUADRO 26 - NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES, MATRICULADOS E CONCLUINTES POR CURSO/SEMESTRE EM 2017 PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA 97
QUADRO 27 – DADOS SESU: FATOR DE RETENÇÃO, DURAÇÃO PADRÃO DO CURSO, PESO 98
QUADRO 28 – DADOS DA PÓS-GRADUAÇÃO: NÚMERO DE ALUNOS E CONCEITO CAPES 99
QUADRO 29 – INDICADORES DA GRADUAÇÃO 102
QUADRO 30 – INDICADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO 105
QUADRO 31 – INDICADORES DA EXTENSÃO 111
QUADRO 32 –INDICADORES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS 113
QUADRO 33 – AÇÕES PAINT 123
QUADRO 34 –AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO 130
QUADRO 35 – PREVISÃO DE APOSENTADORIAS PARA 2018 134
QUADRO 36 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS SERVIDORES TAE'S 135
QUADRO 37 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS SERVIDORES DOCENTES 135
QUADRO 38 -RELAÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO REALIZADAS EM 2017: 136

QUADRO 39 - CURSOS E TREINAMENTOS OFERTADOS EM 2017 136
QUADRO 40 - CUSTOS DO PESSOAL 139
QUADRO 41 – DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE APOIO..... 141
QUADRO 42 - CARGOS E ATIVIDADES TERCEIRIZADAS POR OBJETO E FORNECEDOR NA UNIDADE JURISDICIONADA..... 141
QUADRO 43 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 142
QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO..... 144
QUADRO 45 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL..... 146
QUADRO 46 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UFOP .151
QUADRO 48 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS 155
QUADRO 49 - DETALHAMENTO E DADOS DOS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS..... 156
QUADRO 50 - RELAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA E A QUILOMETRAGEM DO ANO 160
QUADRO 51 – UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS QUANTO À ATIVIDADE 162
QUADRO 52 - CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2017.....165
QUADRO 53– GRAU DE SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO 166
QUADRO 54- PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO..... 167
QUADRO 55 - DETALHAMENTO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS 171
QUADRO 56 - CONTRATOS GERENCIADOS PELO NTI 175
QUADRO 57 - PRINCIPAIS SISTEMAS DA UFOP 177
QUADRO 58 - DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS RECEITAS..... 195
QUADRO 59 – DEMONSTRATIVO DE RECEITAS 197
QUADRO 60 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÕES ... 199
QUADRO 61 – DESPESAS MAIS RELEVANTES: RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR 220
QUADRO 62 – DESPESAS MAIS RELEVANTES INSCRITAS COMO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS.....221
QUADRO 63 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – COMPOSIÇÃO 221
QUADRO 64 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS– COMPOSIÇÃO..... 222
QUADRO 65 – DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU 227
QUADRO 66 – DESCRIÇÃO DE IMPRESSOS MJR 238
QUADRO 67 – PRODUÇÕES DA RADIO UFOP 242
QUADRO 68 – PRODUÇÕES TV UFOP 244
QUADRO 69 – CURSOS COM DISCIPLINAS DE LIBRAS..... 247
QUADRO 70 – PLANO PARCIAL DE AÇÕES 2018 261

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL 26
FIGURA 2 – MODELO SISTÊMICO DO PDI UFOP 2016-2025 30
FIGURA 3 – DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DA RECEITA NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES 58
FIGURA 4 – DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS 59
FIGURA 5 – CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE 94
FIGURA 6 – RELAÇÃO ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSORES 95
FIGURA 7 – RELAÇÃO ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIOS 95
FIGURA 8 – GRAU DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE 96
FIGURA 9 – TAXA DE SUCESSO DA GRADUAÇÃO 96
FIGURA 10 – RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO PARA 2018 126
FIGURA 11 – DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS E PROCESSOS 127
FIGURA 12 – RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS PARA 2017 128
FIGURA 13 - DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS E PROCESSOS 128
FIGURA 14 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO 153
FIGURA 15 - IDADE MÉDIA DA FROTA NO ANO 2017 158
FIGURA 16 - VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL 205
FIGURA 17 – EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE ENTRE 2012-2017 269
FIGURA 18 – GASTOS CORRENTES NO ANO DE 2017 269
FIGURA 19 – QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE 270
FIGURA 20 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS 2012-2017 270
FIGURA 21 – PROJETOS DE EXTENSÃO 271
FIGURA 22 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES TA'S 2012-2017 271
FIGURA 23 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE TA'S 272
FIGURA 24 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2012-2017 272

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I– BALANÇO FINANCEIRO.....249
ANEXO II– BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 250
ANEXO III– BALANÇO PATRIMONIAL.....253
ANEXO IV– DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA 255
ANEXO V– DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 258
ANEXO VI– PLANO DE AÇÕES.....261
ANEXO VII– UFOP EM NÚMEROS 269

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO 2
UNIDADES ACADÊMICAS 5
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS 7
LISTA DE TABELAS 11
LISTA DE QUADROS 12
LISTA DE FIGURAS 14
LISTA DE ANEXOS 15
SUMÁRIO 16
1. APRESENTAÇÃO 20
2. VISÃO GERAL 22
2.1 Identificação da unidade prestadora de contas 22
2.2 Finalidades e competências institucionais da unidade 22
2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade 23
2.4 Ambiente de atuação 24
2.5 Organograma funcional 26
2.6 Macroprocessos finalísticos 27
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS 28
3.1 Planejamento Organizacional 28
3.1.1 Descrição Sintética dos objetivos do exercício 29
3.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico 30
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 31
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos 32
3.3 Desempenho Orçamentário 32
3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados 33
3.3.2 Execução física das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade 33
3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento 50
3.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 52
3.3.5 Execução descentralizada com transferências de recurso 52
3.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas 56
3.3.7 Informações sobre a realização das receitas 56
3.3.8 Desempenho de arrecadação de receitas patrimoniais 59
3.3.9 Informações sobre a realização das despesas 60
3.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal 70
3.4 Desempenho Operacional 72
3.5 Presentação e análise de indicadores de desempenho 91
3.5.1 Indicadores de Gestão TCU – Acórdão 1.043/2006 91
3.5.2 Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão 96
3.5.3 Indicadores institucionais 101
3.5.4 Indicadores da Graduação 102

3.5.5 Indicadores da Pesquisa e Pós-graduação 105
3.5.6 Indicadores da Extensão 111
3.5.7 Indicadores de Recursos Humanos.....113
3.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos 115
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....116
4.1 Descrição das estruturas de governança 116
4.1.1 Os Conselhos Superiores da UFOP.....116
4.1.2 Conselho de Curadores - CONC 116
4.1.3 Conselho Universitário - CUNI.....117
4.1.4 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.....118
4.1.5 Conselhos Departamentais e Colegiados de Curso 118
4.1.6 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI 120
4.1.7 Comitê Permanente de Moradia Estudantil – COPEME.....120
4.1.8 Escritório de Processos – ESPUFOP.....121
4.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....121
4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 126
4.4 Gestão de riscos e controles internos 129
5. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 131
5.1 Gestão de pessoas 131
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade 131
5.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho 134
5.1.3 Demonstrativo das despesas com pessoal 138
5.1.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal 140
5.1.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários 141
5.1.6 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 143
5.1.7 Irregularidades na área de pessoal 143
5.1.8 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....143
5.1.9 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.....143
5.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....144
5.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....144
5.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional 144
5.2.3 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União 149
5.2.4 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ 153
5.2.5 Bens Imóveis Locados de Terceiros.....155
5.3 Gestão da frota de veículos.....157
5.4 Gestão da tecnologia da informação 163
5.4.1 Comitê Gestor de TI 163
5.4.2 Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI) 163
5.4.3 Descrição do Núcleo de Tecnologia da Informação.....163
5.4.4 Força de trabalho do NTI 165
5.4.5 Processo de Gerenciamento de serviços de TI 166
5.4.6 Projetos desenvolvidos em 2017 170
5.4.7 Contratos Gerenciados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação em 2017 175
5.4.8 Principais sistemas de informação.....177
5.5 Gestão ambiental e sustentabilidade 181
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....182
6.1 Canais de acesso ao cidadão 182
6.2 Carta de serviço ao cidadão 183
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos – usuários 183
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....185

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....185
6.5.1 Medidas Relativas à Acessibilidade e Inclusão na UFOP.....185
6.5.2 Atendimento a servidores com deficiência.....186
6.5.3 Realização de Atividades de Promoção da acessibilidade linguística comunicacional na Universidade.....186
6.5.4 Atividades de formação para a inclusão.....186
6.5.5 Atividades permanentes.....187
6.5.6 Ações de recepção do estudante com deficiência.....187
6.5.7 Ações institucionais.....187
6.5.8 Ações de acessibilidade instrumental: produção de materiais e uso de tecnologias.....188
6.5.9 Ações de acessibilidade linguística e comunicacional.....189
6.5.10 Ações pedagógicas.....190
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....191
7.1 Desempenho financeiro do exercício.....191
7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....192
7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recurso para o ensino, à pesquisa e à extensão.....193
7.3 Visão geral das receitas diretamente arrecadadas pela ufop.....197
7.3.1 Demonstração dos recursos captados e dos resultados.....199
7.4 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....203
7.5 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....208
7.6 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas.....209
7.6.1 Nota Explicativa do Balanço Patrimonial.....209
7.6.2 Demais créditos e valores a curto prazo.....210
7.6.3 Nota Explicativa do Balanço Orçamentário.....217
7.6.4 Nota Explicativa do Balanço Financeiro.....223
7.6.5 Nota Explicativa das Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP.....223
7.6.6 Nota Explicativa das Mutações do Patrimônio Líquido.....225
7.6.7 Nota Explicativa da Demonstração de Fluxo de Caixa.....226
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....227
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do tcu.....227
8.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.....235
8.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da lei nº 8.666/1993.....236
8.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.....237
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....237
8.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....238
8.6.1 Contratos de Publicidade e Propaganda.....238
8.6.2 Contrato Nº 069/2014.....238
8.6.3 Contrato 022/2017 – Empresa CONVERSO.....242
8.6.4 Produção público-educativa (Rádio UFOP educativa e TV UFOP).....242
8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do decreto 5.626/2005.....247
9. ANEXOS E APÊNDICES.....249
9.1 ANEXO I– Balanço financeiro.....249
9.2 ANEXO II– Balanço orçamentário.....250
9.3 ANEXO III– Balanço patrimonial.....253
9.4 ANEXO IV– Demonstração de fluxo de caixa.....255
9.5 ANEXO V– Demonstrações de variações patrimoniais.....258
9.6 ANEXO VI– Plano de ações.....261

9.7 ANEXO VII– UFOP em números 269

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) apresenta, de forma transparente e precisa, as ações e atividades da Instituição no ano de 2017, assim como seus indicadores.

Este documento é resultado do empenho coletivo dos diversos setores acadêmicos e administrativos que compõem a Instituição e foi elaborado em conformidade com as orientações e disposições, aplicáveis às Instituições de Ensino Superior (IES), estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo elas: Decisão Normativa TCU 161/2017, Decisão Normativa TCU 163/2017 e Portaria TCU 65/2018.

Estruturado de acordo com as orientações supracitadas, o objetivo deste documento é fornecer informações consolidadas, não apenas aos órgãos de fiscalização, mas para toda a sociedade, de forma que se construa uma visão completa do funcionamento da Instituição em 2017.

Nesta perspectiva, as principais realizações da Universidade no ano relacionam-se às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, assim como a medidas de controle e aplicação eficiente de recursos.

Tradição, modernidade e inovação são características que constituem a identidade da Universidade Federal de Ouro Preto. Uma Instituição que, ao longo de sua história, sempre esteve sintonizada com o seu tempo, projetando-se de maneira sólida para o futuro.

Criada em 1969, a partir da junção das tradicionais Escolas de Minas e Farmácia, atualmente, é composta pelos Institutos de Ciências Humanas e Sociais (ICHS); Filosofia, Artes e Cultura (IFAC); Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA); Ciências Sociais Aplicadas (ICSA); as Escolas de Nutrição (ENUT); Farmácia (EFAR); Minas (EM); e Medicina (EMED), além dos Centros de Educação Aberta e a Distância (CEAD) e Centro Desportivo (CEDUFOP).

Hoje, a UFOP é referência no país, constituindo-se como uma das principais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Em virtude do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, iniciado em 2007, ampliou significativamente sua estrutura física e de oferta de cursos. Nos últimos 10 anos foram construídos cerca de 50 mil metros quadrados em salas de aulas, laboratórios e espaços de vivência. O número de docentes cresceu 46,2%, sendo acompanhado pelo de discentes, 55,04%, promovendo a democratização e o acesso ao ensino superior de qualidade no Brasil.

Em uma estrutura multicampi**,** formada pelos *campi* de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, a Universidade está inserida na mesorregião de Belo Horizonte, estendendo-se até João Monlevade e na microrregião de Ouro Preto. Atualmente, a UFOP ocupa uma área de aproximadamente 151 mil m², com mais de 150 salas de aula e 140 laboratórios de ensino e pesquisa. Conta ainda com 843 professores efetivos e 779 técnicos-administrativos, oferece 51 cursos de graduação, sendo 4 na modalidade de educação a distância; 13 programas de doutorado; 29 de mestrado, sendo 7 profissionalizantes e 4 especializações *lato sensu* – 2 presenciais e 2 a distância.

No âmbito da pós-graduação, no final de 2017, estavam matriculados 356 alunos de especialização, 1140 alunos nos cursos de mestrado (877 em programas de mestrado acadêmico e 263 em programas de mestrado profissional) e 391 nos cursos de doutorado, totalizando 1887 alunos de pós-graduação, totalizando 333 dissertações e 48 teses defendidas neste ano. No ano de 2017 foram disponibilizadas pelas agências de fomento e pela UFOP 413 bolsas de mestrado e 203 de doutorado.

No que tange a graduação destaca-se o corpo discente, são aproximadamente 12.500 alunos de graduação, 1.417 deles matriculados na modalidade à distância e 11069 na presencial. A distribuição de bolsas a alunos de graduação, permitindo a participação dos discentes em atividades relevantes e enriquecedoras de Monitoria (250 bolsistas em cada um dos semestres letivos),

Programa de Educação Tutorial (cerca de 100 bolsas pagas mensalmente), Inovação Pedagógica - Pró-Ativa (80 projetos contemplados, cada um com oito meses de bolsa para o discente bolsista e 06 projetos contemplados para desenvolvimento com participação discente voluntária), Tutoria (30 bolsas, cada uma com quatro meses de duração) e Iniciação à docência (195 bolsas de 12 meses).

Neste sentido, o relatório foi organizado de acordo com as orientações do TCU e está estruturado em nove capítulos que tratam da: (2) visão geral, (3) planejamento organizacional e resultados, (4) governança, gestão de riscos e controles internos, (5) áreas especiais da gestão, (6) relacionamento com a sociedade, (7) desempenho financeiro e informações contábeis, (8) conformidade da gestão e demanda dos órgãos de controle e (9) anexos.

2. VISÃO GERAL

2.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Quadro 1- Dados identificadores da unidade prestadora de contas

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			**Código SIORG**: 473
Identificação da Unidade Prestadora de Contas			
Denominação completa: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto			
Denominação abreviada: UFOP			
Código SIORG: 473	**Código LOA:** 26277		**Código SIAFI: 154046**
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Ensino, Pesquisa e Extensão			**Código CNAE:** 8531-7
Telefones/Fax de contato:	(031) 3559-1218	(031) 3559-1228	
Endereço eletrônico: reitoria@ufop.br			
Página da Internet: http://www.ufop.br			
Endereço Postal: Rua Diogo de Vasconcelos, 122, Pilar, Ouro Preto, MG. CEP: 35.400-000.			

Fonte: PROPLAD

2.2 Finalidades e Competências Institucionais da Unidade

A Universidade Federal de Ouro Preto, como Instituição de ensino deve firmar-se por sua missão, como agente capaz de contribuir para a construção de uma sociedade, sobretudo justa, plural e pautada na sustentabilidade. Assim, as responsabilidades fins da UFOP relacionam-se ao seu dever de produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, contribuindo para a formação do sujeito, como profissional ético, crítico- reflexivo, criativo, empreendedor, humanista e agente de mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática.

Nesta perspectiva, consoante o estatuto vigente no ano de 2017 e as diretrizes estabelecidas no seu plano de desenvolvimento institucional, a UFOP apresenta como principais competências:

a. Incentivar a criação e o desenvolvimento do espírito científico, cultural e do pensamento reflexivo;
b. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção no mercado de trabalho e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
c. Incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e à difusão da cultura, contribuindo para formação do ser humano no meio em que vive;
d. Promover a divulgação dos conhecimentos científico, cultural e técnico, que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
e. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados e estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade;
f. Promover a extensão, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas nesta Instituição.

Considerando suas responsabilidades institucionais e sociais, a UFOP destaca seu papel na sociedade como meio propulsor de inclusão social, do respeito aos direitos humanos e à diversidade, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, principalmente por estar inserida na região dos Inconfidentes, patrimônio arquitetônico e cultural do país.

A UFOP, atendendo às prerrogativas do Ministério da Educação (MEC), possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial dos seus recursos. Assim, sua estrutura organizacional é composta por: Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-reitorias, Institutos, Escolas e Centros, Órgãos Complementares e de Controle. O detalhamento das principais competências dessas áreas estratégicas está apresentado nos itens Organograma e Estrutura de Governança.

Assim como a maioria das instituições do Sistema Federal, adota-se o modelo organizacional em que a maioria das decisões é de responsabilidade dos Órgãos Colegiados, sendo o Conselho Universitário (CUNI), o órgão deliberativo máximo da UFOP. Ainda, neste sentido, tem-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) como órgão técnico de supervisão e deliberação no que tange ao ensino, pesquisa e extensão e o Conselho de Curadores (CONC) é o órgão de fiscalização econômico-financeira da Universidade. Enfim, destaca-se a participação das Unidades Acadêmicas (colegiado, departamentos) e Administrativas (Pró-reitorias, diretorias e coordenadorias) junto à administração superior no processo de tomada de decisões.

2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade

A Universidade Federal Ouro Preto é uma fundação de direito público, mantida pela União, com sede em Ouro Preto, criada pela Lei nº 778, de 21 de agosto de 1969 e dotada de autonomia didático-científica, administrativo-financeira e disciplinar.

Integram a estrutura organizacional e regulamentária da UFOP:

a. Órgãos de deliberação superior: o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE;
b. Órgão de fiscalização econômico-financeira: o Conselho de Curadores;
c. Órgãos de administração superior: Reitoria, Pró-reitoria de Graduação, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, Pró- reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e Pró-reitoria de Administração, Órgãos Auxiliares e o Conselho de Diretores; planejamento
d. Órgãos de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades da UFOP são regidas:

a. Pela legislação federal pertinente;
b. Por seu Estatuto;
c. Por seu Regimento Geral;
d. Por Resoluções de seus órgãos colegiados de deliberação superior;
e. Por regimentos específicos, elaborados em consonância com os textos legais referidos nos itens anteriores.

O Quadro 2 apresenta uma síntese com as normas de criação, alteração e funcionamento da Instituição.

Quadro 2 - Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da Instituição

Normas relacionadas à Unidade Prestadora de Contas
Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas
Decreto-Lei nº 778, de 21/08/1969
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas
Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto, publicado em 11 de novembro de 1997 e Regimento Geral da

Universidade Federal de Ouro Preto, publicado em 10 de setembro de 1998
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas
• Normas Gerais para os Programas de Iniciação Científica da UFOP • Manual do Aluno • Edital PROEX – 2014 - Fluxo Contínuo Demais normativos da graduação, pesquisa e extensão estão disponibilizados na página da UFOP: www.ufop.br; Manual de Processo Administrativo Disciplinar; Demais normativos referentes a pessoal estão disponibilizados na página da UFOP: www.ufop.br; Portaria nº 478, de 05 de novembro de 2008 – Organograma; Resolução CUNI nº 1.845, de 16 de setembro de 2016 – que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Fonte: PROPLAD

2.4 Ambiente de atuação

A Universidade Federal de Ouro Preto foi instituída como Fundação de Direito Público em 21 de agosto de 1969, incorporando duas instituições de ensino superior centenárias: a Escola de Farmácia (1839) e a Escola de Minas (1876). Conciliando tradição e modernidade, a Universidade Federal de Ouro Preto expandiu-se com a criação de unidades acadêmicas e com a implantação de cursos. A adesão da UFOP ao REUNI, com base no Plano de Reestruturação e Expansão aprovado pelo Conselho Universitário no dia 14 de dezembro de 2007, provocou impactos globais na Instituição em diversas perspectivas. Atualmente a UFOP possui 3 *campi*, distribuídos em 3 municípios: *Campus* Ouro Preto; *Campus* Mariana e *Campus* João Monlevade, constituídos por:

I. *Campus* Ouro Preto
   a. *Campus* Morro do Cruzeiro: com unidades acadêmicas Escola de Farmácia; Escola de Minas; Escola de Nutrição; Escola de Medicina; Escola de Direito, Turismo e Museologia; Instituto de Ciências Exatas e Biológicas; Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (Cursos Artes Cênicas e Música); Centro de Ensino a Distância; e Unidade Isolada - Centro Desportivo da UFOP;
   b. *Campus* Centro Histórico: com a Reitoria; Museu de Ciência e Técnica; Museu da Escola de Pharmácia; Instituto de Filosofia Artes e Cultura (curso Filosofia); Restaurante Universitário Ouro Preto (REMOP).
   •

II. *Campus* Mariana
   a. Instituto de Ciências Humanas e Sociais;
   b. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.
   •

III. *Campus* João Monlevade:
   a. Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas

O *campus* Morro do Cruzeiro, além das unidades acadêmicas, conta com um Centro de Convergência, onde estão alojadas as pró-reitorias, com exceção da PROEX, que está alojada no prédio da Comunicação Institucional e da PROPP, que está alojada no prédio do ICEB, enquanto aguarda a reforma do primeiro andar do prédio do Centro de Convergência, dentre demais setores administrativos da UFOP; Centro de Vivência, abrigando o Restaurante do *Campus* (RECAM). Possui também um Centro de Saúde e Centro de Cirurgia Ambulatorial; as instalações do CEDUFOP, com ginásio de práticas poliesportivas, piscina, campo de futebol, além de outras estruturas, como subestação elétrica, e de outras em fase de finalização das obras. Acrescenta-se ainda, diversas instalações como o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), localizado no ICEB, além dos prédios e alojamentos de moradia estudantil.

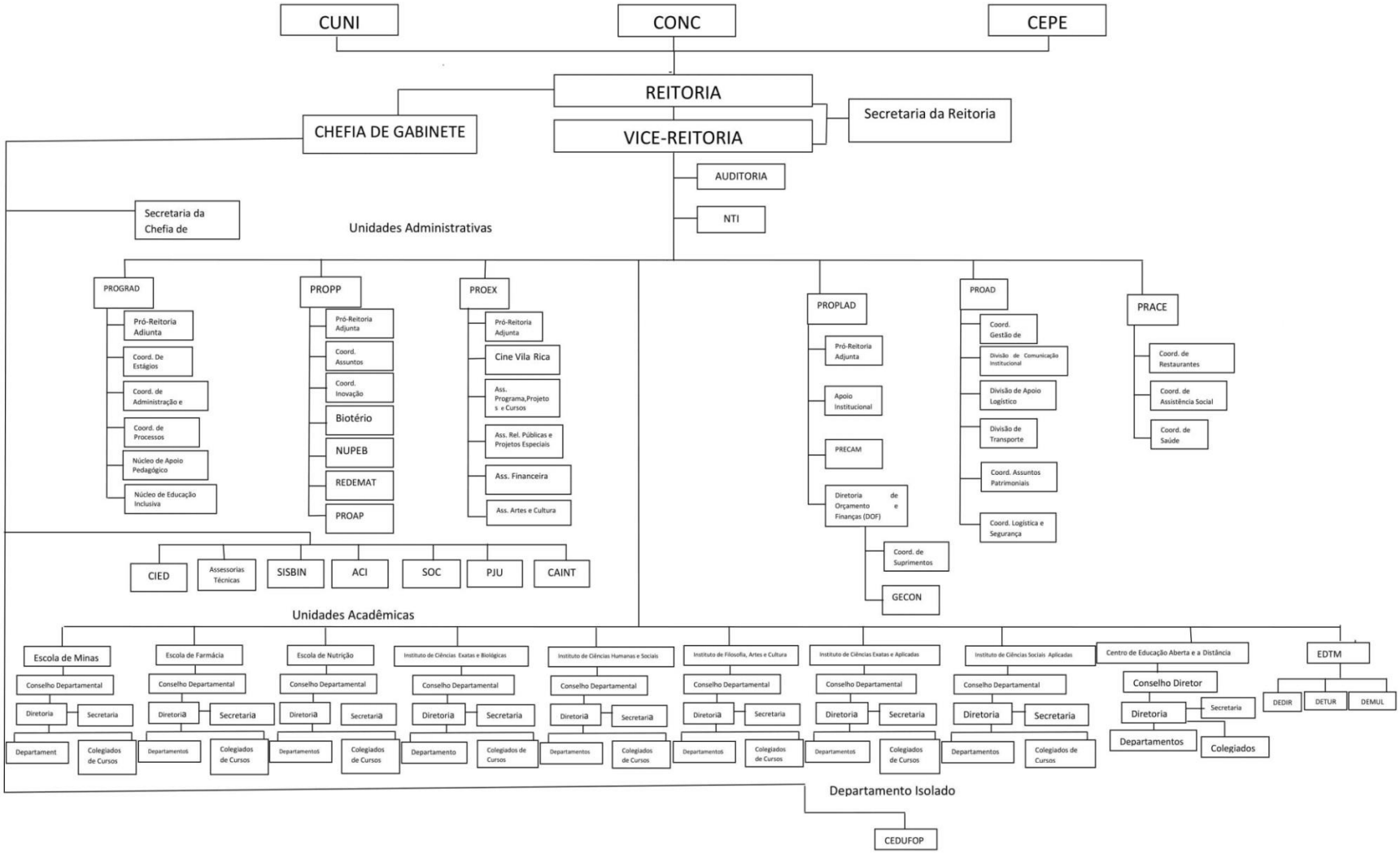
O desenvolvimento da Universidade também é refletido pelas atividades de pesquisa e pós-graduação. A política de capacitação de professores, a criação de cursos de pós-graduação e a montagem de diversos laboratórios, financiados por órgãos como CNPq, FINEP e FAPEMIG, são os principais indicadores. O Núcleo de Pesquisa em Ciências Biológicas (NUPEB), agora com novo prédio, agrega professores de três unidades para pesquisa e ensino em pós-graduação (classificado com conceito 6 pela CAPES), sendo que a UFOP está inserida na Rede Genoma do Estado de Minas Gerais. Contempla também o Centro de Ciência Animal – CCA com estrutura de canil, criadouro de ratos e camundongos e laboratórios de experimentação. Uma das importantes parcerias firmadas pela UFOP acontece por meio da Rede Temática em Engenharia de Materiais (REDEMAT), que integra a UFOP à Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e ao Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) e oferece cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

A comunidade ouro-pretana também é contemplada com projetos como o Laboratório Piloto de Análises Clínicas, que atende gratuitamente 60 pessoas por dia, realizando mais de quatro mil exames por mês. Nos últimos anos, a UFOP realiza projetos destinados a transformá-lo, dando-lhe autonomia e independência, e contribuindo para o desenvolvimento social de Ouro Preto, Mariana e região. Com o Centro de Artes e Convenções, espaço de eventos que funciona no antigo Parque Metalúrgico da Escola de Minas, a UFOP vem contribuindo para multiplicar a força econômica do turismo em Ouro Preto. Orientado para a cultura, a ciência e a educação, o Centro de Artes e Convenções recebe seminários, espetáculos e shows nacionais e internacionais. A UFOP busca trazer o século XXI a uma cidade com mais de 300 anos. A proposta de preservação reafirma-se através de projetos como a Oficina de Cantaria, que recupera importantes monumentos históricos, e o Fórum das Artes, que promove a reflexão sobre artes e patrimônio. O Museu de Ciência e Técnica, o Museu de Pharmácia e o Observatório Astronômico são importantes centros de conservação da memória e da cultura, que guardam um legado de conhecimento para a sociedade.

A Universidade Federal de Ouro Preto atende, por meio da ação 20RK - Funcionamento das Universidades Federais, uma de suas principais finalidades que é a formação de profissionais em nível superior. Nesta ação estão alocados os recursos destinados às principais ações de gestão institucional, voltadas para a manutenção e funcionamento da Instituição e para o custeio das ações desenvolvidas no âmbito da graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Diante da abrangência da destinação, é importante a abordagem sucinta da atual estrutura institucional.

2.5 Organograma Funcional

Figura 1 - Organograma funcional



Fonte: PROPLAD

2.6 Macroprocessos Finalísticos

Por se tratar de uma Instituição de ensino, as atividades-fim da UFOP se distribuem entre: ensino, pesquisa e extensão. No Quadro 3 são descritos de forma sucinta os principais objetivos, produtos e serviços que tais processos oferecem aos estudantes e à sociedade em diversos níveis.

Quadro 3 – Resumo dos Macroprocessos Finalísticos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			
Missão: Produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, contribuindo para a formação do sujeito como profissional ético, crítico-reflexivo, criativo, empreendedor, humanista e agente de mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática.			
PROCESSO	**OBJETIVOS**	**PRODUTOS**	**PRINCIPAIS BENEFICIADOS**
Formação de Pessoas	Formar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.	Criar e incentivar cidadãos e profissionais socialmente responsáveis, críticos e éticos.	Sociedade em geral, empresas privadas de diferentes setores da economia, Serviço Público.
Ensino de Graduação e Pós-graduação	Incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia e à criação e à difusão da cultura. Assim como garantir uma solida base científica e humanística do conhecimento.	Novas tecnologias, artigos científicos, patentes, produção artística e cultural.	Sociedade em geral, empresas privadas de diferentes setores da economia, Serviço Público.
Socialização do saber e extensão	Estabelecer o diálogo entre a Universidade e a Sociedade, com a finalidade de propiciar a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.	Conservação do patrimônio cultural, renovação de práticas culturais.	Sociedade em geral
Atividades de Pesquisa	Desenvolver estratégias de apoio à pesquisa científica e tecnológica, integrando docentes, discentes, da pós-graduação e da graduação, bem como os técnicos-administrativos, de forma a criar um ambiente propício à investigação científica e à produção de conhecimento, a busca do conhecimento, capaz de gerar desenvolvimento.	Difusão do conhecimento, tendo como base a qualidade e a sua relevância. Criação de projetos e bolsas de pesquisa.	Sociedade em geral, indústrias, mercados de serviços, setor público.

Fonte: PROPLAD

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O planejamento estratégico organizacional da UFOP acompanha as orientações e normas previstas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), assim como as diretrizes estratégicas previstas no Plano Plurianual de Ações (PPA)[1]. Nesta perspectiva, o PDI UFOP 2016-2025, o Plano de Ações, o Estatuto e o Regimento da Instituição constituem-se como norteadores da sua conduta organizacional.

3.1 Planejamento Organizacional

Considerando o papel central das universidades federais no desenvolvimento local, regional e nacional, é de fundamental importância que o alcance de suas ações seja potencializado por meio de políticas internas que visem ao ótimo investimento dos recursos públicos, de forma a atender, com máxima economicidade, às necessidades da comunidade universitária, buscando também o desenvolvimento regional e a integração com populações circunvizinhas.

Como princípios fundamentais do planejamento, a UFOP, tem como missão e visão:

- **Missão:** produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, contribuindo para a formação do sujeito como profissional ético, crítico-reflexivo, criativo, empreendedor, humanista e agente de mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática.
- **Visão:** ser uma universidade de excelência e reconhecida pela produção e integração acadêmica, científica, tecnológica e cultural, comprometida com o desenvolvimento humano e socioeconômico do país.

Para facilitar o processo de planejamento e acompanhamento de seus objetivos, metas e ações, o PDI 2016-2025 foi dividido em 12 grandes eixos temáticos, a saber:

1. Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional
2. Ensino de Graduação
3. Ensino de Pós-Graduação.
4. Pesquisa
5. Comunicação Institucional
6. Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
7. Assistência Estudantil
8. Inovação
9. Políticas de Gestão de Pessoas
10. Internacionalização
11. Extensão
12. Avaliação Institucional

Nesta perspectiva, considerando as temáticas e para cumprir sua missão de agente capaz de contribuir para a construção de uma sociedade, sobretudo, justa, plural e pautada na sustentabilidade, no exercício de 2017, a Instituição canalizou seus esforços em alguns pontos de alta relevância e retorno acadêmico e social, tais como ações de:

[1] O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República.

a. Melhoria contínua do desempenho dos estudantes de graduação, com reflexos positivos na taxa de diplomação;
b. Capacitação e qualificação dos corpos TAEs e docente, buscando a melhoria no desempenho de diversas atividades de cunho pedagógico, científico e administrativo;
c. Inclusão e assistência estudantil, aumentando o acesso e permanência na Universidade de estudantes carentes e/ou portadores de necessidades especiais;
d. Melhoria da infraestrutura predial e de energia elétrica, com a contratação de obras de reforma, incluindo a revitalização de espaços de uso compartilhado com a comunidade (campo de futebol), além da entrega de nova subestação transformadora e geradores de energia elétrica e
e. Investimento em atividades de sucesso reconhecido na área da extensão universitária e apoio a novas iniciativas.

Além disso, compreendendo que a qualidade da gestão pública reside, em grande parte, na velocidade e confiabilidade do fluxo de informações, bem como da clara compreensão dos processos organizacionais, assim como da definição de atores, suas responsabilidades e competências, a UFOP trabalhou com afinco em questões de cunho gerencial, voltadas principalmente para o planejamento estratégico, a otimização dos investimentos e:

a. Melhoria da infraestrutura de comunicação, com a implantação do Serviço Eletrônico de Informação (SEI), aumento da qualidade da rede *wi-fi* e do serviço de *e-mail*;
b. Implantação do Escritório de Processos (ESPUFOP);
c. Início da fase documental do Plano de Ações da UFOP;
d. Instalação do comitê de governança institucional e
e. Estudos de economicidade de vários contratos, convênios e parcerias vigentes e estudos de viabilidade de terceirização de serviços.
f. Com base no exposto, a Instituição vislumbra a melhoria de seus indicadores diversos, além da plena compreensão, correção e/ou otimização de seus procedimentos administrativos em nível tático e operacional, viabilizando assim o alcance das metas estabelecidas no PDI.

3.1.1 Descrição Sintética dos objetivos do exercício

No tocante ao exercício de 2017, a UFOP, definiu o seu plano tático pautado no PDI. Os objetivos institucionais foram firmados para atender aos Programas Temáticos do governo para Educação Básica e Superior.

Em consonância com seu planejamento estratégico dentre os objetivos estabelecidos, destaca-se:

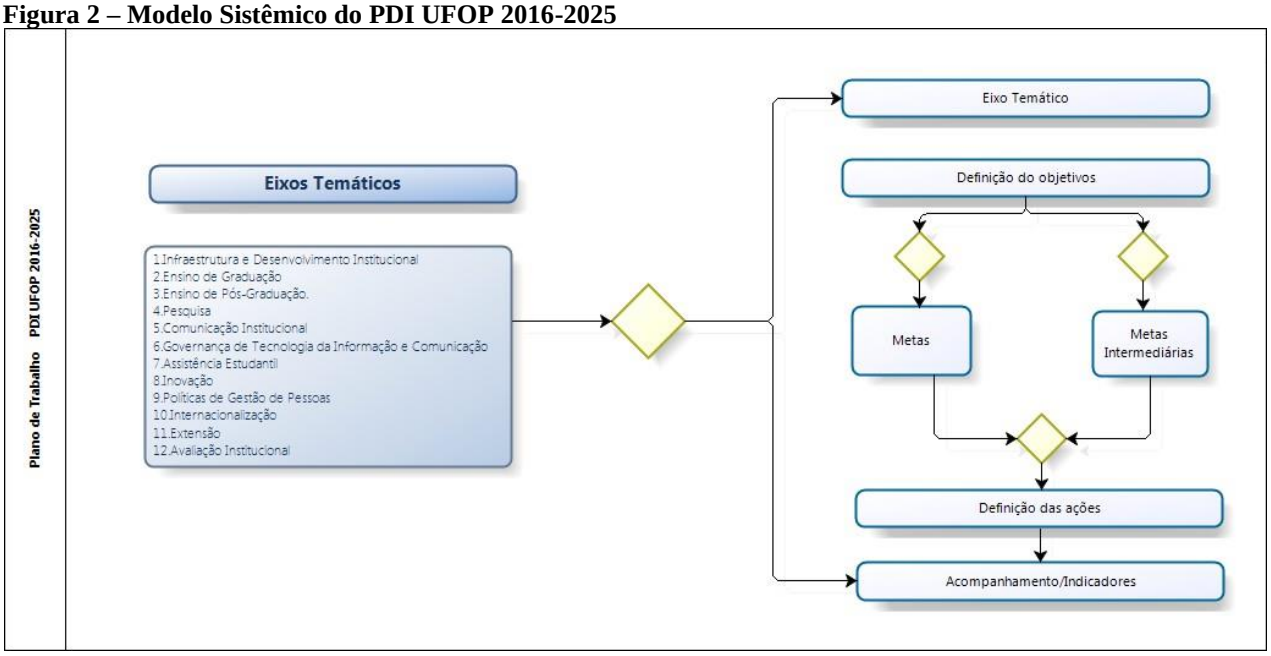
1. Iniciar a implementação das ações de base do PDI, em nível tático e operacional;
2. Diminuir a evasão e a retenção nos cursos de graduação;
3. Diminuir a quantidade de vagas residuais nos cursos de graduação presenciais;
4. Aumentar o investimento em ações voltadas para o desenvolvimento da pesquisa;
5. Ampliar a proporção de docentes efetivos da UFOP com coordenação de projetos de pesquisa ou projetos culturais financiados por instituições de fomento;
6. Promover aproximação maior da Extensão com a Pesquisa e o Ensino (creditação);
7. Dar visibilidade das ações de extensão por intermédio dos diversos meios de comunicação disponíveis;
8. Estruturar a ação de apoio e parceria da Pró-Reitoria de Extensão com as empresas juniores;
9. Prover soluções de TI de qualidade para melhoria do desempenho das atividades meio e fim;
10. Promover integração dos *campi* e melhorar os meios de comunicação institucional;

11. Buscar novas oportunidades de cooperação acadêmica com instituições internacionais;
12. Adequar os programas de assistência estudantil às necessidades atuais dos discentes;
13. Manter os investimentos nas obras de reforma e readequação de diversos edifícios da UFOP;
14. Promover melhorias nos programas de capacitação e qualificação de TAEs e Docentes.

3.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico da Instituição está integrado ao PDI UFOP 2016-2025, que foi pautado no ideal de excelência para consolidar a UFOP como uma universidade reconhecida por sua produção e integração acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Em suma, o plano de desenvolvimento foi estruturado em: objetivos, metas, metas intermediárias, ações e indicadores.

Figura 2 – Modelo Sistêmico do PDI UFOP 2016-2025



Fonte: elaboração PROPLAD

A adoção dos novos objetivos foi iniciada em novembro de 2016, assim, em 2017 foi realizada a primeira rodada de acompanhamento das ações priorizadas pelas pró-reitorias e unidades da Instituição. No acompanhamento, as entidades apresentaram o grau de cumprimento das metas e as dificuldades que impossibilitaram alcance total dos objetivos. Esses resultados serão apresentados no item de análise de desempenho.

O processo de avaliação das ações previstas pelo PDI ainda está em fase de implementação parcial, visto que algumas apresentam caráter contínuo e o ano letivo da Instituição ainda não foi finalizado devido à greve. Vale ressaltar que, de acordo com as diretrizes do documento, a cada dois anos será realizada uma revisão da sua programação de metas.

Ainda no âmbito da implementação do planejamento estratégico, foi iniciada a elaboração do Plano de Anual de Ações[2] para o ano de 2018[3], a definição das ações priorizadas contou com a participação de todas as pró-reitorias, visando uma gestão plural e democrática.

No ano de 2017, a UFOP, deu um grande passo para o alcance de melhorias de seus processos administrativos. Foi criado o Escritório de Processos, cujo objetivo é auxiliar na

[2] O documento com a descrição do Plano de Ações está disponível nos anexos.

[3] A decisão de elaboração do Plano de Ações para 2018 relaciona-se ao fato de que a nova administração central tomou posse no dia 22 de fevereiro de 2017 e a maior parte das metas para 2017 já haviam sido estabelecidas no planejamento do ano anterior.

resolução de parte das fragilidades apontadas nos relatórios de gestão anteriores da Universidade. O escritório atuará diretamente em algumas questões de suma importância para o planejamento estratégico da Instituição, como:

a. Auxílio na regulamentação das normas internas e manuais específicos (procedimentos administrativos) direcionados aos setores de apoio operacional, o que dificulta o desempenho das rotinas na Instituição;
b. Acompanhar o desenvolvimento de sistemas para agilizar os processos;
c. Mapeamento dos processos da UFOP;
d. Atuar na Gestão de Risco.

Ainda, com o objetivo de melhorar os parâmetros de eficiência, eficácia e segurança da Instituição, neste ano, deu-se início às atividades do Comitê de Gestão de Riscos e às atividades do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação. Desse modo, no decorrer de 2018, a UFOP, pretende avançar em direção aos objetivos delineados e melhorar os métodos de avaliação e acompanhamento.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Diante da competência institucional, descrita pela Constituição Federal em seu Art. 207, que destaca a autonomia das universidades quanto a decisões de cunho acadêmico-administrativo, de gestão financeira, patrimonial e obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a aprovação dos planos de desenvolvimento institucional, pelas resoluções CUNI nº 1.115, de 14 de junho de 2010, e CUNI Nº 1845, de 20 de setembro de 2016, se estabelece que a Universidade, a partir de suas finalidades e missão, paute-se nos seguintes princípios:

- Autonomia;
- Compromisso, inclusão e responsabilidade social;
- Criatividade;
- Democracia, liberdade e respeito;
- Democratização do ensino e pluralização do conhecimento;
- Eficiência, qualidade e excelência;
- Equidade;
- Indissociabilidade;
- Integração e interdisciplinaridade;
- Parcerias;
- Preservação do patrimônio artístico, histórico e cultural;
- Saúde e qualidade de vida;
- Sustentabilidade;
- Transparência.

A visão da Instituição a orienta almejar a manutenção e o aperfeiçoamento dos indicadores do sistema de ensino superior de modo a manter-se como uma das principais instituições de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com o desenvolvimento social do País.

As atividades desenvolvidas pela UFOP no ano de 2017 vinculam-se principalmente aos programas temáticos que tratam da educação superior, da educação básica e da gestão e manutenção do Ministério da Educação respectivamente. O principal objetivo desses programas é garantir e promover o funcionamento das atividades relacionadas ao ensino básico e superior dentro das instituições.

No âmbito dos seus planos, a Instituição buscou a adequação das iniciativas institucionais de fomento aos objetivos dos programas temáticos e com as ações previstas no Plano Plurianual de

Ações. Portanto, o orçamento, em 2017, foi direcionado, principalmente às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades são decorrentes de ações planejadas na forma de programas e projetos, que podem também ser executados na forma de atividades como eventos, cursos, e trabalhos com a comunidade interna e externa.

Além de seu planejamento institucional, a UFOP, alinha seu plano estratégico aos planejamentos individuais e departamentais das unidades. As decisões são coordenadas pelas normas estatuarias e passam pelos conselhos deliberativos e consultivos da Instituição.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento tem por objetivo subsidiar os gestores com informações mais simples e tempestivas sobre as operações e os efeitos das decisões estratégicas em relação ao sucesso e ao funcionamento da Instituição. Os instrumentos de acompanhamento e monitoramento utilizados pela UFOP expressam o comportamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além de fornecer dados que permitem uma melhor adequação do planejamento financeiro orçamentário para o ano de 2017.

Assim, dentre os meios utilizados para o monitoramento e acompanhamento das ações destaca-se os indicadores de desempenho organizacional, subsidiados pelos relatórios dos sistemas internos de gestão e pelos sistemas de controle do Governo Federal. Dentre eles estão os indicadores de desempenho acerca dos seus macroprocessos finalísticos, sendo eles relacionados à graduação, à extensão e à pós-graduação.

Para auxiliar no processo de acompanhamento das atividades da Instituição, as unidades administrativas e acadêmicas, todo ano, desenvolvem o seu relatório de atividades. Neste documento, constam as principais ações e indicadores alcançados.

3.3 Desempenho Orçamentário

Assim como as demais Instituições Federais de Ensino Superior, os recursos orçamentários para custear o funcionamento, a consolidação do crescimento e o desenvolvimento da UFOP provêm do Orçamento Fiscal do Governo Federal. O presente item possui o objetivo de informar sobre a programação e a execução do orçamento da Instituição no exercício de 2017, demonstrando a relação entre a previsão e a execução das principais despesas do orçamento do exercício, assim como as conexões do orçamento da UFOP com os objetivos do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA. Serão descritas também as dificuldades enfrentadas na execução e os reflexos no cumprimento de seus objetivos. Esforços foram empreendidos com a utilização de novas estratégias, destacando a ordenação das prioridades dos gastos por meio do Plano de Gestão e Plano Anual de Ações, que estabeleceu metodologia de distribuição de recursos e mecanismos de controle de teto orçamentário para os setores da UFOP.

O Exercício de 2017 também foi fortemente marcado pelo início de um novo ciclo de gestão para o período 2017-2020, com a mudança de toda a equipe da administração central da UFOP. Destaca-se também a sistematização e seletividade das compras e dos compromissos pactuados, baseados em uma visão sustentável, que permitiu uma melhora substancial na aplicação dos recursos públicos, trabalho esse feito à custa, evidentemente, de mudanças no paradigma da cultura organizacional da Instituição. A gestão, como será demonstrado, mobilizou-se no sentido de protagonizar uma nova experiência de executar um orçamento abaixo das suas necessidades básicas, superando-se quanto a sua responsabilidade no processo de desenvolvimento do estado e do país sem perder as linhas prioritárias gestadas especificamente para o fortalecimento da Instituição no próximo período. Destaca-se que o orçamento global de “Outros Custeio e Capital – OCC” sofreu uma redução de 7,37% em créditos de Custeio-Tesouro e 51,03% em créditos de Capital-Tesouro em relação ao orçamento de 2016. Outra informação relevante é o controle de

limites orçamentários. Até 2015 o controle era realizado pela "conta contábil" 823200100 - Limite Orçamentário a Utilizar, de maneira que a mesma era desdobrada em várias subcontas, "conta-corrente", destinadas ao controle individualizado de limites pertencentes a cada grupo de natureza da despesa - GND (custeio e capital) e sua respectiva fonte de recursos. A partir de 2016 todas as contas-correntes foram incorporadas em uma única conta, com o objetivo de dar maior flexibilidade às necessidades de empenho da Unidade Gestora. Neste aspecto a mudança é considerada positiva. Entretanto, o controle dos limites orçamentários "por grupo de natureza de despesa – GND" e "por fonte de recursos" ficou mais difícil de acompanhar, cabendo controle fora do SIAFI. Portanto, embora não houvesse contingenciamento de recursos em Ações específicas, todo o limite disponível foi utilizado de modo que os créditos não empenhados referem-se a ajustes realizados na execução do orçamento e serão detalhados na análise crítica de cada ação.

3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A UFOP não é responsável direta pelos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual do Governo Federal, mas é parte integrante dos resultados alcançados.

3.3.2 Execução física das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A UFOP é responsável pela execução das ações orçamentárias abaixo relacionadas, as quais se vinculam a Programa Temático do PPA, sendo que não serão tratadas ações vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Serão relatadas as seguintes ações:

- 20GK - Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão;
- 20RK - Funcionamento de instituições federais de ensino superior;
- 4002 - Assistência ao estudante de ensino superior;
- 8282 - Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior.

Os quadros a seguir dispõem sobre as dimensões física e financeira da execução dessas ações orçamentárias, considerando, inclusive, os valores executados a título de restos a pagar de ações ainda vigentes no orçamento de 2017:

Quadro 4 - Ação 20GK Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	20GK Tipo: Atividade
Título	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.
Iniciativa	Apoiar programa ou projeto educacional, de pesquisa científica-tecnológica, de educação tutorial, de formação e aperfeiçoamento na área de saúde, e de extensão universitária promovido; evento científico e cultural promovido; bem como iniciativa de fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão promovida com recursos desta ação orçamentária.

Objetivo	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando aperfeiçoar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem. Código: 0803
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto
Ação Prioritária	(X) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria (X) Outras

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		**Despesa**			**Restos a Pagar do exercício**	
Inicial	**Final**	**Empenhada**	**Liquidada**	**Paga**	**Processados**	**Não Processados**
7.331.244,00	7.331.244,00	7.003.223,43	6.131.097,60	6.131.097,60	0,00	872.125,83

Execução Física

Descrição da meta	**Unidade de medida**	**Meta**		
		Prevista	**Reprogramada (*)**	**Realizada**
Quantidade de iniciativas apoiadas no desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimento à comunidade.	Iniciativa Apoiada	1002	1002	929

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**		
Valor em 1º de janeiro	**Valor Liquidado**	**Valor Cancelado**	**Descrição da Meta**	**Unidade de medida**	**Realizada**
1.891.175,82	1.876.070,62	246,20	Quantidade de iniciativas apoiadas no desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimento à comunidade.	Iniciativa Apoiada	165

Fonte: Tesouro Gerencial – data: 21/02/2018

Análise situacional

Os créditos alocados na Ação 20GK são destinados a apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária e para

atendimentos à comunidade por meio de ações que visam propiciar ao estudante universitário a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a consolidação do conhecimento com a prática, por meio de atividades que viabilizem a vivência social e a integração entre a UFOP e a comunidade, tais como a implementação de ações educativas e culturais, manutenção e estímulo às atividades de extensão universitária e demais atividades inerentes às ações de ensino e pesquisa; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrandos ou doutorandos; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão. Na elaboração da PLOA 2017 buscou-se a adequação das iniciativas institucionais de fomento aos objetivos da ação, alinhando as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOP às suas políticas institucionais de fomento às atividades acadêmicas, segregando e concentrando as despesas destinadas à manutenção e funcionamento nas Ações 20RK e 8282. Portanto o orçamento da Ação 20GK 2017 pautou-se pela destinação de recursos às Ações UFOP desenvolvidas no âmbito das pró-reitorias acadêmicas. Essas iniciativas são decorrentes de ações planejadas na forma de programas e projetos, que podem também ser executados na forma de atividades como eventos, cursos, e trabalhos com a comunidade interna e externa.

Análise Crítica

Os créditos alocados na Ação 20GK receberam dotação inicial de R$ 7.331.244,00 sendo: R$ 5.033.144,00 em custeio na fonte de recursos do tesouro 0112 no PO 0000; R$ 1.690.000,00 em custeio na fonte 0250 de receita própria no PO 0000; R$ 8.100,00 em investimento fonte 0112, destinados ao projeto Inglês sem fronteiras; R$ 300.000,00 em custeio na fonte 0188, referentes à emenda individual do Deputado Federal Valmir Assunção, destinados ao projeto "Caravana das Juventudes: Caravanas de troca de conhecimentos entre jovens para a promoção de práticas de ecocidadania em comunidades estudantis no âmbito de Escolas Sustentáveis", coordenado pela profª. Dulce Maria Pereira; R$ 300.000,00 em custeio, na fonte 0188 referentes à emenda individual do Deputado Federal João Daniel, destinados ao projeto "Estágio Interdisciplinar de Vivência: Vivência interdisciplinar em comunidades quilombolas e outras auto-organizadas, voltada para o intercâmbio entre o saber popular e o saber científico", coordenado também pela profª. Dulce Maria Pereira. Importante salientar que os créditos de receita própria só podem ser utilizados se houver arrecadação correspondente. Do total de créditos aportados na Ação foram empenhados 95,52%. Os créditos não empenhados totalizam R$ 328.020,57, sendo R$ 223.882,35 na fonte 0250-receita própria; R$ 4.101,00 em investimento na fonte 0250-receita própria; R$ 100.000,00 da fonte 0188 referente bloqueio de dotação de emenda individual; R$ 37,22 em custeio na fonte 0112. Portanto, a maior parcela dos recursos não empenhados refere-se aos créditos da fonte 0250-receita própria que não tiveram arrecadação correspondente para sua utilização integral.

No que se refere à execução física, a meta inicialmente estimada para o exercício de 2017 foi de 1002 iniciativas a serem apoiadas. As metas foram ajustadas com base na reprogramação realizada no exercício de 2016. Assim a meta física foi executada da seguinte forma: no âmbito da Extensão, foram realizadas 313 ações somando as propostas submetidas por docentes e técnicos- administrativos em educação e as atividades organizadas pela própria equipe interna da Pró- Reitoria, superando o volume de ações do ano anterior, onde se observa um crescimento de 16,4% em relação ao físico executado no ano anterior, de 272 ações. No âmbito da Pesquisa e Pós- Graduação, foram realizados apoios a 4 iniciativas sendo: Edital de auxílio financeiro ao pesquisador da PROPP, contemplando 108 projetos; Edital Auxílio a Publicação de Artigos Científicos, que contemplou 88 artigos; Programa Auxílio Eventos, que concedeu auxílio a 60 alunos para apresentação em eventos acadêmicos; Edital Auxílio Manutenção de Equipamentos, que teve parte do montante apoiado com recursos da 20GK. No âmbito da Graduação, foram concedidos apoios a 500 iniciativas do programa de monitoria, 80 iniciativas no programa Pró- Ativa, 29 iniciativas de tutoria e mais 3 iniciativas: programa de auxílio à participação em evento,

programa de auxílio à realização de eventos e programa de excursão curricular. Ao total registra-se 929 (novecentas e vinte e nove) iniciativas apoiadas, atingindo 95,7% do estimado, percentual considerado satisfatório. Em relação ao PO 001 - Concessão de Bolsas de Pesquisa, Extensão, Monitoria aos Estudantes, a meta física alcançada foi de 1.298 bolsas concedidas, que corresponde a 111% da meta inicial. Destaca-se que a definição dos produtos da meta física é atribuição do responsável direto pela Ação, no caso, o Ministério da Educação, cabendo à IFE estabelecer a meta sob o aspecto quantitativo. Ocorre que o MEC vem alterando sistematicamente o produto da Ação 20GK ao longo dos anos, sem discussão e orientação prévia, fato que tem gerado muitas dificuldades no entendimento e definição adequada das metas, uma vez que essa definição é realizada na ocasião da elaboração do PLOA, de modo que a inserção da proposta no SIOP possui prazo de 48 horas, fator que inviabiliza análise adequada.

Fatores que contribuíram

- Na Extensão destaca-se o engajamento de servidores em ações extensionistas e o esforço de divulgação das ações da Pró-Reitoria de Extensão por meio do uso das redes sociais, bem como a maior interlocução com os meios de comunicação institucionais;
- Em Pesquisa e Pós-Graduação destacam-se a concessão do Auxílio Financeiro ao Pesquisador que, em 2017, contemplou 3 editais distintos: apoio aos projetos de pesquisa, apoio a publicação de artigos científicos e apoio à manutenção de equipamento dos laboratórios de pesquisa; a consolidação do Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP/UFOP) e a concessão de bolsas aos programas de mestrado e doutorado, além da concessão de auxílio financeiro ao estudante para participação em eventos científicos;
- Na Graduação destaca-se a adequação do aporte orçamentário às ações desenvolvidas no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação em conformidade com a destinação dos recursos para as ações de fomento ao ensino, o que permitiu melhor organização e clareza de cada iniciativa apoiada, contribuindo favoravelmente com a meta física da Ação.

O ano de 2017 foi marcado por fatore externos e internos que dificultaram o desempenho e impactaram negativamente para que resultados ainda melhores fossem obtidos. A Universidade passou por períodos de greves sucessivas, com interrupção das atividades, gerando demanda reprimida e descontinuidade de ações voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento dos processos administrativos e acadêmicos, impactando fortemente no desenvolvimento das ações previstas. Outro fator que dificultou a execução das metas foi insuficiência de disponibilidade orçamentária para execução dos planos de trabalho dos projetos, uma vez que estes demandam despesas com concessão de bolsas, despesas de locomoção e material de consumo, muitas vezes de difícil aquisição, dadas as particularidades do processo de compras, em face da demanda crescente das atividades de pesquisa e extensão. O contingenciamento de recursos é o fator mais prejudicial para o planejamento e tomada de decisão relacionada ao apoio às iniciativas, considerando que a sistemática é operacionalizada por meio de editais onde, obrigatoriamente, deve-se informar a disponibilidade orçamentária. O planejamento de execução dos projetos é pautado em seus respectivos planos de trabalho e cronograma de execução.

Desta forma, o contingenciamento prejudica todo o mecanismo, causando incertezas e insatisfação dos coordenadores e de todas as pessoas envolvidas em cada projeto, prejudicando, sobretudo, o processo de compras para suprimento dos projetos. A redução do aporte nos recursos do PROAP, descentralizado pela CAPES, e o consequente atraso na sua liberação é outro fator que impactou a execução da ação, comprometendo o custeio da Pós-Graduação, o que aumentou a pressão sobre o orçamento da UFOP. A aprovação de novos Programas de Pós-Graduação na UFOP no último triênio foi outro fator que contribuiu para o crescimento da demanda de bolsas de pós- graduação na UFOP, uma vez que as agências de financiamento (FAPEMIG, CAPES e CNPq) não ofereceram bolsas em número suficiente para contemplar todos os estudantes que delas necessitam, fazendo com que a Instituição dispusesse de maiores aportes nos programas de assistência

estudantil e para concessão de bolsas nos programas. Ressalta-se que 90% dos recursos da matriz OCC são provenientes dos indicadores da graduação.

Quanto aos resultados, vale destacar que, em relação ao ano anterior, houve uma subdivisão na ação, com a entrada do PO 0001 (bolsa concedida). Desta forma, os indicadores que compunham o PO 0000 migraram parcialmente para o 0001. Assim, a análise individual das iniciativas leva à interpretação de desempenho inferior ao ano anterior, quando na verdade, o desempenho o superou, se a análise considerar o que foi atribuído especificamente à pesquisa e pós-graduação, extensão e graduação. Em relação à emenda individual, os recursos para execução do projeto foram liberados apenas nas últimas semanas de dezembro, de modo que os valores que foram empenhados começarão a ser executados no início do ano de 2018.

Os resultados estão relacionados à peculiaridade de cada ação/iniciativa acadêmica desenvolvida pelas pró-reitorias. A indução para a existência de mais programas de extensão na Instituição deve-se à política de incentivo para que os projetos tenham uma maior articulação entre si e, por consequência, produzam resultados mais efetivos e perenes nas comunidades onde a UFOP atua. Diante do exposto, o desempenho é avaliado como satisfatório, embora novas estratégias estejam em elaboração para atingir um novo patamar em 2018, compreendido como possível diante da potencialização das estratégias já firmadas e da busca de maior articulação com as unidades e departamentos da Instituição e sua relação com a difusão do conhecimento para a sociedade.

Quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico-financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente em razão das etapas e do trâmite do processo licitatório, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que representa o objetivo da gestão em cada exercício. As despesas empenhadas cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente. Os restos a pagar não processados do exercício que foram inscritos referem-se a empenhos destinados ao pagamento de bolsas dos projetos apoiados nas pró-reitorias acadêmicas.

Como o calendário acadêmico está desajustado por ocasião das sucessivas greves, o cronograma de pagamento das bolsas também ficou alterado. Acrescenta-se ainda a falta de repasses financeiros no fim do exercício para processamento e respectivo pagamento das bolsas. Em relação aos restos a pagar de exercícios anteriores, também possuem a mesma explicação. A gestão financeira da Universidade não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por empenho e respectiva fonte de recurso, cabendo à SPO o repasse, remessa tempestiva dos recursos quando da sua liquidação. Já os valores constantes em 1º de janeiro, referem-se a recursos inscritos em anos anteriores pelas mesmas razões supramencionadas. É comum a permanência de RP processados e não processados por mais de um exercício financeiro na UFOP, assim como nas demais universidades federais que realizam projetos plurianuais financiados pelos diversos órgãos públicos.

Quadro 5 - Ação 20RK Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	20RK Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância às necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando qualidade e garantindo condições de acessibilidade.
Objetivo	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação à distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras, de pequeno vulto, que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Código: 0841
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto
Ação Prioritária	(X) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC (X) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		**Despesa**			**Restos a Pagar do exercício**	
Inicial	**Final**	**Empenhada**	**Liquidada**	**Paga**	**Processados**	**Não processado**
38.329.206,00	38.329.206,00	37.831.422,76	33.353.959,33	33.353.959,33	0,00	4.477.463,43

Execução Física

Descrição da meta	**Unidade de medida**	**Meta**		
		Prevista	**Reprogramada (*)**	**Realizada**
Quantidade de estudantes matriculados no nos cursos presenciais de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.	Estudante Matriculado	13.582	13.999	13.999

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**		
Valor em 1º de janeiro	**Valor Liquidado**	**Valor Cancelado**	**Descrição da Meta**	**Unidade de medida**	**Realizada**
4.511.405,35	4.330.810,95	24.111,36	Quantidade de estudantes matriculados no nos cursos presenciais de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.	Estudante Matriculado	13.999

Fonte: Tesouro Gerencial – data: 21/02/2018

Análise Situacional

A Ação 20RK tem a finalidade de assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos ofertados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Portanto, nesta ação estão alocados os recursos destinados às principais atividades que objetivam garantir o funcionamento da Instituição, das quais podemos destacar a manutenção predial de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto, caracterizadas como ampliação/reforma/adaptação e aquisição/reposição de materiais estocáveis, inclusive aos destinados à manutenção predial, além de garantir os recursos

para aquisição de insumos para a realização das aulas práticas dos cursos regulares de graduação e pós-graduação e os materiais utilizados nas atividades de apoio, além de despesas com obrigações tributárias sendo a mais relevante o PASEP. Destinam-se ainda à cobertura de gastos da Unidade Básica de Custeio (UBC), dentre os quais se destacam as despesas com a contratação de mão de obra terceirizada, energia elétrica, água e esgoto, telefonia, internet, dentre outros gastos necessários ao funcionamento da UFOP.

Os impactos decorrentes do processo de expansão e contínuo desenvolvimento da Instituição repercutiram fortemente nas despesas de custeio nos últimos anos, de modo que os créditos consignados na Matriz OCC são insuficientes para garantir todas as demandas em sua plenitude de maneira que a Universidade possa cumprir sua missão com a qualidade que a sociedade espera satisfatoriamente. A insuficiência leva a gestão a um esforço constante de articulação junto ao mantenedor para a complementação de recursos para que as despesas correntes sejam suportadas. É necessária a revisão dos indicadores utilizados pela ANDIFES para a composição da Matriz Orçamentária da UFOP (Matriz Outros Custeio e Capital – OCC), sobretudo no que diz respeito à Unidade Básica de Custeio (UBC), elemento que compõe esta matriz, tendo em vista que este componente concentra as naturezas de despesa que sofreram aumentos significativos nos últimos anos em razão do cenário econômico e ambiental, com destaque para a energia elétrica e locação de mão de obra e combustíveis. Por fim, a UFOP é uma Instituição centenária com vários prédios tombados pelo patrimônio cultural e que demandam altos custos de manutenção. A localização geográfica da cidade sede, cuja topografia de difícil acesso dificulta o atendimento das demandas relacionadas à acessibilidade no entorno e interior desses prédios, é outro fator que demanda vultosos investimentos.

Análise Crítica

Os créditos alocados na Ação 20RK receberam aporte inicial de R$ 38.329.206,00 sendo: R$ 36.047.442,00, em custeio, fonte 0112000000 no PO–0000; R$ 1.681.764,00 em custeio na fonte 025000000/receita própria; R$ 400.000,00 em investimento na fonte 025000000/receita própria; R$ 200.000,00 em custeio na fonte 0188 referente à Emenda Individual do Deputado Federal Saraiva Felipe, destinada ao projeto “Fórum das Letras”. No tocante à execução orçamentária, a ação foi realizada, principalmente, na medida da liberação do limite de empenho autorizado pelo Ministério da Educação (MEC). O ano teve início com a Lei de Orçamento Anual (LOA) aprovada, mas com forte contingenciamento de recursos conforme disposto no Decreto 8.961, de 16 de janeiro de 2017, cujo teor já demonstrava o grau de contingenciamento nas despesas públicas, com liberação mensal de limites orçamentários correspondentes a 1/18. Somente em abril de 2017 a UFOP recebeu liberação de 50% do limite de empenho de custeio e 30% do limite de empenho de capital. Tendo em vista as incertezas no plano econômico nacional, em 16 de fevereiro de 2017 o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) publicou a Portaria nº 28, que tratou de estabelecer limites para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, nos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo no exercício de 2017. Em 17 de março de 2017, o MEC emite o Ofício-Circular nº 07/2016-GAB/SE/MEC no qual fixou o limite de R$ 19.385.693,00 para gastos até dezembro de 2017 com as despesas elencadas na portaria nº 28 do MPDG. Ocorre que o montante fixado para as referidas despesas superava, no momento da fixação do limite, R$ 24.980.000,00 para a projeção anual. A administração central precisou se mobilizar para solicitar a ampliação de limites junto à SESu, pleito que só foi atendido próximo ao encerramento do exercício com a revogação da aludida portaria. Os créditos previstos na Matriz OCC da UFOP já se apresentavam deficitários frente às despesas fixas da Instituição, sobretudo pela redução de 7,37% em relação ao orçamento de 2016, o que, aliado ao contingenciamento e cortes ocorridos nos últimos anos, acarretou em adiamento na realização de várias despesas imprescindíveis ao funcionamento da Instituição, situação que levou a Universidade a solicitar complementação de recursos junto à SESu. Ao fim, foram empenhados

98,7% dos créditos liberados na Ação, sendo que os créditos não empenhados referem-se, em parte, aos limites de receita própria que não foram liberados em razão de não haver arrecadação correspondente, e parte referente à arrecadação realizada após o prazo de emissão de empenhos, limite esse a ser solicitado como excesso de arrecadação para recomposição em 2018, conforme explicitado no item 3.12.

Em relação à meta física, cumpre ressaltar que não há como vincular, diretamente, a execução orçamentário-financeira com a meta física prevista na ação, uma vez que a quantidade de estudantes matriculados não está estritamente relacionada às necessidades de financiamento da capacidade instalada da Instituição, e, consequentemente, ao aporte de recurso alocado na ação. Assim, os custos fixos e indiretos de manutenção e funcionamento da Instituição também não possuem relação direta com o número de alunos matriculados, impactando somente nos custos diretos e variáveis. Embora a meta física seja aluno matriculado, o aporte de recursos destinado a essa ação é dimensionado a partir do histórico das despesas realizadas nos anos anteriores, principalmente das despesas que compõem a Unidade Básica de Custeio. A mesma questão pode ser observada em relação ao físico executado com os créditos inscritos em restos a pagar em 1º de janeiro do ano de referência do relatório e ainda, toma-se como base a proporcionalidade entre o número de estudantes matriculados e o montante de recursos alocados na ação. Em 2017 a UFOP alcançou a marca de 13.999 alunos matriculados nos cursos presenciais (graduação, mestrado e doutorado), sendo 103% da meta física prevista na LOA (13.582 alunos). Comparativamente ao exercício de 2016 verifica-se o aumento de 1.058 alunos, ou seja, 8% de aumento no número de estudantes matriculados, número considerado expressivo. Destaca-se ainda que a variação positiva é decorrente de acertos na política de ocupação de vagas promovida pela Pró-Reitoria de Graduação, corrigindo discrepâncias geradas pela transição do modelo vestibular para o modelo Sisu ocorrida em 2013.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução orçamentária da ação, destacam-se a liberação de 100% do limite orçamentário da "dotação inicial de custeio-tesouro a utilizar" no conjunto das ações orçamentária, sendo 50% liberados em abril de 2017, fato que favoreceu o planejamento de ações de compras e contratações a partir do primeiro trimestre; a implementação do Sistema de Gestão Orçamentária, ainda que parcial (somente para material de consumo e material permanente), favorecendo o controle de gastos por teto orçamentário; a aprovação pelo CUNI da metodologia de distribuição de recursos para unidades acadêmicas; a edição e publicação do Plano de Gestão e do Plano Anual de Ações por meio da portaria conjunta PROPLAD-DOF nº 001, de 28 de março de 2016; a atuação da DOF junto à PROPLAD para promover a adequação da lógica de alocação de recursos, em conformidade à destinação dos recursos das Ações Orçamentárias que compõem a Matriz OCC da UFOP; o suporte técnico realizado aos setores demandantes com vistas a promover subsídios para o planejamento setorial; a revisão contínua das despesas, contratos e demais procedimentos administrativos com vistas à otimização da eficiência no gasto.

Por sua vez, as incertezas no cenário político e econômico nacional, em razão das mudanças ocorridas na presidência da república e respectivas mudanças nas equipes nos ministérios; o bloqueio de créditos e incertezas na liberação de limites, prejudicando o planejamento de execução do orçamento; a falta de tempestividade no repasse de recursos financeiros para pagamento dos compromissos; a greve dos técnicos-administrativos próximo ao fim do exercício 2016, que gerou demanda reprimida para 2017; a greve de servidores em 2017, próximo ao encerramento do exercício, com paralisação parcial das atividades administrativas na UFOP, sobretudo na Coordenadoria de Suprimentos, causando forte impacto nos serviços prestados pelo setor, foram os fatores que dificultaram a execução da ação.

Ainda assim foram obtidos resultados satisfatórios, como a cobertura integral das despesas fixas previstas para a ação no exercício. Esta conjuntura deve-se a dois fatores: complementação de recursos por Termo de Execução Descentralizada, que será detalhado no tópico 6.2 e pela implementação de medidas caracterizadas como “Boas Práticas de Gestão” que reduziram

sobremaneira a pressão dos gastos frente ao orçamento disponível, às quais destacam-se:

1. Implantação da Ação UFOP "Transporte Consciente" - como a Universidade Federal de Ouro Preto está localizada no interior do Estado, há grande demanda de deslocamento para a capital, localizada a cerca de 100 km da sede, e deslocamentos ao aeroporto, localizado a cerca de 150 km de distância da sede. Esses deslocamentos ocorriam de forma não otimizada, com vários carros saindo para o mesmo destino em horários muito próximos. Tal medida implicou no estabelecimento de rotas para deslocamento em vans e micro-ônibus pré-definidos, conforme a demanda, reduzindo sensivelmente o número de veículos em deslocamento para o mesmo destino, implicando em economia de gastos com combustível, diária e depreciação da frota;
2. Implantação de "novo modelo para serviços de impressão" - esta medida implicou em mudança conceitual no modelo de suprimento de serviços de cópias xerográficas associado ao suprimento de impressoras para impressão local nos setores. Anteriormente a Instituição realizava a contratação de empresas para o suprimento de serviços de xerox aos setores administrativos e acadêmicos. Também mantinha o suprimento de impressoras aos diversos setores. Após levantamento realizado, identificou-se cerca de
   120 modelos de impressoras diferentes ativas, fator que dificultava a gestão da manutenção dessas máquinas que se tornavam obsoletas rapidamente, com consequentes perdas de estoque de toners. Após estudos realizados foi possível especificar a contratação de empresa para locação de máquinas multifuncionais (escaneamento, impressão, funcionamento em rede, gerenciamento de impressões, estabelecimento de cotas, etc.). Esta empresa é responsável pela locação e manutenção das máquinas, além de se responsabilizar pelo suprimento de toners, ficando a UFOP responsável apenas pelo papel. Assim foi possível suprimir o serviço de cópias xerográficas e reduzir gastos com aquisição e manutenção de impressoras, além de eliminar a perda de toners;
3. Ajustes na "política de concessão de bolsas" - a partir da revisão das normas institucionais, foi possível separar programas de assistência estudantil dos programas de fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Neste formato, o aluno somente poderá concorrer a 01 (uma) bolsa de fomento (mérito acadêmico, ex.: monitoria, iniciação científica etc.) que poderá ser acumulada com 01 (uma) bolsa do programa de assistência estudantil. Esta medida permitiu a implantação do controle de bolsista por meio de sistema informatizado, eliminando acúmulos indevidos e, portanto, distribuir melhor os recursos entre os alunos;
4. "Realocação de funcionários terceirizados" - inibiu novas contratações, mesmo com a inauguração de novos prédios, bem como redução nos postos de trabalho em contratos de limpeza, recepção, motoristas, produção de refeições etc., com economia anual estimada em R$ 500.000,00;
5. "Implantação da tecnologia VOIP para serviços de telecomunicações" - a rede de telefonia da UFOP é muita antiga (PABX com cerca de 30 anos) e não permite a ampliação de novas linhas, além de apresentar problemas frequentes, sendo que alguns equipamentos já não possuem peças de reposição. A implementação desta medida permitiu uma ampliação no número de ramais sem impactar os gastos com ligações interurbanas e com custo zero para ligações entre setores internos;
6. "Revisão de contratos" - como a Instituição passou por recente processo de expansão, houve um crescimento acelerado de gastos com diversos tipos de insumos. A revisão visa estabelecer indicadores de desempenho operacional para os contratos que permitirá avaliar a eficiência na utilização de insumos, além permitir quantificar as necessidades com associação aos processos correlatos.

Em relação aos valores inscritos em restos a pagar não processados, quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico-financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar,

receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que representa o objetivo da gestão em cada exercício orçamentário. As despesas empenhadas cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, seja a liquidação e o pagamento recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente.

Os processados, em sua maioria, correspondem aos contratos de serviços terceirizados, cujo serviço já foi prestado, mas o pagamento ainda está em trâmite. Como os limites de empenho foram liberados na véspera do encerramento do exercício, não houve tempo hábil para a liquidação de todas as despesas, ocasionando a inscrição de R$ 4.477.463,43 em restos a pagar não processados. Os RP não processados correspondem, em sua maioria, a despesas com terceirização, bolsas e pagamento de fornecedores de bens e serviços diversos de prestados no mês de dezembro, além de recursos de projetos contratados junto às Fundações de Apoio com os recursos descentralizados recebidos dos ministérios e demais órgãos e que visam à execução de ações de ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional. A liquidação da despesa é realizada como previsto na legislação, não obstante, há casos em que o financiador não realiza o repasse financeiro se não houver a liquidação da parcela correspondente no SIAFI. A gestão financeira da Universidade não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por empenho e respectiva fonte de recurso, cabendo a cada financiador a remessa tempestiva dos recursos. É comum a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro na UFOP, assim como nas demais universidades federais que realizam projetos plurianuais financiados pelos diversos órgãos públicos.

Quadro 6 – Ação 4002 Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	4002 Tipo: Atividade
Título	Assistência ao estudante de Ensino Superior.
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.
Objetivo	Contribuir para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior. Código: 0841
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto
Ação Prioritária	(X) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC (X) Brasil sem Miséria ( ) Outras
Lei Orçamentária do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	**Final**	**Empenhada**	**Liquidada**	**Paga**	**Processado**	**Não Processados**
9.737.354,00	9.737.354,00	9.496.874,47	8.509.162,21	8.509.162,21	0,00	987.712,26

Execução Física				
Descrição da meta	**Unidade de medida**	**Meta**		
		Prevista	**Reprogramada (*)**	**Realizada**
Quantidade de benefícios concedidos a alunos carentes matriculados em cursos de graduação, que são assistidos nas ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.	Benefício Concedido	13.103	0	12.591

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**		
Valor em 1º de janeiro	**Valor Liquidado**	**Valor Cancelado**	**Descrição da Meta**	**Unidade de medida**	**Realizada**
1.954.463,53	1.702.017,47	650,00	Quantidade de benefícios concedidos a alunos carentes matriculados em cursos de graduação, que são assistidos nas ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.	Benefício Concedido	616

Fonte: Tesouro Gerencial – data: 21/02/2018

Análise Situacional

Na ação "4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior" estão alocados os créditos orçamentários provenientes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja destinação prevê o apoio à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), conforme Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, bem como a ampliação do acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da concessão de bolsas de estudos para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior na elevação da qualidade acadêmica.

O PNAES prevê o financiamento da assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria Instituição de Ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Na organização e planejamento da expansão da UFOP, REUNI, foi dedicado um grande cuidado no dimensionamento dos recursos necessários para a garantia da Política de Assistência Estudantil da Instituição. No projeto foram previstas ações e políticas, por meio da criação de Programas de Assistência Estudantil regulamentados pelo Resolução CUNI 1.380, que define a natureza e finalidade, os princípios fundamentais, objetivos, condições de habilitação, além da classificação que estratifica os pleiteantes em categorias de avaliação socioeconômica. Foram criados os seguintes programas: Programa Bolsa-Alimentação; Programa Bolsa-Permanência; Programa Bolsa-Transporte, bem como expansão dos programas de assistência à saúde e acompanhamento psicológico.

A Pró-Reitoria Assuntos Comunitários e Estudantis da UFOP é o órgão responsável em conduzir as políticas institucionais de assistência estudantil visando proporcionar as condições de

acesso e permanência aos estudantes e também aos técnicos-administrativos e docentes da Instituição, garantindo assim o bem-estar psicossocial de toda comunidade universitária. A UFOP, em seu *campus* sede, está localizada na cidade de Ouro Preto, no interior do Estado de Minas Gerais, uma cidade histórica, turística e de relevo montanhoso. Fatores como moradia e mobilidade urbana são tidos como aspectos que impactam sobremaneira o custo de permanência. Como os créditos provenientes do PNAES são insuficientes para abranger todas as necessidades, torna-se necessária a complementação de recursos para a garantia das políticas de assistência estudantil da UFOP.

Também estão alocados nessa ação os recursos provenientes do Programa "Incluir" do Ministério da Educação. Entretanto, no PLOA 2017 o aporte para o programa foi destacado dos limites da Matriz OCC. O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações para garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às IFES. O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições, os quais respondem pela organização de ações que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Os núcleos melhoram o acesso a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na Instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.

O Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) é um órgão vinculado à Pró Reitoria de Graduação que visa oferecer alternativas à permanência dos alunos e servidores da UFOP com necessidades especiais. O NEI tem o propósito de assumir ações que contribuam para que o aluno com necessidades educacionais especiais possa exercer o seu direito à cidadania, visando à construção de uma sociedade em que a diversidade seja aceita com naturalidade. É com essa proposta que o NEI busca desenvolver e viabilizar a inserção desses alunos na sociedade. Dispõe de laboratórios de inclusão e acessibilidade nas Unidades Acadêmicas dos *campi* da UFOP e conta com profissionais e monitores para o desenvolvimento de suas atividades. Registra-se ainda a alocação de créditos referente ao Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) que tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos, em especial os africanos, nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro no valor de seiscentos e vinte e dois reais (R$622,00) para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa a cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres. O valor aportado para o projeto totaliza R$ 52.248,00, que integra o montante aportado na Ação 4002.

Análise crítica

Os créditos alocados na Ação 4002 receberam aporte de R$ 9.737.354,00 sendo: R$ 7.000.000,00 em custeio, na fonte 0100 no PO 0003 - Auxílio Financeiro - Assistência Estudantil, dos quais R$ 52.248,00 destinados ao projeto PROMISAES; R$ 2.585.106,00 em custeio na fonte 0100 no PO 0000 - Despesas diversas/material de consumo destinado à aquisição de gêneros alimentícios; R$ 100.000,00 em custeio no PO 0001 - viver sem limite Programa Incluir. No PLOA 2017 o subsídio ao Projeto Incluir, ao contrário dos anos anteriores, não teve concedida dotação específica pelo MEC, cabendo à UFOP definir o montante aportado ao programa com créditos oriundos da Matriz OCC. Houve efetivação de alteração orçamentária, com o cancelamento de R$ 1.000.000,00 em créditos de custeio e respectiva suplementação no mesmo montante em créditos de investimento. O pleito para a alteração se deu em razão da necessidade de reformas e conclusão de obras para moradias estudantis, devidamente enquadradas nas ações previstas no artigo 3º do Decreto 7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES. Foram empenhados 97,53%, sendo que o valor não empenhado, R$ 240.479,53, refere-se aos créditos de investimento que foram

remanejados e não empenhados em razão da redução do valor inicialmente estimado para as obras/reformas durante a licitação das mesmas. Registram-se, ainda, alterações entre os POs 000 e 003 em razão de adequações nas políticas de concessão de assistência estudantil e das necessidades de realização das despesas programadas para esta ação.

A partir do PLOA 2017, a meta física passou por readequação na sua composição, sendo orientada por planilha modelo fornecida pela SPO/MEC. A planilha, por sua vez, foi construída com base nas ações previstas no Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Desse modo, a meta inicialmente prevista foi de 13.103 benefícios a serem concedidos. A meta realizada alcançou 12.591 benefícios concedidos, representando 96,1% da meta inicial, percentual considerado satisfatório. A execução abaixo da meta inicialmente estabelecida deve-se a dois fatores principais: reformulação da classificação socioeconômica nas categorias A, B, C e D, reduzindo significativamente a possibilidade de fraude no processo de avaliação; metodologia utilizada para o cálculo da meta, que vem sofrendo alterações desde 2013, onde naquele ano o produto era "aluno assistido". A partir de orientações emitidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE) e pela SPO/MEC sobre a metodologia de cálculo da meta, adequações na programação da meta foram realizadas, aprimorando a execução física da Ação.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação destacam-se:

Liberação de 100% dos limites orçamentários da Ação, favorecendo o planejamento de execução dos créditos; readequação da metodologia de concessão e da classificação socioeconômica nas categorias A, B, C e D que permitiram acelerar o tempo de resposta ao estudante; qualidade da equipe técnica; desenvolvimento e execução de sistema de cadastro e gerenciamento de benefícios concedidos pelos programas de assistência estudantil (CPAE); mudança nas regras de avaliação do perfil socioeconômico dos alunos, reduzindo significativamente a possibilidade de fraude no processo de avaliação; Outros fatores também contribuíram, como:

a. A contratação de profissionais para prestação do serviço de avaliação socioeconômica, que precede o acesso aos benefícios, possibilitou a liberação ao público alvo; ajuste no valor das bolsas Permanência e Incentivo Acadêmico em junho de 2017, garantindo uma melhor utilização dos recursos pelos alunos;
b. Reformulação da regulamentação da Bolsa de Incentivo Acadêmico, o que acarretou numa ampliação de sua possibilidade de utilização;
c. Criação, em novembro de 2017, do Grupo Permanente de Monitoramento e Avaliação da Aplicação do PNAES, tendo como objetivo implementar estudos para avaliação da assistência estudantil e estabelecimento de mecanismos de avaliação da assistência estudantil institucional, a fim de conhecer seus impactos nos índices de evasão e retenção nos cursos de graduação presencial da UFOP. O atendimento do pleito de alteração orçamentária para realização das licitações para reforma das moradias em Mariana e conclusão de duas moradias em Ouro Preto.

Já os fatores que dificultaram a execução da ação foram:

a. Quadro de pessoal reduzido e necessidade de realização da avaliação socioeconômica, que precede o acesso aos programas de assistência estudantil, por pessoas contratadas temporariamente para a prestação desses serviços, fator que impacta negativamente sobre a qualidade das avaliações (embora tenha havido contratação de pessoal de apoio, o quadro efetivo ainda é deficitário para realização da avaliação, uma vez que a equipe efetiva que realiza o serviço despende tempo com capacitação e qualificação semestral de uma equipe que não é permanente);
b. Demanda reprimida da greve de 2016 e deflagração da greve dos servidores técnicos-administrativos em novembro de 2017, diversas avaliações socioeconômicas ficaram pendentes de realização ou de recebimento de novos documentos, não havendo crescimento na execução das ações da PRACE nos dois últimos meses do ano.

Dentre os principais resultados obtidos destacam-se:

a. Equalização de oportunidades aos estudantes em condições socioeconômicas

desfavoráveis, proporcionando condições de acesso e permanência na UFOP;

b. Redução da evasão e da retenção escolar quando determinadas por fatores socioeconômicos;
c. Distribuição igualitária e transparente dos programas.

Quanto ao Programa Incluir, destacam-se os fatores que contribuíram para a execução da Ação: acompanhamento pedagógico individualizado aos estudantes; reuniões com docentes e coordenações de curso para discussão de casos e apresentação de estratégias/sugestões para o trabalho com os alunos com deficiência; disponibilização de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para estudantes e docentes surdos; disponibilização de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para eventos e ações institucionais; reuniões com docentes e coordenações de curso para discussão de casos e apresentação de estratégias/sugestões para o trabalho com os alunos com deficiência ; ampliação de materiais para estudantes com baixa visão ; produção de material em áudio - Adequação de material em braile para estudantes cegos; empréstimos de tecnologias assistivas, tais como: computador com leitor de telas, ampliador eletrônico portátil e gravador de voz para estudantes e servidores da UFOP; disponibilização de livros, áudio-livros e DVDs para estudantes e servidores com ou sem deficiência; disponibilização de monitores para trabalhar com alunos acompanhados pelo NEI ou realizar atividades direcionadas às necessidades com tais alunos; participação em concursos com presença de candidatos com deficiência; acompanhamento de servidores com deficiência na UFOP; reuniões de orientação com setores que têm a presença desses servidores, com promoção de cursos e eventos para estudantes, servidores e comunidade em geral.

Já os fatores que dificultaram a execução da ação foram o aumento na demanda de trabalho, com a política de ação afirmativa de reserva de vaga a pessoas com deficiência (Lei 13.409/2016), o aumento no número de alunos matriculados atendidos pelo Núcleo sofreu alta considerável, o que dificultou o andamento das atividades e a qualidade do serviço prestado, devido ao baixo número de servidores lotados no NEI.

Assim, as despesas empenhadas, cujos saldos, ao final do exercício financeiro, ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente. Os restos a pagar não processados do exercício que foram inscritos referem-se aos empenhos destinados ao pagamento de bolsas, atinente aos benefícios concedidos por programas de Assistência Estudantil da UFOP, justificando a inscrição, pois o calendário acadêmico está desajustado por ocasião das sucessivas greves, consequentemente o cronograma de pagamento ficou alterado, agravado pela falta de repasses financeiros no fim do exercício para processamento e pagamento das bolsas; aos empenhos de aquisição de gêneros alimentícios para os Restaurantes Universitários, em razão do calendário acadêmico desajustado; aos empenhos dos contratos de reforma das moradias de Mariana e conclusão das Moradias em Ouro Preto; liberação de alterações orçamentárias para empenhamento das obras/reformas próximo ao encerramento do exercício.

Após o empenhamento dos créditos, boa parte das contratações realizadas ainda não haviam sido entregues, acarretando na inscrição dos créditos em restos a pagar. Em relação ao montante inscrito em 1º de janeiro, tão logo as empresas entregaram o objeto contratado, procedeu-se ao pagamento. Apenas o valor de R$ 650,00 foi cancelado por falta de entrega do bem contratado pela empresa, aplicando neste caso as sanções cabíveis. Em relação aos restos a pagar de exercícios anteriores, também possui a mesma explicação do item anterior. A gestão financeira da Universidade não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por empenho e respectiva fonte de recurso, cabendo à SPO/MEC o repasse tempestivo dos recursos quando da sua liquidação. É comum a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro na UFOP, assim como nas demais universidades federais que realizam projetos plurianuais financiados pelos diversos órgãos públicos. Destaca-se que os recursos que foram executados através de inscrição em

restos a pagar são necessários para o cumprimento dos objetos contratados.

Quadro 7– Ação 8282 Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	8282 Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.
Objetivo	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Ensino Superior que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação. Código: 0841
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto
Ação Prioritária	(X) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria (x) Outras

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		**Despesa**			**Restos a Pagar do exercício**	
Inicial	**Final**	**Empenhada**	**Liquidada**	**Paga**	**Processados**	**Não Processados**
5.961.119,00	5.961.119,00	5.373.097,30	974.175,81	974.175,81	0,00	4.398.921,49

Execução Física

Descrição da meta	**Unidade de medida**	**Meta**		
		Prevista	**Reprogramada (*)**	**Realizada**
Quantidade de projeto (curso) viabilizado com a implantação do plano de reestruturação e expansão da UFOP	Projeto Viabilizado	7	7	7

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**		
Valor em 1º de janeiro	**Valor Liquidado**	**Valor Cancelado**	**Descrição da Meta**	**Unidade de medida**	**Realizada**
5.393.641,77	5.068.446,00	253.162,26	Quantidade de projeto (curso) viabilizado com a implantação do plano de reestruturação e expansão da UFOP	Projeto Viabilizado	7

Fonte: Tesouro Gerencial- data: 21/02/2018

Análise Situacional

A Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior é destinada ao apoio dos planos de reestruturação e expansão das universidades federais, visando o aumento do número de vagas, redução da evasão, o pleno aproveitamento da infraestrutura instalada, assim como a adequação e modernização da estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No orçamento para o exercício de 2017, os créditos alocados nesta ação tiveram como objetivo básico garantir os recursos de capital necessários à consolidação do processo de expansão ocorrido no período 2008-2012, que viabilizou a expansão de novas vagas nos cursos já existentes, além da criação de novos cursos para suprir a demanda social pelo acesso à formação superior, dentro do contexto geopolítico em que a UFOP está inserida. Neste sentido, o REUNI, buscou a melhoria dos indicadores para atingir a meta prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), de incluir pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no Sistema de Ensino Superior.

Impactos Globais da Expansão

A adesão da UFOP ao REUNI com base no Plano de Reestruturação e Expansão, aprovado pelo Conselho Universitário no dia 14 de dezembro de 2007, provocou impactos globais na Instituição em diversas perspectivas, conforme indicadores apresentados no quadro a seguir:

Quadro 8 – Indicadores de expansão

INDICADORES	2007	2017	CRESCIMENTO
Docentes efetivos (847 efetivos + 155 substitutos)	536	996	86,94%
Técnicos-administrativos em educação (TAEs)	763	844	3,28%
Funcionários terceirizados	154	589	383,8%
Alunos matriculados em curso de graduação presencial	4.986	12.246	145,61%
Alunos matriculados em programas de mestrado	497	1.140	129,40
Alunos matriculados em programas de doutorado	95	391	311,57%
Cursos de graduação (presencial)	24	47	95,83%
Cursos de mestrado	15	29	93,33%
Cursos de doutorado	5	13	160%

Fonte: Relatórios de Gestão (UFOP); Censo da Educação Superior (INEP), Site UFOP em números – 21/02/2018

Acrescenta-se ainda: das vagas anuais criadas, 222,6% são para o período noturno; criação de 22 novos cursos de graduação, passando de 24 cursos para 46; criação de 02 novas unidades acadêmicas, nas cidades de Mariana e João Monlevade (Mariana: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas abriga os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Comunicação Social e Serviço Social; João Monlevade: Transformação do Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas em Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, com a incorporação de dois novos cursos: Engenharia Elétrica e Engenharia de Computação); acréscimo de 27.865m2 de obras novas, readaptações, ampliações e adequações de instalações físicas; acréscimo de 43 mil m2 de obras de infraestrutura; acréscimo ao quadro de pessoal efetivo de 311 docentes e 49 servidores técnicos-administrativos em educação. Porém, apesar do aumento de vagas de técnico-administrativos, este foi de apenas 3,28%, devido à extinção de cargos de nível de apoio que, com a aposentadoria, foram gradativamente sendo substituídos por funcionários terceirizados, e houve significativo número de servidores aposentados em 2017.

Análise crítica

Os créditos alocados na Ação receberam aporte inicial de R$ 5.961.119,00, sendo: R$ 5.347.874,00 em capital na fonte 0112 no PO 0000 – REUNI/despesas com obras e material permanente; R$ 53.249,00 referentes ao PDU internacional; R$559.996,00 em capital na fonte 0112 no PO 0001 – Mais Médicos. O ano teve início com a LOA aprovada, conforme disposto no Decreto 8.961, de 16 de janeiro de 2017, cujo teor demonstrava o forte corte de recursos nas despesas públicas, com liberação mensal de limites orçamentários correspondentes a 1/18. Em fevereiro de 2017, a UFOP recebeu liberação de 5% do limite de empenho de capital. Tendo em vista as incertezas no plano econômico nacional, em 16 de fevereiro de 2017, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão publicou a Portaria nº 28, que tratou de estabelecer limites no exercício de 2017 para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo, fato que mobilizou a administração a envidar esforços junto à SESu para a liberação dos limites contingenciados, pleito que só foi atendido, parcialmente, na véspera do encerramento do exercício. Os créditos de capital previstos na Matriz OCC da UFOP já se apresentavam deficitários para a realização de obras de infraestrutura, reformas e adaptações das instalações existentes, além de investimentos para renovação do parque tecnológico da Instituição, acarretando em dificuldades no estabelecimento de prioridades e consequente adiamento das decisões.

Ao fim foram empenhados R$ 5.373.097,30, que correspondem 90,13% da dotação inicial sendo que os créditos não empenhados referem-se aos limites do PO 001 – Mais Médicos, que não foram liberados. Contudo registra-se que, dos limites de investimentos liberados, somente R$ 28.025,70 (0,5%) não foram empenhados por se tratar de valor residual de licitações que foram encerradas no prazo final de empenho.

Em relação à meta física, a Ação 8282 teve como produto o indicador "projeto viabilizado". Nos anos anteriores a meta física da ação era composta pelo número de cursos de graduação ofertados pela Instituição. Por orientação da SPO/MEC, no PLOA 2017 a meta foi modificada, devendo comtemplar somente os cursos criados no projeto de expansão REUNI. Desta forma, a meta contemplou os 7 cursos criados. As metas definidas no projeto REUNI estão sendo rigorosamente acompanhadas através de seus indicadores quantitativos e qualitativos em todas as dimensões propostas. Além disso, outros resultados foram alcançados com os recursos alocados na ação, proporcionando o aproveitamento e melhorias da estrutura anteriormente instalada, bem como a adequação e atualização da estrutura acadêmica, com a modernização dos laboratórios, salas de aula dentre outras melhorias na estrutura física da Instituição em geral, com obras de reforma, novas construções, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e as necessidades de manutenção identificadas.

Ao elaborar seu plano de reestruturação e expansão, a estratégia utilizada pela Administração Central da UFOP, à frente do projeto à época, foi a de promover diversas reuniões e articulações com os setores da Instituição, nas quais foram divulgados os objetivos, bem como discutidas e detalhadas as ações necessárias, além dos recursos previstos distribuídos de forma parametrizada, conforme diretrizes do programa. Outra estratégia foi constituir comissões para garantir a agilidade e objetividade das diversas frentes de trabalho. Entretanto, observa-se que o projeto inicial do REUNI não contemplou impactos decorrentes da consolidação em sua plenitude, considerando que o aumento das estruturas, acadêmica e institucional, resultaram em processos mais complexos e elaborados de gestão que, por sua vez, geraram impactos financeiros em várias dimensões, dentre os quais se destacam as despesas com energia elétrica, locação de mão de obra para serviços de manutenção predial, recepção, limpeza e outros serviços de apoio, insumos para funcionamento de laboratórios, gastos com tecnologia da informação, dentre outros recursos necessários para atingir o padrão de qualidade ansiado pela sociedade. Assim, não se almeja uma expansão apenas quantitativa, mas também qualitativa. Um dos grandes focos que se pretende

estabelecer em nossa Instituição é o pacto pela Educação Superior de qualidade com compromisso social, em que os agentes envolvidos (patrimônio humano) contribuam para a formação de pessoas mais solidárias, mais fraternas e comprometidas com o desenvolvimento de nosso país. Entende-se que nossa Instituição necessita de adequação em aportes de recurso para investimentos e custeios, além de vagas de docentes e técnicos-administrativos necessários à consolidação ocorrida no período de expansão (2008-2012). Consequentemente, os valores incorporados ao orçamento de nossa Instituição após esta adequação permitirão colocar a UFOP na vanguarda das IFES, como uma Instituição tradicional, moderna e compromissada com os desafios do seu tempo.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação podemos destacar:

a. Reativação das deliberações da "Comissão de Orçamento e Contas" do Conselho Universitário (CUNI), onde foram apresentadas as necessidades de investimento e definida a ordem de prioridade de aplicação dos recursos disponíveis;
b. As articulações da administração superior junto à SESu para liberação de limites de empenho.

Dentre os fatores que dificultaram a execução da ação destacamos:

a. O forte contingenciamento de recursos de capital no início do ano, dificultando sobremaneira a tomada de decisão, o planejamento de licitações e a definição de obras prioritárias;
b. Liberação tardia, próximo ao encerramento do exercício, de limites de empenho de capital; acúmulo de serviço no setor responsável pelas licitações, decorrente da greve ocorrida próximo ao encerramento do exercício; dificuldade operacionais relacionadas à informatização dos processos administrativos; atrasos nos repasses de recursos financeiros à UFOP.

Como principais resultados obtidos, podemos destacar:

a. Contratação de obras/reformas para adequação, manutenção e modernização de parte da infraestrutura física da Instituição, ainda que deficitária;
b. Aquisição e/ou reposição de novos equipamentos e mobiliário; aquisição de veículos para atualização da frota da Instituição.

Em relação aos valores inscritos em restos a pagar em 1º de janeiro, destaca-se que sua execução foi necessária para o cumprimento dos objetos contratados. Até o encerramento do exercício de 2016, uma grande parte do material permanente adquirido ainda não havia sido entregue e boa parte das medições das obras contratadas ainda não haviam sido executadas ou ainda estavam sob análise dos setores competentes. Desta forma, quantitativo relevante das despesas não foi apropriado e liquidado em 2016. Já os valores inscritos em restos a pagar no exercício referem- se a obras de pequeno porte, em função da conclusão das licitações, sua maioria, nos últimos dias do exercício. Isto foi feito para que não houvesse a possibilidade de interrupção da execução por falta de pagamento, pois normalmente os recursos de investimento não são liberados no início do ano. Destaca-se ainda a conclusão de aquisições de equipamentos, veículos e mobiliário que também só foram concluídas no fim do exercício.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 9 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
21.311.04.00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS			
Credor (CNPJ/CPF - Nome)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício 2017
16.907.746/0001-13	3.658.692,23	0,00	3.658.692,23	0,00

Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais				

Fonte: Tesouro Gerencial: 21/02/2017

Análise Crítica

Em dezembro de 2010, a Diretoria de Orçamento e Finanças da UFOP recebeu Auto de Infração emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais cujo objeto trata de débitos de natureza tributária de ICMS incidentes sobre serviços de fornecimento de energia elétrica no período de 2005 a 2009. O referido Auto de Infração foi encaminhado, pela Diretoria à época, em janeiro de 2011 à procuradoria jurídica para conhecimento e parecer sobre o débito em questão e manifestação sobre providências cabíveis. O processo foi remetido pela procuradoria local ao contencioso da AGU em Belo Horizonte. Após juntada de documentação por este órgão, o processo foi restituído à Procuradoria Federal junto à UFOP para parecer.

Neste sentido, o processo demonstrou que a UFOP havia impetrado Mandado de Segurança Individual em 2001 na qual solicitava concessão de liminar para impedimento de cobrança do ICMS em suas contas de energia elétrica, mediante reconhecimento da imunidade da impetrante presumida pelo art. 150, VI, a, da Constituição Federal. A liminar foi concedida em 2002 onde fora emitida sentença determinando à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) a suspensão da cobrança do ICMS nas contas da UFOP. O estado recorreu da decisão em apelação em segunda instância, revertendo a decisão de primeira instância. O processo transitou em julgado e dado baixa definitiva às origens. Em abril de 2014 o processo foi remetido à Diretoria de Orçamento e Finanças com despacho da Procuradoria Jurídica no qual orienta que o processo já havia transitado em julgado e que a execução do julgado caberia à CEMIG.

Assim, em 03/09/2014 a UFOP foi notificada da decisão por meio do ofício emitido pela Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais, com Peça Fiscal em anexo, na qual retira a CEMIG do polo passivo da obrigação e intima a UFOP a colher os valores incidentes não recolhidos no período de apuração, acrescidos de multa e correção monetária.

Mediante análise da disponibilidade orçamentária para o pagamento, identificou-se que a dotação orçamentária em custeio era insuficiente para apropriar as despesas apresentadas no exercício, sendo necessário o registro do passivo financeiro no SIAFI. Para suprir a necessidade orçamentária constatada, foi solicitado crédito suplementar à SESu, por meio de Ofício da Reitoria, de maneira que o pleito não foi atendido no exercício de 2014. Como a UFOP depende da Certidão Negativa de Débitos do Estado, decidiu-se pelo parcelamento da dívida. Conforme disposto na macrofunção SIAFI 02.11.40 sobre procedimentos para reconhecimento do passivo, foi aberto processo contendo as seguintes informações:

- Importância a pagar;
- Dados do credor (nome, CPF ou CNPJ e endereço); data de vencimento do compromisso;
- Causa da inobservância do empenho;
- Relatório da despesa ocorrida;
- Documentação que originou tal situação; termo de reconhecimento de dívida, elaborado pelo ordenador de despesa.

Após adoção destes procedimentos, procedeu-se ao lançamento na conta contábil 21211.11.00 - passivos financeiros. O processo foi remetido à assessoria técnica da Reitoria para adoção das medidas cabíveis. Em função da implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao setor Público em 2015, o saldo da conta 212111100 passou a ser contabilizado na conta 213110400 conforme registrado no quadro acima. Em 2017 o Governo do Estado de Minas Gerais abriu o "Programa de Refinanciamento de Dívida Ativa Tributária", fato que permitiu o refinanciamento do passivo. A Administração Central envidou esforços junto à SESu para complementação de recursos obtendo êxito no pleito, fato que resultou na quitação da dívida e respectiva baixa do passivo.

3.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O item tem por objetivo oferecer informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) vinculados a empenhos de exercícios anteriores e ainda vigentes no exercício de referência do relatório de gestão, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no exercício.

Quadro 10 – Restos a Pagar

Código	00OL Tipo: Operações Especiais
Título	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Iniciativa	
Objetivo	
Programa	Operações Especiais: Gestão da Participação e Organismos e Entidades Nacionais e internacionais Código: 0910
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.600,00	6.600,00	0,00	Não há meta específica	Entidade Associada	1

Fonte: Tesouro Gerencial

3.3.5 Execução descentralizada com transferências de recurso

Este item tem por objetivo informar sobre a descentralização de recursos da Instituição para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, consórcios públicos e entes da Federação para a execução de ações ou atividades de responsabilidade da mesma.

O Quadro 11 contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, sendo que os valores devem se referir à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro 11 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Universidade Federal de Ouro Preto					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	2	2	2	1.344.531,99	2.007.854,48	492.557,50

Contrato de repasse						
Termo de Parceria	1	1	1	474.603,03	531.956,59	394.433,97
Totais	3	3	3	886.991,47	2.539.811,07	1.499.272

Fonte: GECON

Considerações

No ano de 2017 não foi celebrado nenhum convênio novo, apenas mantidos os Convênios e Termo de Parceria já em execução e que foram replicados em 2015, 2016 e 2017, com as respectivas transferências de recursos desta Universidade.

Os valores de Convênio repassados no exercício de 2017 referem-se, ao convênio para "Produção e distribuição de conteúdos educativos – Rádio e TV Educativa UFOP" (R$ 536.339,70), celebrado no final do ano de 2015 com a Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto, fundação de apoio desta Universidade.

Também foi repassado em 2017 o montante de R$ 692.406,35, referente aos Convênios, para Internato Médico Hospitalar, celebrados com hospitais próximos aos *campi* da UFOP, imprescindíveis ao bom andamento do Curso de Medicina desta Instituição. Desse montante, R$ 115.785,94 foram repassados ao Hospital São Francisco Xavier, R$ 392.710,23 foram repassados ao Hospital São Camilo e R$ 299.696,12 à Santa Casa de Ouro Preto.

No que se refere ao termo de Parceria, foi repassado, em 2017, o valor total de R$ 474.603,03. O Termo de Parceria celebrado em 2014, com vigência até 31/10/2018, refere-se à Gestão compartilhada do Centro de Artes e Convenções da UFOP, com maiores detalhes apresentados em quadro próprio deste relatório.

O Quadro 12 demonstra a visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores.

Quadro 12 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal de Ouro Preto					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Parceria
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	06	0	01*
		Montante Repassado	1.680.000	0	394.433,97
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01***	0	01**
		Montante Repassado	280.000	0	474.603,03
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01****	0	0
		Montante Repassado	5.591.819,34	0	0

Fonte: GECON

Considerações

Nenhuma prestação de contas de Convênios teve seu prazo de entrega vencido em 2017, no entanto, em 2017 efetuamos o saneamento e regularização das prestações de contas que se encontravam pendentes no SICONV referentes aos convênios 704143/2009, 723589/2009 e 744105/2010.

As Contas prestadas do Termo de Parceria referem-se ao n° 003/2013, conta bancária 39.039-9, valor de R$ 394.433,97 que já foi analisada e aguarda as demais prestações de contas parciais e final.

A conta não prestada refere-se à parcial que foi cobrada e tem um prazo de 30 dias para apresentar para análise.

Refere-se a prestação de Contas do Projeto Rádio e TV UFOP de exercício anterior, a qual se encontra em análise de um avolume pela GECON, e os outros 06 se encontram já analisados.

Os convênios que não têm as prestações de contas apresentadas e analisadas, no total de 07 convênios, são os que ainda estão em execução. Assim que findado o período de execução, serão cobradas as prestações de contas e tomadas as devidas providências quanto análise e aprovação.

O quadro 13 apresenta uma visão gerencial da análise das contas prestadas.

Quadro 13 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Universidade Federal de Ouro Preto					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Parceria	Demais Instrumentos Contratuais
Contas analisadas	Quantidade aprovada	6	0	01	62
	Quantidade reprovada	0	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0	0
	Montante repassado (R$)	1.680.000	0	394.433,97	11.492.77,02
Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	0	0	0
	Montante repassado (R$)	280.000	0	0	0

Fonte: GECON, 2017.

Observação

A Prestação de Contas Parcial do Termo de Parceria com uma OSCIP foi analisada e aguarda a prestação de contas final, que deverá ser apresentada após 60 dias, a contar do término da vigência prevista para 31/10/2018. Nenhuma outra prestação de contas de Convênios foi apresentada, uma vez que os mesmos se encontram em execução.

Todos os convênios se encontram em período de execução. As 06 contas analisadas são parciais que se referem ao Convênio Rádio e TV UFOP que está em execução, e também está em período final, se encerrando no 01/03/2018. E outro convênio que está em processo de antecipação de prestação de contas (referente ao convênio com o Hospital Márcio Cunha) que está em análise.

As contas não analisadas referem-se aos demais instrumentos congêneres e não constam informações porque todas que estavam na GECON em 2016 foram devidamente analisadas. No entanto, estamos trabalhando em um levantamento das prestações de contas que não foram apresentadas pela Fundação, esse trabalho será concluído até o final de 2018. Dessa forma, para o próximo relatório provavelmente será possível informar o número de prestações de contas apresentadas, analisadas, em reanálise, em diligência, aprovadas, e a serem apresentadas.

Quadro 14- Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Universidade Federal de Ouro Preto					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					01*
Contratos de repasse					
Termos de Parceria			01**		
Demais Instrumentos Contratuais * Recursos					***Em Levantamento

Externos					

Fonte: GECON

Considerações

Em relação a convênio, tem uma prestação de contas que está em análise, e encontra-se com o coordenador/ordenador do projeto para manifestação sobre a boa e regular aplicação dos recursos. É composto por 13 volumes, os quais já se encontram analisados.

O atraso na apresentação da prestação de contas do Termo de Parceria refere-se ao pedido feito por essa gerência para uma melhor organização e instrução processual da Prestação de Contas, logo após, a mesma será apresentada.

Quanto às pendências do setor de prestações de contas, o mesmo tem trabalhado no sentido de atualizar todos os dados e pendências da área dos últimos cinco anos. Dessa forma, o trabalho foi organizado em ordem de prioridades até que sejam sanados todos os problemas identificados, seguindo assim a seguinte sequência: análise de todas as prestações de contas que encontram-se no setor, reanálise de todas as prestações de contas que foram diligenciadas, encaminhamento de todas as prestações de contas em condição de aprovação, levantamento de todas as prestações de contas de anos anteriores (últimos 5 anos) e regularização das mesmas.

Análise crítica

As prestações de contas com análise em atraso contemplam as que estão com os coordenadores e ordenadores de despesas dos projetos; as que estão com as fundações de apoio para manifestação acerca das impropriedades/irregularidades encontradas; as que estão nas instâncias superiores da UFOP para aprovação e as que estão em análise/reanálise na Gerência de Contratos e Convênios (GECON) desta Universidade.

Para atualizar todos os dados sobre os Contratos e Convênios, salienta-se que a Gerência de Contratos e Convênios está passando por uma reestruturação desde maio de 2017, quando foram feitas algumas mudanças internas para melhorar as rotinas do setor, melhor planejar as atividades e regularizar o passivo de pendências encontradas.

No setor de prestações de contas, especificamente, foi nomeado mais um contador contando agora com 03 servidores dedicados ao levantamento, análise, reanálise e regularização de todas as pendências em termos de prestações de contas relacionadas a qualquer instrumento contratual de responsabilidade desse setor.

A princípio foram programadas as análises de prestações de contas que já haviam sido submetidas a esse setor, nesse segundo momento estamos trabalhando na cobrança das prestações de contas e no levantamento de períodos anteriores.

Como dito anteriormente, a GECON está passando por uma reestruturação. O volume de projetos bem como sua complexidade tem exigido essa ação, principalmente no que se refere à informatização dos processos e tramitação de documentos. Assim, a GECON tem programado para os próximos anos a elaboração do Manual de Projetos e Prestação de Contas, Regimento Interno de Procedimentos, Atribuições e Competências, Procedimentos Operacionais Padrão (POP). Apesar da nomeação de mais um contador para o setor, ainda é necessária a recomposição e reestruturação da equipe de projetos para melhor equilibrar o funcionamento da GECON.

Em julho foi lançado o novo site da GECON para melhor orientar os demandantes de convênios e demais instrumentos congêneres, e o mesmo será aprimorado gradualmente melhorado para que consigamos disponibilizar informações à sociedade sobre os projetos, valores e prestações de contas.

Foi demandado ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) o desenvolvimento de um sistema (módulo de sistema integrado aos demais sistemas já existentes no Portal "MinhaUFOP")

para a gestão de projetos e convênios, semelhante ao SIPAC da UFRN. Neste sistema será possível cadastrar o projeto com seu respectivo Plano de Trabalho, a fonte de recursos, cronogramas de execução e pagamento, prestação de contas além de contemplar a gestão eletrônica dos documentos decorrentes. A implementação deste sistema possibilitará um acompanhamento mais eficaz e tempestivo da execução e prestação de contas dos projetos.

Os convênios e instrumentos congêneres têm se mostrado uma alternativa importante para a Universidade nesse cenário de restrições orçamentárias, uma vez que por meio de parcerias com outras instituições a UFOP consegue viabilizar seus projetos acadêmicos. Nesse sentido a reestruturação, modernização e informatização do setor de Contratos e Convênios será de um impacto institucional significativo, uma vez que proporcionarão ao setor um melhor aparato e suporte à tramitação dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, que são a essência da Universidade e precisam ser garantidos à sociedade.

3.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Gerência de Contratos e Convênios (GECON) é o setor da UFOP responsável pela análise das prestações de contas dos recursos descentralizados. A equipe para análise das prestações de contas é composta de dois servidores (um contador e um técnico em contabilidade), o que não é suficiente para a crescente demanda de transferências realizadas. Com isso a análise tempestiva das contas recebidas fica prejudicada. O pessoal envolvido carece, também, de capacitação continuada, frente às alterações na legislação e no SICONV.

O setor tem buscado orientar os coordenadores institucionais, os fiscais e os ordenadores de despesas dos projetos, no sentido de fazer-se cumprir os objetivos propostos nos planos de trabalho dos projetos, bem como em seu plano de aplicação dos recursos.

Foi requisitado ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento dos projetos e convênios, o qual possibilitará um melhor acompanhamento das prestações de contas.

3.3.7 Informações sobre a realização das receitas

3.3.7.1 Visão Geral das Receitas diretamente arrecadadas pela UFOP

Para demonstrar a composição das receitas da UFOP, as quais são arrecadadas por GRU e compõem a fonte de receitas próprias no orçamento da Unidade, apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo do rol de receitas da Instituição e valores arrecadados em 2017:

Quadro 15 – Demonstrativo receitas da UFOP - 2017

Código Recolhimento	Descrição do Recolhimento	Total Arrecadado (R$)	%
28837	Serviços de hospedagem e alimentação	2.140.762,79	60,3%
28830	Serviços administrativos	470.165,45	13,2%
28804	Taxa de uso de imóveis	343.843,83	9,7%
28838	Serviços de estudos e pesquisas	284.658,05	8,0%
28835	Serviços recreativos e culturais	267.747,50	7,5%
28832	Serviços educacionais	25.253,06	0,7%
28815	Receita da indústria editorial e gráfica	14.966,00	0,4%
28929	Taxa confecção diplomas	1.954,00	0,1%
28883	Taxa de inscrição em concurso público	1.750,00	0,0%
28900	Taxa de inscrição em vestibular	100,00	0,0%

28849	Indeniza danos causados patrimônio público	50,52	0,0%
28852	Outras restituições	31,12	0,0%
13804	AGU-recuperação de recursos-ACP/AIA	12,00	0,0%
TOTAL		3.551.294,32	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial – 21/02/2018

Observa-se que, do total de recursos arrecadados, 60,3% são provenientes de serviços de fornecimento de refeições nos RUs da UFOP; 10,6% referente a serviços administrativos; 9,7% referente à taxa de uso de imóveis; 8% provenientes de serviços de estudos e pesquisas em conformidade com a Resolução CEPE 7.000; 7,5% referente a serviços recreativos e culturais. Os demais serviços geraram arrecadação inexpressiva.

i. Forma de arrecadação

A GRU é o documento utilizado pelas unidades do Governo Federal para a arrecadação de suas receitas, exceto para aquelas arrecadadas por DARF e GPS, via rede bancaria ou diretamente no SIAFI, quando o recolhedor for Unidade Gestora (UG). É utilizada para as receitas arrecadadas via rede bancária pelo contribuinte externo, e destina-se a substituir a modalidade de depósito direto na CTU - Conta Única da União. A GRU pode ser gerada em duas modalidades: GRU simples, gerada diretamente no site do Tesouro Nacional, e GRU cobrança, gerada a partir de aplicativos de geração desenvolvidos pela própria Instituição. Atualmente são geradas GRU cobrança apenas para a arrecadação da taxa de inscrição em concursos públicos e serviços de hospedagem e alimentação. Estão sendo desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFOP novas aplicações para geração de GRU cobrança para todas as receitas dos serviços prestados pela Instituição para fins de controle apurado das receitas.

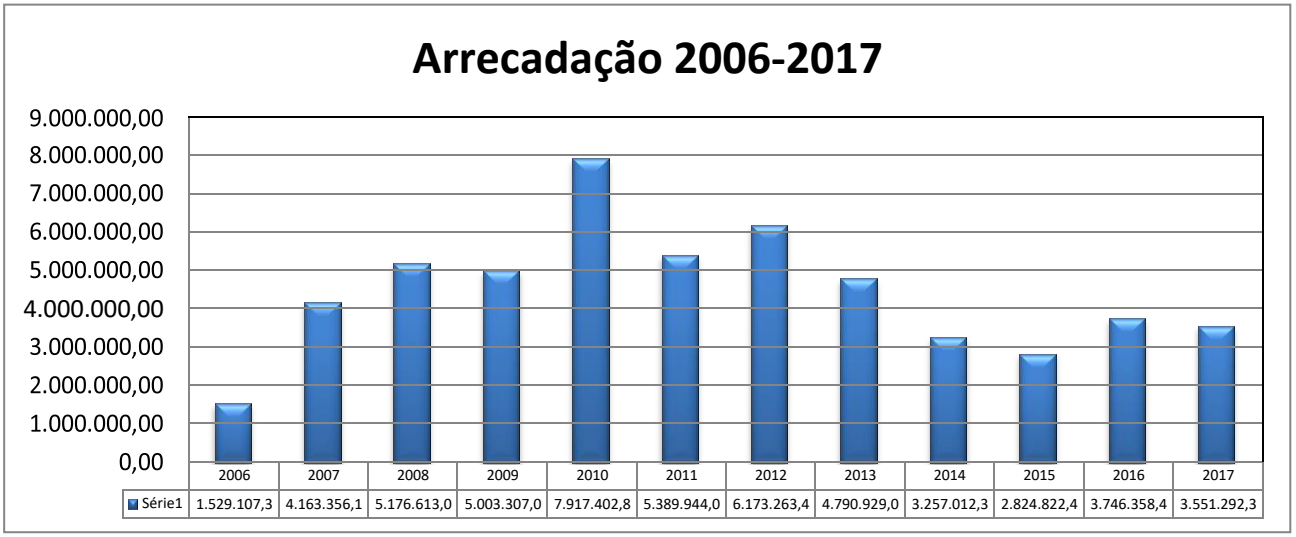
ii. Receita prevista e arrecadada

Até 2013 a estimativa de arrecadação era realizada diretamente pela Secretaria do Orçamento Federal (SOF), com intermédio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC). A partir de 2014, a SOF instituiu procedimentos para incluir as unidades orçamentárias no processo de estimativa mediante acompanhamento da arrecadação por meio do módulo de "Receita Orçamentária" no SIMEC. Para a LOA 2017, os créditos foram incluídos no orçamento da UFOP com base na estimativa realizada no montante de R$ 3.771.764,00, que foram alocados parte na Ação 20GK – Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, fonte 250 e parte na Ação 20RK – Manutenção e Funcionamento. A utilização desses créditos depende da efetiva arrecadação e respectivo repasse dos limites de empenho pela SPO/MEC. Na aplicação desses limites, a UFOP prioriza a realização de ações de fomento realizadas no âmbito das pró-reitorias acadêmicas, das quais se destacam o apoio ao edital auxílio financeiro a pesquisador, ações de fomento nos programas de concessão de bolsas, além da cobertura de despesas gerais de manutenção das atividades da Universidade. No total foram arrecadados, em 2017, o montante de R$ 3.551.294,32, valor que representa 94,15% do previsto.

Contudo, registra-se que a SPO só liberou limites no montante de R$ 3.247.773,74 ficando R$ 303.488,68 a serem liberados em 2018 por excesso de arrecadação. Por fim registra-se uma queda na arrecadação, registrada em R$ 195.064,00 menor em relação ao arrecadado em 2016. Essa queda se justifica pelos seguintes fatores: em 2016 houve concurso público, o que não houve em 2017, e queda na arrecadação de serviços de estudos e pesquisas, uma vez que, em 2016, registrou- se a devolução de saldo remanescente de projetos pelas Fundações de Apoio.

3.3.7.2 Comportamento da receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores e principais fatores que impactaram as receitas

Figura 3 – Demonstrativo do comportamento da Receita nos exercícios anteriores



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Série1	1.529.107,3	4.163.356,1	5.176.613,0	5.003.307,0	7.917.402,8	5.389.944,0	6.173.263,4	4.790.929,0	3.257.012,3	2.824.822,4	3.746.358,4	3.551.292,3

Fonte: Tesouro Gerencial

O comportamento da receita ao longo do período 2006-2017 passou por várias mudanças e oscilações. Portanto, é necessário a análise dos principais fatores que influenciaram esse comportamento destacando cada período:

Até 2005: Receita inexpressiva, uma vez que boa parte da arrecadação proveniente de serviços de estudos e pesquisa era realizada pelas Fundações de Apoio da UFOP. A arrecadação do Processo Seletivo (Vestibular) também era arrecadada pela Fundação de Apoio, que fazia a gestão administrativa, logística e financeira do processo; Arrecadação de taxas de serviços administrativos realizada em espécie diretamente na DOF e registrada em talonários de arrecadação. Periodicamente, após certo volume arrecadado, recolhia-se o valor arrecadado por meio de depósito direto na conta única da União;

2006: Implantação da GRU simples com geração a partir do site do Tesouro Nacional;

2007: Por determinação de Acórdão do TCU, as Fundações de Apoio foram obrigadas a transferir os saldos decorrentes da prestação de serviços de estudos e pesquisas na execução de projetos que eram administrados pelas fundações, conforme previsto pela Resolução CEPE 2845. Esses saldos foram recolhidos via GRU. A partir de então os valores decorrentes do ressarcimento e retribuição previstos na Resolução passaram a ser recolhidos mensalmente pelas Fundações via GRU; Transferência da arrecadação do vestibular para caixa único (GRU). Anteriormente os recursos eram arrecadados em conta da FEOP e posteriormente em conta da UFOP na Caixa. Os saldos foram resgatados e recolhidos à conta única via GRU; Início do processo de expansão do REUNI que aumentou o número de vagas disponibilizadas e, consequentemente, aumento do número de inscritos nos processos seletivos;

2010: Ano marcado pelo último vestibular realizado pela UFOP. Registra-se que neste ano houve um recorde de inscrições, sobretudo no curso de Medicina, acentuando a arrecadação neste exercício. Registra-se que a UFOP realizava duas entradas por ano, ou seja, dois processos seletivos; 2010 também foi marcado por um grande número de concursos de docentes e técnicos administrativos realizados em razão do REUNI, registrando recorde de arrecadação.

2011/2012: Fim da cobrança da taxa de matrícula por determinação de súmula vinculante do STF; Fim da cobrança da taxa de diploma.

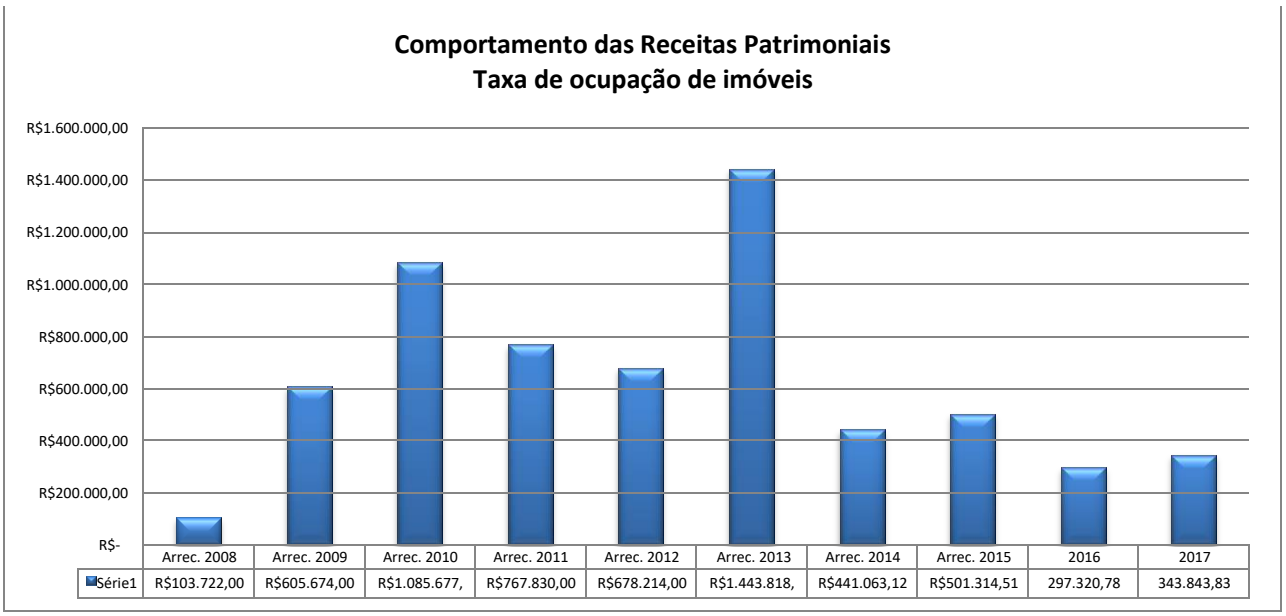
Diante do histórico apresentado, registra-se que a arrecadação na UFOP só começou a se efetivar via GRU após sua implantação em 2006 e, portanto, verifica-se baixo volume de crédito

orçamentário de receita própria alocados na LOA. A partir da implantação da GRU a UFOP começou a registrar superávit de arrecadação em relação ao crédito orçamentário alocado na matriz OCC. Desta forma houve necessidade de transferir o excedente para o exercício posterior para que os valores arrecadados estivessem disponíveis no início do exercício posterior. Entretanto este procedimento não é mais permitido pela STN.

OBS: órgãos públicos federais - regime de caixa para receitas, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.

3.3.8 Desempenho de arrecadação de receitas patrimoniais

Figura 4 – Demonstrativo do comportamento das receitas patrimoniais



Fonte: Tesouro Gerencial

As receitas patrimoniais passaram por várias oscilações nos últimos anos. Essas variações foram ocasionadas por diversos fatores, dos quais se podem destacar a abertura de novos espaços para exploração de serviços de fornecimento de refeições e cantinas nos novos prédios construídos em função do REUNI. Outro fator que influenciou positivamente a arrecadação no exercício de 2010 foi a locação do prédio da Antiga Estação Ferroviária, incorporada ao patrimônio da UFOP, para realização do projeto "Trem da Vale". O pagamento desta locação não foi realizado nos anos de 2011 e 2012, sendo efetivamente realizado com multas, juros e correções em 2013, fator que impactou a receita neste exercício. Entretanto o projeto se encerrou e a UFOP não dispõe mais dessa receita. Outros fatores relacionados aos contratos de concessão de uso de imóveis influenciaram o comportamento das receitas sem grande relevância. A queda em 2016 deve-se a problemas relacionados aos contratos de cessão onerosa com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cuja licitação encontra-se em andamento. Em 2017 alguns contratos foram regularizados. Entretanto o contrato com o Banco do Brasil ainda está com processão de cessão em andamento.

3.3.9 Informações sobre a realização das despesas

Quadro 16 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa pagas			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	24.355.060,77	5,75%	32.145.613,35	8,22%	17.293.142,83	4,22%	22.608.375,27	6,05%
a) Convite	0,00	0,00%	65.682,30	0,20%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
b) Tomada de Preços	1.826.530,06	7,50%	1.716.163,48	5,34%	578.783,69	3,35%	0,00	0,00%
c) Concorrência	981.757,51	4,03%	3.466.750,48	10,78%	92.202,09	0,53%	1.427.500,58	6,31%
d) Pregão	21.546.773,20	88,47%	26.897.017,09	83,67%	16.622.157,05	96,12%	21.180.874,69	93,69%
e) Concurso	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
f) Consulta	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	21.627.863,96	5,11%	20.803.837,03	5,32%	16.804.421,26	4,10%	16.294.452,10	4,36%
h) Dispensa	19.368.206,83	89,55%	17.978.379,60	86,42%	15.169.857,03	90,27%	14.753.963,39	94,58%
i) Inexigibilidade	2.259.657,13	10,45%	2.825.457,43	13,58%	1.634.564,23	9,73%	1.540.488,71	5,42%
3. Regime de Execução Especial	60.031,82	0,01%	59.277,78	0,02%	60.031,82	0,01%	59.277,78	0,02%
j) Suprimento de Fundos	60.031,82	100,00%	59.277,78	100,00%	60.031,82	100,00%	59.277,78	100,00%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	335.440.273,67	79,24%	315.737.808,34	80,74%	335.440.273,67	81,87%	315.668.457,50	84,52%
k) Pagamento em Folha	334.924.131,59	99,85%	315.282.410,02	99,86%	334.924.131,59	99,85%	315.213.059,18	99,86%
l) Diárias	516.142,08	0,15%	455.398,32	0,14%	516.142,08	0,15%	455.398,32	0,14%
5. Outros	41.813.860,94	9,88%	22.293.938,50	5,70%	40.102.753,41	9,79%	18.849.392,10	5,05%
6. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	423.297.091,16	100,00%	391.040.475,00	100,00%	409.700.622,99	100,00%	373.479.954,75	100,00%
7. Total das Despesas da UFOP	423.297.091,16	100	391.040.475,00	100	409.700.622,99	100	373.479.954,75	100

Fonte: Tesouro Gerencial - data: 21/02/2018

Quadro 17– Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
1. Despesas de Pessoal	334.924.131,59	293.062.569,79	334.924.131,59	293.062.569,79	0,00	0,00	334.924.131,59	293.062.451,04
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	207.128.845,67	183.097.240,61	207.128.845,67	183.097.240,61	0,00	0,00	207.128.845,67	183.097.240,61
01 – Aposent. RPPS, Reser. Remuner e Refor.Militar	62.886.305,29	51.320.009,67	62.886.305,29	51.320.009,67	0,00	0,00	62.886.305,29	51.319.890,92
13 – Obrigações Patronais - OP. Intra-Orçamentárias	39.222.312,56	35.885.075,44	39.222.312,56	35.885.075,44	0,00	0,00	39.222.312,56	35.885.075,44
Demais elementos do grupo	25.686.668,07	22.760.244,07	25.686.668,07	22.760.244,07	0,00	0,00	25.686.668,07	22.760.244,07
3. Outras Despesas Correntes	81.837.476,45	90.543.507,78	73.400.016,59	78.916.011,47	8.437.459,86	11.627.496,31	73.400.016,59	78.741.194,13
37 - Locação de Mão de Obra	22.803.377,38	25.224.533,47	20.309.113,51	22.680.758,62	2.494.263,87	2.543.774,85	20.309.113,51	22.680.758,62
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	12.795.228,70	11.598.823,38	9.329.342,01	11.004.989,87	3.465.886,69	3.207.634,64	9.329.342,01	8.745.682,91
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	11.815.389,05	13.257.832,25	10.806.695,32	10.521.541,30	1.008.693,73	2.736.290,95	10.806.695,32	10.521.541,30

46 - Auxílio Alimentação	9.198.385,52	9.436.990,15	9.198.385,52	9.436.990,15	0,00	0,00	9.198.385,52	9.436.990,15
30 - Material de Consumo	5.886.290,85	8.289.617,59	4.929.834,62	5.898.694,90	956.456,23	2.390.922,69	4.929.834,62	5.897.395,70
49 - Auxílio Transporte	4.504.451,08	4.771.135,19	4.504.451,08	4.771.135,19	0,00	40.676,18	4.504.451,08	4.771.135,19
Demais elementos do grupo	14.834.353,87	17.964.575,75	14.322.194,53	14.601.901,44	512.159,34	708.197,00	14.322.194,53	16.687.690,26

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	6.535.483,12	7.434.397,43	1.376.474,81	1.971.888,63	5.159.008,31	5.462.508,80	1.376.474,81	1.676.309,58
51 - Obras e Instalações	2.918.976,57	5.248.596,26	670.985,78	1.546.253,54	2.247.990,79	3.702.342,72	670.985,78	1.427.500,58
52– Equipamento e Material Permanente	3.388.401,70	1.806.412,98	655.989,03	393.300,54	2.732.412,67	1.413.112,44	655.989,03	216.474,45
Demais elementos do grupo	228.104,85	379.388,19	49.500,00	32.334,55	178.604,85	347.053,64	49.500,00	32.334,55

Fonte: Tesouro Gerencial – data: 21/02/2018

Análise crítica

No exercício de 2017 a realização das despesas sofreu alterações significativas, que se devem a vários fatores e ocorreram em níveis diferenciados em cada grupo de despesas, sendo que essas serão detalhadas por grupo de despesa. Até o ano de 2015 somente eram contabilizados nesta seção do relatório as despesas realizadas com "créditos originários", ou seja, créditos alocados na LOA da "Unidade Orçamentária 26277 – Universidade Federal de Ouro Preto". A partir do relatório referente ao exercício financeiro de 2016, houve mudança da evidenciação no quadro de realização das despesas, que passaram a contabilizar também as despesas realizadas com "créditos provenientes das descentralizações", ou seja, os créditos executados por "Unidade Gestora Executora – UGE", cujo código de identificação é 154046. O principal fator influenciador sobre as oscilações verificadas decorre dos reflexos da política de ajuste fiscal, promovido pelo Governo Federal, abrangendo as despesas correntes e despesas de capital, fato observado pela redução de 7,37% em créditos de custeio e 51,03% no orçamento de 2017, em relação ao orçamento de 2016. Outro fator a ser destacado foram variações nas despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios que serão relatadas no respectivo grupo de despesas. As outras alterações verificadas devem-se aos ajustes realizados por meio de solicitações efetuadas junto à Secretaria de Educação Superior - SESu, devidamente registradas no SIOP, da qual resultaram em remanejamento de créditos entre planos orçamentários no âmbito de cada ação. Como as alterações de remanejamento não representaram acréscimo de créditos ao orçamento, não houve efeito positivo com relação ao financiamento de melhorias importantes necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como na manutenção e funcionamento da Instituição, uma vez que os recursos foram destinados à cobertura de despesas fixas. Todas as alterações serão detalhadas por grupo de despesas a seguir:

No grupo "Despesas de Pessoal", os custos totalizaram R$ 334.924.131,59, que representam um aumento de 14,28% em relação ao exercício 2016. Esse crescimento é em função da entrada de novos servidores, docentes e técnicos-administrativos no quadro da Instituição, além de progressões estabelecidas pelos planos de cargos e salários dos servidores técnicos-administrativos e docentes, sendo que os encargos patronais e benefícios acompanham linearmente esse crescimento. Também houve aumento expressivo nas despesas com pessoal inativo de 22,54%, decorrente da aposentadoria significativa de servidores no exercício de 2017.

No grupo "Outras Despesas Correntes" as despesas totalizaram R$ 81.837.476,45, uma queda de 9,62% em relação a 2016, sendo que as alterações mais significativas ocorreram nas seguintes despesas:

Locação de Mão de Obra - Totalizam R$ 22.803.377,38 e representam uma redução de 9,6% em relação a 2016. Essa queda é justificada em devido à indisponibilidade de crédito ocorrida no exercício de 2015, em razão dos cortes orçamentários registrados naquele ano. A insuficiência de crédito para a cobertura das despesas com locação de mão de obra do mês de dezembro de 2015 levou à transferência desses gastos para pagamento com o orçamento do exercício de 2016, o que gerou impacto aumentativo nesse grupo. Essa distorção foi equalizada ao longo do exercício de 2016, mediante gestão realizada pela administração central da UFOP junto a SESu/MEC, permitindo o ajuste com descentralizações para complementação de recursos de manutenção e funcionamento em outros grupos de despesas. Entretanto, registra-se um crescimento nos gastos contratuais em 2017, em razão do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente das Convenções Coletivas Trabalhistas (CCTs), que atualizaram o piso salarial de várias categorias de ocupações, além de outras conquistas sindicais em algumas categorias, como o adicional de insalubridade para funcionários que trabalham na limpeza de banheiros, adicional de periculosidade de vigilância armada, que geram reflexos diretos nesses gastos. Registra-se que em 2015 foram promovidos ajustes nos contratos que resultaram em redução de 8% nos postos de trabalhos contratados. Em contrapartida, ressalta-se que a extinção de cargos de nível de apoio e aposentadoria de servidores que ocupam esses cargos e, ainda, a inauguração das novas instalações previstas no projeto de

expansão, dentre outras instalações pactuadas com a SESu pós REUNI, resultaram em demandas crescentes de postos de trabalho, provocando um crescimento vegetativo natural.

Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - os custos totalizam R$ 12.795.228,70 e representam um aumento de 10,3 % em relação a 2016. Como já mencionado, o fator principal que ocasionou o aumento foi a contabilização, neste quadro, dos recursos executados por TED, uma vez foram concedidas descentralizações pela SESu para a complementação de recursos destinados à cobertura de serviços de energia elétrica, além de emendas parlamentares individuais destinadas a projetos que foram contratados junto a fundação de apoio. Entretanto, observa-se uma queda nos gastos quando analisados somente aqueles realizados com créditos originários, em razão da redução no aporte orçamentário de custeio da Matriz OCC no exercício de 2017. Parte dessa redução deve- se também a medidas para a mudança na estratégia de suprimento de vários serviços, como impressão de documentos, telefonia, transporte, dentre outros. Outro fator que reflete na execução é o contingenciamento de recursos que, aliado às greves dos técnicos-administrativos, adiou a conclusão de licitações, culminando no empenhamento próximo ao encerramento do exercício, deslocando a liquidação e respectivo pagamento para 2018. As despesas do grupo agregam os principais serviços fundamentais e necessários ao funcionamento da Instituição e que há uma pressão natural desses gastos em face ao crescimento institucional gerado pela expansão do REUNI, além do aumento no custo de prestação de serviços, em razão da elevação do dispêndio gerado por gastos indiretos como combustíveis, energia elétrica etc.

Auxílio Financeiro a Estudante – estes custos abrangem três grandes eixos na UFOP: programas institucionais de assistência estudantil, programas de mérito acadêmico e programas de desenvolvimento institucional, que totalizaram R$ 11.815.389,05. Esse valor representa uma redução de 10,9 % em relação a 2016. A diferença se justifica sob três aspectos principais: a redução da disponibilidade de recursos; calendário acadêmico desalinhado com o exercício financeiro; ajustes na política de concessão de bolsas por critério socioeconômico, evitando fraudes no processo. Embora seja a terceira despesa em ordem de grandeza, a maior parcela da despesa é realizada com recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinados à assistência estudantil. O nível de gastos com Auxílio Financeiro a Estudantes se justifica pelo aumento de cursos e vagas ofertadas, conforme pactuado na expansão do REUNI. Acrescenta-se que, em decorrência do processo seletivo via Sistema de Seleção Unificado (SiSU) do MEC, houve aumento significativo no percentual de estudantes carentes em função das ações afirmativas do Governo Federal, como as políticas de cotas, que vem ampliando consideravelmente o acesso ao ensino superior às camadas socioeconômicas mais vulneráveis e, consequentemente, aumentam as necessidades de recursos para garantir a permanência desses alunos e conter os índices de evasão. Ressalta-se que a concessão de bolsas na UFOP se dá somente para alunos com vínculo com a Instituição.

Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte - embora estejam integrados ao grupo de Outras Despesas Correntes, estes custos fazem parte dos benefícios aos servidores ativos, com gestão realizada pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas e estão em conformidade com a legislação aplicável.

Material de Consumo - totalizam R$ 5.886.290,85 e representam uma redução 29% em relação a 2016. Essa diferença é justificada por vários fatores: redução no aporte de recursos de custeio, redução no volume de descentralizações para aquisição de material de consumo além de medidas de contenção de gastos internos, como a política de distribuição de recursos com base em metodologia definida pelo Conselho Universitário e o controle de gastos por “teto orçamentário” por meio do Sistema de Gestão Orçamentária (SGO) desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFOP. A mudança na política de concessão de transporte para deslocamento, conforme já mencionado no item 3.3, reduzindo gastos com combustíveis, é outro ajuste realizado. A diferença entre a despesa empenhada em relação à despesa liquidada e paga deve-se ao contingenciamento de recursos com liberação de limites já no fim do exercício, aliado às greves dos técnicos-administrativos, que paralisou os setores administrativos da UFOP em 2017, acarretando

em deslocamento de parte do cronograma de execução, deslocando a liquidação e respectivo pagamento para 2018.

Demais elementos do grupo - compreendem as despesas com serviços de terceiros – pessoa física obrigações tributárias e contributivas, diárias, passagens, dentre outras. Estes custos totalizaram R$ 14.834.353,87, uma redução de 17,4% em relação a 2016. Embora a redução seja expressiva, esta se explica pela na redução do volume de descentralizações e de aporte na matriz OCC conforme, já explicitado em itens anteriores, além de outras medidas para controle de gastos.

No grupo "Despesas de Capital" os gastos totalizaram R$ 6.535.483,12, uma redução de 12,1% em relação a 2016. O aporte de recursos de capital na Matriz Orçamentária da UFOP vem caindo nos últimos anos devido ao término da fase de expansão do REUNI, que se iniciou em 2008. Entretanto registra-se que a UFOP necessita de vários investimentos relacionados à infraestrutura física por se tratar de uma instituição centenária, com vários prédios tombados e várias demandas de acessibilidade, reformas de prédios antigos e afins. O quadro registra a execução de créditos originários e descentralizações. Não houve contingenciamento na ação. Entretanto 50% do montante só foram liberados no último trimestre, acarretando no empenhamento das aquisições próximo ao termino do exercício. Segue detalhamento das variações de cada natureza de despesa do grupo:

Obras e Instalações - somaram R$ 2.918.976,57. Investimento 44,4% menor em relação ao executado em 2016. A redução deve-se ao contingenciamento de recursos e a liberação tardia dos limites, próximo à data de encerramento do exercício, inclusive, com liberação de R$ 1.393.844,00 no mês de dezembro. Em que pese o planejamento já realizado em relação às destinações, este cenário acarreta em dificuldades na execução e tomada de decisão, levando a administração central a um constante esforço na gestão junto ao MEC para liberação dos recursos. Soma-se, ainda, fatores relacionados ao cenário econômico, político e social, já mencionados em itens anteriores. Contudo, foram licitadas obras estruturais importantes para o desenvolvimento e sustentabilidade da UFOP. As obras foram licitadas com base em planejamentos, devidamente registrados no SIMEC, sendo que representam melhorias de extrema relevância para a consolidação da expansão. O empenhamento próximo ao encerramento do exercício, gerou o deslocamento da liquidação e respectivo pagamento para 2018. Esses números refletem a utilização de créditos originários na contratação em 2017.

Equipamentos e Material Permanente - Consequentemente, com as incertezas e inviabilidade em licitar novas obras, parte dos créditos foram destinados à aquisição de equipamentos e material permanente, os quais totalizaram R$ 3.388.401,70 e demonstram um aumento de 87,6% em relação às aquisições em 2016. Essas aquisições destinaram-se a várias demandas reprimidas relacionadas a áreas acadêmicas e a setores importantes como a Prefeitura do Campus e a Divisão de Transportes. Outro fator que justifica o aumento dos gastos do grupo foram descentralizações obtidas junto a SESu para o apoio ao projeto de infraestrutura de TI, destinado à modernização da rede de internet sem fio. Foram realizados investimentos importantes para a atualização da frota e infraestrutura de TI. Entretanto, a UFOP carece de investimentos em vários setores importantes para a manutenção e funcionamento de seus cursos, devido ao processo de depreciação de seus ativos.

Outros Serviços de Terceiros - as despesas realizadas nessa natureza representam os gastos com aquisição de softwares, investimentos imprescindíveis na melhoria de infraestrutura de TI e softwares para uso nas atividades acadêmicas. Contudo houve queda na realização dessas despesas da ordem de 40% em relação ao investido em 2016.

A concentração de contratações diretas realizadas via dispensa de licitação e inexigibilidade somaram R$ 21.627.863,96 em 2017, valor que representa 5,11 % em relação ao total executado no exercício, com oscilação mínima comparada ao exercício de 2016 (4%). Na composição do grupo, o maior volume está concentrado em contratações via dispensa de licitação (89,55%). Embora o volume seja alto nessa modalidade, a contratação se justifica, principalmente, pela rescisão contratual de empresas terceirizadas, por motivo de falência das mesmas, abrindo hipótese de contratação por Dispensa de Licitação por remanescente, conforme disposto no art. 24, inciso XI da

lei 8.666/93 e ainda pela aquisição de equipamentos específicos, destinados a projetos de pesquisa, respeitando-se o artigo 24, inciso XXI da Lei 8.666/93. Acrescenta-se também contratação de serviços de energia elétrica para o Campus João Monlevade na hipótese do art. 24, inciso XX - suprimento de energia elétrica. Outro fator relevante foi a contratação de fundação de apoio para a gestão administrativa e financeira para execução de projetos, observada a hipótese do art. 24, inciso XIII e o devido trâmite processual. Contudo, registra-se a necessidade de adequações no planejamento institucional e consequentemente na política de suprimento de bens de consumo e capital uma vez que a Instituição obteve um crescimento expressivo no período de expansão 2008- 2012. Essas medidas já estão sendo implementadas conforme detalhamento a ser apresentado nos itens seguintes. Já nas aquisições por Inexigibilidade de Licitação houve redução, porém, pouco expressiva em relação ao exercício 2016. As aquisições nessa modalidade se justificam em razão da aquisição de equipamentos de fornecedores de bens e serviços exclusivos, conforme o artigo 35, inciso I, da mesma lei.

As despesas realizadas por regime de execução especial, na modalidade Suprimento de Fundos totalizaram R$ 60.031,82, valor que representa 0,02% do total de despesas realizados no exercício. Observa-se um aumento de 1,3% em relação ao exercício anterior. Os custos representam, em sua maior parte, aquisições de mercadorias e serviços de pequeno porte, eventuais e emergenciais, as quais não poderiam ser executadas por processo convencional dada as características das necessidades/eventualidades. Há o acompanhamento sistemático desta modalidade pela Coordenadoria de Contabilidade e Finanças/DOF/UFOP. Contudo, entende-se que os níveis de despesa estão dentro da normalidade para uma instituição pública de ensino superior do porte da UFOP.

Contingenciamento no exercício

O ano teve início com a Lei de Orçamento Anual (LOA) aprovada, mas com forte contingenciamento de recursos, conforme disposto no decreto 8.961 de 16 de janeiro de 2017 cujo teor já demonstrava o grau de contingenciamento nas despesas públicas, com liberação mensal de limites orçamentários correspondentes a 1/18. Somente em abril de 2017 a UFOP recebeu liberação de 50% do limite de empenho de custeio e 30% do limite de empenho de capital para 2017. Tendo em vista as incertezas no plano econômico nacional, em 16 de fevereiro de 2017 o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG publicou a portaria nº 28 que tratou de estabelecer limites para o gasto a ser empenhado com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, no âmbito de órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo no exercício de 2017. Em 17 de março de 2017, o MEC emitiu o ofício-circular nº 07/2016-GAB/SE/MEC, no qual fixou o limite de R$ 19.385.693,00 para gastos, até dezembro de 2017, com as despesas elencadas na portaria nº 28 MPDG. Entretanto, o montante fixado para as referidas despesas superava, no momento da fixação, R$ 24.980.000,00 em relação à projeção anual. A administração central precisou se mobilizar para solicitar a ampliação de limites junto à SESu, que só foi atendida próximo ao encerramento do exercício, com a revogação da aludida portaria. Os créditos previstos na Matriz OCC da UFOP já se apresentavam deficitários frente às despesas fixas da Instituição, sobretudo pela redução de 7,37% em relação ao orçamento de 2016, o que acarretou no adiamento da realização de várias despesas imprescindíveis ao funcionamento da Universidade, situação que a levou a solicitar complementação de recursos junto à SESu. Além do contingenciamento, ainda no primeiro trimestre, o MEC efetuou o bloqueio de créditos orçamentários. Até o término do primeiro semestre o MEC sinalizou que esses bloqueios não seriam liberados, mas que, entretanto, seria possível atender ao pleito de complementação de recursos para apoio em demandas específicas como a modernização na infraestrutura de rede de internet sem fio e apoio no refinanciamento de dívida relacionada a fornecimento de energia elétrica. Já no último trimestre, o MEC sinalizou com a possibilidade de desbloqueio dos créditos e liberação de limites contingenciados, chegando a 100% na liberação ao término do exercício.

O contingenciamento de recursos é o fator mais prejudicial para a execução dos processos administrativos. Todo o planejamento de aquisições de materiais e serviços, bem como o apoio às iniciativas acadêmicas, ficam severamente prejudicados, considerando que a disponibilidade do recurso orçamentário precede todas as fases de execução orçamentária para a realização das despesas. Todas as licitações são promovidas por meio de editais, devendo dispor, obrigatoriamente, sobre a disponibilidade orçamentária. O planejamento de execução dos projetos é pautado em seus respectivos planos de trabalho e cronograma de execução. Portanto, o contingenciamento prejudica todo o mecanismo, causando incertezas e insatisfação dos gestores e de todas as pessoas envolvidas em atividades executadas pela UFOP, sobretudo prejudicando o processo de compras para suprimento aos projetos.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Além das questões relacionadas ao contingenciamento de recursos, podemos destacar as dificuldades ligadas às contratações públicas, motivadas pelo amplo e aberto sistema de consulta jurídica da Advocacia Geral da União – AGU, que permite questionamentos sobre a legalidade dos atos. Vivemos num cenário dinâmico, com mudanças constantes na legislação e procedimentos correlatos, tendo em contrapartida uma instituição centenária e recém-expandida, com servidores novos e processos manuais, ainda em fase de informatização. Contudo, não prejudicou a realização das licitações, interferindo, apenas, nos cronogramas de execução, principalmente dos novos modelos propostos pela administração. Dentre os principais eventos negativos para a execução orçamentária, destacamos a necessidade de implantação de sistemas integrados de gestão que contemplem todas as dimensões da governança institucional. Outro fator são as sucessivas greves gerando grande demanda reprimida e atraso nos planejamentos e ações de desenvolvimento. Por exemplo, o setor responsável pelas licitações ficou com o serviço acumulado no final do exercício, o que implicou em acúmulo de processos, que, por sua vez, dificultou a execução adequada. Aliam- se ainda a política de ajuste fiscal e a crise política e econômica que provocaram um cenário de incertezas. A aposentadoria de servidores e a chegada de novatos nos setores da Diretoria de Orçamento e Finanças também impactaram negativamente. Há a necessidade de aumentar o quadro de servidores da Coordenadoria de Suprimentos para se adequar o setor ao novo patamar institucional.

Outros fatores que dificultaram a execução

Podemos destacar outros fatores que influenciaram negativamente a execução das despesas:

- Liberação tardia de recursos – provenientes de Termos de Execução Descentralizada - TED e Emendas Individuais, os recursos só foram liberados próximos ao fim do exercício financeiro. A liberação tardia acarreta em finalização das licitações próximo ao encerramento do exercício, o que justifica a passagem dos recursos em restos a pagar, além da sobrecarga de trabalho na CSu, setor responsável pelas licitações;

- Trâmites processuais lentos e burocráticos das licitações – A fase interna do processo licitatório prevê várias etapas. A ampla pesquisa de preços exigida pela lei condiciona a administração a realizar a pesquisa de preços com base na IN nº 05, de 27 de junho de 2014 com, no mínimo, três orçamentos para cada item do processo, para formação da margem de referência (há processos como os de aquisição de material elétrico e hidráulico que chegam a 300 itens). Como nem sempre é possível localizar os preços no Portal de Compras Governamentais e em sítios especializados, a pesquisa junto a fornecedores faz-se necessária. Porém, muitas empresas se recusam a disponibilizar os orçamentos, tornando o processo muito moroso quando se trata de processo com muitos itens. A isto alia-se o fato de que os processos precisam ser submetidos ao parecer da procuradoria jurídica, que tem quadro reduzido de servidores. Desta forma, muitos processos são concluídos próximo ao encerramento do exercício, fato que condiciona a entrega de

bens e serviços no exercício seguinte e, consequentemente, inscrição dos empenhos em restos a pagar não processados;

- Descumprimento de prazo de fornecimento – com a instituição do pregão eletrônico, ficou estabeleceu-se a ampla concorrência, com participação de várias empresas, em todo o território nacional. Porém, muitas empresas vencedoras do certame são apenas representantes comerciais e, em muitos casos, têm dificuldades logísticas para cumprir as condições estabelecidas no edital. A UFOP busca realizar um acompanhamento rigoroso dos prazos de entrega e aplica veementemente as sanções administrativas previstas na legislação nos casos de descumprimento do edital;

- Gestão de Contratos – vários contratos estão passando por ajustes e adequações no intuito de alcançar o modelo de execução adequado e a proposta mais vantajosa para a UFOP, sobretudo na forma de composição dos valores de referência e cronograma físico-financeiro de execução. A UFOP padronizou os procedimentos relacionados à gestão e fiscalização por meio de edição e publicação do "Manual de Fiscalização de Contratos no âmbito da UFOP", o qual estabelece competências para gestão e fiscalização dos contratos. Entretanto, há enormes gargalos no planejamento dos setores demandantes para o cumprimento dos dispositivos. É, portanto, necessária a finalização da informatização e automação dos procedimentos relacionados à gestão e fiscalização que, atualmente, é manual;

- Atrasos no repasse de recursos financeiros – Embora o exercício de 2017 tenha registrado pequena melhoria na regularidade de repasse de recursos financeiros, registra-se dificuldade do governo em repassar os recursos financeiros tempestivamente, causando transtornos para o setor financeiro, que precisou readequar toda a programação financeira e estabelecer novos prazos de faturamento junto aos fornecedores de bens e serviços, principalmente entre os meses de janeiro e agosto, onde o quadro se agravou com repasses parciais da despesa liquidada. Em sua maioria, os repasses mensais ocorreram somente uma vez no mês, fato que prejudica muito a programação de pagamentos, tendo em vista a sistemática de apuração das despesas liquidadas pela SPO/MEC, que ocorre nos últimos três dias úteis do mês corrente, enquanto boa parte dos fornecedores de bens e serviços só apresentam a medição e respectivo faturamento após o fechamento do mês. De setembro a novembro, houve melhora na regularidade dos repasses, mas as despesas de dezembro só foram repassadas parcialmente;

- Implantação do Plano de Contas Aplicado ao setor Público – PCASP e procedimentos contábeis – Embora a implantação tenha ocorrido a partir de janeiro de 2015, várias modificações nas rotinas estão em andamento, de maneira que os servidores tiveram que resolver várias inconsistências contábeis e aprender novos procedimentos para a transição.

Outras informações relevantes

Conjuntura pós-expansão

Após a expansão (2008-2012), os processos administrativos se tornaram mais complexos, evidenciando a necessidade de readequação da estrutura administrativa. A atual gestão, eleita para o período 2017-2020, passou por um período de adaptação às mudanças ocorridas nos cargos da administração central. Toda via todos os esforços realizados no exercício pautaram-se pela consolidação do crescimento e pela continuidade do desenvolvimento institucional. Ao longo do exercício foram implementadas medidas visando a adequar a estrutura organizacional e os processos administrativos ao novo patamar institucional para o aprimoramento da governança.

No período que compreende a gestão 2005-2008 e 2009-2012, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAD ficou incumbida da elaboração, estabelecimento das diretrizes e condução do projeto de expansão e reestruturação da UFOP – REUNI, sobretudo pelo planejamento do conjunto de obras previstas. A então Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF se elevou ao patamar de Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças, assumindo atribuições de elaboração

do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), agregando funções do planejamento estratégico, tático e operacional da execução orçamentária. Essa modificação se deu em virtude do acentuado crescimento no aporte orçamentário para o período de expansão e da necessidade de divisão de tarefas. A Instituição passava por intensa atividade de crescimento com ampliação de sua infraestrutura física, realização de concursos para provimento de cargos para docente e técnicos- administrativos, acompanhados do crescimento do número de alunos matriculados a cada semestre letivo. Desta forma a execução orçamentária era pautada pelas demandas geradas por cada etapa prevista.

A partir da gestão 2013-2016, a Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças retorna ao status de Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAD). Com esse novo modelo organizacional, a PROPLAD retoma a missão de se encarregar do "Planejamento Estratégico" e das "diretrizes orçamentárias" da Instituição, cabendo à DOF a missão de estabelecer o planejamento nos níveis "tático" e "operacional", promovendo o suporte técnico e subsídios operacionais aos setores da UFOP, viabilizando os recursos necessários à realização das ações da Universidade, para o cumprimento de sua missão. A Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) é um setor de extrema importância para a Instituição, pois concentra as ações de gerenciamento dos recursos financeiros da UFOP. Sua principal missão contempla a gestão da execução orçamentária, financeira e contábil, bem como pelo processo de suprimentos de bens de consumo e capital, pela contratação de serviços, pela firmação de convênios e instrumentos congêneres e pela confecção e o apoio nas prestações de contas em que a UFOP figura como convenente. Como visão e valores, a DOF busca a gestão dos recursos de forma ética, eficiente e transparente. Suas principais metas são a melhoria contínua da gestão de recursos visando o aumento do nível de satisfação da comunidade usuária dos serviços prestados e a normatização e informatização dos procedimentos para permitir a implantação de centros de custos. Neste contexto, busca-se a consolidação do crescimento institucional por meio da regulamentação, padronização e informatização dos procedimentos relacionados à execução das despesas para subsidiar o planejamento dos gastos setoriais. Assume também a competência para organizar e consolidar dados de toda movimentação financeira da UFOP, subsidiando as ações do planejamento institucional e consequente tomada de decisão. Encarrega-se ainda de capacitar os usuários nos procedimentos essenciais.

Para que se possa organizar melhor as atividades e os processos, a DOF é subdividida em três setores: a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF), a Coordenadoria de Suprimentos (CSu) e a Gerência de Contratos e Convênios (GECON).

A CCF é o setor que coordena as atividades de execução orçamentária (Área Orçamentária), execução financeira (Área Financeira) e pela contabilidade da Instituição (Área de Contabilidade), além de concentrar as atribuições da gestão financeira juntamente com o ordenador de despesas.

A CSu é o setor responsável pela gestão das licitações, compreendendo a Área de Compras e Licitações, Área de Contratos e Área de Almoxarifado Central. São funções dessa Coordenadoria, entre outras, efetuar as compras para a Universidade e firmar os contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços realizados por meio de licitações, armazenar os bens de consumo estocáveis da Instituição e disponibilizá-los de acordo com as demandas da comunidade universitária.

A GECON é o setor responsável pela gestão de todos os convênios e contratos firmados com as fundações de apoio, especialmente aqueles que envolvem a transferência de recursos. Sucintamente, as suas atribuições vão desde a elaboração dos instrumentos legais, o registro desses instrumentos legais, passando pelo acompanhamento até a análise das prestações de contas ao término da vigência dos mesmos.

Para a reestruturação dos serviços, a DOF vem empreendendo ações de mapeamento de processos a partir de metodologias e técnicas contábeis para o registro, organização, demonstração, análise e acompanhamento do desempenho institucional que irão convergir para a tomada de decisão na regulamentação dos atos de gestão no âmbito interno da UFOP. Medidas como a edição,

publicação e implementação do "Manual de Fiscalização de Contratos no âmbito da UFOP" já estão em andamento. Destaca-se também a edição e publicação do "Manual de Procedimentos para a Aquisição de Materiais e Serviços no âmbito da UFOP", que define as atribuições e responsabilidades dos setores demandantes de processos de compras e gestão de materiais. No contexto do planejamento tático e operacional, foi desenvolvido conjuntamente com a PROPLAD, o Plano de Gestão e Plano Anual de Ações, editado e publicado por meio de Portaria Conjunta nº 001 de 28 de março de 2016. Há também o desenvolvimento de sistemas integrados de administração, junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, destinados ao controle e distribuição de recursos, gestão de compras, gestão de estoques, gestão de contratos dentre outros processos de concessão de despesas, com adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, que permitirão maior integração de dados com os sistemas estruturantes do governo federal e, consequentemente, maior transparência. Busca-se a racionalização e otimização dos processos administrativos com vista à maior eficiência e eficácia dos recursos aplicados. Essas ações estão em processo de desenvolvimento e ou implementação, de maneira que resultados previstos ainda não foram alcançados em sua plenitude. Entretanto, este processo vem se desenvolvendo com um quadro deficitário de pessoal, acúmulo de tarefas nos setores e atividades diárias que demandam grande esforço e envolvimento de toda a equipe.

A análise dos dados apresentados sintetiza a realidade da execução orçamentária em qualquer IFES com orçamento do porte da UFOP. Quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico-financeira do orçamento (ter orçamento, planejar, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que termina sendo o objetivo da gestão em cada exercício orçamentário. A exceção a essa realidade é a despesa com pessoal, exatamente porque não há necessidade de licitar. Quando se considera que o ano orçamentário real é de no máximo 10 (dez) meses, e que as licitações possuem etapas e ritos que levam meses para superar todo o trâmite, quando tudo transcorre sem incidentes, conclui-se que o encerramento dos processos licitatórios concentra-se no segundo semestre de cada ano e, tratando-se de obras e serviços de engenharia, as liquidações e os pagamentos de medições dentro do ano orçamentário, de regra, são pouco representativos em relação aos valores contratados e empenhados.

Em síntese, a principal preocupação da administração central da UFOP a cada exercício é assegurar as condições para a execução total dos créditos consignados no orçamento da Instituição e que esses sejam utilizados com eficiência e eficácia, sendo que, para tal, é necessário que os processos licitatórios estejam dentro dos princípios que regem a administração pública. Daí o esforço da gestão para que seja maximizado o número de licitações concluídas no exercício, tanto na modalidade de Pregão (contratação de materiais de consumo, serviços e materiais permanentes de uso comum) quanto nas modalidades de Concorrência ou Tomada de Preços (contratação de obras e serviços de engenharia) cujo objetivo é o atendimento das atividades fins da Instituição.

3.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Este item tem por finalidade oferecer uma visão gerencial de como a Instituição gerencia a concessão de suprimento de fundos pelos diversos instrumentos de que dispõe. Assim, os quadros a seguir apresentam quais os limites, os meios e a classificação dos suprimentos de fundos.

O Quadro 18 demonstra os limites concedidos à unidade gestora.

Quadro 18 – Limites concedidos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI	Meio de Concessão	Valor do maior limite individual concedido

			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	**Nome ou Sigla**	**Quantidade**	**Valor Total**	
2017	154046	UFOP	5	37.686,63	5.000,00
2016	154046	UFOP	6	59.678,24	8.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 19 descreve a forma de utilização do cartão de pagamento e mostra um comparativo entre os anos de 2016 e 2017.

Quadro 19 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total
	Código	**Nome ou Sigla**	**Quantidade**	**Valor dos Saques (a)**	**Valor das Faturas (b)**	(a+b)
2017	154046	UFOP	30	9.035,89	28.650,74	37.686,63
2016	154046	UFOP	43	13.319,54	45.958,24	59.277,78

Fonte: Tesouro Gerencial

Enfim, o Quadro 20, detalha a classificação dos gastos com suprimentos de fundos.

Quadro 20 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	**Nome ou Sigla**	**Elemento de Despesa**	**Subitem da Despesa**	**Total**
154046	UFOP	339030	96	28.901,23
		339039	96	8.785,40

Fonte: Tesouro Gerencial

Acerca dos quadros acima expostos é possível aferir que a Universidade Federal de Ouro Preto utiliza o Cartão de Pagamento do Governo Federal. Em relação à concessão de suprimento, observa-se um decréscimo em relação a 2016 devido ao cancelamento de 01 cartão. No tocante ao valor total utilizado, observa-se uma redução expressiva de 63% em relação ao exercício anterior. Essa redução é devida ao rigoroso controle efetuado pela Coordenadoria de Contabilidade e Finanças junto aos setores detentores do Cartão de Pagamento. Em relação à utilização, registra-se ainda uma redução no volume de saques de 68% e de 62% no pagamento de faturas. Do valor total, 77% representam gastos com material de consumo e 23% com serviços de terceiro-pessoa jurídica. Dessa forma, registra-se a regularidade da utilização do CPGF, obedecidos os limites acima citados. Diante dos registros e, através do controle concomitante desta Diretoria, permitiu-se sanar as inconsistências apresentadas pela auditoria interna em anos anteriores no tocante a tempestividade entre o Ato de Concessão e a abertura do processo administrativo correspondente. Essa situação foi corrigida por meio da adoção de procedimento na qual o suprido faz a abertura do processo administrativo, anexando à solicitação o Formulário de Solicitação de Concessão do Suprimento de Fundos, de maneira que o ato de concessão fique em conformidade com a data de abertura do

processo. O valor limite individual concedido e registrado no presente relatório não extrapola o limite legal permitido. Da análise do dispositivo regulamentado, temos que o limite estabelecido pela Lei 8.666/933 refere-se ao ato de concessão (CPGF), ou seja, por CADA ATO DE CONCESSÃO, e que da mesma forma o somatório das despesas apresentadas pelo suprido corresponde ao total dos atos concedidos dentro do exercício financeiro. Dessa forma, registra-se a regularidade da utilização do CPGF.

3.4 Desempenho Operacional

Neste item o objetivo é demonstrar os resultados obtidos pela UFOP na condução dos objetivos definidos nos seus planos, seja estratégico, tático ou operacional. O desempenho da UFOP é demonstrado em outros capítulos do relatório. No entanto, neste tópico, evidencia-se as principais ações desenvolvidas pela Instituição. Busca-se complementar as informações acerca do estágio de implementação do planejamento estratégico e apresentar o desempenho operacional considerando as atividades desenvolvidas por algumas unidades relacionadas diretamente aos eixos temáticos previstos no PDI.

Principais Ações

a. Ensino de Graduação

Ao considerar as atividades de Ensino de Graduação destaca-se a participação da PROGRAD. Em parceria com os setores competentes, a unidade desenvolveu atividades relacionadas a proposição, implementação e fiscalização das políticas de ensino de graduação nas modalidades presencial e a distância, por meio da realização dos seguintes conjuntos de atividades:

i. Realização dos processos seletivos;
ii. Registro e controle das atividades acadêmicas;
iii. Acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas de graduação e desenvolvimento;
iv. Acompanhamento e avaliação de programas ou projetos acadêmicos;
v. Acompanhamento da política de distribuição de bolsas (exceto as assistenciais) para graduação

O Quadro 21, demonstra as estratégias e ações adotadas para cumprimentos dos objetivos previstos no PDI UFOP 2016-2025:

Quadro 21: Metas e ações PROGRAD 2017

GRUPO DE TRABALHO - ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS - PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO PDI					TA	PA	NA	JUSTIFICATIVAS PARA PA E NA
METAS PRIORIZADAS	**ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PRIORIZADAS**	**Ações Estratégicas**	**Indicadores**	**Setores do Grupo de Trabalho**				
Elevar o padrão de qualidade dos cursos de graduação para que, até o final da vigência deste PDI, todos alcancem Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual ou maior a quatro.	Desenvolvimento de um programa permanente de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação.	Desenvolver e implementar programa.	Número de cursos envolvidos com o programa	PROGRAD		X		Em fase de estudo.
	Elaborar Manual do Coordenador de Curso	Reestruturar o manual para coordenadores de curso. Capacitar os coordenadores de curso.	Manual do Coordenador de Curso Elaborado Número de coordenadores de curso capacitados	PROGRAD		X		Manual concluído. Falta a realização da capacitação com os coordenadores.
	Concluir mintas e aprovar no CEPE as seguintes normas: Processo de Avaliação da Aprendizagem; Aproveitamento de Estudos e Elaboração, Arquivamento e Alteração de Projeto Pedagógico, Programa de disciplina e Plano de ensino.	Aprovar normas.	Portarias e resoluções aprovadas.	PROGRAD		X		Todas as normas foram elaboradas. Foi aprovada a portaria referente ao Arquivamento e Alteração do Projeto Pedagógico, Elaboração de Programa de Disciplina e Plano de Ensino. As demais foram distribuídas aos conselheiros do CEPE para análise.
Diminuir a evasão nos cursos de graduação, de modo que, até o final da vigência deste PDI, o número anual de alunos evadidos no conjunto dos cursos da UFOP seja inferior a 40% do número anual de ingressantes.	Realização de estudos específicos sobre as causas da evasão, com vistas ao desenvolvimento de estratégias para a diminuição dos índices de evasão nos cursos e na Universidade.	Instituir grupo de trabalho sobre a temática. Levantar dados e propor ações.	Número anual de evasões: indica o número de alunos evadidos ao longo de dois semestres letivos de cada ano pelos seguintes motivos: cancelamento de matrícula, desligamento, jubilamento, não renovação de matrícula,	PROGRAD		X		Reuniões com coordenadores de curso, chefes de departamento e diretores de unidades para disponibilização dos dados de graduação via Sistema de Gestão.

			óbito e transferência. Para a realização do cálculo, devem ser contabilizados apenas os alunos computados para o Censo da Educação Superior.					
	Desenvolvimento de estratégias específicas de atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem.	Dar continuidade aos programas existentes: Monitoria, Tutoria. Orientar e mediar ações junto a colegiados, docentes e discentes.	% de redução do número de evadidos.	PROGRAD		X		Não é possível estabelecer uma correlação direta entre as ações e o indicador.
	Apoio e desenvolvimento de estratégias específicas de diminuição da repetência nos cursos, departamentos e disciplinas, para que os índices de aprovação alcancem patamares elevados.	Dar continuidade aos programas existentes: Monitoria, Tutoria. Orientar e mediar ações junto a colegiados, docentes e discentes.	% de redução do número de evadidos.	PROGRAD		X		Não é possível estabelecer uma correlação direta entre as ações e o indicador.
	Intensificação das estratégias de melhoria dos processos de seleção de estudantes por meio dos editais de transferência, portador de diploma de graduação (PDG) e reingresso.		Número de Vagas Residuais (NVR): o número de vagas residuais é apurado nos cursos de graduação presenciais, de acordo com a Resolução CEPE n° 6.270, de 15 de abril de 2015, mediante a subtração do número de ocupantes de vagas	PROGRAD		X		Ação continuada e que deve ser discutida de forma ampliada, envolvendo aspectos pedagógicos e administrativos: prioridade de matrícula; retenção; evasão; atratividade dos cursos; divulgação do processo seletivo; critérios de classificação dos candidatos; etc.

			(NOV) do total máximo de vagas (TMV): • NVR = TMV - NOV					A Resolução CEPE Nº 6.270/2015 foi substituída pela Resolução CEPE Nº 7.190/2017, a qual passou a regulamentar o processo seletivo para ocupação de vagas residuais a partir do 2º semestre letivo de 2017.
Diminuir a quantidade de vagas residuais nos cursos de graduação presenciais da Universidade para menos de 7% do total de vagas até o final da vigência deste PDI.	Transformar o Programa Piloto de tutoria em Programa Institucional.	Implantar o programa.	Nº de projetos aprovados.	PROGRAD	X			Em fase de elaboração.
Diminuir, em quatro anos, o percentual de reprovação semestral no conjunto das disciplinas de graduação a patamares inferiores a 15%.	Instituição de um programa de mobilidade acadêmica estudantil entre os *campi* da UFOP.	Desenvolvimento e implantação do programa.	Programa de mobilidade estudantil: programa aprovado e implantado.	PROGRAD		X		Em fase de estudo.
Implantar programa de mobilidade estudantil entre os *campi* da Universidade até o término da vigência do PDI.	Regulamentação do uso de 20% da carga horária dos cursos da Universidade em atividades de EaD.	Discutir e implementar regulamentação institucional sobre a carga horária EAD em cursos presenciais.	Regulamentação aprovada no CEPE- Percentual de utilização de recursos de Educação a Distância (EaD): indica o percentual de cursos de graduação presenciais que implementaram em seu PPC até 20% da carga horária com recursos de EaD.	PROGRAD		X		Utiliza-se a legislação do MEC. Houve orientações individuais aos colegiados de acordo com as demandas.
Implementar, até o final da vigência deste PDI, a utilização de até 20% da carga-horária com recursos de educação a distância (EaD) em, pelo menos, 70%	Adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação às normativas da PROGRAD.	Divulgar e ampliar as normas sobre estrutura e formato dos PPCs.	Percentual de projetos pedagógicos dos cursos de graduação que foram atualizados.	PROGRAD	X			Atendimento das demandas recebidas no ano de 2017.

dos cursos presenciais de graduação.								
Promover, em até quatro anos, a atualização e o aperfeiçoamento de 100% dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, o PDI, o PPI e o PPL da Universidade, entre outras exigências legais.	Manutenção e intensificação das ações de orientação e acompanhamento dos projetos pedagógicos realiza-dos pelo Núcleo de Apoio Pedagógico da PROGRAD.	Estimular as atividades de orientação e acompanhamento do processo de atualização dos PPCs.	Percentual de projetos pedagógicos dos cursos de graduação que foram atualizados.	PROGRAD		X		Falta de infraestrutura da PROGRAD para acompanhamento personificado a todos os cursos.
	Divulgação adequada dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFOP no site da Universidade e promoção de ações de discussão desses projetos com os alunos, os professores e os técnicos-administrativos.	Criar espaço na página eletrônica da PROGRAD para disponibilizar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Elaborar eventos para apresentação e discussão dos PPCs.	Nº de projetos disponíveis no site da Universidade.	PROGRAD			X	A nova página eletrônica da PROGRAD se encontra em processo de elaboração.
	Desenvolvimento de estratégias de trabalho entre a Coordenadoria de Estágio e os coordenadores ou pro-fessores responsáveis pelas disciplinas de Estágio nos cursos de graduação.	Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional inerentes de cada curso.	Normas complementares para estágio de cada curso			X		Foram realizadas reuniões com algumas as unidades acadêmicas para início do processo de reestruração dos estágios na Universidade.

Adequar a oferta de estágios às normativas legais que orientam sua realização, em todos os cursos, no prazo de até quatro anos.	Promoção do uso de tecnologias de informação e comunicação na realização dos estágios.	Organizar e disponibilizar materiais e documentos sobre estágios.	Percentual de cursos com estágio regularizado: indica o percentual de cursos com comprovada adequação de seus estágios às normativas legais e da UFOP que orientam a realização de estágios nos cursos de graduação. - Reestruturação e ampliação da Coordenadoria de Estágio: indica o percentual de recursos materiais, humanos e tecnológicos incorporados à coordenadoria.			X		O arquivamento e o registro informatizado foram efetivados.
	Dotação de recursos materiais, humanos e tecnológicos necessários à coordenação das atividades de estágio dos cursos de graduação.		Reestruturação e ampliação da Coordenadoria de Estágio: indica o percentual de recursos materiais, humanos e tecnológicos incorporados à coordenadoria.			X		Adequação da infraestrutura foi realizada e os foram implantados recursos tecnológicos.
	Inserção da abordagem do tema inclusão e diversidade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.		Atendimento pedagógico a alunos com demandas específicas: número de alunos atendidos ou acompanhados pelo Núcleo de Educação Inclusiva da PROGRAD em relação ao número de alunos que apresentam demanda de atendimento. Participação em	PROGRAD/NEI		X		Esta ação foi realizada parcialmente com cursos que procuraram o NEI. No entanto, precisamos estabelecer um contato ainda maior com o NAP, para que possamos ampliar nossa participação nos cursos que estão reformulando seus projetos pedagógicos sob orientação deste setor.

			atividades formativas sobre diversidade e inclusão.					
Garantir atendimento especializado e de qualidade a todos os estudantes público-alvo da educação especial que ingressarem na Universidade;	Ampliação das ações relativas à inclusão e diversidade, no âmbito de atividades formativas, a exemplo do Programa Sala Aberta.		Atendimento pedagógico a alunos com demandas específicas: número de alunos atendidos ou acompanhados pelo Núcleo de Educação Inclusiva da PROGRAD em relação ao número de alunos que apresentam demanda de atendimento. Participação em atividades formativas sobre diversidade e inclusão.	PROGRAD/NEI			X	Não foi realizado um programa para esse fim. Foram desenvolvidas ações isoladas, como rodas de conversa, palestras e orientação aos docentes. Houve dificuldade para realização de encontros do Programa Sala Aberta devido à falta de recursos financeiros e datas disponíveis no calendário acadêmico.
	Conclusão e aprovação do Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas (PPL).	Discutir, aprovar e divulgar o PPL.	Projeto Pedagógico Institucional para as licenciaturas: implantação do projeto.	PROGRAD		X		Aguardando decisão da Subcâmara das Licenciaturas para submissão do documento aos órgãos colegiados superiores.
Consolidar, em até quatro anos, um Projeto Pedagógico Institucional para as licenciaturas, contemplando a definição de objetivos institucionais para a formação docente, o atendimento às Diretrizes	Redimensionamento, equalização e racionalização da oferta de disciplinas pedagógicas pelo Departamento de Educação aos diferentes cursos de licenciatura da UFOP.	Verificar os encargos didáticos do Departamento de Educação e verificar a possibilidade de equalização de disciplinas.	Projeto Pedagógico Institucional para as licenciaturas: implantação do projeto.	PROGRAD			X	Não se Aplica. A definição dos encargos didáticos é deliberada em regimento como responsabilidade do departamento.

Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores, a oferta mínima de disciplinas pedagógicas e a realização de atividades conjuntas entre os cursos.	Atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em atendimento às DCNs e ao PPL.	Promover debates e acompanhar o processo de atualização dos PPCs.	Projeto Pedagógico Institucional para as licenciaturas: implantação do projeto.	PROGRAD		X		Realização de reuniões, debates e criação de comissões. As alterações curriculares referentes às novas diretrizes serão realizadas no semestre letivo de 2018/2 após aprovação do PPL.

Fonte: elaboração PROGRAD

b. Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

No que se refere às atividades de pós-graduação e pesquisa destaca-se as ações desenvolvidas pela PROPP ao longo do ano de 2017, bem como as demandas administrativas, acadêmicas e financeiras da Pesquisa e da Pós-Graduação. Para o ano, o foco principal da PROPP foi trabalhar em um processo diagnóstico (em parte por meio de visitas a todos os programas de pós-graduação) e de geração de dados e informações, buscando a racionalização na administração dos recursos orçamentários, sendo que, para isso, indicadores foram levantados e medidos.

Dessa forma, foram criadas diversas frentes multissetoriais de trabalho no compromisso de alavancar ações para o desenvolvimento do PDI 2016-2025 por meio de um conjunto de tarefas, de maneira disciplinada e organizada, a fim de atingir objetivos traçados.

O papel da PROPP é fundamental para assegurar que a pesquisa na UFOP seja entendida como atividade essencial à vida universitária plena, devendo estar incorporada na cultura e no cotidiano institucional como um todo. A PROPP incentiva o cadastramento e a realização de projetos agrupados em linhas de pesquisa institucionais; apoia financeiramente pesquisas por meio de editais específicos, particularmente do Programa de Incremento da Qualidade da Pesquisa e Pós- Graduação da UFOP (PIQ), implementado no ano de 2017; e fomenta a participação discente com distribuição de bolsas de pesquisa nas diferentes modalidades, com recursos próprios da UFOP e oriundos de agências de fomento externas.

Dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP 2016-2025, a PROPP adotou os seguintes objetivos como estratégia de atuação para a execução de suas políticas públicas:

i. Valorizar as atividades da pós-graduação dentro da Instituição;
ii. Fortalecer a qualidade dos programas de pós-graduação;
iii. Ampliar a oferta de programas de pós-graduação na UFOP (PPGs);
iv. Promover a integração da modalidade presencial e a distância;
v. Fortalecer as condições de desenvolvimento da pesquisa em todos os *campi* e unidades acadêmicas;
vi. Ampliar as atividades de pesquisa em todas as áreas de conhecimento;
vii. Melhorar a qualidade da produção de conhecimento acadêmico, artístico, científico e tecnológico, com qualidade, ética e impacto social;

A PROPP supervisionou, até 31 de dezembro de 2017, 42 cursos de cursos de pós- graduação *stricto sensu*, que contavam com a participação de 421 docentes doutores da UFOP e 62 externos, sendo que 69 docentes da UFOP atuam em dois ou mais programas de pós-graduação. No final de 2017, estavam matriculados 356 alunos de especialização, 1140 alunos nos cursos de mestrado (877 em programas de mestrado acadêmico e 263 em programas de mestrado profissional) e 391 nos cursos de doutorado, totalizando 1887 alunos de pós-graduação, com 333 dissertações e 48 teses defendidas. No ano de 2017 foram disponibilizadas pelas agências de fomento e pela UFOP 413 bolsas de mestrado e 203 de doutorado.

Dentre as políticas adotadas pela PROPP em 2017, visando a alcançar os objetivos estratégicos listados acima, pode-se citar:

a) Programa de Incremento da Qualidade da Pesquisa e da Pós-Graduação (PIQ) que contemplou em 2017 três editais viabilizados com recursos do orçamento da PROPP/UFOP e PROAP/CAPES:

- Edital Auxílio Financeiro ao Pesquisador. Foram apoiados 118 docentes, ao custo de R$ 500.000,00;
- Edital Auxílio à Publicação de Artigos Científicos. Foram apoiados 88 docentes, ao custo de R$ 252.475,00;
- Edital Apoio à Manutenção de Equipamentos Multiusuários. Foram apoiadas 13 propostas de manutenção de equipamentos multiusuários, ao custo de R$ 190.481,99;

b) Aprovação, na Câmara dos Coordenadores de Pós-Graduação *stricto sensu*, de minuta de resolução para alteração da norma CEPE 5290/13 que rege a Pós-Graduação *stricto sensu* na UFOP. A nova resolução estabelece prazos para desligamento de alunos, entrega da versão corrigida da dissertação, credenciamento/recredenciamento de docentes; exige que a dissertação ou tese seja submetida a programa antiplágio; estabelece critérios mínimos para a passagem do mestrado para o doutorado bem como o número máximo de alunos para cada orientador; dentre outras mudanças que visam melhorar os indicadores dos PPGs da UFOP na análise comparativa realizada quadrienalmente pela CAPES.

c) A PROPP participou ativamente das discussões na Câmara de Recursos Humanos do Conselho Universitário (CUNI) propondo critérios para estimar a atuação docente na pesquisa e na pós-graduação de forma a subsidiar a construção de indicadores que permitam computar o 'índice de esforço' dos diferentes departamentos e unidades da UFOP. Tal ação contribuiu para a valorização da pós-graduação na nossa Universidade, conforme estabelecido em meta do PDI.

d) Auxílio aos grupos emergentes de pesquisa na elaboração de propostas de criação de cursos novos. Nesse sentido em 2017 foram apresentadas e aprovadas no CEPE a criação de 4 novos cursos de pós-graduação (Mestrado em Engenharia Mecânica, Mestrado em Engenharia de Produção, Mestrado em Administração e Doutorado em Educação). As propostas foram submetidas à CAPES (via APCN) em 2017 e estão em processo de avaliação. Tal ação contribui para o atendimento de uma das metas estabelecidas no PDI, em particular no fortalecimento da pesquisa e pós-graduação no campus de João Monlevade, que contribuirá para o oferecimento do curso de mestrado em Engenharia de Produção.

e) Avaliação anual dos cursos de mestrado e doutorado por meio da comparação dos indicadores dos PPGs da UFOP com os de outros PPGs credenciados na CAPES na mesma área. Tal ação, que envolve a mineração de dados da Plataforma Sucupira, visa subsidiar os coordenadores e o colegiado dos PPGs na adoção de políticas internas de melhoria dos indicadores que eventualmente estiverem abaixo da média dos outros PPGs da área. Pretende-se utilizar os dados como ferramenta preditiva de desempenho de forma a garantir a evolução permanente do PPG e melhorar o conceito dos PPGs da UFOP na avaliação quadrienal da CAPES.

f) Participação da construção do Plano de Internacionalização da UFOP e elaboração do Projeto de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação a ser enviado para concorrer no edital PrInt/CAPES em abril de 2018. Tal ação visa fortalecer a pesquisa e os PPGs da UFOP pelo estabelecimento de políticas internas que visam aumentar o nosso grau de internacionalização que, conforme dados apresentados pela CAPES em diversos fóruns, é fundamental para melhorar a qualidade da pesquisa feita em nosso país.

Enfim, no tocante ao planejamento destacam-se algumas ações, o Quadro 3 demonstra as estratégias adotadas para cumprimento dos objetivos previstos no PDI UFOP 2016-2025:

Quadro 22: Metas e ações PROPP 2017

GRUPO DE TRABALHO - ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS - PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO PDI					
METAS PRIORIZADAS	**ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS**	**TA**	**PA**	**NA**	**JUSTIFICATIVAS PARA PA E NA**
Garantir que as atividades de orientação e de ensino na pós-graduação stricto sensu sejam reconhecidas como encargos didáticos em 100% dos departamentos da Instituição	Avaliar as políticas departamentais de valorização de encargos didáticos dos respectivos docentes	X			A PROPP participou e propôs na Comissão de Recursos Humanos do CUNI e inseriu nos cálculos do esforço docente e departamental o número de horas com encargos didáticos de disciplinas de pós-graduação.
		X			A PROPP participou e propôs na Comissão de Recursos Humanos do CUNI e inseriu nos cálculos do esforço docente e departamental o número de horas com encargos de orientação de alunos de mestrado e doutorado na pós-graduação stricto sensu e nas residências médicas e multiprofissionais, sendo 2h semanais para cada aluno do stricto sensu (M ou D) e 1,5h para cada orientando de residência.
	Implementar a norma institucional para valorização de encargos didáticos da pesquisa e da pós-graduação.	X			O trabalho realizado pela PROPP do cálculo de índice de esforço docente e departamental está sendo utilizado para atualizar as normas institucionais de encargos docentes no ensino, pesquisa e extensão
			X		O trabalho realizado pela PROPP dentro da CRH do cálculo de índice de esforço docente e departamental está sendo utilizado para atualizar as normas institucionais de encargos docentes no ensino, pesquisa e extensão e cálculo dos índices de cada departamento no banco de professor equivalente.
Ampliar em 100% o número de técnicos-administrativos e docentes vinculados aos trabalhos de administração e gestão da política acadêmica de pós-graduação.	Ampliação e capacitação do corpo técnico-administrativo e dos professores vinculados aos trabalhos de administração e gestão da política acadêmica de pós-graduação.		X		A PROPP trabalhou no ano de 2017 com o treinamento dos secretários de pós-graduação, inclusive com a criação de manuais. Para 2018 pretende-se continuar com esta política de treinamento envolvendo também os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação. Além disso, em 2017, foram convocadas 7 reuniões da Câmara de Pós-Graduação stricto sensu em que foram dadas informações visando o bom funcionamento das atividades administrativas dos PPGs.
	Contratação de mais profissionais para atuar na PROPP		X		No ano de 2017 recebemos na PROPP mais uma servidora para fortalecer o setor de Diplomas e Certificados de Pós-Graduação, sendo que a mesma está trabalhando no Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros de Pós-Graduação. Para 2018 a PROPP tentará junto ao setor de pessoal mais servidores para fortalecer as ações no cumprimento das metas estabelecidas no PDI 2016-2025. Especificamente há necessidade de fortalecimento, com a alocação de servidores, do NITE e Incultec, para que se possa avançar na política de inovação tecnológica e empreendedorismo da UFOP.
	Fortalecimento e ampliação do setor de registro e controle acadêmico dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu na Propp.		X		Com a chegada da servidora para trabalhar com Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros de Pós-Graduação no ano de 2017, o setor ganhou um pouco mais de folego para trabalhar com o registro acadêmico, mas em 2018 pretende-se melhorar o controle acadêmico, principalmente continuando com os treinamentos junto aos

					secretários de Pós-Graduação, bem como com perspectivas de melhorar o sistema de registro e controle junto ao NTI (Núcleo de Tecnologia da Informação). A PROPP fez, ao longo de 2017, 2 reuniões com o NTI com o fito de solicitar aperfeiçoamento do sistema de registro e controle acadêmico da Pós-Graduação.
Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5	Criação de uma rotina de treinamento e qualificação de recursos humanos ligados à pós-graduação, especialmente voltada para o pessoal da PROPP, para os secretários de cursos e para os novos coordenadores.		X		Em 2017 através de uma ação conjunta com a PROAD foi dado sequencia no treinamento dos secretários de pós-graduação iniciado em 2016, bem como foi realizada pela PROPP uma pesquisa de opinião para levantar como os usuários avaliavam a qualidade do serviço prestado pela PROPP. Diante disso, para 2018 pretende-se continuar com os treinamentos para os secretários de pós-graduação e alavancar, diante do resultado da pesquisa de opinião, as áreas da PROPP que precisam de mais treinamento e iniciar as ações dos mesmos.
			X		Contemplada na pesquisa de opinião em 2017 e para 2018 estão previstas várias ações para que este índice possa ser melhorado.
	Valorização da participação do corpo técnico-administrativo e dos professores vinculados aos trabalhos de administração e gestão da política acadêmica de pós-graduação.		X		Mudança da PROPP para um prédio reformado com novas instalações, melhorando sensivelmente as acomodações dos servidores, bem como o nível de satisfação dos mesmos devido às novas condições de trabalho na nova infraestrutura. Para 2018 pretende-se continuar com a política de valorização das condições de trabalho de todos envolvidos com a pós-graduação, técnicos-administrativos e docentes.
	Capacitação do corpo docente que atua na pós-graduação.		X		Em 2017 já aconteceram algumas defesas de tese dos professores da UFOP participantes do DINTER com a Fundação Getúlio Vargas. Em 2018 a PROPP continuará com a política de total apoio a este grupo de docentes para que todos possam obter o título de doutor até o ano de 2019, já visando que os mesmos possam atuar na pós-graduação.
	Ampliação do número de professores visitantes, inclusive de origem internacional, como também de pós- doutorandos e jovens-pesquisadores nos PPGs		X		A PROPP está elaborando uma nova resolução para substituir a RES CEPE 1805, em que se prevê a destinação de uma parcela do banco de professores equivalentes da UFOP para contratar professores visitantes de elevada experiência em pesquisa que poderão ajudar na melhoria da qualidade de formação e pesquisa dos PPGs da UFOP.
	Ampliação da capacidade de atração de financiamento das agências de fomento para a UFOP.	X			Em 2017 a PROPP concedeu total apoio aos pesquisadores da UFOP que buscaram fomento nas agências de fomento. Com relação ao ano de 2016 tivemos números bem melhores de captação de recursos. Destaca-se também a nova política da PROPP de austeridade no cumprimento dos objetos contratados através de agências de fomento, bem como nos relatórios técnicos e de prestações de conta. Para 2018 a PROPP pretende continuar com esta política de total apoio e estímulo aos pesquisadores em busca de fomento, bem como com alertas constantes para todos de editais de financiamento no Brasil e no exterior.

	Reformulação do site da Propp, visando intensificar a divulgação dos programas de pós-graduação da UFOP, considerando os mecanismos de acessibilidade para surdos e cegos e adequação da visibilidade dos editais de seleção dos programas		X		Em 2017 a Propp estabeleceu uma parceria com a ACI de forma a produzir, até meados de 2018, vídeos institucionais de todos os PPGs. A segunda etapa dessa ação, que visa divulgar e dar visibilidade aos Programas de Pós-Graduação, prevista para iniciar em 2018 prevê a tradução do conteúdo e inserção de legenda nos vídeos, corroborando assim para a internacionalização da pesquisa e pós-graduação na UFOP. Esta ação estratégica continuará em 2018 com a reformulação do site da PROPP. Em relação à política de ações afirmativas para ingresso na Pós-Graduação, cabe destacar a aprovação e publicação, em 2017, da Resolução CEPE 7200 e da Portaria Propp 24 que normatiza e regulamenta, respectivamente, a política de reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.
	Tradução das páginas da Propp e dos programas de pós-graduação da UFOP para a língua inglesa, a fim de ampliar a visibilidade internacional dos cursos oferecidos.		X		Além da confecção dos vídeos dos PPGs, que visam dar visibilidade à pesquisa e aos cursos *stricto sensu* da UFOP, dois bolsistas do DELET foram contratados em 2017 para iniciar a tradução das páginas dos PPGs. Tais ações visam ampliar a visibilidade Internacional dos Cursos de Pós-Graduação oferecidos pela UFOP.
	Aperfeiçoamento dos programas pedagógicos dos programas de pós-graduação, incorporando metodologias inovadoras de ensino			X	A PROPP planeja a inserção dos seminários semanais em todos os cursos de PPG para ajudar na formação pedagógica e docente dos alunos. Além disso, avalia adotar a política de obrigatoriedade de todos os discentes dos PPGs com mais de 75% do tempo de matriculado no M ou D concluídos de apresentarem seus resultados na Mostra Anual da Pós-Graduação realizada durante o Encontro dos Saberes da UFOP.
	Capacitação da equipe da Propp e dos secretários e coordenadores da pós-graduação em temas críticos para o aprimoramento da pesquisa.		X		Em 2017 ocorreram treinamentos com os Secretários de Pós-Graduação e em 2018 a perspectiva e continuar com estes treinamentos, bem como iniciar treinamentos com os servidores da PROPP
	Realização de reuniões da Câmara de Pós-Graduação stricto sensu com frequência mínima bimestral.	X			As reuniões em 2017 passaram ser no mínimo bimensais e envolveram democratização das decisões com maior compartilhamento de responsabilidades com os coordenadores do PPGs. Em 2018 a PROPP pretende continuar com a mesma política.
	Realização de reuniões da Câmara de Pós-Graduação lato sensu com frequência mínima semestral.		X		Pretende-se, em 2018, revisar a norma CEPE 3030 que trata da Pós-Graduação Lato Sensu por meio da convocação dos coordenadores dos cursos de Especialização ativos para compor a referida Câmara e estabelecer uma política de avaliação periódica da qualidade dos cursos de Especialização oferecidos pela UFOP. .

	Incentivo à formação acadêmica internacional dos estudantes de pós-graduação		X		A PROPP vem incentivando fortemente a participação de discentes no programa PDSE da CAPES, além da participação dos docentes da UFOP em projetos financiados com participação de outros países, ERASMUS, BRICS, COFECUB, DAAD, etc. Além disso, a PROPP compõe a Comissão encarregada por discutir o Plano de Internacionalização da UFOP e tem ajudado o CAINT na discussão com coordenadores de cursos de PG para o oferecimento de acordos de co-tutela e dupla-diplomação.
Garantir a avaliação criteriosa da qualidade de 100% dos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização e aperfeiçoamento).	Realização de avaliações rotineiras da qualidade dos programas de pós-graduação stricto sensu por meio de desenvolvimento e implantação de um sistema próprio de avaliação.	X			A PROPP começou em 2017 um levantamento e avaliação de indicadores dos programas de Pós-Graduação da UFOP para comparar com a média dos demais programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. Tal levantamento permite criar um sistema próprio de acompanhamento anual do desempenho dos programas. Em 2018 a PROPP pretende dar continuidade com esta política para subsidiar a melhoria da qualidade dos programas de Pós-Graduação e propor estratégias de melhoria dos indicadores para cada PPG.
	Criação de uma memória com metas estabelecidas em conjunto com os programas, para acompanhamento intermediário em relação às quadrienais		X		Esta política começou a ser estabelecida em 2017. Em 2018 a PROPP pretende continuar com esta política, bem como incrementar os mecanismos de acompanhamento e controle.
	Criação de uma rotina de avaliação dos cursos de especialização e aperfeiçoamento, de modo a estimular continuamente a melhoria		X		Estão sendo realizados diagnósticos e estudos sobre atualização das normas para os cursos de especialização (atualmente Res. CEPE 3030) visando garantir maior transparência na gestão dos recursos captados e qualidade na formação dos alunos.
Aumentar para 20% a proporção entre alunos de pós-graduação stricto sensu e de graduação.	Auxílio aos grupos emergentes e aos PPGs na elaboração das propostas para submissão de projetos de novos cursos para avaliação da CAPES, visando implementar novos cursos de pós-graduação stricto sensu, com especial ênfase à criação de doutorados para os cursos de mestrado já existentes.	X			Em 2017 a Propp fez reuniões com professores dos grupos de pesquisa e coordenadores de propostas de criação dos cursos de mestrado em Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Administração e de Doutorado em Educação, para esclarecer sobre os procedimentos de solicitação junto a CAPES bem como definir estratégias para aperfeiçoamento da proposta visando sua aprovação.
	Aumento do número de bolsas de mestrado e doutorado financiadas com recursos da UFOP		X		Em 2018 0 número de bolsas de doutorado apoiadas com recursos PROPP/UFOP será duplicada, visando dar maior incentivo à formação doutoral na UFOP propiciando meios para aumento da qualidade com dedicação exclusiva dos discentes às atividades de pesquisa e aumento da nota junto a CAPES. Foi previsto incremento de 10% no orçamento da PROPP para a implementação de novas bolsas de Mestrado e Doutorado com recursos da UFOP.

Atingir o total de 60 cursos de pós-graduação stricto sensu acadêmicos aprovados pela Capes	Melhoria na infraestrutura da PROPP e dos PPGs com a criação/aprimoramento dos sistemas de informação.		X		Em 2017 houve melhora substancial na infraestrutura da PROPP com a mudança para um novo prédio reformado. Em 2018 pretende-se aprimorar os sistemas de informação e inserção de dados no sistema. Há muito a ser melhorado ainda na integração de todos os sistemas de informatização. Como mencionado anteriormente a PROPP tem incentivado e dado apoio na elaboração de propostas de novos cursos, principalmente em unidades que ainda não tem ou tem apenas um curso de pós-graduação.
Aumentar em pelo menos 50% o investimento em ações voltadas para o desenvolvimento da pesquisa (em relação a 2015).	Viabilização anual do Edital de Auxílio Financeiro a Pesquisador.	X			No ano de 2017 a PROPP implantou o PIQ (Programa de Incremento da Qualidade da Pesquisa e Pós-Graduação) que contemplou 03 editais de fomento (Edital de auxílio Pesquisador, Edital de Auxílio à Publicação e Edital de apoio à Manutenção). Para 2018 pretende-se continuar com o programa PIQ, mas com o diagnóstico dos gastos dos anos anteriores dos editais de auxílio ao pesquisador, priorizando os investimentos que geraram maior produção científica.
	Aumento dos investimentos internos e da capacidade de atração de recursos externos para financiamento dos laboratórios individuais, multiusuário e do Centro de Ciência Animal (CCA).	X			A Pró-Reitoria tem conclamado os pesquisadores da UFOP, por meio das visitas feitas aos Programas ao longo de 2017 e também via coordenadores de PPG na Câmara de Pós-Graduação *stricto sensu*, a enviarem projetos para agências de fomento externas. Além disso, cerca de 578 pesquisadores estão cadastrados no portal Financiar, mantido pela PROPP, e que permite a visualização de oportunidades de fomento para atividades de pesquisa e inovação tecnológica.
	Revisão da estrutura organizacional, da gestão e do modelo de financiamento dos laboratórios multiusuário e do CCA, bem como da estrutura normativa que os rege; e inserção destes no organograma da Universidade.		X		A PROPP tem discutido na Câmara de Infraestrutura Multiusuária modelos de gestão para dar mais sustentabilidade financeira para os laboratórios multiusuários. A viabilidade de criação de Centro de Custo para tais laboratórios está sendo discutida com a Procuradoria Jurídica da UFOP. Pretende-se aprovar uma política de gestão financeira para os Laboratórios Multiusuários em 2018.
	Consolidação da Casa do Pesquisador como instrumento para a construção de intercâmbios acadêmicos para a UFOP no Brasil e no mundo, aumentando a atratividade da UFOP como destino para pesquisadores.		X		A PROPP em 2017 fez várias reuniões com professores do Departamento de Turismo, que aceitou a proposta de gerir a Casa do Pesquisador, utilizando-a como um Laboratório para os alunos do curso de Turismo da UFOP. Isso permitirá ampliar os objetivos da proposta original de forma a transformar a Casa do Pesquisador em uma Casa de Hóspedes da UFOP, de forma a atender toda a comunidade da Instituição e aumentar a sua taxa de ocupação.
	Criação de novas políticas internas para financiamento das pesquisas de docentes e discentes.	X			Atendimento em 2017 com o PIQ e com o auxílio PROPP para estudantes de pós-graduação stricto sensu participarem de eventos no Brasil e no Exterior. Para 2018 pretende-se continuar com a mesma política.
	Fortalecimento do sistema de aquisição de itens de custeio e capital para pesquisa, sobretudo livros (impressos e digitais) e		X		Atendimento em 2017 com o PIQ. Em 2018 pretende-se continuar com a mesma política.

	insumos.				
	Fomento à Editora UFOP, ao portal de periódicos da UFOP, ao Repositório Institucional e ao Sistema de Bibliotecas da UFOP.		X		Em 2017 a PROPP auxiliou o SISBIN na elaboração e aprovação, no CEPE, de Resolução que trata da Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso – BDTCC que abriga trabalhos de conclusão de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização). Em 2018 a Propp pretende, com o apoio da PROAD, definir política de apoio financeiro a periódicos da UFOP.
	Divulgação da ciência, arte e cultura, estimulando a comunicação científica através de rádio, TV e internet.				Em 2017 a PROPP organizou, em parceria com a ACI da UFOP, o Dia C da Ciência, evento de divulgação científica que pretende ser anual, na quarta-feira da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.
Ampliar para 30% a proporção de docentes efetivos da UFOP com coordenação de projetos de pesquisa ou de projetos culturais, em vigência, financiados por instituições de fomento (valor de referência de 2015).	Aprimoramento dos equipamentos e da infraestrutura do CCA e dos laboratórios multiusuários, sobretudo através de recursos externos.		X		Está prevista para 2018 a liberação de recursos por parte da FINEP do edital 02/2014. Neste edital, a UFOP aprovou recursos para aquisição de equipamentos que irão aprimorar em muito a infraestrutura do CCA, do PROAMB, CiPharma e Cbiol.
	Incentivo à criação de centros, núcleos e institutos de pesquisa.	X			Em 2017 a Propp visitou os Núcleos de Pesquisa da UFOP e iniciou discussão sobre a possibilidade de eles se vincularem às unidades acadêmicas de maior afinidade de forma a terem maior representatividade e assento em conselhos deliberativos.
	Criação de cursos de formação para desenvolver habilidades necessárias à produção acadêmica (escrita científica e outros).				A Propp pretende abordar essa ação específica a partir de 2018.
Aumentar em 10% o Fator H médio dos docentes da UFOP.	Incentivar a qualificação da produção científica dos docentes da UFOP.		X		Atendimento em 2017 com o PIQ. Em 2018 pretende-se continuar com a mesma política. O edital de auxílio à publicação científica implementado em 2017 apoia a tradução e correção de textos escritos em inglês e auxílio para pagamento de publicação de artigos em revistas com JCR de maior impacto e visibilidade internacional onde constem discentes matriculados nos PPGs da UFOP.
Aumentar em 20% a proporção de docentes da UFOP que possuem artigos completos publicados em anais de congressos, periódicos científicos e livros com mais de 100 citações.	Incentivar a qualificação da produção científica dos docentes da UFOP.		X		Atendimento em 2017 com o PIQ. Em 2018 pretende-se continuar com a mesma política. O edital de auxílio à publicação científica implementado em 2017 apoia a tradução e correção de textos escritos em inglês e auxílio para pagamento de publicação de artigos em revistas com JCR de maior impacto e visibilidade internacional onde constem discentes matriculados ou egressos dos PPGs da UFOP.

Fonte: elaboração PROPP/UFOP

c. Extensão

A extensão universitária apresenta-se, no cenário nacional, reconhecida, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino e pesquisa e foi reconhecida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade. À vista disso, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) é responsável pela construção da interação entre a Universidade e a sociedade, visando ao estabelecimento do diálogo entre conhecimentos acadêmicos sistematizados e os saberes populares, entre os resultados da pesquisa científica e as demandas da sociedade e entre o ensino e a realidade social e profissional.

O trabalho de Extensão das universidades públicas brasileiras segue preceitos e normas debatidas nacionalmente e definidas em encontros amplos. Uma dessas definições é o próprio conceito de Extensão. Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a Extensão se dá através de processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

Ainda por deliberação do Fórum, as atividades são divididas em oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. As propostas de ações extensionistas podem ser submetidas por docentes e técnicos- administrativos de nível superior da UFOP à PROEX, que as encaminha para análise e deliberação do Comitê pertinente (de Extensão e de Cultura e Arte). Há ainda ações ligadas à Assessoria de Relações Públicas e Projetos Institucionais.

Em síntese, em 2017, a PROEX registrou e apoiou um total de 313 ações envolvendo programas, projetos e cursos. Com verba orçada em R$1.000.000,00 (um milhão de reais) para o desenvolvimento das ações, os Comitês de Cursos e Projetos e de Arte e Cultura definiram o uso da verba apenas para a disponibilização de bolsas para os alunos envolvidos na realização das atividades. A decisão de destinação mostrou-se acertada, já que o número de ações superou o realizado em 2016. Considerando a meta para 2017, 269 projetos, obteve-se um crescimento de 5%.

Além dos projetos aprovados via editais, a extensão desenvolve algumas atividades/eventos contínuos na Instituição, dentre eles:

i. Festival de Inverno;
ii. Cine Teatro Vila Rica;
iii. Fórum das Letras;
iv. Encontro de Saberes 2017;
v. 2º Seminário de Extensão da UFOP;
vi. Campus Aberto.

Com relação ao planejamento previsto pelo PDI UFOP destacam-se algumas ações; o Quadro 2 demonstra as estratégias e ações adotadas para cumprimentos dos objetivos previstos no PDI UFOP 2016-2025:

Quadro 23: Metas e ações PROEX 2017

PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO PDI - PROEX				
METAS PRIORIZADAS	**ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS**	**TA**	**PA**	**NA**
Fortalecer a política institucional extensionista integrada aos valores e interesses sociais das comunidades onde a UFOP atua.	Realização de seminários, encontros e similares; Realização do Encontro de Saberes; Integrar a PROEX e os Centros de Extensão; Criação da Revista Acadêmica das Ações de Extensão da UFOP pelos meios impressos e eletrônico; Dar visibilidade das ações de extensão por intermédio dos diversos meios de comunicação disponíveis; Busca de ampliação no número de bolsas e de recursos financeiros internos destinados às ações extensionistas.	Ações contínuas		
Ter mais reconhecimento e articulação com as estruturas internas, regionais, nacionais e internacionais de extensão universitária.	Esforço para a participação da UFOP em editais externos; Manutenção da política de construção coletiva dos Editais de Extensão e de Cultura e Arte junto aos respectivos Comitês; Manutenção das parcerias externas visando à ampliação do número de bolsas de recursos a serem investidos nas ações de Extensão.	X		
Incentivar ações de extensão através da modalidade a distância.	Ampliação no número de bolsas e de recursos financeiros internos destinados às ações extensionistas.	X		
Ampliar as ações de extensão na UFOP	Busca de ampliação no número de bolsas e de recursos financeiros internos destinados às ações extensionistas.	X		
	Participação ativa no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, visando contribuir com a Política Nacional de Extensão Universitária.	X		
	Manutenção da PROEX nos diversos conselhos externos à UFOP – tentar articular a indicação do conselheiro como um dos participantes dos conselhos	Ações contínuas		
	Manutenção da articulação com a ADOP para a promoção de atividades de caráter acadêmico no Centro de Artes e Convenções.	X		
	Reformular o site da Proex		X	
	Estruturar a ação de apoio e parceria com as empresas juniores.		X	
	Estruturar as parcerias com os PETs			X
	Continuidade do estímulo à integração das ações isoladas a programas, procurando uma maior articulação, visibilidade e efetividade das ações extensionistas.	X		
	Ampliação do atendimento aos Centros de Extensão em Mariana e João Monlevade	X		
	Realização do Seminário de Extensão durante o Encontro de Saberes.	X		
	Alterações no Sistema de Gestão da Extensão de forma a integrar as propostas de ações extensionistas, pareceres e relatórios		X	

	na Plataforma Minha UFOP			
	Continuidade do estímulo à integração das ações isoladas a programas, procurando maior articulação, visibilidade e efetividade das ações.		X	
	Estímulo à busca de financiamentos externos pelos coordenadores de propostas para a produção de exposições, espetáculos e outras ações de caráter artístico/cultural.		X	
	Execução do Plano de Cultura da UFOP.		X	
	Produção da Mostra de Cultura e Arte durante o Encontro de Saberes.	X		
	Continuidade e ampliação do projeto Campus Aberto	X		
	Continuidade do apoio ao projeto Circulatrilho	X		
	Continuidade do apoio ao Programa de combate aos Mosquitos	X		
	Observatório Institucional do Rio Doce		X	
	Busca de editais e outras formas de fomentos para a efetivação dos projetos da Assessoria		X	

Fonte: elaboração a partir de dados da PROEX

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Para analisar o seu desempenho a UFOP utiliza um conjunto de indicadores que incorporam aspectos da graduação, da extensão da pesquisa e pós-graduação e dos seus recursos humanos.

Ao longo do exercício de 2017, primeiro ano da atual equipe de gestão, não foram estabelecidas metas específicas para estes indicadores. Da mesma maneira, as metas gerais apresentadas no PDI-UFOP vigente foram concebidas no contexto de resultados ao fim de sua vigência (10 anos). Para o relatório referente a 2018 pretende-se incorporar um quadro de metas anuais, contendo também os índices a serem alcançados, bem como uma análise crítica do desempenho institucional. As referidas metas serão definidas junto ao Conselho Universitário.

3.5.1 Indicadores de Gestão TCU – Acórdão 1.043/2006

Dentre os indicadores adotados pela Instituição, destacam-se os primários, decorrentes das deliberações do Tribunal de Contas da União. O acompanhamento dos parâmetros é realizado desde o ano de 2006, mas para o presente relatório serão apresentados os dados dos últimos seis anos, 2012-2017.

As orientações do Acórdão 1.043/2006 e do Acórdão 254/2007 prenunciam que as instituições apresentem seus indicadores incluindo 35% das despesas Hospitais Universitários (HUs) e excluindo as despesas dos HUs. Entretanto, a UFOP ainda não possui um hospital universitários em suas dependências. Assim, para o presente relatório são apresentados indicadores desconsiderando os custos com HUs.

Nesta perspectiva, os Quadros 24 e 25 apresentam, de forma resumida, a evolução nos últimos anos:

Quadro 24 – Indicadores Primários TCU

Indicadoes	ANO					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Custo Corrente (sem HU)	R$ 209.108.166	R$ 244.529.905	R$ 287.329.041	R$ 318.298.233,02	R$ 305.058.219	R$ 325.990.425
Custo Corrente (com HU)	R$ 209.108.166	R$ 244.529.905	R$ 287.329.041	R$ 318.298.233,02	R$ 305.058.219	R$ 325.990.425
Número de Professores Equivalentes (sem HU)	860,00	887,50	916,00	946,50	998,00	996,00
Número de Professores (com HU)	860,00	887,50	916,00	946,50	998,00	996,00
Número de Funcionários Equivalentes (sem HU)	1419,05	1459,40	1473,85	1.504,65	1522,75	1427,85
Número de Funcionários (com HU)	1419,05	1459,40	1473,85	1.504,65	1522,75	1427,85
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (Ag)	9532,00	10951,00	10673,50	10.844,00	11019,50	11069,00
Total de Alunos na Pós-graduação (APG) (Mestrado e Doutorado)	927,00	990,00	909,00	1.118*	1295,00	1266,00
Alunos em Residência Médica		32,00	17,00	19,00	21,00	20,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (Age)	11206,00	11826,00	14401,71	14.885	15265,00	15212,04
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	5631,00	5650,00	8455,30	8.596,00	8627,00	8620,16
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	1854,00	1980,00	1818,00	2.236,00	2590,00	2532,00
Número de Alunos em Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)		64,00	34,00	38,00	42,00	40,00
Número de Diplomados	876,00	943,00	1354,00	1.358,00	1347,00	1439,00

Fonte: PROPLAD

Quadro 25 – Resultado dos Indicadores de Gestão TCU

INDICADOR		ANO					
		2012	2013	2014	2015	2016	2017
I.	Custo Corrente/Aluno Equivalente (Sem HU)	R$ 16.011,35	R$ 17.630,13	R$ 17.677,75	R$ 18.549,94	R$ 17.045,22	R$ 18.330,51
II.	Custo Corrente/Aluno Equivalente (Com HU)	R$ 16.011,35	R$ 17.630,13	R$ 17.677,75	R$ 18.549,94	R$ 17.045,22	R$ 18.330,51
III.	Aluno Tempo Integral/Professores Equivalentes	8,70	8,64	11,25	11,48	11,28	11,24
IV.	Aluno Tempo Integral/Funcionários Equivalentes (Sem HU)	5,27	5,26	6,99	7,22	7,39	8,18
V.	Aluno Tempo Integral/Funcionários Equivalentes (Com HU)	5,27	5,26	6,99	7,22	7,39	8,18
VI.	Funcionário Equivalente/Professor Equivalente (Sem HU)	1,65	1,64	1,61	1,59	1,53	1,43
VII.	Funcionário Equivalente/Professor Equivalente (Com HU)	1,65	1,64	1,61	1,59	1,53	1,43
VIII.	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,59	0,52	0,79	0,79	0,78	0,78
IX.	Grau de Envolvimento em Pós-Graduação	0,09	0,08	0,08	0,09	0,11	0,10
X.	Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,75	4,07	4,00	4,00	3,34	3,91
XI.	Qualificação do Corpo Docente	4,11	4,22	4,38	4,43	4,49	4,28
XII.	Taxa de Sucesso na Graduação	0,63	0,52	0,50	0,47	0,49	0,49
XIII.	Taxa de Sucesso na Pós-Graduação	0,25	0,27	0,16	-	0,28	0,30
XIV.	Recursos orçamentários recebidos e efetivamente aplicados na atividade-fim da Instituição	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROPLAD

* Nota: para a construção do indicador de sucesso na pós-graduação, diante dos dados disponíveis, a UPC optou por uma adequação no cálculo e foram utilizados os valores referentes aos **alunos matriculados** e não os alunos ingressantes no ano.

Os indicadores do TCU são utilizados como ferramenta para acompanhar o desempenho da Instituição no decorrer dos anos. Através deles é possível identificar a necessidade de aperfeiçoamento em áreas especificas e possíveis correções em eventuais disfunções.

Frente às orientações dos Acórdãos 1.043/2006 e 254/2007 que não estabelecem uma metodologia para a construção dos valores a serem indicados como recursos orçamentários recebidos e efetivamente aplicados na atividade fim da Instituição, optou-se por não informa-los diretamente. Entende-se que os recursos aportados, tanto na Lei Orçamentária Anual, quanto por descentralização, são destinados ao cumprimento da missão institucional pautados no tripé ensino-pesquisa e extensão. Tomando por base os indicadores do TCU, o indicador do "custo corrente sem HU" expressa efetivamente os recursos orçamentários aplicados na atividade fim da instituição, deduzidos os gastos com Aposentadorias, Pensões, Sentenças Judiciais, Despesas com Pessoal cedido e afastado, uma vez que essas despesas não contemplam as

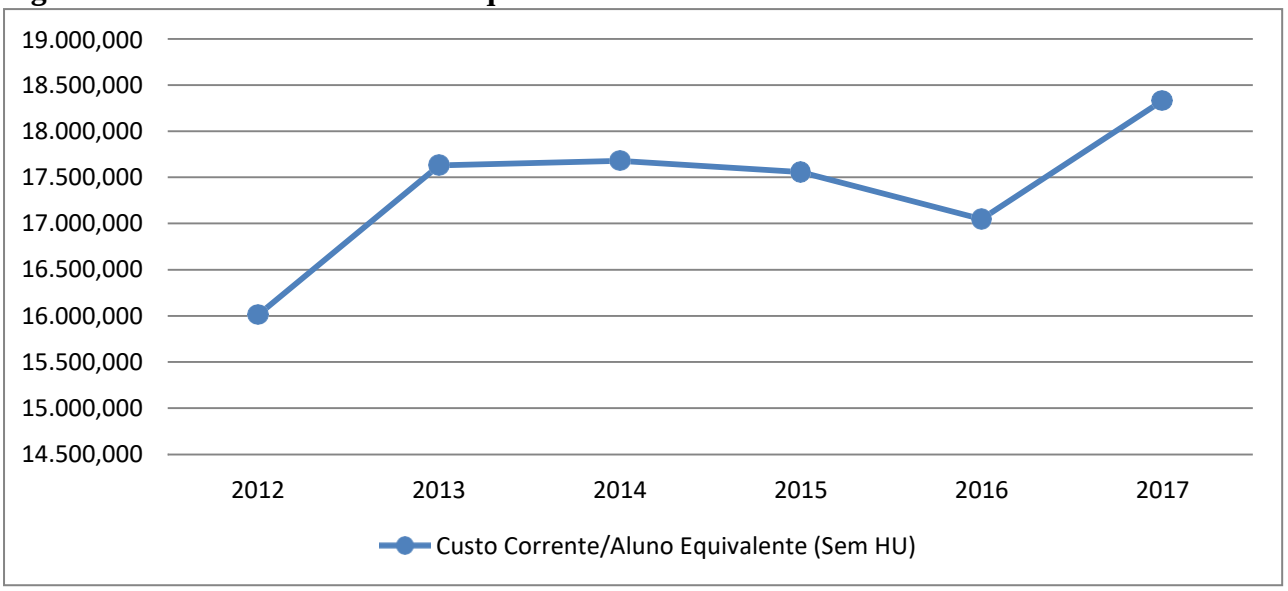
atividades finalísticas. Conforme indicado no item 7.5, a metodologia para apuração de custos por atividade na instituição ainda estão em fase de desenvolvimento e implantação.

De uma forma geral, os indicadores da UFOP não sofreram grandes alterações no período demonstrado. No entanto, algumas inferências são importantes. O custo talvez seja o indicador com maior impacto nos últimos anos, com um aumento aproximado de 14,48%, como demonstra a Figura 5. Porém, ao considerar a inflação acumulada para o período, aproximadamente 40,84%[4], nota-se na verdade uma queda no valor real, visto que os valores repassados às instituições não acompanharam os ajustes inflacionários.

Com relação aos demais indicadores pode-se concluir que:

i. A relação aluno tempo integral/professor apresentou um pequeno aumento de 29,20% no período (2012/2017), o que demonstra uma evolução no número de alunos matriculados em relação ao número de docentes da Instituição.
ii. Análogo, a relação Aluno Tempo Integral/funcionário também apresentou aumento. Com variações mais expressivas que a relação com docentes, saiu de 5,27 em 2012 para 8,18 em 2017. Um aumento de aproximadamente 55,22%.

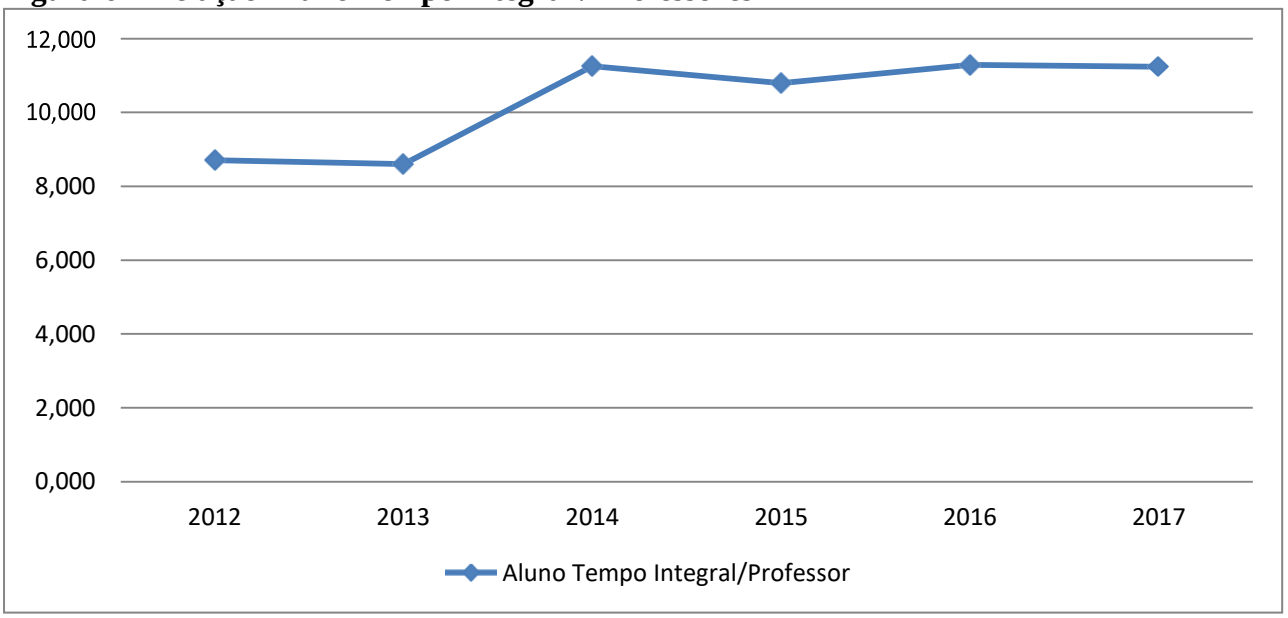
Figura 5 – Custo Corrente/Aluno equivalente



As Figuras 6 e 7 mostram a evolução da relação Aluno Tempo Integral / Professores e Aluno Tempo Integral / Funcionários, respectivamente.

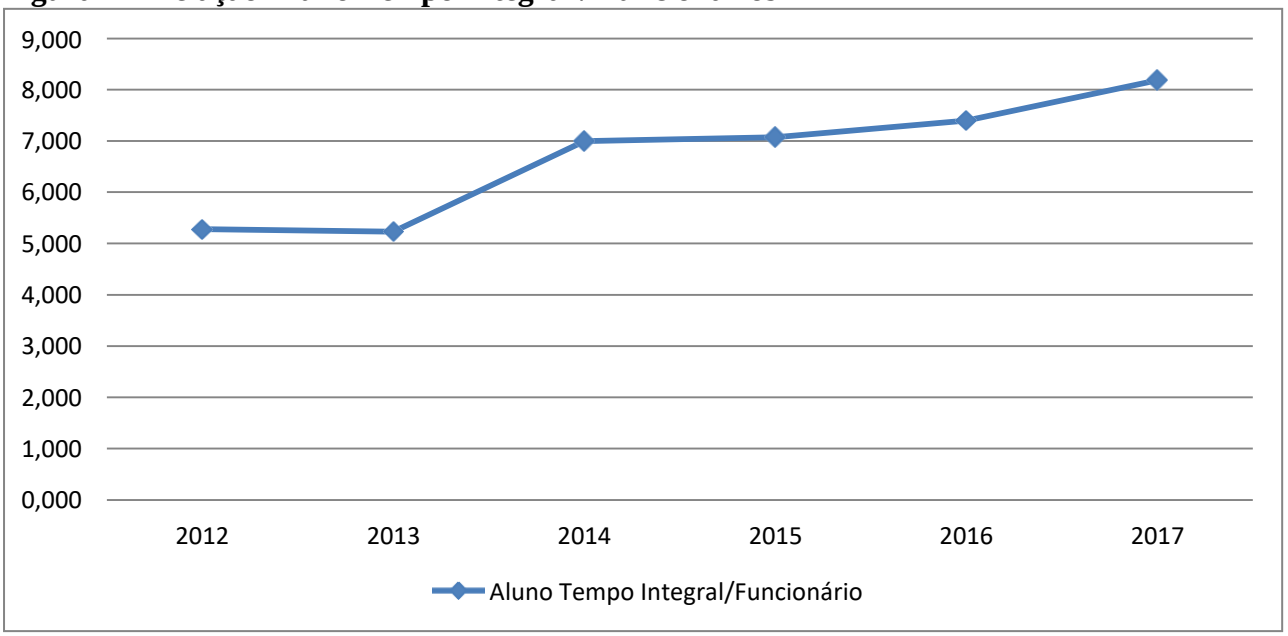
[4] Os cálculos foram baseados no IPCA – IBGE.

Figura 6 – Relação Aluno Tempo Integral / Professores



Fonte: PROLAD

Figura 7 – Relação Aluno Tempo Integral / Funcionários



Fonte: PROPLAD

iii. A relação funcionário/professor sofreu pequenas quedas no decorrer do ano. Destaca-se o decréscimo entre os anos de 2016 e 2017, aproximadamente 13,33%. Acredita-se que o decréscimo seja consequência do número de aposentadorias no ano sem reposição até o momento.

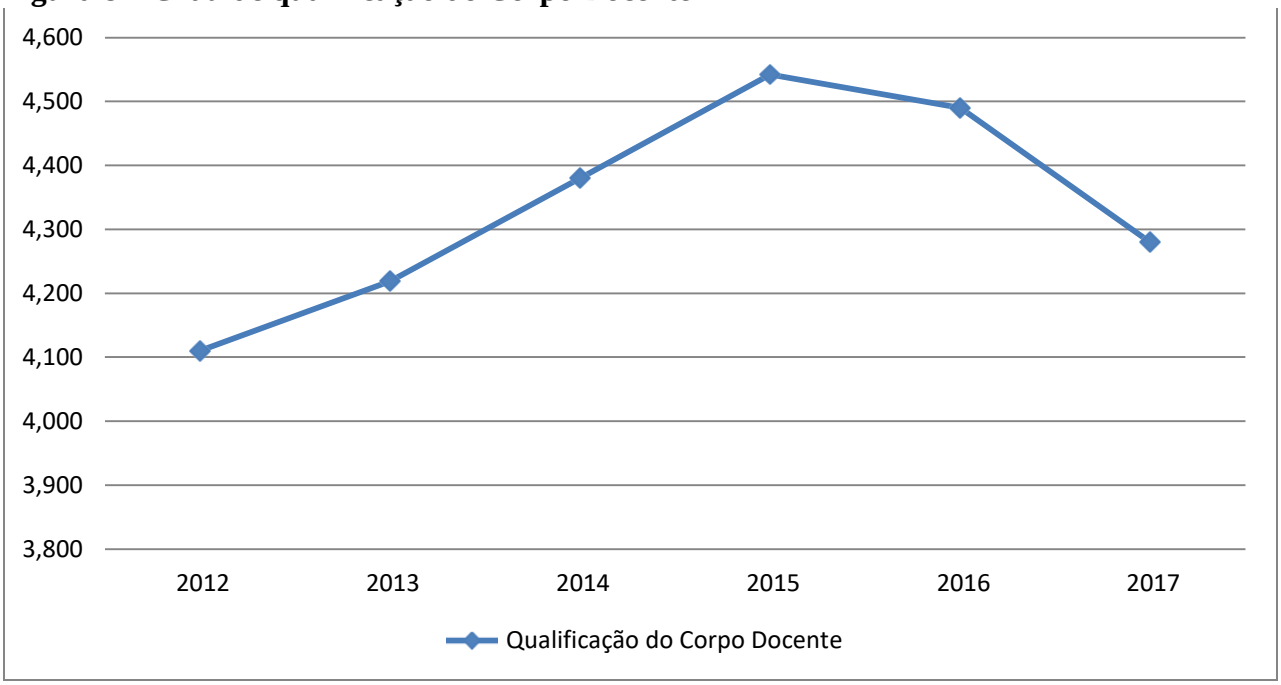
iv. O grau de participação estudantil permaneceu constante nos últimos 3 anos. Assim como o grau de envolvimento da Pós-graduação.

v. O conceito CAPES apresentou um aumento para 3,91 devido a criação de do programa de mestrado em direito.

vi. A qualificação do corpo docente sofreu uma queda de 4,49% de 2016 para 2017, reflexo do aumento do número de professores substitutos no ano. O indicador passou de 4,11, em 2012, para 4,29, em 2017, como demonstra a Figura 7. Esse índice é satisfatório, visto que a taxa máxima desse indicador é 5. Fica claro que as políticas de incentivo à

qualificação do corpo docente adotadas pela UFOP foram positivas.

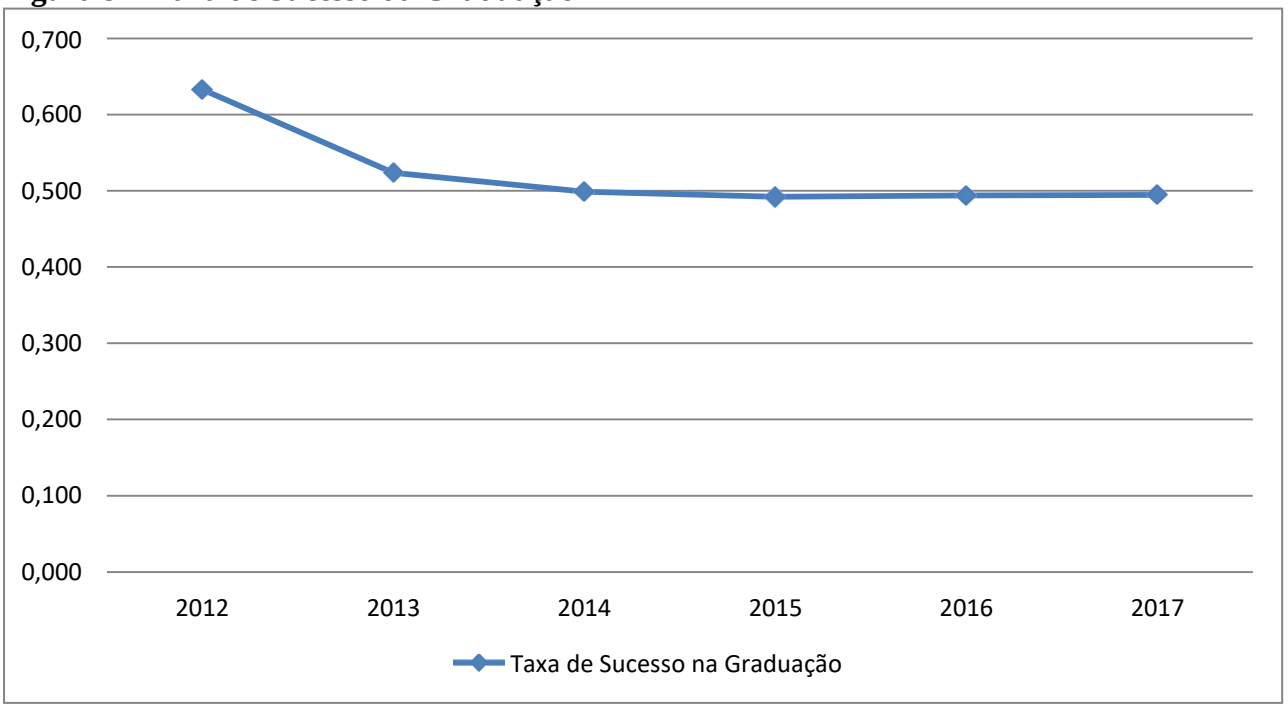
Figura 8 – Grau de qualificação do Corpo Docente



Fonte: elaboração PROPLAD

vii. A taxa de sucesso da graduação também foi constante nos últimos 3 anos em 0,49. Ao considerar o período, 2012-2017, observa-se uma pequena queda, visto que o índice passou de 0,63 em 2012 para 0,49 em 2017. Um dos fatores que contribuíram para esses números foi o aumento da evasão nos últimos anos.

Figura 9 – Taxa de Sucesso da Graduação



Fonte: elaboração PROPLAD

3.5.2 Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão

Uma série de componentes são utilizados para o cálculo dos Indicadores de Gestão TCU, as orientações detalhadas dos cálculos podem ser acompanhadas pelo manual[5] disponibilizado pelo Tribunal de Contas. No entanto, algumas informações são necessárias para o melhor entendimento dos dados apesentados no item anterior.

Os Quadros 25 e 26 demonstram o detalhamento dos dados utilizados referente aos alunos e cursos.

Quadro 26 - Número de alunos ingressantes, matriculados e concluintes por curso/semestre em 2017 presenciais e a distância.

CURSOS	INGRESSANTES		MATRICULADOS		CONCLUINTES		POSSÍVEIS FORMANDOS**
	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2	2016/2	2017/1	2017/2
Administração	44	57	392	402	32	30	67
Arquitetura	34	35	391	386	47	33	43
Artes cênicas – bac.	0	21	67	90	5	1	6
Artes cênicas – lic.	30	0	101	86	11	6	8
Ciência da computação	51	46	304	307	18	11	21
Ciência e tecnologia dos alimentos	39	33	208	204	10	8	12
Ciências biológicas – bac.	0	31	102	124	12	6	7
Ciências biológicas – lic.	1	30	122	139	9	8	11
Ciências econômicas	48	53	375	378	27	18	62
Direito	48	47	497	498	35	40	41
Educação física – bac.	40	0	171	148	20	8	21
Educação física – lic.	0	43	139	164	3	8	12
Engenharia ambiental	0	40	164	185	11	10	17
Engenharia civil	36	35	367	357	42	25	52
Engenharia da computação	61	43	306	300	5	7	12
Engenharia de controle e automação	35	40	355	369	27	14	64
Engenharia de minas	36	48	347	396	35	14	35
Engenharia de produção (JM)	40	40	390	351	26	19	44
Engenharia de produção (OP)	34	36	362	413	30	29	64
Engenharia elétrica	39	39	407	367	19	15	43
Engenharia geológica	35	34	393	356	33	22	42
Engenharia mecânica	37	37	368	310	29	24	42
Engenharia metalúrgica	47	53	323	115	34	11	31
Estatística	2	43	85	454	1	5	1
Farmácia	57	48	453	52	21	19	46
Filosofia - bac.	3	13	45	64	2	4	10
Filosofia – lic.	3	18	56	42	4	3	1
Física – bac.	28	1	56	22	4	1	1
Física – lic.	10	0	25	72			4
História – bac.	14	16	67	293	3	3	9
História – lic.	50	41	301	406	17	16	28
Jornalismo	49	45	402	76	37	25	60
Letras – bac.	16	11	73	316	3	15	3
Letras – lic.	50	42	308	205	17		25
Matemática – bac.	12	1	26	22	1		2
Matemática – lic.	29	0	67	50		1	7
Medicina	48	43	474	468	35	40	44
Museologia	0	47	146	176	4	3	21
Música	22	0	117	102	8	12	18
Nutrição	52	47	280	297	18	19	12

[5] As orientações com o detalhamento e as fórmulas para cálculos dos indicadores é disponibilizada pelo MEC e está disponível no link: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/indicadores.pdf.

Pedagogia	52	40	297	283	19	29	5
Química industrial	38	0	120	102	4	1	8
Química licenciatura	3	40	86	110	9	3	1
Serviço social	49	51	358	361	18	12	37
Sistema de informação	40	41	238	240	18	13	21
Turismo	41	37	243	249	17	4	24
CURSOS A DISTÂNCIA							
Pedagogia	0	252	388	561	105	53	34
Matemática licenciatura	0	0	303	205	12	37	8
Administração publica	0	0	500	373	157	21	89
Geografia licenciatura	0	0	111	67	73	38	16
* Possíveis Formandos 2017/2 acrescidos do nº de formados em 2017/2 , o término do semestre 2017/2 será em fevereiro de 2018. Esses dados não foram utilizados para o cálculo, apenas para conhecimento.							
Total De Ingressantes Em 2017			2.910				
Total De Matriculados Presencial 2017			11.069				
Total De Matriculados A Distância 2017-1			1.302				

Fonte: PROGRAD

*Nota: os dados de possíveis formandos não foram utilizados para o cálculo.

Quadro 27 – Dados SESU: Fator de Retenção, Duração Padrão do Curso, PESO

CURSOS	Fator de Retenção	Duração Padrão do Curso	PESO
Administração	0,12	4	1
Arquitetura E Urbanismo	0,12	4	1,5
Artes Cênicas - Bacharelado	0,115	4	1,5
Artes Cênicas - Licenciatura	0,115	4	1,5
Ciência Da Computação	0,1325	4	1,5
Ciências Biológicas - Bacharelado	0,125	4	2
Ciências Biológicas - Licenciatura	0,125	4	2
Ciências Econômicas	0,12	4	1
Ciência E Tecnol. De Alimentos	0,066	4	2
Direito	0,12	5	1
Educação Física - Bacharelado	0,066	5	1,5
Educação Física - Licenciatura	0,066	5	1,5
Engenharia Ambiental	0,082	5	2
Engenharia Civil	0,082	5	2
Engenharia Da Computação	0,082	5	2
Eng. De Controle E Automação	0,082	5	2
Engenharia De Minas	0,082	5	2
Engenharia De Produção – JM	0,082	5	2
Engenharia De Produção – OP	0,082	5	2
Engenharia Elétrica	0,082	5	2
Engenharia Geológica	0,082	5	2
Engenharia Mecânica	0,082	5	2
Engenharia Metalúrgica	0,082	5	2
Estatística	0,1325	4	1,5
Farmácia	0,066	5	2
Filosofia - Bacharelado	0,1	4	1
Filosofia - Licenciatura	0,1	4	1
Física	0,1325	4	1,5

Física - Licenciatura	0,1325	4	1,5
História - Bacharelado	0,1	4	1
História - Licenciatura	0,1	4	1
Jornalismo	0,12	4	1
Letras - Bacharelado	0,115	4	1
Letras - Licenciatura	0,115	4	1
Matemática - Bacharelado	0,1325	4	1,5
Matemática Licenciatura	0,1325	4	1,5
Medicina	0,065	6	4,5
Museologia	0,12	4	1
Música	0,115	4	1,5
Nutrição	0,066	5	2
Pedagogia - Licenciatura	0,1	4	1
Química Industrial	0,1325	4	2
Química - Licenciatura	0,1325	4	2
Serviço Social	0,12	4	1
Sistemas De Informação	0,1325	4	1,5
Turismo	0,12	4	1

Fonte: SESU

Quadro 28 – Dados da Pós-graduação: número de alunos e conceito CAPES

NOME DO CURSO	CONCEITO CAPES (1 a 7)	N.º ALUNOS
MESTRADO		
Artes Cênicas	3	37
Biotecnologia	4	22
Ciência da Computação	4	41
Ciências Biológicas	5	48
Ciências Farmacêuticas	4	30
Ciências: Física Dos Materiais	3	16
Comunicação	3	26
Construção Metálica (P)	3	68
Direito - Novos Direitos Novos Sujeitos	3	21
Ecologia de Biomas Tropicais	3	34
Economia Aplicada	3	22
Educação	4	78
Educação Matemática (P)	4	19
Engenharia Ambiental	5	41
Engenharia Civil	4	43
Engenharia De Materiais	4	80
Engenharia Geotécnica (P)	3	41
Engenharia Mineral	4	45
Ensino De Ciências (P)	3	53
Estética E Filosofia Da Arte	4	35
Evolução Crustal E Recursos Naturais	5	38
Geotecnia	3	50

História	5	57
Instrumentação, Controle E Automação (Itv) (P)	3	39
Letras	3	48
Matemática em Rede Nacional (P)	5	43
Química	3	26
Saúde e Nutrição	3	37
Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental (P)	3	2
DOUTORADO		
Biotecnologia	4	26
Ciências Biológicas	5	64
Ciência Da Computação	4	23
Ciências Farmacêuticas	4	33
Engenharia Ambiental	5	17
Engenharia Mineral	4	17
Engenharia Civil	4	43
Engenharia De Materiais	4	43
Evolução Crustal E Recursos Naturais	5	36
Geotecnia	3	26
História	5	58
Nanotecnologia Farmacêutica	4	1
Química Multicêntrica	4	4
TOTAL		**1531**

Fonte: PROPP
*Nota: (P) Mestrado Profissionalizante; **Nota: Os dados de cursos profissionalizantes não foram utilizados nos cálculos.

As tabelas 1 e 2 apresentam os dados referentes ao capital humano da Instituição.

Tabela 1– Dados dos Funcionários

	REGIME DE TRABALHO				TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE
	20 h	**24h**	**30 h**	**40 h**		
Quadro permanente	8	1	3	832	844	838,85
Quadro permanente do HU	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Contratados	-	-	-	589	589	589
Contratados para o HU	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Total funcionário-equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Total funcionário-equivalente sem HU	8	1	3	1.421	844	1.427,85

Fonte: elaboração PROPLAD a partir dos dados da PROAD
*Nota: (NA) Não se Aplica

Tabela 2– Dados dos professores

	REGIME DE TRABALHO		TOTAL DE PROFESSORES	PROFESSOR EQUIVALENTE
	20 h	**40 h**		
Exercício efetivo	7	843	850	846,5
Substitutos e visitantes	4	142	146	144

Total de professores	11	985	996	990,5
		QUALIFICAÇÃO		
Doutorado		682		
Mestrado		260		
Especialização		15		
Graduação		39		
Total		996		

Fonte: elaboração PROPLAD a partir de dados da PROAD

3.5.3 Indicadores institucionais

Além dos indicadores de desempenho indicados pelo TCU, a UFOP, desenvolveu alguns indicadores institucionais, cujo objetivo é acompanhar e monitorar o progresso dos processos finalísticos da Instituição, assim como identificar e mitigar possíveis problemas e entraves. Neste sentido, são adotados indicadores de acompanhamento da graduação, da pesquisa e pós-graduação, da extensão e de recursos humanos.

Como descrito anteriormente, ao longo do exercício de 2017, primeiro ano da atual equipe de gestão, não foram estabelecidas metas específicas para estes indicadores. Da mesma maneira, as metas gerais apresentadas no PDI-UFOP vigente foram concebidas no contexto de resultados ao fim de sua vigência (10 anos). Para o relatório referente a 2018 pretende-se incorporar um quadro de metas anuais, contendo também os índices a serem alcançados, bem como uma análise crítica do desempenho institucional. As referidas metas serão definidas junto ao Conselho Universitário.

3.5.4 Indicadores da Graduação

Quadro 29 – Indicadores da Graduação

Programa (código e descrição) ou área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo	CÁLCULO		RESULTADO	Finalidade do Indicador
Ensino	Taxa de retenção nas disciplinas dos cursos	Indica o percentual de reprovação nas disciplinas de um determinado curso em relação ao total de matrículas nas disciplinas do referido curso, no semestre em estudo	(Somatório das reprovações nas disciplinas do curso/Somatório das matrículas nas disciplinas do curso) X 100	Somatório das reprovações nas disciplinas do curso	Somatório das matrículas nas disciplinas do curso		Acompanhar a taxa de reprovação para subsidiar os colegiados de cursos na adoção de políticas pedagógicas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos.
			Administração	463	3502	**13,22**	
			Arquitetura e Urbanismo	380	3991	**9,52**	
			Artes Cênicas Bacharelado	95	785	**12,10**	
			Artes Cênicas Licenciatura	120	1145	**10,48**	
			Ciências Biológicas Bacharelado	860	2984	**28,82**	
			Ciências Biológicas Licenciatura	482	1938	**24,87**	
			Ciências Econômicas	220	1239	**17,76**	
			Ciência e Tecnologia dos Alimentos	273	1404	**19,44**	
			Ciência da Computação	856	3285	**26,06**	
			Direito	504	5963	**8,45**	
			Educação Física Bacharelado	210	1779	**11,80**	
			Educação Física Licenciatura	291	1661	**17,52**	
			Engenharia Ambiental	436	2015	**21,64**	
			Engenharia Civil	735	4971	**14,79**	
			Engenharia da Computação	983	2988	**32,90**	
			Engenharia de Controle e Automação	689	3616	**19,05**	
			Engenharia de Minas	530	4111	**12,89**	
			Engenharia de Produção (OP)	695	3689	**18,84**	
			Engenharia de Produção (JM)	610	3610	**16,90**	
			Engenharia Elétrica	998	4096	**24,37**	
			Engenharia Geológica	872	4712	**18,51**	
			Engenharia Mecânica	775	4277	**18,12**	
			Engenharia Metalúrgica	937	3745	**25,02**	
			Estatística	186	705	**26,38**	

			Filosofia Bacharelado	44	331	**13,29**	
			Filosofia Licenciatura	167	567	**29,45**	
			Física Bacharelado	177	455	**38,9**	
			Física Licenciatura	86	236	**36,44**	
			História Bacharelado	147	538	**27,32**	
			Licenciatura	489	2763	**17,70**	
			Jornalismo	391	3459	**11,30**	
			Letras Bacharelado	138	60	**22,70**	
			Letras Licenciatura	467	2974	**15,70**	
			Matemática Bacharelado	46	170	**27,06**	
			Matemática Licenciatura	154	567	**27,16**	
			Medicina	74	4214	**1,76**	
			Museologia	183	1525	**12,00**	
			Música	120	1514	**7,93**	
			Nutrição	375	2647	**14,17**	
			Pedagogia	377	3651	**10,33**	
			Química Industrial	312	1384	**22,54**	
			Química Licenciatura	338	1030	**32,82**	
			Serviço Social	386	3212	**12,02**	
			Sistema de Informação	682	2256	**30,23**	
			Turismo	56	2954	**18,48**	
			Administração Pública (distância)	2767	7123	**38,85**	
			Geografia (distância)	645	1712	**37,68**	
			Matemática (distância)	1923	4164	**46,18**	
			Pedagogia (distância)	1555	6479	**24,00**	
Nota Técnica: - As taxas de retenção foram calculadas a partir dos dados do Sistema de Controle Acadêmico considerando as notas registradas no 2º semestre letivo de 2016 e no 1º semestre de 2017. Dados verificados em 10/01/2017, às 09:00 horas.							
Ensino	Taxa de retenção nas disciplinas oferecidas pelos departamentos	Indica o percentual de reprovação nas disciplinas oferecidas por um determinado departamento em relação ao total de matrículas nas disciplinas oferecidas pelo referido departamento, no semestre em estudo	(Somatório das reprovações nas disciplinas oferecidas pelo departamento/Somatório das matrículas nas disciplinas oferecidas pelo departamento) X 100	Somatório das reprovações nas disciplinas oferecidas pelo departamento	Somatório das matrículas nas disciplinas oferecidas pelo departamento		Acompanhar da taxa de reprovação para subsidiar os colegiados de cursos na adoção de políticas pedagógicas, com o objetivo de
		Escola de Minas	DEAMB	97	705	**13,76**	
			DEARQ	489	3844	**12,72**	

			DECAT	356	2902	**12,27**	melhorar o desempenho dos alunos.
			DECIV	556	3997	**13,91**	
			DEGEO	426	3413	**12,48**	
			DEMEC	288	1956	**14,72**	
			DEMET	213	1771	**12,03**	
			DEMIN	145	1823	**7,95**	
			DEPRO	463	5465	**8,47**	
		Escola de Farmácia	DEACL	46	464	**9,91**	
			DEFAR	93	2031	**4,58**	
		Escola de Medicina	DCGP	24	1304	**1,84**	
			DECME*	1	38	**2,63**	
			DECPA	2	991	**0,20**	
			DECMC	56	1468	**3,81**	
		Escola de Nutrição	DEALI	147	1162	**12,65**	
			DENCS	49	764	**6.41**	
		ICEB	DEBIO	265	1660	**15,96**	
			DECBI	648	3540	**18,31**	
			DECOM	1041	4021	**25,89**	
			DEEMA**	193	789	**24,46**	
			DEEST	293	1605	**18,26**	
			DEFIS	57	3303	**22,92**	
			DEMAT	2655	5834	**45,51**	
			DEQUI	1567	4557	**34,39**	
		IFAC	DEART	195	1867	**10,44**	
			DEFIL	295	1590	**18,55**	
			DEMUS	103	138	**7,45**	
		ICHS	DEEDU	782	5644	**13,86**	
			DEHIS	623	3365	**18,51**	
			DELET	683	4386	**15,57**	
		ICSA	DECAD**	129	1170	**11,03**	
			DECEG	994	4455	**22,31**	
			DECSO	702	6138	**11,44**	
		ICEA	DECEA	1375	3489	**39,41**	
			DECSI	1194	3923	**30,44**	
			DEELT	507	2453	**20,67**	
			DEENP	177	2614	**6,77**	
		Unidade isolada	CEDUFOP	404	3581	**11,28**	
		EDTM	DEDIR	513	6321	**8,12**	

			DEMUL	150	1322	**11,35**	
			DETUR	278	1683	**16,52**	
Considerações: As taxas de retenção foram calculadas a partir dos dados do Sistema de Controle Acadêmico considerando as notas registradas no 2º semestre letivo de 2016 e no 1º semestre de 2017. Dados verificados em 10/01/2017, às 09:00 horas.							

Fonte: PROGRAD

3.5.5 Indicadores da Pesquisa e Pós-graduação

Quadro 30 – Indicadores da Pós-graduação.

Programa (código e descrição) ou área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo	CÁLCULO		RESULTADO	Finalidade do Indicador
Pesquisa e Pós-Graduação	Índice de Número de Cursos pós-graduação stricto sensu	Indica o número de cursos de pós-graduação em relação ao número total de docentes doutores da Instituição no ano em estudo	Número de cursos de pós-graduação stricto sensu/Número de docentes doutores	Número de cursos de pós-graduação stricto sensu = **42**	Número de docentes doutores **= 652**	= **0,06**	Acompanhar a evolução do crescimento da pós-graduação stricto sensu da UFOP e propor políticas com vistas a seu crescimento e sua consolidação
				2017			
Pesquisa e Pós-Graduação	Índice de Produção Científica	1. Indica o número de artigos publicados em relação ao número total de docentes da Instituição, no ano em estudo.	1. Número de publicações em periódicos/Número de docentes.	Número de publicações em periódicos = **1207**	Número de Docentes = **859**	**RESULTADO = 1,41**	Acompanhar a produção científica no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento
				2017			
		Considerações: Este indicador possibilita medir o envolvimento dos nossos docentes no que se refere à produção de novos conhecimentos na UFOP. Se colocarmos como um bom indicador científico um artigo por docente, para este indicador seria desejável que a medida do coeficiente seja maior ou igual a 1. O resultado revela que, comparativamente ao ano de 2016, onde o indicador atingiu o valor de 0,98, houve evolução. Tal evolução é fruto das políticas de incentivo à pesquisa da PROPP, por meio de editais de apoio à pesquisa institucional, como por exemplo o auxílio a pesquisador e auxílio à publicação.					
			1. Número de publicações em anais de congressos /Número de docentes	Número de publicações em anais de congressos = **670**	Número de Docentes = **859**	**RESULTADO = 0,78**	

				2017			
		Considerações: Os números produzidos pela UFOP que alimentam este indicador expressa uma boa relação, haja vista que estamos próximo de um artigo publicado em congresso por docente. Em comparação com o ano anterior, houve um acréscimo de 15,6% no indicador, o que corrobora com o incentivo da PROPP à participação em eventos via editais de apoio à pesquisa. Vale salientar que com o crescente aumento do número de doutores na UFOP, existe uma tendência de se priorizar a publicação em periódicos em detrimento à publicação em anais de congressos, dado que artigos completos representam uma maior visibilidade à pesquisa científica.					
			1. Número de publicações (livros e capítulos de livros) / Número de docentes	Número de publicações Livros/Capítulos de livros = **359**	Número de Docentes **= 859**	**RESULTADO = 0,42**	
				2017			
		Considerações: Indicador importante para gerar informações sobre a capacidade dos nossos docentes em produzir material didático e científico. Considerando que este tipo de atividade requer maturidade científica e experiência acadêmica, avaliamos que este indicador seja parte integrante para o acompanhamento das nossas metas. Em comparação com o ano de 2016, ouve crescimento de 7% na produção bibliográfica de livros e capítulos.					
		2. Indica o número de artigos publicados em relação ao número de docentes doutores da Instituição, no ano em estudo.	2. Número de publicações em periódicos /Número de docentes doutores	Número de publicações em periódicos **= 1207**	Número de docentes doutores **= 652**	**RESULTADO = 1,85**	
				2017			
		Considerações: Este indicador revela que na UFOP tem-se quase dois artigos publicados em periódico/ano por doutor. Entende-se que indicador apresenta um resultado bastante positivo, pois uma média de dois artigos por pesquisador elevaria a produção de artigos da UFOP para aproximadamente 1300 artigos anuais. Este indicador mais uma vez destaca o impacto positivo das ações da PROPP em prol da pesquisa científica institucional.					
		3. Indica o número de patentes depositadas pela Instituição, no ano em estudo	3. Número de patentes / Número de docentes doutores	Número de patentes **= 15**	Número de docentes doutores **= 652**	**= 0,02**	
				2017			
		Considerações: De fato este é um dos maiores gargalos das nossas IFES. O conhecimento novo é gerado, pesquisas são realizadas com extremo sucesso, mas as patentes não evoluem na mesma proporção. É preciso estabelecer novos paradigmas, incentivos e políticas internas e em nível nacional para acelerar a geração de novas patentes, bem como uma nova regulamentação que permita que a pesquisa aplicada gerada pela academia possa ser absorvida pela sociedade (setores públicos e privados). Apesar de todos os limitantes, houve um acréscimo de					

		50% no número de patentes se comparado ao ano anterior.					
Pesquisa e Pós-Graduação	Índice de Produção Científica	1. Indica o número de grupos de pesquisa em relação ao número de docentes com titulação de doutor da Instituição, no ano em estudo.	1. Número de grupos de pesquisa /Número de docentes doutores	Número de grupos de pesquisa = **194**	Número de docentes doutores = **652**	**RESULTADO = 0,30**	Acompanhar a consolidação dos grupos de pesquisa no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento
				2017			
		Considerações: A cultura relativa a pesquisa e pós-graduação ainda requer cuidados e aperfeiçoamento. Na verdade, é comum que doutores estejam integrados à programas de pós-graduação, onde participam das atividades didáticas e orientações de dissertações e teses, mas não costumam integrar-se a grupos de pesquisa registrados. Este indicador não tem apresentado evolução nos últimos 5 anos, sempre apresentando valores próximos à 0,3, indicando manutenção e consolidação dos grupos de pesquisa existentes.					
		2. Indica o número de pesquisadores bolsistas do CNPq relação ao número total de docentes doutores na Instituição, no ano em estudo.	2. Número de pesquisadores bolsistas/Número de docentes doutores	Número de pesquisadores bolsistas = **63**	Número de docentes doutores = **652**	**RESULTADO = 0,10**	
				2017			
		Considerações: Este indicador demonstra o quanto ainda os órgãos de fomento precisam evoluir, haja vista que é preciso estabelecer programas que venham a incluir pesquisadores jovens em formação e que ainda não dispõem de um currículo ou indicadores que possibilite competir em editais em condições de igualdade com seus pares. Neste sentido a PROPP têm apoiado jovens pesquisadores para tornar possível o enriquecimento de seu curriculum e a consequente ascensão à bolsa de produtividade, que é, sobretudo pautada na produção científica.					
Pesquisa e Pós-Graduação	Índice de Projetos de Pesquisa	1. Indica o número e valores de projetos de pesquisa com financiamento, desenvolvidos na Instituição em relação ao número total de docentes com titulação de doutor, no ano em estudo.	1. Número de projetos de pesquisa/ número de docentes doutores	Número de projetos de pesquisa = **68**	Número de docentes doutores = **652**	**RESULTADO = 0,10**	Acompanhar a evolução da pesquisa no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento acordo com as necessidades específicas dos diferentes departamentos.
				2017			
		Considerações: Este indicador revela um pouco o que foi comentado acima no indicador que relaciona o número de pesquisadores bolsistas por número de doutores acrescido do fato de que é necessário que as agências de fomento ampliem recursos para que as pesquisas possam ser desenvolvidas de maneira mais perene. Como forma de complementar os recursos concedidos pelas agências de fomento para desenvolvimento de projetos de pesquisa, a PROPP tem utilizado recursos próprios no apoio dos pesquisadores institucionais.					
		2. Indica o número de projetos de pesquisa com financiamento desenvolvido no departamento, em relação ao número total de docentes doutores do departamento, no ano em	2. Valor total de projetos de pesquisa/número de docentes doutores	Valor total de projetos de pesquisa = **R$ 2.524.478,10**	Número de docentes doutores = **652**	**RESULTADO = 3.871,90**	
				2017			

		estudo.					
			3. Número de projetos de pesquisa desenvolvidos no depto. / Número de docentes doutores do departamento	Número de projetos de pesquisa desenvolvidos pelo departamento	Número de docentes doutores do departamento	**RESULTADO**	
				2017	**2017**	**2017**	
		Escola de Minas	DEAMB	1	6	0,17	
			DEARQ	4	8	0,50	
			DECAT	31	19	1,63	
			DECIV	22	18	1,22	
			DEGEO	22	28	0,79	
			DEMET	19	13	1,46	
			DEMIN	20	12	1,67	
			DEPRO	23	16	1,44	
		Escola de Farmácia	DEACL	21	11	1,91	
			DEFAR	19	20	0,95	
		Escola de Nutrição	DEALI	23	15	1,53	
			DENCS	10	11	0,91	
		ICEB	DEBIO	32	17	1,88	
			DECBI	69	35	1,97	
			DECOM	33	24	1,38	
			DEEST	10	11	0,91	
			DEFIS	30	30	1,00	
			DEMAT	06	22	0,27	
			DEEMA	03	07	0,43	
			DEQUI	71	37	1,92	
		IFAC	DEART	7	13	0,54	
			DEFIL	7	12	0,58	
			DEMUS	08	08	1,00	
		ICHS	DEEDU	25	25	1,00	
			DEHIS	17	25	0,68	
			DELET	36	31	1,16	
		ICSA	DECEG	16	15	1,07	
			DECSO	38	21	1,81	
			DECAD	09	08	1,13	
		ICEA	DECEA	21	11	1,91	
			DEENP	16	07	2,29	
			DECSI	11	7	1,57	

			DEELT	10	09	1,11	
		Unidades Isoladas	CEDUFOP	29	15	1,93	
		Escola de Medicina	DECGP	1	11	0,09	
			DECPA	05	10	0,50	
			DEMSC	07	10	0,70	
		EDTM	DEDIR	20	15	1,33	
			DEMUL	06	06	1,00	
			DETUR	09	09	1,00	
		CEAD	DEGEP	03	07	0,43	
			DEETE	05	2	0,42	
		TOTAL		**775**			
Pesquisa e Pós-Graduação	Índice de Projetos de Iniciação Científica	Indica o número de projetos de iniciação científica desenvolvidos na Instituição, em relação ao número total de docentes, no ano em estudo	Número de projetos de iniciação científica / número de docentes	Número de projetos de iniciação científica = **593**	número de docentes = **859**	**= 0,69**	Acompanhar a evolução da pesquisa, em nível de iniciação científica, no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento
				2017			
Pesquisa e Pós-Graduação	Índice de Bolsas	1. Indica o número de bolsas de iniciação científica e de pós-graduação	1. Número de bolsas de IC/Número de docentes doutores	Número de bolsas de Iniciação Científica **= 443**	Número de docentes doutores = **652**	**= 0,68**	Acompanhar a distribuição no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento
				2017			
			2. Número bolsas de mestrado / Número cursos de mestrado acadêmicos	Número de bolsas de mestrado = **413**	Número de cursos de mestrado acadêmico = **22**	**= 18,77**	
				2017			
			3. Número de bolsas de doutorado / Número de cursos de doutorado	Número de bolsas de doutorado = **203**	Número de cursos de doutorado = **13**	**= 15,62**	

				2017	
Considerações: Os indicadores apresentados revelam que a pesquisa e a pós-graduação da UFOP estão em contínua progressão, o que demonstra que o planejamento estratégico traçado, principalmente no PDI, tem sido cumprido mesmo diante das instabilidades orçamentárias que atravessam às universidades brasileiras.					

Fonte: PROPP

3.5.6 Indicadores da Extensão

Quadro 31 – Indicadores da Extensão

Programa	Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo	Cálculo				Resultado		Finalidade
Extensão	Índice de Atividades de Extensão	Indica o número de Atividades de Extensão desenvolvidas na Instituição em relação ao número de docentes, no ano em estudo	Número de projetos de extensão registrados na PROEX/Número de docentes da Instituição	Número de projetos de extensão registrados na PROEX		Número de docentes da Instituição (efetivos)				Acompanhar a evolução das ações de extensão no âmbito da UFOP e propor políticas de acordo com as necessidades
				2016	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	
				272	313	998	996	**0,27**	**0,31**	
Extensão	Índice de Atividades de Extensão por departamento	Indica o número de Atividades de Extensão desenvolvidas no departamento	Número de projetos de extensão do departamento registrados na PROEX /Número de docentes do Departamento	Número de ações de Extensão do departamento registrado na PROEX						Acompanhar a distribuição dos projetos de extensão na UFOP e propor políticas, de acordo com as necessidades específicas dos diferentes deptos.
					2017	Nº Docentes		**2017**		Considerações gerais: Este indicador é relevante, pois possibilita identificar os departamentos cuja participação em projetos de extensão precisa ser ampliada ou mesmo incentivada a participar desta dimensão acadêmica, necessária à formação estudantil. A política de Extensão Universitária para a UFOP é estratégica, já que há a necessidade de socialização do saber, a importância da formação cidadã
		Escola de Minas			1					
			DEAMB		0		**6**		0,00	
			DEARQ		6		**22**		0,27	
			DECAT		2		**26**		0,08	
			DECIV		2		**23**		0,09	
			DEGEO		5		**30**		0,17	
			DEMET		0		**18**		0,00	
			DEMIN		3		**15**		0,20	
			DEPRO		7		**24**		0,29	
		Escola de Farmácia			1					
			DEACL		1		**11**		0,09	
			DEFAR		5		**19**		0,26	
		Escola de Medicina			4				0,00	
			DECPA		5		**22**		0,23	
			DECGP		1		**18**		0,06	
			DEMSC		7		**13**		0,54	
		Escola de Nutrição	DEALI		7		**17**		0,41	
			DENCS		6		**12**		0,50	
		ICEB	DEBIO		2		**17**		0,12	

			DECBI	5	**35**	0,14	dos nossos estudantes e a possibilidade de oferecer ao setor público projetos e programas pilotos para a geração de políticas públicas. Avaliamos como positiva as informações geradas por este indicador e devemos mantê-lo para que seja possível orientar a academia a ampliar iniciativas na dimensão extensionista.
			DECOM	3	**26**	0,12	
			DEEST	1	**13**	0,08	
			DEFIS	1	**32**	0,03	
			DEMAT	1	**33**	0,03	
			DEQUI	1	**38**	0,03	
		IFAC	DEART	9	**17**	0,53	
			DEFIL	1	**13**	0,08	
			DEMUS	4	**13**	0,31	
		ICHS	DEEDU	12	**25**	0,48	
			DEHIS	2	**25**	0,08	
			DELET	8	**34**	0,24	
		ICSA	DECEG	2	**34**	0,06	
			DECSO	17	**37**	0,46	
		ICEA	DECEA	1	**15**	0,07	
			DECSI	3	**26**	0,12	
			DEELT	5	**19**	0,26	
			DEENP	4	**18**	0,22	
		EDTM	DEDIR	25	**22**	1,14	
			DEMUL	2	**9**	0,22	
			DETUR	5	**11**	0,45	
		CEAD	DEGEP	1	**12**	0,08	
			DEETE	7	**16**	0,44	
		Unidades Isoladas	CEDUFOP	19	**17**	1,12	
		Outros projetos					
		PRACE		2			
		PROGRAD		1			
		CCI		1			
		NUCAT		4			
		Área de Nutrição		1			
		Colegiado do curso de Museologia		1			
		Coordenadoria de Saúde		4			
		Colegiado do curso de Filosofia		1			
		ICEA		3			
		IFAC		7			

Fonte: PROEX

3.5.7 Indicadores de Recursos Humanos

Os indicadores são informados de modo a explicitar os padrões utilizados, os objetos mensurados, os objetivos e metas fixados e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas daí decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

Quadro 32 – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Tipo de Indicador	Programa (código e descrição) ou área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo		Finalidade do Indicador
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de Absenteísmo	Indica o número de faltas dos servidores na Instituição	(Quantidade de dias faltosos / quantidade de dias úteis X quantidade de servidores) *100		Acompanhar o grau de envolvimento e interesse do servidor quanto ao desenvolvimento de suas atividades e subsidiar a Coordenadoria de Gestão de Pessoas na elaboração de projetos que tenham como objetivo diminuição deste índice
			RESULTADO OBTIDO	**2016**	**2017**	
				0,55%	**0,34%**	
Análise: Em 2017 é possível verificar uma queda no nível de absenteísmo na UFOP, o que indica que as ações de conscientização sobre absenteísmo têm sido planejadas e implementadas de forma pontual.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de afastamento para tratamento de saúde	Indica o percentual de afastamentos para tratamento de saúde na Instituição	(Quantidade de dias de afastamento / quantidade de dias úteis X quantidade de servidores) X 100		Levantar o percentual de afastamento por acidentes de trabalho e alertar sobre os acidentes mais comuns que causam o afastamento dos servidores na Instituição.
			RESULTADO OBTIDO	**2016**	**2017**	
				1,96%	**1,61%**	
Análise: Ao se fazer o levantamento dos dados para cálculo do indicador verificou-se uma queda no índice no ano de 2017. Isso mostra que a Equipe do SIASS intensificou as ações explicativas e de conscientização, aumentando a aderência dos servidores aos Exames Periódicos e outros programas com a atuação da Equipe multiprofissional, melhorando os índices de qualidade de vida de nossos servidores, conforme orientado no RG anterior.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAs capacitados	Relaciona o número de TAs capacitados em função do número total de TAs	(Número total de TAs capacitados/ Total de TAs) X 100		O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de capacitação
			RESULTADO OBTIDO	**2016**	**2017**	
				52,32%	**58,4%**	
Análise: O número de TAE's capacitados em 2017 foi bem expressivo, fruto das políticas desenvolvidas pela CGP/PROAD nos últimos anos. Esse número representa a participação de TAE's em ações de capacitação e qualificação, ou seja, em ações de treinamento, aperfeiçoamento e educação formal. A meta definida de 300 servidores capacitados foi atingida e superada - 465 servidores capacitados. A superação da meta é resultado da política de capacitação e incentivo à qualificação da instituição.						

Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com ensino médio	Relaciona o número de TAs com ensino médio em função do número total de TAs	(Número de TAs com ensino médio /Número total de TAS) X 100		O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.
			RESULTADO OBTIDO	**2016**	**2017**	
				19,73%	**15,7%**	
Análise: A queda no percentual mostra que menos servidores estão em busca de certificação equivalente ao ensino médio, o que é positivo, visto que o percentual de servidores com graduação e pós tem aumentado a cada ano. Isso mostra que a política de incentivo à qualificação dá resultados positivos.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com graduação	Relaciona o número de TAs com graduação em função do número total de TAs	(Número de TAs com graduação/Número total de TAS) X 100		O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.
			RESULTADO OBTIDO	**2016**	**2017**	
				20,58%	**20,5%**	
Análise: Em 2017 observa-se um pequeno aumento nesse indicador comparado aos dados de anos anteriores, resultado da política de incentivo à qualificação da Instituição - Servidor Estudante.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com pós-graduação lato sensu	Relaciona o número de TAs com pós-graduação *lato sensu* em função do número total de TAs	(Número de TAs com pós-graduação lato sensu/Número total de TAS) X 100		O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.
			RESULTADO OBTIDO	**2016**	**2017**	
				29,41%	**30%**	
Análise: A cada ano vem aumentando o número de técnicos administrativos com lato sensu, fruto da política adotada pelas nossa Instituição nos últimos anos. Observa-se em 2017 um aumento deste percentual e tudo indica que nos próximos anos esta tendência será confirmada, haja vista a política da UFOP para este fim ainda em andamento.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com pós-graduação stricto sensu	Relaciona o número de TAs com pós-graduação stricto sensu em função do número total de TAs	(Número de TAs com pós-graduação stricto sensu/Número total de TAS) X 100		O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.
			RESULTADO OBTIDO	**2016**	**2017**	
				17,64%	**17,3%**	
Análise: Assim como em 2017, a cada ano vem aumentando o número de técnicos administrativos com Pós-Graduação Stricto sensu fruto da política adotada pelas nossa Instituição nos últimos anos.						

Fonte: PROGRAD

3.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

As orientações para elaboração do conteúdo do item “Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos” informam que o objetivo para esta solicitação é de se registrar informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

Considerando que, “Organismos multilaterais de crédito” são instituições financeiras internacionais que oferecem empréstimos externos a juros subsidiados para países em desenvolvimento em projetos de melhoria da infraestrutura urbana, meio ambiente e social, informamos que a UFOP em 2017 não recebeu recursos desta natureza.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de Governança

4.1.1 Os Conselhos Superiores da UFOP

A forma de gestão nas Universidades é predominantemente colegiada, havendo dois tipos de conselhos importantes, o acadêmico e o administrativo. São os chamados Conselhos Superiores que estão logo acima do Reitor, dirigente máximo da Instituição, na cadeia hierárquica. Esses conselhos possuem a missão de deliberar sobre assuntos de relevância e suas decisões fixam as políticas organizacionais, que garantem o cumprimento da missão da Instituição, assim como zelam por seus valores, por seus propósitos e definem o caminho a ser percorrido.

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Ouro Preto é definida em seu estatuto (Resolução CUNI n° 414, de 11 de novembro de 1997), sendo composta por órgãos Superiores de Deliberação (Conselho Universitário – CUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE), Órgão de Fiscalização Externa (Conselho de Curadores – CONC), Reitoria, Unidades Acadêmicas Universitárias, Conselhos Departamentais, Colegiados de Curso e Departamentos.

No âmbito administrativo, a responsabilidade máxima é exercida pelo Reitor e, ao Vice-Reitor, compete colaborar com o Reitor nas funções universitárias que por ele forem delegadas e substituí-lo, automaticamente, nos casos de falta, de impedimento ou de vacância.

O CEPE e o CUNI são os pilares da Universidade, são os Conselhos que legislam as normas da Instituição e deliberam sobre matérias não contempladas nas normas internas ou merecedoras de atenção diferenciada, além de atuar como instâncias recursais. A composição dos conselhos é de pelo menos setenta por cento de presença docente, nos termos do parágrafo único do Art. 4° do estatuto da UFOP e, respeitando, o disposto na lei.

4.1.2 Conselho de Curadores - CONC

O CONC é um órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira, composto pelo Reitor, como seu Presidente, sem direito a voto, por dois representantes do Ministério da Educação, por um representante do Ministério de Minas e Energia e um representante do Ministério da Saúde, indicados pelos titulares dessas pastas, um representante do Governo do Estado de Minas Gerais, um representante da comunidade, indicado pela Câmara Municipal de Ouro Preto, e um representante dos ex-alunos desta Universidade, escolhido por seus pares.

Compete ao Conselho de Curadores:

I. Elaborar e rever seu Regimento;
II. Aprovar a celebração de convênios com entidades públicas ou privadas, que importem em compromisso econômico-financeiro para esta Universidade;
III. Aprovar a Proposta Orçamentária, o Orçamento Interno desta Universidade e suas reformulações, o Relatório Anual de Atividades e a Tomada de Contas do Reitor;
IV. Aprovar despesas extraordinárias desta Universidade, justificadas pelo Reitor;
V. Aprovar, por proposta do Conselho Universitário, incorporação ou fusão com Órgãos externos, quando necessários ao funcionamento desta Instituição;
VI. Autorizar o recebimento de doações que importem em compromisso para esta Universidade;
VII. Deliberar sobre veto do Reitor às suas decisões;
VIII. Aprovar a aquisição e a alienação de imóveis;
IX. Dirimir os casos omissos ou controversos neste Estatuto, no que concerne à fiscalização financeira;

X. Aprovar a criação de fundos especiais, taxas, emolumentos e contribuições.

4.1.3 Conselho Universitário - CUNI

O CUNI é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, em conformidade com o papel institucional. É composto pelo reitor, como Presidente, pelo vice-reitor, pelos diretores das Unidades Acadêmicas, pelos pró-reitores de Administração, de Extensão, de Graduação, de Planejamento e Desenvolvimento, de Assuntos Comunitários e Estudantis, de Orçamento e Finanças e de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo prefeito do Campus Universitário, por dois representantes do corpo discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), por um representante da comunidade, indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), por cinco professores, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em exercício, um de cada classe, por um representante dos ex-alunos e por um representante do pessoal técnico-administrativo, sendo que essas três últimas representações são eleitas por seus pares.

Ao Conselho Universitário compete:

I. Estabelecer a diretriz superior desta Universidade, nos planos administrativo e disciplinar, mediante formulação de sua política e elaboração de normas;
II. Dar posse ao reitor e ao vice-reitor;
III. Elaborar e rever o próprio Regimento;
IV. Aprovar ou emendar o Estatuto e o Regimento Geral desta Universidade;
V. Aprovar, após a apreciação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Plano de Desenvolvimento e Expansão desta Universidade e os planos de alteração dos Órgãos de sua estrutura geral;
VI. Aprovar normas de seleção, de admissão, de dispensa, de acesso e de aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo e docente;
VII. Deliberar, como instância superior, sobre medidas que visem a prevenir ou a corrigir atos de indisciplina;
VIII. Decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer Órgão ou Unidade;
IX. Determinar abertura de inquérito administrativo destinado a apurar responsabilidade do reitor e do vice-reitor, bem como de diretores e de vice-diretores das Unidades e Órgãos;
X. Deliberar sobre suspensão temporária, total ou parcial, de atividades universitárias;
XI. Deliberar sobre concessão de dignidade universitária, na forma do disposto neste Estatuto e no Regimento Geral desta Universidade;
XII. Dispor sobre os símbolos desta Instituição;
XIII. Deliberar sobre os vetos do reitor às suas decisões e sobre os recursos contra atos do reitor, em matéria administrativa e disciplinar;
XIV. Propor a criação de fundos especiais, taxas, emolumentos e contribuições;
XV. Opinar e deliberar sobre a administração do patrimônio desta Universidade;
XVI. Criar e conceder prêmios e distinções como estímulo e recompensa às atividades acadêmica e administrativa;
XVII. Deliberar sobre as questões que forem omissas neste Estatuto e no Regimento Geral desta Universidade;
XVIII. Praticar todos os demais atos de sua competência, por força da lei, do Estatuto e do Regimento Geral da UFOP.

4.1.4 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE

O CEPE é o órgão superior de deliberação em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão e é integrado pelo reitor, como presidente, pelo vice-reitor, pelos pró-reitores de Extensão, de Graduação, de Planejamento e Desenvolvimento, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Assuntos Comunitários e Estudantis, pelos diretores das Unidades Acadêmicas, por cinco professores, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em exercício, um de cada classe, eleitos por seus pares, e por dois representantes do corpo discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I. Fixar normas complementares às do Estatuto e do Regimento Geral da UFOP sobre vestibular ou outro meio de ingresso equivalente, currículos, programas, matrículas, transferências, avaliação de aproveitamento escolar, aproveitamento de estudo, atividades e programas de pesquisa e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência;
II. Autorizar a criação de cursos de graduação e de pós-graduação, de cursos de especialização, de aperfeiçoamento, sequenciais e outros de extensão;
III. Fixar normas e critérios para concessão de bolsas especiais de iniciação científica;
IV. Homologar o Calendário Acadêmico, proposto pelas Pró-Reitorias de Graduação, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação;
V. Estabelecer critérios para a fixação de carga horária letiva mínima de oito horas semanais do pessoal docente;
VI. Disciplinar critérios para o aperfeiçoamento do pessoal docente;
VII. Deliberar sobre os vetos do reitor às suas decisões, bem como sobre recursos contra atos do reitor ou de órgãos que lhe estejam sujeitos, em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão;
VIII. Exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição universitária, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão;
IX. Aprovar os currículos dos cursos desta Universidade;
X. Aprovar o número de vagas para os cursos desta Instituição;
XI. Credenciar professores para atuar nos campos de graduação e de pós-graduação;
XII. Aprovar a criação, a extinção, a expansão e a modificação de cursos;
XIII. Opinar e apresentar propostas sobre o Regimento Geral desta Universidade, em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão, a serem aprovadas pelo CUNI;
XIV. Homologar resultados de concursos públicos para a admissão de pessoal docente;
XV. Aprovar seu Regimento, bem como as respectivas modificações, por dois terços, no mínimo, de seus membros;
XVI. Examinar e pronunciar-se sobre a revalidação de diplomas estrangeiros em áreas e níveis das ciências existentes nesta Universidade;
XVII. Praticar todos os demais atos de sua competência, por força da lei, do Estatuto e do Regimento Geral desta Instituição.

4.1.5 Conselhos Departamentais e Colegiados de Curso

A UFOP apresenta como instâncias de decisão os órgãos colegiados em diversos níveis da gestão institucional. No âmbito das Unidades Acadêmicas há três instâncias deliberativas e consultivas, sendo elas:

Os Conselhos Departamentais são órgãos deliberativos e consultivos das Unidades Acadêmicas, sendo integrados: a) pelo diretor da Unidade, como seu presidente; b) pelo vice-

diretor; c) pelo(s) chefe(s) de Departamento(s) e presidente(s) de Colegiado(s) de Curso(s) da Unidade; d) por professor(es) de Departamento(s), na forma do regimento interno do Conselho Departamental, eleito(s) pelos seus pares; e) por representante(s) do corpo discente, indicado(s) pelo Diretório Acadêmico, na forma do regimento do Conselho Departamental, para mandato de um ano; e, f) por representante(s) dos servidores técnicos-administrativos, eleito(s) pelos seus pares nos termos do regimento do Conselho Departamental, para um mandato de dois anos.

Os Conselhos Departamentais apresentam as seguintes atribuições: a) elaborar e modificar o regimento interno da Unidade, com aprovação final pelo Conselho Universitário; b) promover a articulação das atividades departamentais; c) propor à autoridade competente, pelo voto de dois terços, no mínimo, dos seus membros, o afastamento ou a destituição do diretor ou do vice-diretor da Unidade; d) propor ao reitor a dispensa de docentes, nos casos previstos em lei, no Estatuto e no Regimento Geral da UFOP; e, e) apreciar recursos contra atos praticados pelo diretor da Unidade e pelos chefes de Departamentos.

A Assembleia do Departamento é um órgão deliberativo para assuntos diretamente ligados à administração acadêmica, sendo constituída por todos os docentes nele lotados e por representante(s) do corpo discente, escolhido(s) na forma do Regimento Geral desta Universidade.

A composição da assembleia apresenta as seguintes orientações: a) o chefe do Departamento como o presidente; b) o mandato dos representantes estudantis é de um ano, com permissão de uma recondução; e, c) as deliberações da Assembleia do Departamento são tomadas por maioria dos presentes. A Assembleia do Departamento apresenta as seguintes atribuições: a) elaborar os planos de trabalho do Departamento e de capacitação dos docentes nele lotados; b) elaborar as linhas de pesquisa e os projetos pedagógicos do Departamento, de acordo com sua área de conhecimento; c) atribuir encargos de ensino, de pesquisa e de extensão aos docentes nele lotados, de forma a harmonizar os interesses do Departamento, com suas linhas de pesquisa; d) propor aos Colegiados de Curso os programas, as ementas e as cargas horárias das disciplinas oferecidas pelo Departamento; e) propor aos Colegiados de Curso os pré-requisitos das disciplinas e seus respectivos créditos; f) propor a contratação, a substituição e a dispensa de docentes; g) eleger os representantes do Departamento nos Colegiados de Curso; h) propor, pelo voto de dois terços, no mínimo, de seus membros, o afastamento ou a destituição do chefe do Departamento; i) aprovar ações interdepartamentais de ensino, de pesquisa e de extensão; e, j) escolher o chefe do Departamento.

Cada curso de graduação e de pós-graduação tem um Colegiado responsável pela coordenação didática das disciplinas constituintes do seu projeto pedagógico. Os Colegiados são constituídos por representantes dos Departamentos que oferecem disciplinas do curso e representante estudantil. A Presidência dos Colegiados de curso de Graduação ou de Pós-Graduação é exercida por um docente indicado pelo próprio Colegiado dentre seus membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Os Colegiados são destinados a: a) compatibilizar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do respectivo curso e determinar aos departamentos as modificações necessárias; b) integrar os planos elaborados pelos departamentos, relativos ao ensino das várias disciplinas, para fim de organização do programa didático do curso; c) recomendar ao departamento, a que esteja vinculada a disciplina, as providências adequadas à melhor utilização das instalações, do material e do aproveitamento do pessoal; d) propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a aprovação do currículo pleno do curso e suas alterações, com indicação dos pré-requisitos, da carga horária, das ementas, dos programas e dos créditos das disciplinas que o compõem; e) decidir sobre questões relativas à reopção de cursos, equivalência de disciplinas, jubilamento, matrícula em disciplinas isoladas, aproveitamento de estudos, matrícula de portador de diploma de graduação e transferência; f) apreciar as recomendações dos departamentos e requerimentos dos docentes sobre assunto de interesse do curso; g) exercer atividades de orientação acadêmica dos estudantes do curso, com vistas ao cumprimento dos créditos necessários para candidaturas à colação de grau; e,
h) indicar, para a Pró-Reitoria de Graduação, os candidatos à colação de grau.

4.1.6 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação foi instituído em 2016 por meio da Portaria Reitoria N°164, de 30 de março de 2016, tem caráter deliberativo e é composto por vários membros da comunidade acadêmica da UFOP. É responsável por elaborar e implementar parâmetros e diretrizes nas ações de Tecnologia da Informação para assegurar o cumprimento do propósito e das políticas institucionais da Universidade. E tem como principais competências:

I. A elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que se alinhe ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade;
II. Elaborar e encaminhar ao Conselho Universitário da UFOP (CUNI) o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e propor sua alteração quando necessário;
III. Elaborar e emitir parecer deliberativo sobre as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação na Instituição, bem como sobre as prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à área de TI e sobre as diretrizes de planejamento, organização e execução de atividades e ações que se vinculem à área de TI na UFOP, alinhando as áreas de ensino, pesquisa e extensão com a área de TI, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente;
IV. Elaborar e emitir parecer deliberativo sobre o estado atual dos projetos de TI da Instituição, e resolver conflitos de recursos;
V. Monitorar níveis de serviço e suas melhorias;
VI. Identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a Instituição possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais;
VII. Caso necessário, propor a criação de Comissões Especiais para auxiliarem nas decisões do CGTI, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos;
VIII. Dar publicidade de seus atos, através da publicação de atas e do cronograma de atividades do Comitê para o exercício.

4.1.7 Comitê Permanente de Moradia Estudantil – COPEME

O Comitê Permanente de Moradia Estudantil (COPEME) foi instituído pela Resolução CUNI nº 697, com representação das unidades administrativas e de estudantes de cada uma das modalidades de moradia estudantil da UFOP. O comitê tem por finalidade o assessoramento administrativo, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais referente à política de moradia estudantil, assim como o compete:

I. Estabelecer um fórum permanente para o estudo, debate e apresentação de propostas concernentes à moradia estudantil.
II. Subsidiar a PRACE na formulação e reformulação dos programas ligados à moradia estudantil.
III. Promover e divulgar suas ações, visando a melhor consecução de seus objetivos;
IV. Receber, apurar a procedência e encaminhar reclamações, denúncias, sugestões ou demais manifestações que lhe forem dirigidas por membros das comunidades universitária e externa;
V. Acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolução e mantendo os interessados informados do trâmite das ações;
VI. Apreciar demais matérias pertinentes à Moradia Estudantil.

4.1.8 Escritório de Processos – ESPUFOP

Em 2017 a UFOP criou o Escritório de Processos, setor para auxiliar na resolução de parte das fragilidades aportadas pela Instituição.

O Escritório de Processos vem ao encontro às diretrizes do TCU em relação à governança. O TCU em suas publicações: "10 passos para a boa governança" e o "Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública", ambos de 2014, apontam como essenciais à execução de mecanismos ligados a transparência, estratégia, prestação de contas e responsabilização, liderança, compromisso e integração. Tais aspectos podem se viabilizar através de uma gestão por processos.

Para viabilizar uma gestão por meio de processos há necessidade de estabelecimento de uma governança adequada. Governança diz respeito à definição de diretrizes e regras para a condução das ações de gestão e à consequente determinação de papeis e responsabilidades por essas ações dentro da organização.

Um modelo de governança com ênfase em processos deve otimizar e eliminar as deficiências das estruturas tradicionais de gestão departamental, assegurando uma maior capacidade de entender e atender às necessidades dos clientes, porém, sem tornar essa estrutura mais complexa.

O Escritório de Processos busca uma estrutura de governança de processos que evolua ao longo do tempo, em função do nível de maturidade da gestão na organização; desmistifique o papel do dono de processo, o responsável por um processo é simplesmente o gestor, ou conjunto de gestores, que cuidam do desempenho daquele processo; descentralize gradativamente atribuições pela transformação e gestão do dia a dia e, com isso, promova uma cultura de colaboração e melhoria contínua.

Através do escritório busca-se padronizar as iniciativas dos processos, favorecendo o alinhamento dessas iniciativas em conjunto. Com isso, levar à melhoria contínua dos processos organizacionais, definindo papeis e responsabilidades sobre os processos, determinando quem tem o poder de decisão sobre os processos. Tais ações tornam a organização mais ágil na resposta ao surgimento de mudanças e possibilita maior transparência.

O Escritório de Processos busca potencializar a qualidade das iniciativas de processos, transformando a gestão de processos em uma cultura de aplicação cotidiana. Isso possibilita alinhar a gestão de processos com os objetivos estratégicos da Instituição.

Em resumo, o escritório de processos desempenha um papel estratégico alinhando as atividades de gestão e as prioridades da organização, criando mecanismos estruturados de governança de processos, que possibilitarão a criação de normas internas e manuais específicos (procedimentos administrativos) direcionados aos setores de apoio operacional, definindo as funções de cada agente na Instituição. O mapeamento dos processos possibilitará no médio e logo prazo a otimização de recursos materiais e de pessoal e possibilitará uma gestão de riscos eficaz.

4.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna

Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) não há auditoria descentralizada, e sim uma Unidade de Auditoria Interna que é vinculada ao Conselho Universitário.

O Regimento Interno em seu Art. 1º, parágrafo único assim dispõe:

> *"Art.1º (...)*
> *Parágrafo único. Conforme prescrito no § 3º do artigo 15 do Decreto n.º 3.591/2000, alterado pelo Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002, a Auditoria Interna está vinculada ao Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, entretanto em relação às questões administrativas esta Auditoria reportar-se-á ao reitor desta Instituição.*

Esta Unidade atua em parceria com a Administração Superior, como órgão de assessoramento, e tem como objetivo atestar a conformidade dos atos de gestão, de forma a mitigar eventuais constatações de impropriedades e de irregularidades apontadas pela Controladoria Geral

da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Cabe esclarecer ainda que esta Unidade tem seu regimento interno, e seu acesso é através do link: http://www.soc.ufop.br/files/RESOLUCAO_CUNI_1320.pdf.

A Unidade de Auditoria Interna é composta por três servidores efetivos, sendo uma Coordenadora com formação em Direito e especialização em Direito Público, um Assessor com formação em Administração de Empresas e especialização em Gestão Pública e uma Assistente em Administração com formação em Direito e especialização em Direito Público.

A função de Coordenador da Auditoria Interna é exercida por servidor do quadro da Instituição, cuja nomeação ou exoneração é submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do Conselho Universitário (CUNI), logo em seguida à aprovação da CGU, conforme determina o § 5° do artigo 15 do Decreto n° 3.591/2000, com a nova redação dada pelo Decreto n° 4.304/2002.

A certificação de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria ocorre a partir do recebimento do Relatório/Despacho/Parecer. Este relatório/despacho/parecer é encaminhado através de um Ofício entregue via malote ou protocolo. Já a aceitação fica demonstrada com o preenchimento do Plano de Providências Permanente, visto que neste fica registrado se ocorrerá o cumprimento da recomendação ou em caso negativo, a justificativa para não implementação.

Não existe uma sistemática formal de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e aos demais gestores, entretanto esclarecemos que estamos tentando desenvolver uma política de monitoramento a fim de diminuirmos os riscos, garantindo consequentemente a regularidade da gestão. Outrossim, no exercício de 2018 pretendemos encaminhar todos os relatórios, juntamente com as respostas dos Planos de Providências à Assessoria Técnica da Reitoria para que a mesma informe ao Dirigente Máximo quais os riscos a UFOP poderá ser acometida caso não cumpra uma recomendação/determinação.

Em relação à demonstração de independência e objetividade da Unidade de Auditoria Interna da UFOP, apresentamos:

- Resolução CUNI Nº. 1.659, de 26 de agosto de 2014 – desvincula a Auditoria Interna da Reitoria e a vincula ao Conselho Universitário, cumprindo a recomendação expedida pela Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais;
- Resolução CUNI Nº. 1.563, de 26 de novembro de 2013 – determinou que os servidores que atuam na Auditoria Interna da Universidade Federal de Ouro Preto não poderiam assumir responsabilidades operacionais extra-auditoria que implicassem em análise e parecer, para fins de auditoria ou fiscalização, do resultado dos seus próprios atos ou dos atos de quem este auxilie, ou dos atos a quem este interesse. Impedindo, assim, segregação de funções.

Em seguida apresentamos informações sobre a execução do plano anual de auditoria. Informamos que das 15 (quinze) ações previstas no PAINT2017, não conseguimos cumprir quatro, a saber: Transferências Realizadas, Patrimônio Imobiliário, Transportes, e Diárias e Passagens.

Portanto, cumprimos 67% (setenta e sete por cento), contudo, compete-nos ponderar que o percentual de cada ação individualizada foi baixo. Este percentual baixo foi um reflexo da demanda desta equipe de Auditoria em entender e orientar os gestores desta Universidade sobre a importância da implantação da Gestão de Riscos. A gestão de riscos parte do princípio de que não basta identificar, analisar e quantificar os riscos, mas adotar medidas que permitam administrá-lo, incorporando os elementos citados à estratégia e ao processo decisório-gerencial das organizações.

Ademais, reafirmamos que a gestão de risco no setor público se apresenta como uma poderosa ferramenta gerencial para os administradores públicos, tanto no sentido de aumentar a segurança e o desempenho no emprego de recursos públicos, quanto de incentivar a mudança e a inovação nas entidades e programas governamentais.

Das ações realizadas temos a tecer os seguintes comentários:

Quadro 33 – Ações PAINT

AÇÕES PREVISTAS NO PAINT	ESCOPO	OBJETIVOS	RESULTADOS	ÁREA AUDITADA
Folha de pagamento	Foram analisados 13 (treze) processos de pensão, 36 (trinta e seis) de acumulação de cargos e empregos e 10 (dez) processos de professores substitutos.	Avaliar os aspectos da legalidade e legitimidade no gerenciamento dos recursos humanos e avaliar as rotinas, os procedimentos e controles internos.	Corrigir eventuais falhas, diagnosticar pagamentos irregulares, assim como inibir ações que onerem indevidamente o erário público. Todas as recomendações foram cumpridas. O volume de recursos auditados foi de R$ 444.805,23 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e vinte e três centavos)	Coordenadoria de Gestão de Pessoas/ Pró-Reitoria de Administração
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	Foi examinada a Dispensa de Licitação 001/2016 (Processo UFOP nº. 334/2016).	Averiguar a conformidade legal dos processos licitatórios realizados	Maior eficiência nas contratações, aquisições de bens e serviços públicos. O volume dos recursos auditados, considerando os valores contratados e os aditivos já realizados, foi de R$ 4.042.104,36 (quatro milhões, quarenta e dois mil, cento e quatro reais e trinta e seis centavos)	Coordenadoria de Suprimentos/ Diretoria de Orçamentos e Finanças
Avaliação da eficácia e eficiência dos cursos de graduação	Seleção aleatória de 5 (cinco) departamentos que corresponde a 11,36% do número de departamentos da Instituição.	Os objetivos são: • averiguar os mecanismos de avaliação da graduação; • identificar se foram estabelecidos programas de avaliação de prática docente; • analisar os indicadores de desempenho criados para aferir os percentuais de aprovação, reprovação (por nota, por frequência e por nota e frequência) e de trancamento das disciplinas; • analisar a evasão e a retenção, e	Identificar possíveis falhas a fim de adequar as metas e objetivos, e qualidade do ensino na UFOP. Como a auditoria em questão foi em parte uma auditoria de acompanhamento da gestão, os recursos auditados somam R$ 66.699,28 (sessenta e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos), e referem-se aos repasses efetuados aos discentes pela UFOP.	Pró-Reitoria de Graduação

		quais procedimentos estão sendo tomados para diminuição dos mesmos; • avaliar os programas direcionados para melhorias do ensino de graduação.		
Gestão de Controles PAD e Sindicâncias	Foi um trabalho de acompanhamento tendo em vista as recomendações da Controladoria Geral da União no Estado de Minas Gerais	Acompanhar e verificar se estão sendo abertos os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias.	• Foram nomeadas novas comissões para dar prosseguimento aos processos inconclusos; • Todos os processos estão sendo cadastrados no sistema, iniciando pelos mais recentes; • Foi instaurado o Processo UFOP nº. 916/2017-11 para apurar a responsabilidade pelo descumprimento ao disposto no §3º, art. 1º da Portaria CGU nº. 1043/2007.	Grupo Permanente de Processo Administrativo Disciplinar/ GRUPAD
Controle de Gestão	Acompanhamento do efetivo cumprimento de todas às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como de todas as recomendações presentes no sistema monitor da Controladoria Geral da União (CGU).	Cumprir todas as determinações do TCU, assim como as recomendações da CGU.	Melhoria nos processos operacionais e no cumprimento à legislação, em busca da eficiência na aplicação dos recursos públicos.	Universidade Federal de Ouro Preto
Controle de Gestão	Demos suporte a todas as auditorias realizadas no exercício de 2017	Dar o suporte necessário aos auditores da CGU e do TCU para a realização de seus trabalhos na Instituição. Procedimentos a serem realizados: 1) Acompanhar e dar assistência necessária aos auditores da CGU e do TCU; 2) Verificar os atos e fatos produzidos no exercício que geraram reprovações e/ou recomendações dos órgãos de controle; 3) Prestar informações aos	Assegurar que os trabalhos dos auditores externos (CGU e TCU) sejam executados com todo o suporte e infraestrutura necessária para o bom desempenho de suas atividades.	Universidade Federal de Ouro Preto

		órgãos de controle e atender ao que for solicitado; 4) Encaminhar as solicitações de auditoria dos órgãos de controle aos setores envolvidos.		
Formalização do Processo de Prestação de Contas	A Unidade de Auditoria Interna em cumprimento ao disposto no §6º, art. 15 do Decreto Federal nº. 3.591/2000 apresentou seu parecer sobre o Processo de Prestação de Contas Anual correspondente ao exercício financeiro de 2017	Analisar o processo de prestação de contas da Instituição tendo em vista as normas previstas pelos órgãos de controle.	Entrega do Processo de Contas em conformidade com a legislação pertinente e dentro do prazo legalmente determinado.	Universidade Federal de Ouro Preto
Avaliação do planejamento e execução das metas físicas e financeiras	A avaliação foi realizada ao longo dos trabalhos de auditagem.	Garantir o efetivo cumprimento das metas previstas no PDI, no PPA e LOA, assegurando o comprometimento da Instituição.	Cumprimento das metas e objetivos estabelecidos pela Instituição e evitar a ausência de conformidade na execução orçamentária.	Universidade Federal de Ouro Preto
Auditorias Especiais	Procedemos a análise do pedido de cancelamento do Convite nº. 002/2017. O valor contratual de R$ 24.314,44 (vinte e quatro mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos)	Cumprir determinação da Administração e dos Conselhos Superiores da UFOP.	Atender à demanda da Administração Superior para apurar uma impropriedade	Universidade Federal de Ouro Preto
Elaboração do PAINT e do RAINT	Cumprir a Instrução Normativa CGU nº 24/2015	Dar ciência aos órgãos de Controle Externo e Interno das ações programadas, bem como relatar os trabalhos realizados pela Auditoria Interna.	Contribuição da Auditoria Interna na prevenção de irregularidades/ impropriedades.	Unidade de Auditoria Interna
Avaliação dos Controles Internos Administrativos	A avaliação foi realizada ao longo dos trabalhos de auditagem	Os objetivos são: • avaliar a estrutura de controles internos em nível de entidade utilizando a metodologia COSO; • atender a recomendação proferida pela Controladoria Geral da União no que tange à utilização do modelo COSO na avaliação dos controles internos administrativos.	Todas as inconsistências e/ou deficiências encontradas durante a execução dos trabalhos foram comunicadas aos gestores responsáveis, os quais envidaram esforços no sentido de mitiga-las tempestivamente.	Universidade Federal de Ouro Preto

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Estabelecido no Processo Administrativo 1128-2001, o Grupo Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (GRUPAD)[6], constitui-se como um órgão de correição permanente e integrante da UFOP, vinculado à Pró-Reitoria de Administração e tem a função de centralizar os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Sindicâncias em um único local, dotado de infraestrutura e secretaria, de forma a facilitar o trabalho das Comissões Processantes designadas. O GRUPAD também é responsável pelo suporte administrativo à Ouvidoria Geral e à Comissão de Ética Pública.

A UFOP reconhece falhas na utilização do sistema CGU-PAD. Com efeito, desde o início a Universidade vem enfrentando problemas com tal sistema. Logo após a sua implantação pela Controladoria Geral da União em 2007, verificou-se que a numeração dos processos gerados na UFOP não era compatível com o CGU-PAD (faltava o dígito verificador). Foi preciso ajustar todo o sistema de protocolo e controle de processos da Universidade para que os processos pudessem ser devidamente lançados.

Como detalhado no relatório de 2016, a Instituição sofreu com alguns problemas relacionados ao servidor designado ao setor. No entanto, em 2017, a situação foi superada e a servidora de matrícula SIAPE 1.156.962 foi designada para cadastrar os processos no sistema CGU- PAD. Desde então, há uma busca constante pela atualização das informações disponibilizadas e pela correta tramitação dos processos.

No que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos (Solicitação de Auditoria SEI/CGU 0737977), temos informar que todos os processos foram cadastrados no sistema CGUPAD como se pode demonstrar:

Figura 10 – Relatório de procedimentos por situação para 2018

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	
Período: 01/01/2018 a 31/12/2018	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	38
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	14
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	0
Total de Procedimentos "Julgados"	0
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	52

Fonte: PROAD/UFOP

[6] Todos os procedimentos e orientações para os processos administrativos podem ser encontrados na página da PROAD e acessados pelo endereço eletrônico: http://www.proad.ufop.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=5&Itemid=5

Cabe destacar, a baixa adesão dos servidores aos procedimentos correcionais, dificultando o andamento dos procedimentos das comissões. Num ambiente em que poucos servidores possuem conhecimentos técnicos jurídicos e a maioria está envolvida em atividades de ensino e pesquisa, fazer com que as apurações sejam concluídas a contento tem sido uma árdua missão. A Universidade estuda formas de reformular o regimento interno do GRUPAD para que os normativos internos e os atos de designação tragam maior eficácia ao trabalho de correição.

A Figura 11 demonstra um quadro detalhado dos processos:

Figura 11 – Detalhamento dos procedimentos e processos

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado

Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23109003755201629	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003756201673	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003757201618	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003759201615	Sindicância	26/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003760201631	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003762201621	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003763201675	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003764201610	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003765201664	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003767201653	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003769201642	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003773201619	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003775201608	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003778201633	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109005508201586	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução

Quadro Detalhado

Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23109001071201692	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109001213201611	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109001214201666	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109001215201619	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109001450201682	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109002867201662	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003467201593	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003741201613	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003744201649	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003745201693	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003746201638	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003747201682	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003748201627	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003749201671	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003750201604	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003751201641	Sindicância	23/03/2018	Instauração/Instrução
23109003752201695	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003753201630	Sindicância	23/03/2018	Indiciamento/Citação/Defesa

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 2
Data da emissão do relatório: 04/06/2018
Emitido por: Letícia Gomes de Almeida

Fonte: PROAD/UFOP

Em consonância à Portaria da CGU nº 1043/2007, os procedimentos disciplinares (PADs) e sindicâncias são cadastrados no Sistema CGU-PAD. Todavia, no que se refere ao cadastramento desses procedimentos, em algumas ocasiões não é possível o seu total cumprimento no prazo, tendo em vista grande volume de processos e insuficiência de recursos humanos. O quadro abaixo apresenta os resultados consolidados do período de janeiro a dezembro de 2017.

Figura 12 – Relatório de Procedimentos para 2017

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	3
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	9
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	3
Total de Procedimentos "Julgados"	1
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	16

Figura 13 - Detalhamento dos procedimentos e processos

Quadro Detalhado

Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23100001773201737	Sindicância	12/06/2017	Processo Julgado
23100001774201781	Sindicância	12/06/2017	Encaminhado para Julgamento
23100001775201726	Sindicância	12/06/2017	Encaminhado para Julgamento
23100002229201711	Sindicância	24/07/2017	Encaminhado para Julgamento
23109000916201711	Sindicância	17/02/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109001220201613	Sindicância	10/03/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109001659201727	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	31/03/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109001778201275	Sindicância	30/10/2017	Instauração/Instrução
23109002131200965	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	24/03/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109002673201152	Sindicância	30/10/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003098201709	Sindicância	18/09/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003594201673	Rito Sumário(Lei 8.112/90)	29/09/2017	Instauração/Instrução
23109003723201712	Sindicância	29/09/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109003885201661	Sindicância	17/02/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23109004558201627	Sindicância	28/07/2017	Instauração/Instrução
23109006069201448	Sindicância	10/03/2017	Indiciamento/Citação/Defesa

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 1
Data da emissão do relatório: 04/06/2018
Emitido por: Letícia Gomes de Almeida

Fonte: PROAD/UFOP

O cadastro é feito gradativamente, conforme a capacidade da unidade. Cabe acrescentar que esforços são envidados pela Administração Superior, apesar das dificuldades apresentadas, para sanar a inconsistência dos dados decorrentes do grande volume de processos e insuficiência de recursos humanos.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

Destaca-se que no exercício de 2017, não houve nenhuma modificação na estrutura organizacional da Unidade de Auditoria Interna.

No que diz respeito à qualidade de controle interno, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) vem desenvolvendo várias ações de melhoria da governança institucional e essas mudanças estão sendo acompanhadas e monitoradas por meio dos indicadores de desempenho operacional.

A administração, ao seu turno, tem o dever de estabelecer um controle interno eficaz para a boa execução das atividades relacionadas à organização, o qual pode reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos, fornecendo segurança razoável para a administração quanto à consecução dos seus objetivos e de sua missão. Por constituir em uma série de ações que permeiam as atividades de uma entidade, o controle interno se dá em todas as suas operações, de modo contínuo. São ações inerentes à maneira pela qual a gerência administra a organização.

No exercício da função administrativa de controle, as entidades devem se assegurar de que a existência de erros e riscos potenciais precisam ser devidamente mitigados e monitorados, por meio da atuação preventiva, concomitante ou corretiva, além de prevalecer como instrumentos auxiliares de gestão. Em verdade, a UFOP não possui um sistema de controle interno institucionalizado, ficando a cargo dos setores realizarem seus respectivos controles. Desta maneira, não dispõe de indicadores para monitoramento e avaliação da governança e do desempenho operacional de maneira instituída e formalizada que contemplem: o acompanhamento do alcance dos objetivos e das metas; a identificação dos avanços e das melhorias na qualidade dos serviços prestados; e a verificação da necessidade de correções e de mudanças de rumos, bem como demais informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

No tocante à Avaliação de Risco, há na Entidade planejamento estratégico institucional estabelecido, porém não existe identificação dos processos críticos para diagnósticos da mitigação dos riscos visando à correção dos rumos e tomada de decisões gerenciais.

Compete ponderar, que a UFOP visa o aprimoramento da gestão, e para isso um dos seus objetivos é identificar seus problemas e causas, bem como identificar ações que devem ser tomadas para que nos tornemos excelência em ensino, pesquisa e extensão, seja utilizando programas e ações que estão obtendo êxito, seja articulando novas. E para que isso aconteça faz-se necessário melhorar a divulgação sobre a importância do controle interno, e para isso é extremamente importante à implantação da Gestão de Riscos. A descrição detalhada das atividades da auditoria e a identificação dos riscos e controles necessários estão identificados no Relatório Anual da Auditoria Interna apresentado no componente “Outros Itens de Informação” deste relatório.

Por fim, resta-nos afirmar que a UFOP tem como prioridade para o exercício de 2018 implantar a Gestão de Riscos, o que automaticamente acarretará uma melhora significativa nos controles internos e também reduzirá as falhas e irregularidades.

O quadro a seguir, apresenta uma breve avaliação acerca dos Sistemas de Controle interno da instituição.

Quadro 34 – Avaliação dos Sistemas de Controle Interno

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**X**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**X**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**X**		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**X**		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**X**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**X**		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				**X**	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**X**	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**X**

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			**X**		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**X**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					**X**
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**X**	

Escala de valores da Avaliação:
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

5. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

Neste item o objetivo é informar a estrutura de pessoal adotada pela unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional. Destaca-se que os indicadores gerenciais de recursos humanos foram apresentados no item 3.5.7.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A Tabela 3 descreve quantitativamente a força de trabalho da UFOP. A Instituição, no exercício, contava com 1.675 servidores efetivos, 145 em contratos temporários e 589 decorrentes de contratos de terceirização. Dentre os servidores efetivos 843 enquadram-se na carreira docente e 832 são técnicos-administrativos.

Tabela 3 - Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1627	61	174
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	1	
2. Servidores com Contratos Temporários	171	152	92	74
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		20		
4. Total de Servidores (1+2+3)		1800	154	248

Fonte: APB/CGP/PROAD/UFOP

No tocante da distribuição da força de trabalho, a Tabela 4, descreve a tipologia dos cargos nos quais a lotação efetiva está distribuída.

Tabela 4 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	779	848
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	
2. Servidores com Contratos Temporários		152
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	20	
4. Total de Servidores (1+2+3)	793	1000

Fonte: APB/CGP/PROAD/UFOP

A Tabela 5 demonstra o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tabela 5– Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	40		40	
	40			
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados	2			
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	312	290	290	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	354			

Fonte: APB/CGP/PROAD/UFOP

Análise Crítica

A prática da Gestão de Pessoas da UFOP sinaliza para a necessidade de mais cargos e funções. Analisando os números, é possível afirmar que há insuficiência de pessoal no quadro da Universidade, haja vista que a expansão de cursos de graduação e pós-graduação provocada pelo REUNI[7] não foi proporcionalmente acompanhada pela expansão do quadro.

Para isso, é preciso que se faça o dimensionamento técnico da força de trabalho da Universidade. A UFOP ainda não finalizou o estudo para (re)dimensionar sua força de trabalho, apesar de já ter iniciado o mapeamento de processos internos - que é o primeiro passo.

As análises para provimentos, reposições e remoções têm sido feitas com base no histórico dos setores e em estudos pontuais. A distribuição dos servidores entre as áreas Fim e Meio tem se mostrado adequada porque ao ser feita, considera sempre o resultado final de todos os processos de trabalho realizados na Instituição, que é a formação do aluno. Não há, portanto, processos de trabalho desarticulados da finalidade institucional.

O quadro permanente de servidores docentes e técnico-administrativos nas universidades é fixado pelos Decretos Federais de números 7.485/2011 e 7.232/2010, respectivamente, os quais conferem às universidades autorizações para reposições imediatas, sem a necessidade de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como é da praxe no Serviço Público Federal.

Com relação aos servidores docentes, por meio da Resolução CUNI nº. 1.805[8], foram estabelecidos os critérios para alocação de vagas e uso do "saldo" instituído pelo Decreto Federal nº. 7.485/2011.

Tanto a Lei nº. 12.772/2012, quanto a Lei 11.091/2005, que dispõem sobre as carreiras dos docentes e dos técnicos-administrativos, respectivamente, são demasiadamente rígidas na definição das atribuições e limites dos cargos, razão pela qual há pouquíssima discricionariedade nas admissões.

Em relação aos servidores técnicos-administrativos o recrutamento e a fixação aos cargos tem sido um obstáculo. Muitos dos servidores recém empossados possuem qualificação muito

[7] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/.
[8] Disponível em: http://www.soc.ufop.br/files/RESOLUCAO_CUNI_1805.pdf.

acima da exigida para os cargos que ocupam, mas ficam adstritos às atribuições e tarefas fixadas na lei que rege a carreira, sob pena de ser caracterizada disfunção. Neste contexto, mesmo que apresentem uma boa qualificação, acabam não se fixando ante ao assédio de outras carreiras e empregos. Há também situações de elevado descontentamento com a remuneração, cuja fixação não é definida pela UFOP, e isto acaba repercutindo negativamente no trabalho. No caso específico dos servidores técnicos-administrativos de níveis A e B (antigo nível de apoio/ensino fundamental), a legislação não autoriza reposições, remetendo a demanda à terceirização, nos termos do Decreto Federal nº. 2.271/1997. Para estes casos o esforço da Universidade é no sentido de ampliar os recursos de custeio para não paralisar as atividades.

Ao analisarmos o crescimento da contratação de mão de obra terceirizada à luz das mudanças recentes na política de concessão de aposentadoria do Governo Federal e nas Leis trabalhistas, é possível identificar um risco iminente para a Gestão de Pessoas na UFOP: o aumento de trabalhadores generalistas, que não poderão desenvolver atividades fim, estratégicas, na Instituição. O impacto desta mudança é grande, pois à medida que os servidores efetivos vão se aposentando, seus postos ficam vagos, ou são congelados (Decreto9262/2018) e não será possível contratar funcionários para realizar as mesmas tarefas, ou funcionários que tenham as mesmas atribuições e realizem atividades inerentes às categorias funcionais do Plano de Cargos e Salários da UFOP. A tabela abaixo mostra o impacto:

Tabela 6 – Aposentadorias em 2017

Período	Aposentadorias efetivadas	Cargos extintos	Cargos Congelados pelo decreto 9262/2018	Aguarda concurso 2019 para reposição da força de trabalho
Janeiro à Março / 2018	17	8	2	7
Todo ano de 2017	14	4	4	6

O quadro 35 mostra o número de servidores com **previsão** de aposentadoria até 31/12/2018:

Quadro 35 – Previsão de aposentadorias para 2018

Classificação	Categoria 1	Categoria 2	Total
Docente	49	10	59
Técnico A	9	6	15
Técnico B	27	11	38
Técnico C	27	7	34
Técnico D	29	7	36
Técnico E	18	1	19
Total			201

Fonte: PROAD/UFOP
Nota 1: Categoria 1- Percebem abono de permanência (EC 41 art. 2º), porém não adquiriram direito à aposentadoria integral
Nota 2: Categoria 2 - Já possuem direito à aposentadoria integral

Dos cargos descritos acima com previsão de aposentadoria, o nível C encontra-se congelado pelo Decreto 9262/2018 e o maior impacto do nível E é o cargo de secretária executiva que também encontra-se congelado. Dessa forma, caso as 201 aposentadorias dos cargos Técnicos Administrativos se concretizem a Universidade terá um impacto em sua força de trabalho de

aproximadamente 100 servidores que não poderão ser repostos, considerando os níveis A e B já extintos.

5.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho

O Programa de Capacitação e Qualificação da UFOP, instituído pela Resolução CUNI 810, estabelece as diretrizes e os procedimentos técnico-pedagógicos para a execução das ações de capacitação e qualificação destinadas à melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Instituição, ao cumprimento dos objetivos institucionais e ao desenvolvimento integral dos trabalhadores técnicos-administrativos da UFOP, buscando melhor qualidade de vida e realização profissional.

Nesse sentido, a organização das ações de capacitação para dos servidores da UFOP , em 2017 priorizou as ações de integração ao serviço público, as ações de ensino e de aprendizagem que atualizam e complementam a formação profissional do servidor, e as ações voltadas para o aprimoramento da experiência docente nos seguintes eixos: metodologia de ensino, prática de extensão, avaliação, relação professor/aluno e currículo.

Visando melhor gestão do recurso orçamentário destinado para esse fim e ampliação da participação dos diversos setores da instituição, a Área de Desenvolvimento de Pessoal da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, setor responsável pela organização e implementação das ações de capacitação, selecionou as demandas de capacitação a serem realizadas em 2017, através dos Editais ADP 01/2017 e 02/2017.

Da mesma forma, a política de incentivo à qualificação dos servidores concretizada a partir da jornada especial de servidor estudante (Resolução CUNI 925), normas para afastamento para pós- graduação (Resoluções CUNI 810 e 1855), auxílio à qualificação (Portarias CGP 31 e 31/2018) tem demonstrado a importância do apoio institucional para a qualificação dos servidores.

Ressalta-se que, nesse momento, a UFOP possui em seu quadro de pessoal técnico-administrativo, servidores com diferentes níveis de escolaridade, o que justifica a necessidade do apoio institucional à qualificação através da política de incentivo à qualificação já mencionada no parágrafo anterior.

Quadro 36 – Nível de escolaridade dos servidores TAE's

Nível de Escolaridade	Número de Servidores	%
Ensino Fundamental incompleto:	61	7,66
Ensino Fundamental completo:	25	3,14
Ensino Médio incompleto:	01	0,13
Ensino Médio completo:	125	15,70
Ensino Superior incompleto:	20	2,51
Ensino Superior:	165	20,73
Especialização (Lato Sensu):	240	30,15
Mestrado:	136	17,09
Doutorado:	23	2,89

Total de Servidores Técnico-Administrativos	796	100%

Fonte: PROAD/UFOP

É importante destacar que a política de incentivo à qualificação atinge principalmente servidores que estão entre os padrões de vencimento 01 e 06, no Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), e que estão cursando a graduação ou pós-graduação (*Lato sensu e Stricto sensu*).

Entre os servidores com nível de escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo, 93,02% possuem o padrão de vencimento no PCCTAE igual a 16, ou seja, último nível da carreira. Da mesma forma, 59,52% dos servidores que possuem ensino médio completo, estão nos três últimos níveis da carreira, o que justifica a baixa adesão à política de qualificação institucional.

No quadro de servidores docentes da UFOP a maior parte (78,75%) possui nível de escolaridade equivalente ao Doutorado, conforme demonstrado no Quadro II. Assim, a UFOP visando incentivar os docentes que ainda não possuem o título de doutor a se qualificarem, deu continuidade ao DINTER, que está em curso com a Fundação Getúlio Vargas, e à política regulamentada através das Resoluções CUNI 1855, que regulamenta o afastamento do docente para capacitação, CUNI 1805, que resolve sobre a utilização de pontos do Banco de Professor Equivalente para cobrir afastamentos docentes em função de capacitação.que trata do afastamento docente para capacitação, e da Portaria CGP 30/2018 que estabelece o auxílio à qualificação.

Quadro 37 – Nível de escolaridade dos servidores docentes

Nível de Escolaridade	Número de Servidores Docentes	%
Ensino Superior completo	03	0,35
Especialização	11	1,30
Mestrado	167	19,60
Doutorado	671	78,75
Total de docentes	852	100%

Fonte: PROAD/UFOP

Atualmente, 83 docentes encontram-se afastados para pariciparem de Programas de Doutorado e 42 para participarem de pós-doutorado.

Além de todo incentivo a qualificação, a UFOP desenvolve um importante trabalho em relação à capacitação. Nesse sentido, a organização das ações de capacitação para dos servidores da UFOP, em 2017, priorizou as ações de integração ao serviço público, as ações de ensino e de aprendizagem que atualizam e complementam a formação profissional do servidor, e as ações voltadas para o aprimoramento da experiência docente nos seguintes eixos: metodologia de ensino, prática de extensão, avaliação, relação professor/aluno e currículo.

A Tabela 7 demonstra o Número de servidores que participaram de alguma ação de capacitação e/ou qualificação em 2017.

Tabela 7 - Número de servidores que participaram de alguma ação de capacitação e/ou qualificação em 2017: 467, conforme detalhado abaixo:

PARTICIPAÇÃO EM:	TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	DOCENTES
1 Ação de capacitação	128	63
2 Ações de capacitação	23	10

3 Ações de capacitação	04	01
5 Ações de capacitação	01	00
1 Ação de capacitação e **1** ação de qualificação	14	02
2 Ações de capacitação e **1** ação de qualificação	04	00
2 Ações de capacitação e **2** ações de qualificação	02	00
1 Ação de qualificação	99	74
2 Ações de qualificação	11	31
TOTAL	286	181

Fonte: PROAD

O Quadro 38 descreve as ações de capacitação e qualificação desenvolvidas em 2017.

Quadro 38 - Relação das ações de capacitação e qualificação realizadas em 2017:

Ações
Jornada especial servidor estudante/afastamento parcial
Afastamento para qualificação
Auxílio à qualificação
Dinter
Licença capacitação - decreto 5.707/2006 -
Licença capacitação - pós-doc.
Ações externas e/ou internas de capacitação

Fonte: PROAD

O Quadro 39 apresenta as ações e treinamentos ofertados.

Quadro 39 - Cursos e treinamentos ofertados em 2017

Nº	**AÇÃO DE CAPACITAÇÃO**
01	Excel avançado
02	Adobe Ligthroom
03	Flash externo
04	Administração postgree SQL
05	Sistema eletrônico de informações - sei
06	Funcionamento da página do ICHS e agenda institucional
07	Congresso nacional de alimentos e nutrição
08	Congresso brasileiro de pesquisadores negros
09	Plataforma sucupira
10	Biossegurança laboratorial
11	Arquitetura de informação
12	Sei - usar
13	Sei - administrar
14	Patologia, recuperação e reforço de estruturas
15	Elaboração de plano de negócio para captação de recursos e workshop de fomento e inovação tecnológica
16	Harmonização de conhecimentos, procedimentos e hab.
17	Auditorias internas: capital intelectual das IFES
18	4º CURSO GPNID 2017 - GESTÃO DE PROCESSOS E IND.
19	Curso de boas práticas em cultura de células
20	Orientação profissional, diagnóstico psicológico
21	Congresso trabalho, stress e saúde
22	Treinamento para realização de espirometrias
23	Oficina de classificação de documentos
24	Virtualização de servidores - RNP
25	Programa de desenho gráfico no sistema BIM (REVIT)
26	Integração

27	IV Encontro de SICS das IPES do Brasil
28	Curso de manutenção em notebook e *tablets*
29	SICONV Week - 100% prático
30	Elaboração e análise de prestação de contas de con.
31	Monitoramento sanitário de roedores
32	XIV Encontro Nacional dos Usários Rede Pergamum
33	Treinamento para criação e evolução do SS - Sistema de Serviços do NTI
34	Admin. console da plataforma g-suite par.
35	Google apps scripts
36	Company package
37	59º CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO
38	Aperfeiçoamento, gestão em protocolo e cerimonial
39	Os impactos da nova instrução normativa 05/2017 MPOG nas licitações e contratos públicos
40	Curso de formação de pregoeiro
41	Gestão de risco na administração pública e nos contratos administrativos
42	Curso sobre suprimento de fundos e cartão de pagamento com atualizações do PCASP
43	Aspectos educacionais na surdocegueira
44	*Cyberbulling*: desafios do educador na cultura digital
45	Sindicância patrimonial
46	Planilha de custos como instrumento de fiscalização de serviços terceirizados
47	Previdência dos servidores públicos
48	V Encontro Nacional de Arquivistas das IFES
49	Gestão integrada de almoxarifado
50	Congresso Nacional da ABRAMD
51	FORGEPE
52	Edição de planilha eletrônica
53	Planilha eletrônica: do problema à organização dos dados
54	Elaboração dos projetos de pesquisa
55	Assistente de banco de dados - nível básico
56	Treinamento para servidores que atuam em secretarias de pós
57	Treinamento para servidores que atuam em secretarias administrativas - SEI
58	Sistema monitor - recomendação 164227
59	Reforma da previdência e previdência complementar

Fonte: ADP/CGP/PROAD

É importante destacar que as restrições orçamentárias comprometeram o desenvolvimento do Programa de Capacitação e Qualificação da Instituição no decorrer do 1º semestre de 2017.

Visando melhor gestão do recurso orçamentário destinado para esse fim e ampliação da participação dos diversos setores da Instituição, a Área de Desenvolvimento de Pessoal da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, setor responsável pela organização e implementação das ações de capacitação, selecionou as demandas de capacitação a serem realizadas em 2017, através dos editais ADP 01/2017 e 02/2017.

Da mesma forma, a política de incentivo à qualificação dos servidores concretizada a partir da jornada especial de servidor estudante, normas para afastamento para pós-graduação, auxílio à qualificação tem demonstrado a importância do apoio institucional para a qualificação dos servidores.

É importante destacar que as restrições orçamentárias comprometeram o desenvolvimento do Programa de Capacitação e Qualificação da Instituição no decorrer do 1º semestre de 2017.

5.1.3 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 40 apresenta os custos correntes com pessoal nos anos de 2016 e 2017. Observa-se um pequeno aumento de gasto em todos os quesitos, com destaque para os servidores com contrato temporário.

Quadro 40 - Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017										
	2016										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	R$ 104.418.964,46	R$ 73.509.586,76	R$ 20.350.790,21	R$10.478.899,06	R$ 1.364.488,49	R$ 5.618.072,43	R$ 185.378,29	R$ 86.425,76	R$ 805.922,36	R$ 216.818.527,82
	2016	R$ 95.219.345,12	R$ 65.120.046,84	R$ 18.778.910,31	R$ 9.015.005,54	R$ 246.477,70	R$ 5.610.996,48	R$ 225.177,56	R$ 497.068,22	R$ 994.075,31	R$ 195.460.625,38
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017		R$ 42.235,92		R$ 1.173,22						R$ 43.409,14
	2016		R$ 40.224,72								R$ 40.224,72
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) residentes médicos											
Exercícios	2017	R$ 777.322,36				R$ 1.266,69					R$ 778.589,04
	2016	R$ 759.338,04			R$ 3.352,06	R$ 1.117,35					R$ 763.807,45
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	R$ 21.0438,31	R$ 208.990,62	R$ 38.308,66	R$ 1.9962,82						R$ 477.700,41
	2016	R$ 93.971,28	R$ 114.065,76	R$ 17.336,40	R$ 8.668,21						R$ 234.041,67
Servidores com contrato temporário: Prof. Substituto											
Exercícios	2017	R$ 660.4047,34	R$ 316.634,79	R$ 187.789,74	R$ 112.119,37						R$ 722.0591,24
	2016	R$ 565.0575,00	R$ 2.430.074,00	R$ 163.492,69	R$ 38.707,80						R$ 828.2849,51

Fonte: APB/CGP/PROAD

Análise crítica:

Houve um aumento com custos de pessoal inferior ao esperado, pois a UFOP teve um bloqueio, por decisão judicial, de 45 vagas previstas para nomeação em 2017. Com a impugnação do edital, as nomeações não foram efetivadas, porém, com a liberação prevista para 2018 e a possibilidade de contratação, é possível que para o ano de 2018 o custo de pessoal aumente expressivamente com relação a 2017.

5.1.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A alta rotatividade de pessoal, sobretudo em razão da baixa remuneração da carreira e das dificuldades de fixação nas cidades em que a UFOP possui *campi*, é um grave problema que afeta a Gestão de Pessoas. Os conflitos entre técnicos e docentes, pertencentes a diferentes carreiras, bem como entre servidores mais antigos e os mais novos, também ocupam boa parte do trabalho da área. Alguns dos riscos identificados na Gestão de Pessoas pela CGP são:

1. **Absenteísmo:** Nível irrelevante.
2. **Acidentes de trabalho e Doenças Ocupacionais:** Nível irrelevante.
3. **Rotatividade (*turnover*):** fenômeno ainda comum, tendo em vista a grande diferença salarial com o mercado de trabalho privado e a localização interiorana da UFOP. Cabe mencionar que o "*turnover*", embora não cause prejuízos quantitativos à Universidade, prejudica sobremaneira a formação e qualificação do quadro de servidores.
4. **Educação continuada:** A UFOP possui políticas de capacitação instituídas tanto para docentes quanto para técnicos-administrativos. Os programas foram estruturados de forma integrada, visando a garantia de um processo de melhoria contínua da qualidade de vida no trabalho e ao desenvolvimento institucional. Os programas encontram-se em processo de constante avaliação e aprimoramento. Entretanto, o risco está no seguinte fato: os recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal são, muitas vezes, insuficientes para atender a demanda existente.
5. **Aposentadoria *versus* reposição do quadro**: Em meados de 2007 foi estabelecido o Banco de Professor Equivalente, através de ato conjunto do MEC e do MPOG, que permite às universidades a reposição imediata das vagas de docentes. Tal medida em muito contribuiu para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela UFOP. Com relação ao quadro de técnicos não houve uma política de reposição das vagas perdidas ao longo dos últimos anos. Para complicar ainda mais, foi assinado em 09/01/2018 o decreto 9262 que extingue 60.923 cargos da Administração Pública e veda a abertura de concursos públicos.
6. **Adicionais de insalubridade e periculosidade**: A UFOP teve dificuldades na verificação e concessão dos pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade no ano de 2017 porque o servidor que ocupava o cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho já havia sido exonerado por acúmulo ilegal de cargos, e o concurso realizado para o preenchimento desta vaga foi objeto de recursos administrativos e teve uma fase de prova anulada, sendo, então, necessária a aplicação de novas provas. Por causa disso, os processos de adicional de insalubridade se acumularam, dificultando a reavaliação dos processos antigos. Já com um novo servidor nomeado para o cargo, o serviço está sendo colocado em dia. A UFOP estabeleceu um cronograma de trabalho para reavaliar todos os casos.

5.1.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Como mostra a tabela abaixo, na UFOP não há contratação de mão de obra terceirizada para realização de atividades inerentes às categorias funcionais do Plano de Cargos e Salários da UJ.

Quadro 41 – Descrição dos cargos de apoio

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2016	2017		
_____	__	__	__	__
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão				
Não há terceirização irregular de cargos na UFOP				

Fonte: PROAD/UFOP

Os contratos a seguir, celebrados entre a UFOP e as empresas fornecedoras, atendem aos critérios definidos na Constituição Federal, na Lei 8.666/1993, no Decreto 2.271/1997, nas Instruções Normativas (02, 04 e 05, entre outras) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais leis e normativos que regulamentam os processos de licitação de bens e serviços nas Instituições Públicas.

Quadro 42 - Cargos e atividades terceirizadas por objeto e fornecedor na Unidade Jurisdicionada

FORNECEDOR	OBJETO	Nº CONTRATO	VIGÊNCIA CONTRATO	VALOR TOTAL	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	SITUAÇÃO DO CONTRATO
GESTÃO & TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA - ME RUA FELISBERTA FRANCISCA DE CARVALHO, 442 SANTA MARIA 33880-100 CNPJ: 13.892.384/0001-46 TEL: 31-3627.3859	prestação de serviços de vigia no município de mariana Processo: 23109.000357/2016-51	00077/2016	12/09/2016 a 12/09/2017 (RENOVADO ATÉ SET/2018)	R$ 270.521,39	6	ATIVO
GUARDSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA PAISSANDU 30 SAGRADA FAMILIA 31035-370 CNPJ: 05.891.583/0001-01 TEL:	segurança armada ouro preto, mariana e João Monlevade Processo: 23109.002107/2014-93	00031/2014	01/06/2014 a 31/05/2016 (RENOVADO EM 2017 E ATÉ 31/05/2018)	R$ 1.450.969,08	22	ATIVO
LIDERANÇA LIMPEZA CONSERVAÇÃO LTDA RUA ANTÔNIO MARIANO DE SOUZA, 756 IPIRANGA 88111-510 CNPJ: 00.482.840/0001-38 TEL: 48-3733.3101	prestação de serviços gerais nos campi ouro preto, joão monlevade e mariana Processo: 23109.000767/2018-63	00050/2018	25/04/2018 a 24/04/2019	R$ 608.079,87	16	ATIVO

PERPHIL SERV. ESPECIAIS E MONIT. ELETRONICO LTDA RUA MACHADO, 491 COLÉGIO BATISTA 31110-080 CNPJ: 04.712.320/0001-25 TEL: 31-3429-3429	prestação de serviços de portaria durante 4 meses nos campi de ouro preto e mariana da ufop Processo: 23109.000334/2016-46	00001/2016	01/02/2016 a 31/05/2016 (RENOVADO EM 2017 E ATÉ 31/012/2018)	R$ 4.046.508,96	106	ATIVO
SINDICON ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSEIO LTDA AVENIDA AMAZONAS 641 CENTRO 30180-908 CNPJ: 11.406.610/0001-06 TEL: 31-3789.1857	prestação de serviços de recepção Processo: 23109.005408/2015-50	00042/2017	03/05/2017 a 02/05/2018 (RENOVADO ATÉ 2019)	R$ 2.797.612,20	63	ATIVO
SINDICON ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSEIO LTDA AVENIDA AMAZONAS 641 CENTRO 30180-908 CNPJ: 11.406.610/0001-06 TEL: 31-3789.1857	prestação de serviços de motorista Processo: 23109.003320/2017-65	00065/2017	01/08/2017 a 28/01/2018 (RENOVADO ATÉ 2019)	R$ 922.401,97	25	ATIVO
VILLAGE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA Rua Vila Rica, 843 PADRE EUSTÁQUIO 30720-380 CNPJ: 01.999.079/0001-79 TEL: 31-2526.7040	prestação de serviços de limpeza Processo: 23109.001432/2017-81	00047/2017	01/07/2017 a 31/12/2017 (RENOVADO ATÉ DEZ/2018)	R$ 5.785.532,88	159	ATIVO

Fonte: PROAD/UDOP

Considerando os quantitativos apresentados, pode-se verificar que a força de trabalho dos terceirizados é equivalente à praticamente 50% da força de trabalho dos servidores Técnicos Administrativos efetivos da Instituição. A contratação de mão de obra terceirizada via Licitação deve continuar crescendo nos próximos anos.

O Quadro 43 demonstra o cenário da composição de estagiários na Instituição.

Quadro 43 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício**
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	(em R$ 1,00)
1. Nível superior					
1.1 Área-Fim	2 Laboratórios de Química e Mineração	1 Laboratório de Mineração			0,00
1.2 Área-Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área-Fim					
2.2 Área-Meio					
3. Total (1+2)	2	1			0,00

Fonte: PRAOD

Os estágios realizados nos setores e unidades da UFOP são obrigatórios para a conclusão do curso, portanto não são remunerados. No ano de 2017, a UFOP teve estágios no primeiro e segundo trimestres, sendo os três estagiários de nível superior, na área-fim da Instituição.

5.1.6 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Em 2017 a UFOP não realizou contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

5.1.7 Irregularidades na área de pessoal

Na Universidade, os servidores submetidos à dedicação integral são aqueles ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas, nos termos do art. 1º, §5º da Lei nº. 8.168/1991. Não há regulamento interno para estes casos, que se regulam pelo Código de Conduta da Alta Administração Pública Federal[9]. Já em relação aos servidores docentes em regime de dedicação exclusiva, a situação é normatizada pelo art. 21 da Lei 12.772/2012. Internamente existe ainda a Resolução CEPE nº. 4.600[10], que regulamenta as relações decorrentes da participação de docentes, técnicos-administrativos e discentes na execução de projeto de ensino, pesquisa e extensão, de inovação e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico em colaboração com fundação de apoio à UFOP.

5.1.8 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A UFOP tem promovido a apuração de todos os indícios de irregularidades na acumulação de cargos e empregos públicos, bem como no descumprimento do regime de dedicação exclusiva. Neste sentido, todos os indícios apresentados são individual e formalmente apurados, garantindo aos interessados o contraditório e a ampla defesa. No entanto, destaca-se que em 2017 não foi aberto nenhum processo de acumulação ilegal de cargos.

5.1.9 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

Destaca-se que os indicadores gerenciais de recursos humanos foram apresentados no item 3.5.7. Diante dos valores encontrados para o ano de 2017 e dentre os principais impactos destaca-se:

- O indicador usado para medir os absenteísmo (034%) e o afastamento para tratamento da saúde (1,61%) aponta que um acompanhamento mais direcionado a essa questão pode ser efetivo, na UFOP contamos com uma equipe multidisciplinar atuando nestes casos mais evidentes como médicos, psicólogos e assistentes sociais. Com o suporte adequado, o profissional pode vencer as dificuldades e voltar a ter um desempenho positivo, em muitos casos.
- O aumento no indicador sobre a capacitação dos servidores (58,4%) indica uma política de incentivo da UFOP para habilitação específica dos servidores que estão em setores específicos e precisam de atualização dos conhecimentos, bem como adequação às novas legislações e sistemas.
- A Universidade em suas admissões tem constatado que os servidores ingressos tem apresentado uma formação muito superior ao que é exigido no cargo (TAS com graduação: 20,5%; TAS com especialização: 30%; TAS com pós-graduação *sticto sensu:* 17,3%*)*. Observa-se ainda que os servidores buscam continuamente formas de se aperfeiçoar, até mesmo em consideração à carreira que incentiva técnicos a progredirem na formação com incentivo financeiro. Isso demonstra que a política de incentivo à qualificação dá resultados positivos.

[9] Disponível em: http://etica.planalto.gov.br/arquivos/legislacao/livro-do-codigo-de-conduta-2009-atualiz-em-06-de-maio.pdf.
[10] Disponível em: http://www.dof.ufop.br/gecon-arquivos.

5.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

Este tópico tem por finalidade informar sobre a gestão dos imóveis da União que estejam na responsabilidade da unidade prestadora da conta.

5.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro 39, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UFOP no final dos exercícios 2017 e 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 44 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	UF – MINAS GERAIS	Σ	Σ
	Ouro Preto	62	60
	Mariana	04	04
	Ipatinga	01	01
	João Monlevade	02	02
	Belo Horizonte	01	00
Subtotal Brasil		70	67
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	Cidade 1	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		70	67

Fonte: https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/ - Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extraídas em 11/01/2018.

5.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Será abordado nesse item as informações dos pontos principais da política adotada pela UFOP, as normas e regulamentos do tema, os números relacionados aos imóveis da União à disposição da UPC.

a. A qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis:

Os registros contábeis e escriturais da UFOP estão em conformidade com a legislação vigente visto que suas atualizações via spiunet estão atualizadas e conciliadas junto ao SIAF.

Todas as informações relativas à gestão de todos os bens imóveis de uso especial de responsabilidade da UFOP foram registradas no sistema Spiunet e atualizadas, os imóveis serão reavaliados em 2018 ao completarem 2 (dois) anos deste a última reavaliação.

Todos os imóveis da UFOP estão ocupados por repúblicas federais, setores administrativos e acadêmicos, não se encontrando nenhum em desacordo.

No ano 1980 o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ouro Preto sofreu um incêndio criminoso que destruiu todos os registros originais, restando à Universidade apenas algumas cópias e documentos históricos que mantinha em arquivo próprio. Ou seja, muitos imóveis jamais tiveram registros e os registros cartorários existentes foram sendo constituídos de forma precária ao longo dos anos, tendo como complicador o incêndio criminoso de 1980. Para os imóveis que a UFOP possui documentos, será necessário providenciar junto aos cartórios de imóveis a retificação dos registros, atualizando-os e renovando-os, em especial no caso de Ouro

Preto, em que ocorreu o incêndio.

O trabalho de regularização dos registros imobiliários da Universidade Federal de Ouro Preto é longo e complexo, requer grande esforço e a consecução de diversos atos administrativos, técnicos e políticos no momento estamos na fase inicial de solicitar a restauração dos registros junto ao cartório de registro de imóveis de ouro preto que compreende a solicitar a isenção de taxas e emolumentos junto ao cartório.

Por meio da Portaria Reitoria nº. 627, de 23 de agosto de 2017, foi criada a Comissão Especial para desenvolver os trabalhos necessários ao cumprimento das recomendações contidas no Relatório Final da Comissão Especial designada pela Portaria Reitoria nº. 167, de 31 de março de 2016, designada para diagnosticar a atual situação dos registros imobiliários da UFOP, visando ao estabelecimento dos procedimentos necessários à sua total regularização

A atualização de valores dos imóveis pertencentes a UFOP e realizada em acordo com a instrução normativa nº 01 de 02 de dezembro de 2014 (SPU) capitulo 01, Art. 1º, §2º, iten II e demais legislação vigente:

Decreto nº 99.672, de 06 de novembro de 1990; Portaria Conjunta nº 1.110, de 19 de novembro de 1990; Instrução Normativa nº 12, de 26 de novembro de 1991; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Portaria Nº 206, de 8 de dezembro de 2000. Orientação Normativa – GEAPN – 007, de 24 de dezembro de 2002; Memorando Circular.

b. A estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito e os riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitiga-los:

A estrutura de pessoal que a CAP/UFOP dispõe para gerir os bens sob sua responsabilidade é composta de dois servidores, incluindo um "COORDENADOR DE ASSUNTOS PATRIMONIAIS ", os quais são considerados insuficientes para atuar de forma adequada e tempestiva em relação às ações necessárias à boa e regular gestão dos **86 bens imóveis** registrados no Spiunet, com isso há fragilidades dos controles internos dessa atividade e comprometimento dos resultados institucionais. Todo o controle é realizado por meio do Sistema Spiunet, responsável pelo gerenciamento dos bens imóveis de uso especial da União, o qual está interligado com o SIAFI para facilitar a execução do balanço patrimonial da Unidade.

O Quadro 45, denominado Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União. Nesse quadro são relacionados todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UFOP a ela consolidada.

Quadro 45 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154046	4723 00012.500-3	21	3	R$ 3.179.773,10	11/12/2012	R$ 4.651.773,10		
154046	4799 00006.500-0	4	3	R$ 127.500.000,00	24/09/2012	R$ 131.250.000,00		
154046	4799 00011.500-8	21	2	R$ 1.501.016,00	24/09/2012	R$ 1.752.752,00		
154046	4799.00013.500-9	21	2	R$ 6.905.760,00	29/09/2012	R$ 11.350.734,00		
154046	4799 00015.500-0	21	2	R$ 1.069.800,00	25/09/2012	R$ 2.474.448,00		
154046	4921 00068.500-5	21	2	R$ 1.547.791,66	16/08/2012	R$ 1.754.750,32		
154046	4921 00069.500-0	21	2	R$ 91.387,06	15/08/2012	R$ 195.653,50		
154046	4921 00070.500-6	15	3	R$ 1.843.062,70	15/08/2012	R$ 2.809.060,60		
154046	4921 00071.500-1	15	3	R$ 2.225.665,70	21/08/2012	R$ 2.314.258,10		
154046	4921 00072.500-7	21	3	R$ 66.746.504,00	21/08/2012	R$ 143.413.004,00		
154046	4921 00073.500-2	21	3	R$ 180.988.068,58	27/08/2012	R$ 364.987.668,58		
154046	4921 00074.500-8	21	2	R$ 298.201,05	21/09/2012	R$ 426.830,40		
154046	4921 00075.500-3	21	3	R$ 36.063,80	30/08/2012	R$ 36.063,80		
154046	4921 00076.500-9	21	3	R$ 405.360,60	30/08/2012	R$ 960.078,51		
154046	4921 00077.500-4	21	3	R$ 1.129.499,98	03/09/2012	R$ 1.719.661,66		
154046	4921 00078.500-0	21	3	R$ 770.647,35	03/09/2012	R$ 1.111.387,35		
154046	4921 00079.500-5	21	2	R$ 482.996,25	03/09/2012	R$ 785.689,22		
154046	4921 00080.500-0	21	2	R$ 290.513,30	03/09/2012	R$ 567.405,44		
154046	4921 00081.500-6	21	3	R$ 357.775,00	03/09/2012	R$ 676.775,79		
154046	4921 00082.500-1	21	3	R$ 136.313,93	03/09/2012	R$ 217.546,35		
154046	4921 00083.500-7	21	3	R$ 241.652,02	03/09/2012	R$ 411.067,95		

154046	4921 00084.500-2	21	3	R$ 282.134,10	03/09/2012	R$ 424.782,28		
154046	4921 00086.500-3	21	3	R$ 455.944,19	30/10/2012	R$ 622.770,49		
154046	4921 00087.500-9	21	3	R$ 579.118,50	03/09/2012	R$ 789.898,48		
154046	4921 00088.500-4	21	3	R$ 23.208,44	03/09/2012	R$ 51.339,94		
154046	4921 00089.500-0	21	3	R$ 159.465,80	03/09/2012	R$ 193.539,80		
154046	4921 00090.500-5	21	3	R$ 204.180,89	03/09/2012	R$ 370.945,86		
154046	4921 00091.500-0	21	2	R$ 117.006,87	03/09/2012	R$ 396.699,89		
154046	4921 00092.500-6	21	3	R$ 849.771,49	03/09/2012	R$ 926.397,10		
154046	4921 00093.500-1	21	3	R$ 115.741,50	03/09/2012	R$ 289.655,20		
154046	4921 00094.500-7	21	3	R$ 275.999,40	03/09/2012	R$ 433.019,21		
154046	4921 00095.500-2	21	3	R$ 176.726,35	03/09/2012	R$ 270.089,11		
154046	4921 00098.500-9	21	3	R$ 277.455,57	03/09/2012	R$ 406.084,92		
154046	4921 00099.500-4	21	3	R$ 169.458,73	03/09/2012	R$ 290.360,10		
154046	4921 00100.500-8	21	3	R$ 1.386.125,80	03/09/2012	R$ 2.203.138,54		
154046	4921 00101.500-3	21	3	R$ 266.523,42	03/09/2012	R$ 488.992,57		
154046	4921 00102.500-9	21	3	R$ 189.805,47	03/09/2012	R$ 372.537,52		
154046	4921 00103.500-4	21	3	R$ 204.180,89	03/09/2012	R$ 370.945,86		
154046	4921 00104.500-0	21	3	R$ 14.191.557,24	03/09/2012	R$ 15.213.777,24		
154046	4921 00106.500-0	21	3	R$ 2.618.919,10	03/09/2012	R$ 6.936.776,38		
154046	4921 00107.500-6	21	3	R$ 286.220,00	03/09/2012	R$ 408.886,40		
154046	4921 00108.500-1	21	3	R$ 1.420.251,48	03/09/2012	R$ 1.734.032,13		
154046	4921 00109.500-7	21	3	R$ 112.957,52	03/09/2012	R$ 322.137,81		
154046	4921 00110.500-2	21	3	R$ 282.818,73	03/09/2012	R$ 395.998,93		
154046	4921 00112.500-3	21	3	R$ 548.901,47	03/09/2012	R$ 698.899,36		

154046	4921 00113.500-9	21	3	R$ 383.335,00	30/10/2012	R$ 502.232,82		
154046	4921 00114.500-4	21	3	R$ 500.885,00	03/09/2012	R$ 940.630,41		
154046	4921 00116.500-5	21	3	R$ 88.104,86	03/09/2012	R$ 210.723,56		
154046	4921 00117.500-0	21	3	R$ 6.146.189,04	03/09/2012	R$ 11.600.754,96		
154046	4921 00118.500-6	21	3	R$ 656.776,35	05/12/2012	R$ 897.556,86		
154046	4921 00119.500-1	21	3	R$ 128.096,06	03/09/2012	R$ 273.387,60		
154046	4921 00120.500-7	21	3	R$ 383.335,00	03/09/2012	R$ 502.232,82		
154046	4921 00125.500-4	21	3	R$ 355.604,15	21/09/2012	R$ 541.433,81		
154046	4921 00126.500-0	21	3	R$ 41.824.291,05	03/05/2013	R$ 53.782.220,61		
154046	4921.00127.500-5	21	3	R$ 181.034,84	21/09/2012	R$ 253.162,68		
154046	4921 00142.500-7	21	3	R$ 467.357,46	03/05/2013	R$ 587.357,46		
154046	4921 00144.500-8	21	3	R$ 143.110,00	25/10/2012	R$ 263.110,00		
154046	4921 00146.500-9	21	3	R$ 1.491.055,93	25/10/2012	R$ 1.646.055,93		
154046	4921 00148.500-0	21	3	R$ 562.220,00	26/10/2012	R$ 712.220,00		
154046	4921.00180.500-4	21	3	R$ 5.420.000,00	29/10/2012	R$ 5.425.000,00		
TOTAL				R$ 481.673.719,77		R$ 786.616.393,31		

Fonte: https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/ - Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extraídas em 30/05/2018.

Observa-se no quadro 45 que não há a descrição dos valores gastos com reforma e manutenção. Até 2015/16 havia registros manuais dos serviços de manutenção predial, a partir de 2016 entra em vigor a portaria do Plano de Gestão e Ações, juntamente com o Sistema de Gestão Orçamentária (o SGO), viabilizando o registro dos materiais utilizados para manutenção, de acordo com sua finalidade (ação manutenção predial). Entretanto, o gerenciamento dos serviços ainda está em fase de informatização. salientamos que o governo federal vem implantando uma série de medidas no sentido de centralizar a gestão de bens móveis e imóveis por meio de sistemas estruturantes. desta forma, já está autorizada pela administração a adesão ao SIADS, que fará toda a gestão dos materiais aplicados em manutenção. Além disso, estão entrando em vigor os módulos de planejamento e gerenciamento de contratações e plano anual de contratações dentro do SIASG. Além de outras medidas, tais como a implementação dos centro de custos. essas mudanças levaram a administração a rever todo o planejamento de implementação de sistemas internos.

Análise: Os dados apresentados demonstram que a gestão de imóveis da UFOP, encaminha em passos para a sua normalização, pois por alguns fatores com a inexistência de documentos comprobatórios de registro de imóveis perdidos em razão de um incêndio ocorrido no cartório de oficio de notas no ano de 1980, nos bloqueia, mas já comunicamos ao nosso departamento jurídico e estamos aguardando uma notificação do mesmo para reiniciarmos os procedimentos de registro. Com relação as despesas com reformar e manutenção as mesmas não são repassadas ao gestor de imóveis para sua contabilização no setor de patrimônio da universidade.

5.2.3 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

a. Política de cessão de espaços físicos ou imóveis para terceiros

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35.400-000, Ouro Preto/MG, telefones: (31) 3559-1382/1390, e ainda por intermédio do pregoeiro, ao final identificado, designado pela Portaria nº 390 de 03 de maio de 2017, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO para obtenção da MELHOR OFERTA através do FATOR DE CORREÇÃO a ser aplicado, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488,de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

O objeto da presente licitação tem por objeto a outorga a título precário de CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, de forma ONEROSA, visando à instalação de LANCHONETES/CANTINAS, nas condições apresentadas no Termo de Referência, em espaços localizados nas dependências do campus da UFOP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

b. Tratamento contábil dos benefícios recebidos, uso dos benefícios decorrentes da cessão pela instituição

A Universidade Federal de Ouro Preto, como a maioria das IFEs, arrecada as receitas orçamentárias decorrentes da cessão onerosa de espaço público no código 28804-7 - taxa de uso de imóveis que é devida pelos ocupantes dos imóveis da união em conformidade com as orientações da setorial contábil da SPO/MEC. Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a UFOP não atua sob o regime de direito privado na exploração de atividade econômica e por este motivo não utiliza o código 28802-0 - Aluguéis. Os espaços que a UFOP cede sob a forma de cessão onerosa são destinados à prestação de serviços à comunidade universitária, essenciais ao cumprimento das atividades finalísticas. Salientamos que, independente do código utilizado (28802-0 - Aluguéis; 28803-9 - Arrendamentos; 28804-7 - Taxa de uso de imóveis) as receitas são contabilizadas na conta corrente de "Natureza de Receita 13100111 - Alugueis e Arrendamentos - Principal", que irão compor o rol de receitas orçamentárias da instituição, conforme tela SIAFI (anexo 16). Desta forma, informamos que a classificação da receita está contabilizada adequadamente.

Neste sentido, o Quadro 46 apresenta a caracterização da cessão de espaço físico a terceiros, em imóvel da União que está na responsabilidade da Universidade.

Quadro 46 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UFOP

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	**RIP**	**4921.00159.500-0**
	Endereço	Banco Santander, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, Rua 5, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP:
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência Bancaria - Banco Santander
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, inicio em 29/06/2017 e término em 28/06/2018, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por igual periodo ou inferior, até o limite de 60 (sessenta) meses
	Caracterização do espaço cedido	Posto Bancário Universitário
	Valores e Beneficios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 8.333,33 (oito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), perfazendo o valor total de R$ 99.999,96 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), ao longo de 12 (doze) meses de sua
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	**RIP**	**4921.00161.500-0**
	Endereço	Caixa Econômica Federal, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, Rua 5, nº 01, Morro do Cruzeiro, Ouro
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência Bancaria - Caixa Econômica Federal
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses, inicio em 14/08/2017 e término em 13/08/2019, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por igual periodo ou inferior, até o limite de 60 (sessenta) meses
	Caracterização do espaço cedido	Posto Bancário Universitário
	Valores e Beneficios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 8.333,33 (oito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), perfazendo o valor total de R$ 199.999,92 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), ao longo de 24 (vinte e
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	**RIP**	**4921.00163.500-1**
	Endereço	Banco do Brasil, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, Rua 5, nº 02, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência Bancaria - Banco do Brasil
	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses, inicio em 21/06/2010 e término em 20/06/2015, próximo contrato está em processo de negociação
	Caracterização do espaço cedido	Posto Bancário Universitário
	Valores e Beneficios Recebidos pela UFOP	Valor total de R$500.000,00 (Quinhentos mil reais)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	**RIP**	**4799.00023.500-3**
	Endereço	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Campus Universitário da UFOP na cidade de Mariana, Rua do Seminário,
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.918.970/0001-10
	Nome ou Razão Social	Senny's Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, inicio em 08/09/2017 e término em 07/09/2018
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Beneficios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 2.107,57 (dois mil, cento e sete reais e
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	**RIP**	**4723.00010.500-2**
	Endereço	Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA), Campus Universitário da UFOP na cidade de João Monlevade, Rua Trinta e Seis, nº115, Bairro Loanda, João Monlevade-MG CEP:35931-022
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.918.970/0001-10
	Nome ou Razão Social	Senny's Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, inicio em 08/09/2016 e término em 07/09/2017, próximo contrato está em processo de licitação
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Beneficios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 1.096,76 (um mil, noventa e seis reais e setenta

Fonte: https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp. Informações extraídas em 11/01/2018.

*Nota: com relação à antena de telefonia da vivo, não foram encontrados dados em nossos arquivos. No entanto, a instituição está em movimentação para regularizar a situação.

Quadro 46.1 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UFOP

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	**4921.00165.500-2**
	Endereço	**Praça de Alimentação, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000**
Identificação do Cessionário	CNPJ	66.335.928/0001-35
	Nome ou Razão Social	R.P.Empreendimentos Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 15/08/2017 e término em 14/08/2018
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	**Valor mensal de R$ 2.851,42,00 (Dois mil e oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos)**
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	**4921.00167.500-3**
	Endereço	**Cantina do Degeo, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000**
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.918.970/0001-10
	Nome ou Razão Social	**Senny's Restaurantes Ltda**
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2016 e término em 07/09/2017, próximo contrato está em processo de licitação
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 1.853,44 (um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	**4921.00169.500-4**
	Endereço	**Cantina Escola de Minas, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000**
Identificação do Cessionário	CNPJ	66.335.928/0001-35
	Nome ou Razão Social	R.P.Empreendimentos Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2017 e término em 07/09/2018
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 4.625,33 (quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	**4921.00171.500-4**
	Endereço	**Cantina do ICEB, Instituto de Ciências Biológicas e Aplicadas,Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000**
Identificação do Cessionário	CNPJ	66.335.928/0001-35
	Nome ou Razão Social	R.P.Empreendimentos Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2017 e término em 07/09/2018
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 7.555,42 (sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	**4921.00173.500-6**
	Endereço	**Cantina do CEAD, Centro de Ensino a Distância, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP:35400-000**
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.918.970/0001-10
	Nome ou Razão Social	Senny's Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2016 e término em 07/09/2017, próximo contrato está em processo de licitação
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 2.163,54 (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e quatro
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	**4921.00175.500-7**
	Endereço	**Antena de Telefonia Celular da Claro, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000**
Identificação do Cessionário	CNPJ	40.432.554/0001-47
	Nome ou Razão Social	Claro S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia Móvel Celular
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Implantação da ERB Claro MG0PRO3 - Antena de telefonia celular
	Prazo da Cessão	**60 (sessenta) meses, início em 30/09/2011 e término em 29/09/2016, próximo contrato está em processo de licitação**
	Caracterização do espaço cedido	Antena de Telefonia Celular
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 1.772,69 (Hum mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	**4921.00177.500-8**
	Endereço	**Centro de Vivencia ,Loja 03 s/n° Vila Itacolomy - Ouro Preto / MG**
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.937.317/0001-84
	Nome ou Razão Social	Marcia Laia de Faria & Cia Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercio Varejista de Artigos de Papelaria
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Papelaria
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 26/07/2017 e término em 25/07/2018, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por igual período ou inferior, até o limite de 60 (sessenta) meses
	Caracterização do espaço cedido	Papelaria
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R$ 1.501,00 (hum mil, quinhentos e um reais), perfazendo o valor total de R$ 18.012,00 (dezoito mil e doze reais), ao longo de 12 (doze) meses de sua vigência

Fonte: https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp. Informações extraídas em 11/01/2018.

*Nota: com relação à antena de telefonia da vivo, não foram encontrados dados em nossos arquivos. No entanto, a instituição está em movimentação para regularizar a situação.

5.2.4 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

A Figura 14 descreve as informações acerca da Discriminação de Imóveis Funcionais da União. Nele constam todos os imóveis que, no ano de 2017, estavam sob a responsabilidade da UFOP. Observa-se que não há a descrição dos valores gastos com reforma e manutenção, a justificativa foi apresentada no item 5.2.2.

Figura 14 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União

Situação	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
Imóveis Ocupados								
Ocupado	412301115.500-8	21	3	R$ 4.076.000,00	25/09/2017	R$ 4.076.000,00		
Ocupado	472300012.500-3	21	1	R$ 4.912.272,39	20/06/2016	R$ 5.437.394,31		
Ocupado	4799 00006.500-0	21	3	R$ 138.665.625,00	13/06/2016	R$ 152.532.187,50		
Ocupado	4799 00011.500-8	21	2	R$ 1.837.559,40	13/06/2016	R$ 2.021.315,34		
Ocupado	479900013.500-9	21	2	R$ 11.992.050,47	13/06/2016	R$ 13.191.255,81		
Ocupado	4799 00015.500-0	21	2	R$ 2.614.254,31	13/06/2016	R$ 2.875.679,74		
Ocupado	4921 00068.500-5	21	2	R$ 1.853.893,71	16/06/2016	R$ 2.048.181,77		
Ocupado	4921 00069.500-0	21	2	R$ 206.707,92	16/06/2016	R$ 228.370,92		
Ocupado	4921 00070.500-6	21	3	R$ 2.967.772,52	16/06/2016	R$ 3.278.795,08		
Ocupado	4921 00071.500-1	21	3	R$ 2.445.013,68	16/06/2016	R$ 2.701.251,12		
Ocupado	4921 00072.500-7	21	3	R$ 151.515.838,73	16/06/2016	R$ 167.394.698,58		
Ocupado	4921 00073.500-2	21	3	R$ 385.609.471,80	16/06/2016	R$ 426.021.344,50		
Ocupado	4921 00074.500-8	21	2	R$ 450.946,32	16/06/2016	R$ 498.205,50		
Ocupado	4921 00076.500-9	21	3	R$ 1.014.322,94	16/06/2016	R$ 1.120.623,98		
Ocupado	4921 00077.500-4	21	3	R$ 1.816.822,54	16/06/2016	R$ 2.007.225,54		
Ocupado	4921 00078.500-0	21	3	R$ 1.174.180,74	16/06/2016	R$ 1.297.234,88		
Ocupado	4921 00079.500-5	21	2	R$ 830.080,66	16/06/2016	R$ 917.073,11		
Ocupado	4921 00080.500-0	21	2	R$ 599.463,85	16/06/2016	R$ 662.287,66		
Ocupado	4921 00081.500-6	21	3	R$ 715.013,63	16/06/2016	R$ 789.947,06		
Ocupado	4921 00082.500-1	21	3	R$ 229.837,72	16/06/2016	R$ 253.924,71		
Ocupado	4921 00083.500-7	21	3	R$ 434.293,29	16/06/2016	R$ 479.807,23		
Ocupado	4921 00084.500-2	21	3	R$ 448.782,48	16/06/2016	R$ 495.814,89		
Ocupado	4921 00085.500-8	21	3	R$ 581.591,88	16/06/2016	R$ 642.542,71		
Ocupado	4921 00086.500-3	21	3	R$ 657.957,03	16/06/2016	R$ 726.910,93		
Ocupado	4921 00087.500-9	21	3	R$ 834.527,74	16/06/2016	R$ 921.986,24		
Ocupado	4921 00088.500-4	21	3	R$ 54.240,65	16/06/2016	R$ 59.925,08		
Ocupado	4921 00089.500-0	21	3	R$ 204.474,80	16/06/2016	R$ 225.903,76		
Ocupado	4921 00090.500-5	21	3	R$ 391.904,30	16/06/2016	R$ 433.047,46		
Ocupado	4921 00091.500-0	21	2	R$ 419.113,44	16/06/2016	R$ 432.068,58		
Ocupado	4921 00092.500-6	21	3	R$ 978.738,54	16/06/2016	R$ 1.081.310,34		
Ocupado	4921 00093.500-1	21	3	R$ 307.468,78	16/06/2016	R$ 339.691,51		
Ocupado	4921 00094.500-7	21	3	R$ 457.574,80	16/06/2016	R$ 505.528,64		
Ocupado	4921 00095.500-2	21	3	R$ 285.349,15	16/06/2016	R$ 315.253,74		
Ocupado	4921 00096.500-8	21	3	R$ 581.591,88	17/06/2016	R$ 642.542,71		
Ocupado	4921 00097.500-3	21	3	R$ 581.591,88	17/06/2016	R$ 642.542,71		
Ocupado	4921 00098.500-9	21	3	R$ 429.028,72	24/06/2016	R$ 473.990,93		
Ocupado	4921 00099.500-4	21	3	R$ 306.765,45	17/06/2016	R$ 338.914,47		

Ocupado	4921 00100.500-8	21	3	R$	2.327.615,87	17/06/2016	R$	2.571.550,01	
Ocupado	4921 00101.500-3	21	3	R$	516.610,65	17/06/2016	R$	570.751,44	
Ocupado	4921 00102.500-9	21	3	R$	393.585,89	17/06/2016	R$	434.833,69	
Ocupado	4921 00103.500-4	21	3	R$	391.904,30	17/06/2016	R$	432.975,87	
Ocupado	4921 00104.500-0	21	3	R$	16.073.355,65	17/06/2016	R$	17.757.843,31	
Ocupado	4921 00106.500-0	21	3	R$	7.328.704,25	17/06/2016	R$	8.096.752,46	
Ocupado	4921 00107.500-6	21	3	R$	431.988,48	17/06/2016	R$	477.260,87	
Ocupado	4921 00108.500-1	21	3	R$	1.832.004,95	17/06/2016	R$	642.542,71	
Ocupado	4921 00109.500-7	21	3	R$	340.338,60	17/06/2016	R$	376.006,08	
Ocupado	4921 00110.500-2	21	3	R$	418.372,87	17/06/2016	R$	462.218,35	
Ocupado	4921 00112.500-3	21	3	R$	738.387,18	17/06/2016	R$	815.770,16	
Ocupado	4921 00113.500-9	21	3	R$	530.608,98	17/06/2016	R$	586.216,80	
Ocupado	4921 00114.500-4	21	3	R$	993.776,03	17/06/2016	R$	1.097.923,76	
Ocupado	4921 00115.500-0	21	3	R$	581.591,88	17/06/2016	R$	642.542,71	
Ocupado	4921 00116.500-5	21	3	R$	222.629,44	17/06/2016	R$	245.961,01	
Ocupado	4921 00117.500-0	21	3	R$	12.256.197,61	17/06/2016	R$	13.540.647,12	
Ocupado	4921 00118.500-6	21	3	R$	948.268,82	17/06/2016	R$	1.047.647,40	
Ocupado	4921 00119.500-1	21	3	R$	288.834,00	17/06/2016	R$	319.103,80	
Ocupado	4921 00125.500-4	21	3	R$	450.722,77	17/06/2016	R$	497.958,52	
Ocupado	4921 00126.500-0	21	3	R$	56.820.916,07	17/06/2016	R$	62.775.748,07	
Ocupado	4921.00127.500-5	21	3	R$	267.446,37	17/06/2016	R$	295.496,84	
Ocupado	4921 00142.500-7	21	3	R$	620.543,16	17/06/2016	R$	685.576,08	
Ocupado	4921 00144.500-8	21	3	R$	277.975,72	17/06/2016	R$	307.107,57	
Ocupado	4921 00146.500-9	21	3	R$	1.739.058,09	17/06/2016	R$	1.921.311,38	
Ocupado	4921 00148.500-0	21	3	R$	752.460,43	17/06/2016	R$	831.318,28	
Ocupado	4921 00180.500-4	21	3	R$	8.233.522,00	17/06/2016	R$	9.101.919,11	
Ocupado	4921 00193.500-5	21	3	R$	581.591,88	17/06/2016	R$	642.542,71	
Ocupado	4921 00197.500-7	21	3	R$	331.561,19	31/08/2017	R$	331.561,19	
TOTAL				**R$**	**840.172.696,27**		**R$**	**925.619.866,34**	
TOTAL DE 65 IMÓVEIS OCUPADOS E ATIVOS									
Imóveis Vazios (Terrenos)									
Vazio	4625.00021.500-2	21	3	R$	17.779.059,00	14/06/2016	R$	19.697.419,47	
Vazio	4723.00017.500-0	21	3	R$	5.654.907,50	20/06/2016	R$	6.259.417,11	
Vazio	4921 00201.500-7	21	3	R$	2.415.000,00	31/08/2017	R$	2.415.000,00	
Vazio	4921 00120.500-7	21	3	R$	405.054,67	17/06/2016	R$	447.504,40	
Vazio	4921 00075.500-3	21	3	R$	38.167,17	16/06/2016	R$	42.167,09	
TOTAL				**R$**	**26.292.188,34**		**R$**	**28.861.508,07**	
TOTAL DE 05 IMÓVEIS VAZIOS E ATIVOS									
TOTAL DE IMÓVEIS				**R$ 866.464.884,61**			**R$ 954.481.374,41**		
TOTAL DE 70 IMÓVEIS									

Fonte: https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/ - Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extraídas em 11/01/2018.

Análise Crítica

Após a elaboração das informações dos itens 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, destaca-se que todas as informações relativas à gestão de todos os bens imóveis de uso especial de responsabilidade da UFOP foram registradas no sistema SPIUnet e atualizadas, os imóveis serão reavaliados em 2018 ao completarem 2 (dois) anos desde a última reavaliação.

Todos os imóveis da UFOP estão ocupados por repúblicas federais, setores administrativos e acadêmicos, não se encontrando nenhum em desacordo.

A casa que abriga o escritório da UFOP em Belo Horizonte foi devidamente registrada no Cartório de 2° Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte e também está registrada no sistema SPIUnet, RIP n° 4123.01115.500-8.

No ano 1980, o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ouro Preto sofreu um incêndio criminoso que destruiu todos os registros originais, restando à Universidade apenas algumas cópias e documentos históricos que mantinha em arquivo próprio. Ou seja, muitos imóveis jamais tiveram registros e os registros cartorários existentes foram sendo constituídos de forma precária ao longo dos anos, tendo como complicador o incêndio criminoso de 1980.

Para os imóveis que a UFOP possui documentos, será necessário providenciar junto aos cartórios de imóveis a retificação dos registros, atualizando-os e renovando-os, em especial no caso de Ouro Preto, em que ocorreu o incêndio.

O trabalho de regularização dos registros imobiliários da Universidade Federal de Ouro Preto é longo e complexo, requer grande esforço e a consecução de diversos atos administrativos, técnicos e políticos. Por meio da Portaria Reitoria nº. 627, de 23 de agosto de 2017, foi criada a Comissão Especial para desenvolver os trabalhos necessários ao cumprimento das recomendações contidas no Relatório Final da Comissão Especial designada pela Portaria Reitoria nº. 167, de 31 de março de 2016, designada para diagnosticar a atual situação dos registros imobiliários da UFOP, visando ao estabelecimento dos procedimentos necessários à sua total regularização.

5.2.5 Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro 47 está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UFOP no final dos exercícios de 2017 e 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 47 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2017	Exercício 2016
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Ouro Preto	04	04
	Mariana	00	00
	João Monlevade	00	00
	Ipatinga	00	00
	Belo Horizonte	00	00
Subtotal Brasil		04	04
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	Cidade “n”	00	00
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		04	04

Fonte: https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/ - Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extraídas em 11/01/2018.

- **Descrição dos Imóveis Locados de Terceiro**

O Quadro 48 apresenta o detalhamento e dados dos imóveis locados de terceiros.

Quadro 48 - Detalhamento e dados dos imóveis locados de terceiros

Imóvel Rip: 4921.00151.500-6	**Biblioteca do IFAC**
Endereço do Imóvel	Rua Coronel Alves, nº 33, Centro, Ouro Preto-MG
Locador	Afonso de Lima Rolim CPF: 540.927.799-68
Finalidade da locação	Instalação da Biblioteca e do Programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado em Estética e Filosofia da Arte do Instituto de Filosofia artes e Cultura da UFOP.
Área Total do Imóvel	320m²
Vigência da locação	05 (cinco) meses, iniciando-se em 01/11/2017 com término em 31/03/2018
Valor Mensal do Aluguel (R$)	R$ 5.226,57 (cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos)
Imóvel Rip: 4921.00157.500-9	**REMOP (Restaurante Universitário)**
Endereço do Imóvel	Praça Tiradentes, nº 09, Centro, Ouro Preto-MG
Locador	Centro Acadêmico da Escola de Minas CNPJ: 16.857.856/0001-18
Finalidade da locação	Funcionamento do Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto-REMOP.
Área Total do Imóvel	500m²
Vigência da locação	60 (sessenta) meses, iniciando-se 09/04 /2010 com término em 08/04/2015
Valor Mensal do Aluguel (R$)	R$ 5.727,25
Imóvel Rip: 4921.00153.500-7	**Galpão Patrimônio (Depósito de bens)**
Endereço do Imóvel	Rodovia Rodrigo Melo Franco de Andrade, nº80, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Ouro Preto-MG.
Locadora	Ana Clara Silva Gomes CPF: 540.927.799-68
Finalidade da locação	Depósito de Bens Móveis (desfazimento)
Área Total do Imóvel	320m²
Vigência da locação	12 (doze) meses, iniciando-se 01/12/2017 com término em 30/11/2018
Valor Mensal do Aluguel (R$)	R$ 3.869,28 (três mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)
Imóvel Rip: 4921.00155.500-8	**NAJOP (Núcleo de Apoio Jurídico Ouro Preto)**
Endereço do Imóvel	Rua Diogo de Vasconcelos, nº 29, Bairro Pilar, Ouro Preto-MG
Locador	Fábio Baeta Neves CPF: 024.587.566-20
Finalidade da locação	Instalação do Núcleo de Práticas Jurídica de Ouro Preto, setor do Departamento de Direito da UFOP.
Área Total do Imóvel	170m²
Vigência da locação	02 (dois) meses, iniciando-se em 29/11/2017 com término em 28/01/2018
Valor Mensal do Aluguel (R$):	R$ 4.248,05 (quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinco centavos)

Fonte: https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/ - Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extraídas em 11/01/2018.

Análise Crítica

Os imóveis alugados pela UFOP estão em conformidade com a necessidade da entidade hoje, pelo motivo da falta de espaço para os setores.

O contrato de locação do imóvel onde está alocado o Núcleo de Apoio Jurídico Ouro Preto (NAJOP) se encerrará no dia 28 de janeiro de 2018 e não será renovado. As atividades do NAJOP

serão transferidas para o imóvel de propriedade da UFOP que está sendo reformado, localizado na Praça Cesário Alvim, Nº 50, Praça da Estação, inscrito no SPIUnet, RIP nº 4921.00127.500-5. Desta forma reduzirá de 4 para 3 os imóveis alugados pela Instituição como mostra o quadro acima. Com relação às despesas com reforma e manutenção, as mesmas não são repassadas pela Prefeitura do Campus e nem pela Diretoria de Orçamento e Finanças ao gestor de imóveis para sua contabilização no setor de patrimônio da Universidade.

5.3 Gestão da Frota de Veículos

O item tem por finalidade informar sobre a gestão da frota de veículos à disposição da Universidade Federal de Ouro Preto. A utilização dos veículos na UFOP segue os parâmetros estabelecidos na Lei nº 1.081/1950, somados à revogação do artigo 9º dado pela Lei nº 9.327/1996; no Decreto nº 6.403/2008; e em instruções internas.

a. Politica de aquisição de veículos

A Universidade possui duas formas diferentes para adquirir veículos, são elas:

• Veículos adquiridos por meio da Lei nº 8.666/93, que representam mais de 90% (Noventa por cento) da frota, seja por meio de edital próprio ou de edital de outros órgãos;

• Doações de outros órgãos.

O transporte de veículos mantém serviços essenciais à continuidade das ações de ensino, pesquisa e extensão da UFOP. A atividade torna-se ainda mais relevante se considerarmos as dimensões dos campi e a distância entre eles. São constantes as necessidades de deslocamento de pessoas e materiais para atender as atividades fins e meio da UFOP, tais como: viagens para fins acadêmicos e administrativos, transporte de servidores entre campi, transporte de materiais diversos; deslocamento de equipes de serviço; visitas técnicas.

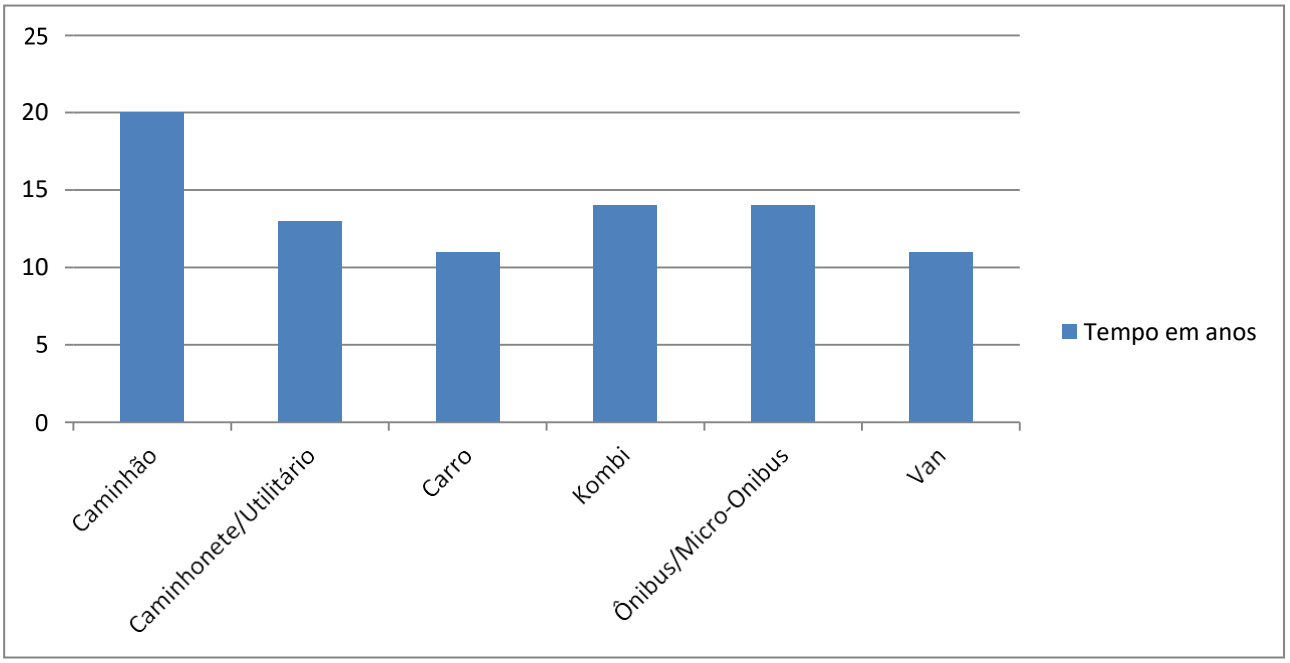
Cabe esclarecer que há alguns anos não existia impeditivos para a aquisição de veículos, por isso optava-se pela compra em um primeiro momento. No entanto com a previsão de término do contrato dos serviços terceirizados de motoristas e a possibilidade de locação de automóveis, a Administração nomeou uma comissão para avaliar quais formas de gerência da divisão de Transportes será mais economicista e ao mesmo tempo satisfatórias para o atendimento da Universidade e uma contratação de todo o serviço está sendo estudada.

b. Descrição da frota

Em 2017, a frota da Universidade Ouro Preto contou com 104 (Cento e Quatro) veículos, distribuídos em duas categorias: veículos de uso comum e utilitários (caminhão, caminhonete, fiorino, carretinha), dos quais as unidades acadêmicas e administrativas fazem uso em diversas atividades e ficam sob a responsabilidade da Divisão de Transporte que avaliam e liberam a utilização.

Em respeito ao uso, no ano de 2017, a frota de veículos da UFOP obteve a marca de aproximadamente 1.106.430 quilômetros rodados. Com relação à idade a idade média da frota de veículos há uma variação de acordo com a categoria ao qual o veiculo pertence. O setor conta com 05 motoristas que fazem parte do quadro efetivo de servidores da UFOP, 4 anistiados e 27 terceirizados.

Figura 15 - Idade Média da Frota no ano 2017



Fonte: PROAD/Transporte/UFOP

*Nota: Os valores da idade média dos veículos apresentados, em anos, foram arredondados para cima quando a parte decimal foi superior a 0,5 (cinco décimos) durante o cálculo.

c. Renovação da frota

A estimativa de renovação da frota é a cada 10 (dez) anos, exceto os veículos de utilização específica (como caminhões, utilitários, ônibus que possuem vida útil mais longa) e os veículos fora de linha e sem substitutivos no mercado (por exemplo, as Kombis). A renovação da frota neste momento é inviável, devido à escassez de orçamento. Assim, a UFOP tem procurado alternativas que auxiliem no atendimento da demanda, mas que não comprometam o orçamento já reduzido da instituição.

Por fim, cabe informar que a estrutura de controle para prestação do serviço de transporte é realizada por meio de lançamentos em sistema próprio, às requisições são feitas com antecedência mínima de 48 horas, e são agendadas pela Divisão de transportes que avalia a disponibilidade para o atendimento. A UFOP tem em sua política o “transporte consciente” onde os horários são pré-estabelecidos e as demandas devem se adequar a eles para que se possa otimizar o número de passageiros por veículo, bem como itinerários.

d. Gastos com a frota

Destaca-se que o sistema de abastecimento dos veículos é realizado por uma empresa terceirizada com cartão magnético do veículo. Assim como o abastecimento, a manutenção dos veículos é responsabilidade de uma empresa terceirizada com um programa de lançamento de serviços e peças; e, conforme a necessidade dos veículos. No decorrer do ano, para os veículos novos, são feitas revisões programadas nas concessionárias autorizadas das marcas conforme manual de fabricação.

Tabela 8 - Gastos com Transporte em 2017

Gastos primários com o transporte	
Número de requisições atendidas	5.263 (requisições atendidas)
Km veículos UFOP 2017	1.106.430 KM
Pagamento de seguro veículos (DPVAT)	R$ 9.503,54
Gastos combustíveis	R$ 508.251,57
Gastos pneus adquiridos pregão p/ veículos	R$ 47.700,56
Gastos com diárias motoristas UFOP	R$ 152.955,56
Gastos com terceirização de motoristas	R$ 1.183.659,87
Manutenção veículos Casa Borracha	R$ 315.315,61
Total	**R$ 2.217.386,71**

Fonte: Transporte/PROAD

A Tabela 9 descreve quem são os motoristas e qual valor recebido de diárias em 2017.

Tabela 9 - Gastos com pagamento de DIÁRIAS

Motoristas	**Valor Diárias**
Adilson	R$15.306,96
José Roberto	R$12.445,62
Márcio	R$17.006,66
José Raimundo	R$20.438,88
Zezinho	R$19.105,14
José Milton	R$16.617,72
Patrono	R$5.240,46
Roberto	R$19.162,86
Kello	R$19.011,36
Geraldo	R$4.796,70
Domingos	R$3.823,20
Total do ano	R$152.955,56

Fonte: Transporte/PROAD

Os dados da Tabela 10 descrevem os gastos com Pneu para manutenção dos veículos em 2017.

Tabela 10 - Gastos com PNEUS

Item	Descrição: Gastos Pneus 2017	Pneus Gastos	VALOR	TOTAL
1	Pneu 175/70 R14 para Voyage/Doblô	32	R$219,80	R$ 7.033,60
2	PNEU 195/75 R16 sprinter	2	R$396,00	R$792,00
3	Pneu 175/70 R13, para Parati	14	R$199,76	R$ 2.796,64
4	Pneu 165/70 R13, para Uno e Elba.	4	R$171,38	R$ 685,52
5	Pneu 205/55 R 16 Para ASTRA e JETTA	6	R$278,00	R$1.668,00
6	Pneu 225/70 R 15 Para SPRINTER,	8	R$440,86	R$ 3.526,88
7	PNEU 225/75 R16 sprinter	6	R$492,00	R$ 2.952,00
8	Pneu 215/75 R 17,5; Para Micro-ônibus.	3	R$570,00	R$ 1.710,00
9	Pneu 750/16, para caminhão Ford F4000 /MB 608.	6	R$363,82	R$ 2.182,92
10	Pneu 1000 R 20 Para ONIBUS.	2	R$909,00	R$ 1.818,00
11	Pneu 275/80 R 22,5 Para ONIBUS.	1	R$1.151,00	R$1.151 ,00
12	Pneu 295/80 R 22,5 Para ONIBUS.	8	R$1.468,00	R$ 11.744,00
13	Pneu235/75R15 para CAMINHONETE RANGER,	10	R$414,00	R$ 4.140,00
14	Pneu 195/55 R 15 para Voyage	22	R$250,00	R$5.500,00
Total				R$ **47.700,56**

Fonte: Transporte

e. Descrição e utilização dos veículos

Os dados do Quadro 44 relatam todos os veículos, mesmo que fora de uso, que pertencem à Instituição.

Quadro 49 - Relação de veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada e a quilometragem do ano

ÍTEM	VEÍCULOS	MARCA	PLACA	ANO	KM em Jan/2017	Km em dez/2017	Km rodada no ano
01	CAMINHÃO 608	M-BENS	GMF0133	1977	0	0	0
02	MICRO-ÔNIBUS	M-BENS	GMF0126	1988	033219	034511	1292
03	MICRO-ÔNIBUS	M-BENS	GUX3236	1989	0	0	0
04	CAMINHÃO	FORD	GMD0976	1991	0	0	0
05	ELBA	FIAT	GMF0246	1992	254095	257167	3072
06	KOMBI	VW	GMF0260	1993	0	0	0
07	KOMBI	VW	GMF0248	1993	0	0	0
08	CAMINHÃO	AGRALE	GMF1187	1995	188879	192594	3716
09	SAVEIRO	VW	GMF0940	1995	0	0	0
10	KOMBI	VW	GMF1391	1996	0	0	0
11	KOMBI	VW	GMF1439	1996	0	0	0
12	ÔNIBUS	VW-16210	GMF1916	1998	372585	373615	1030
13	TOYOTA-DEGEO	TOYOTA	GSK2336	1998	063326	064824	1498
14	UNO	FIAT	GSK2821	1998	0	0	0
15	KOMBI	VW	GMF2823	1999	0	0	0
16	PARATI	VW	GMF3091	1999	0	0	0
17	PARATI	VW	GVL8797	2001	0	0	0
18	PARATI	VW	GVL8798	2001	0	0	0
19	SPRINTER	M-BENS	GMF3869	2001	275839	279320	3481
20	SANTANA	VW	GMF3341	2001	0	0	0
21	PARATI	VW	GVL8796	2001	0	0	0
22	F-350	FORD	GXA-3500	2002	178150	189500	11350
23	CARRETINHA	FABRICA	GZW4857	2002	0	0	0
24	PARATI	VW	GZQ6615	2003	305291	309983	4692
25	PARATI	VW	GZQ6616	2003	0	0	0
26	MICRO-ÔNIBUS	VW	LOP8312	2003	255573	258936	3363

27	PARATI	VW	GZQ6997	2004	332737	343204	10467
28	MICRO-ÔNIBUS	M-BENS	HDR3085	2005	266589	277336	10747
29	GOL	VW	GMF4657	2005	187284	189109	1825
30	GOL	VW	GMF4658	2005	202865	203288	423
31	DOBLÓ	FIAT	GMF4752	2005	314842	318876	4034
32	ÔNIBUS	M-BENS	GMF4824	2006	251534	258627	7093
33	ASTRA	GM	GMF4751	2006	321900	333860	11960
34	SAVEIRO	VW	GMF4948	2006	134387	143964	9577
35	GOL	VW	GMF4946	2006	143571	146719	3148
36	GOL	VW	GMF4947	2006	196767	200131	3364
37	PARATI	VW	GMF4944	2006	195719	207766	12047
38	PARATI	VW	GMF4945	2006	329394	340325	10931
39	SPRINTER	M-BENS	GMF4943	2006	248141	262289	14148
40	F.4000	FORD	GMF4992	2006	158557	163225	4668
41	KOMBI	VW	GMF5179	2007	0	0	0
42	SAVEIRO	VW	GMF5261	2007	065288	072274	6986
43	SPRINTER	M-BENS	GMF5377	2007	252800	259050	6250
44	FIORINO	FIAT	GMF5398	2008	061473	065370	3897
45	GOL	VW	GMF5411	2008	216549	224420	7871
46	KOMBI	VW	GMF5412	2008	075590	076487	897
47	KOMBI	VW	GMF5413	2008	0	0	0
48	MICRO-ONIBUS	AGRALE	GMF5429	2008	133068	142336	9268
49	PARATI	VW	GMF5457	2008	297303	313687	16384
50	PARATI	VW	GMF5458	2008	349698	358051	8353
51	DOBLÓ	FIAT	HDR4348	2008	307468	319658	12190
52	DOBLÓ	FIAT	HDR4317	2008	0	0	0
53	KOMBI	VW	GMF5699	2008	065671	073497	7826
54	KOMBI	VW	GMF5700	2008	0	0	0
55	KOMBI	VW	GMF5701	2008	048234	051396	3162
56	SPRINTER	M-BENS	GMF5728	2008	164900	171536	6636
57	DOBLÓ	FIAT	GMF5795	2009	303243	322820	19577
58	PARATI	VW	GMF5798	2009	253273	271544	18271
59	VOYAGE	VW	GMF5834	2009	268918	287888	18970
60	VOYAGE	VW	GMF5835	2009	329801	343782	13981
61	ÔNIBUS	VOLVO	GMF5931	2008	215992	235688	19696
62	JETTA	VW	GMF6111	2009	272537	296960	24423
63	SPRINTER	M-BENS	GMF6112	2009	209624	230526	20902
64	VOYAGE	VW	GMF6113	2009	369405	389316	19911
65	KOMBI	VW	GMF6124	2009	060820	063187	2367
66	KOMBI	VW	GMF6125	2009	053590	054210	620
67	VOYAGE	VW	GMF6126	2009	325410	350344	24934
68	KOMBI	VW	GMF6127	2009	055906	056778	872
69	SAVEIRO	VW	GMF6129	2009	068149	073769	5620
70	ÔNIBUS	VW	GMF6189	2009	193047	216927	23880
71	DOBLÓ	FIAT	GMF6186	2009	294041	316365	22324
72	FIORINO	FIAT	GMF6235	2010	090871	095979	5108
73	DOBLÓ	FIAT	GMF6251	2010	191661	202778	11117
74	RANGER	FORD	GMF6415	2010	051606	052087	481
75	RANGER	FORD	GMF6416	2010	179456	201982	22526
76	MICRO	M-BENS	HLO8177	2011	108302	130190	21888
77	MICRO	M-BENS	HLO8182	2011	102872	121417	18545
78	CAMINHÃO	IVECO	GMF6925	2012	052787	059084	6297
79	VOYAGE	VW	GMF6940	2012	176160	197588	21428
80	VOYAGE	VW	GMF6941	2012	255917	303663	47746
81	VOYAGE	VW	GMF6942	2012	260962	321474	60512
82	HYLUX	TOYOTA	OLZ1543	2012	0	0	0
83	SPRINTER/FURGÃO	M-BENS	HNV6241	2012	0	0	0

84	VOYAGE	VW	GMF7550	2013	157308	210907	53599
85	VOYAGE	VW	GMF7551	2013	168078	207970	39892
86	VOYAGE	VW	GMF7552	2013	160844	207429	46585
87	VOYAGE	VW	GMF7553	2013	167855	210397	42542
88	VOYAGE	VW	GMF7656	2013	162320	221638	59318
89	SPRINTER	M-BENS	GMF7679	2013	041752	051017	9265
90	DOBLÓ	FIAT	PUB8014	2014	022044	043843	21799
91	FRONTIER	NISSAN	MCY8875	2005	060607	066928	6321
92	SPRINTER	M-BENS	GMF7938	2014	036169	061561	25392
93	SPRINTER	M-BENS	GMF7939	2014	045281	076230	30949
94	CAMINHÃO MEC.	FORD	GMF7948	2014	011694	014610	2916
95	FRONTIER	NISSAN	DBA5127	2005	158831	174620	15789
96	GOL	VW	DBA5132	2005	144447	169655	25208
97	FRONTIER	NISSAN	CZA6384	2005	115761	130579	14818
98	FRONTIER	NISSAN	DBS5135	2005	162425	163036	611
99	S-10	GM	BVZ0931	1998	042682	049383	6701
100	JEEP CHEROKEE	JEEP	ALS3789	2000	065771	071145	5374
101	SPRINTER	M-BENS	GMF2604	1998	184371	193945	9574
102	SPRINTER/BAÚ	M-BENS	GMF2675	1998	145879	153518	7639
103	SENTRA 2.0	NISSAN	GMF5779	2008	055992	056384	392
104	UNO	FIAT	GZQ7146	2005	048042	050146	2104
			Sub. total		**14151789**	**15258218**	
			Total			**Km rodados**	**1.106.430**

Fonte: Divisão de Transporte

A utilização dos veículos da UFOP pode ser classificada quanto a sua discriminação e utilização. Neste sentido, o quadro 50 mostra a utilização de acordo com sua classificação:

Quadro 50 – utilização dos veículos quanto à atividade

Classificação do veículo	Nº de veículos	Média anual de quilômetros rodados
Para atividades curriculares	27	250.279 km
Para atividades administrativas	33	729.607 km
Para cargas	7	47.998 km
Atividades da Prefeitura do Campus	15	78.546 km

Fonte: PROAD/Transporte/UFOP

Nota: Alguns veículos são utilizados para mais de uma atividade.

f. Razão da escolha por aquisição de veículos e não locação

A UFOP possui uma divisão de transportes, contando ainda com motoristas no quadro efetivo, terceirizados, além de vários veículos em boas condições de uso o que justifica, por questões econômicas e de segurança, a substituição dos veículos mais depreciados e de manutenção anti-econômica. Além disso, em que pese o grande número de deslocamentos em trajetos urbanos, como se trata de uma universidade localizada no interior, com oferta de cursos de graduação e pós-graduação dependentes de práticas de campo como mapeamentos, coletas de amostras, etc., boa parte das viagens administrativas e acadêmicas se realizam em itinerários alternativos (estradas viciniais). Este fato exige perícia dos motoristas, adquirida ao longo de sua experiência de atendimento às repetidas demandas institucionais em atividades de logística complexa. Neste

sentido, optar pela contratação de uma empresa de locação de veículos com seus próprios motoristas ofereceria um risco real à segurança de estudantes, professores, TAE's e dos próprios motoristas.

Para o ano de 2017, dentre as opções elencadas para investimento, se encontrava a melhoria das condições de transporte para as atividades externas administrativas e acadêmicas. Tendo sido constatado saldo de recursos de capital próximo ao fim do exercício, foi possível atender esta demanda.

g. Política de desfazimento de veículos

A política adotada para o desfazimento de veículos é a mesma aplicada a todos os bens móveis da instituição, conforme normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e em conformidade com o decreto 99.658/1990. Atualmente a instituição conta com um processo de desfazimento em andamento, aguardando manifestação jurídica para publicação de edital de leilão.

5.4 Gestão da Tecnologia da Informação

5.4.1 Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) foi criado por meio da portaria reitoria Nº 164, de 30 de março de 2016. Nesse ano, ocorreram diversas reuniões do comitê com o objetivo de criar um regimento interno. Desse modo, em 05/06/2017 foi aberto o processo Nº 23109.002693/2017-19, que trata da aprovação do regimento pelo Conselho Universitário da UFOP (CUNI). Como parte do trâmite de aprovação, no dia 23/06/2017, o processo foi encaminhado para o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) a pedido do respectivo diretor visando a atender à portaria Nº 19, de 29 de maio de 2017, da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. Tal portaria dispõe sobre a implantação da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos do Executivo. Portanto, tornou-se necessária a criação de um novo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC). De acordo com a portaria anterior, o CTIC substitui o CGTI em autoridade.

O setor iniciará no ano de 2018 a criação do CTIC com base na prática 03 do Guia de Governança de TIC disponível do SISP.

5.4.2 Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI)

Dentre as competências do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), está a elaboração e aprovação do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI). Essa elaboração se iniciará após a criação do CTIC.

Apesar de não existir o Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), todos os projetos estão alinhados com o eixo "10.6- Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação" do Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025.

5.4.3 Descrição do Núcleo de Tecnologia da Informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) é um órgão diretamente vinculado à Reitoria. O setor tem como finalidade principal, o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos de

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Desse modo, há a garantia da disponibilidade dos serviços para a comunidade universitária, visando ao apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

O NTI contribui fortemente para a racionalização dos processos de tomada de decisão, potencializando a comunicação entre os agentes e disponibilizando informações e soluções estratégicas, táticas e operacionais à administração. O NTI é um setor essencial para a otimização dos serviços da Universidade, ao automatizar e agilizar processos, economizar recursos e garantir a segurança dos dados.

O setor possui como Missão o provimento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para auxiliar a Universidade a cumprir suas metas de desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Já a sua Visão é ser reconhecido como excelência na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação por nossos usuários. E tem como principais Valores a ética, ao optar pelo correto, justo e moral em todas as tomadas de decisões e isonomia no tratamento; a transparência, ao permitir que os usuários possam acompanhar de forma transparente todas as ações do setor em favor de si mesmos ou da Universidade; a eficiência e qualidade, com compromisso nas soluções propostas, realizando-as com inteligência e rapidez, de forma a garantir a satisfação dos nossos usuários; e a valorização da equipe do setor.

O NTI é dividido em três áreas: Gerência de Projetos, Gerência de Serviços e Escritório de Governança de TI.

i. Gerência de Projetos: atua na coordenação de todos os projetos realizados pelo NTI. Assim, os projetos conduzidos incluem ações relacionadas à área de desenvolvimentos de sistemas e soluções de infraestrutura. Dentre as atribuições pertencentes à gerência de projetos, podem ser destacadas:
   - Coordenação de todos os projetos a serem realizados pelo NTI;
   - Coleta e organização de todas as demandas relacionadas à área de TI na UFOP;
   - Definição das equipes que irão compor cada projeto desenvolvido de acordo com as demandas priorizadas pela administração;
   - Garantir que cada projeto apresente um escopo, custo e cronograma estimados;
   - Permitir que o percentual de conclusão de um dado projeto seja facilmente acessado;
   - Definição de um modelo de processo padrão para o desenvolvimento de projetos no NTI;
   - Com base no processo padrão estabelecido, definir a documentação padrão a ser produzida ao final de cada projeto;
   - Participação/contribuição nas fases estabelecidas pelo processo padrão de desenvolvimento de projetos;
   - Estudar e avaliar metodologias de teste de *software* que possam ser utilizadas para melhorar a qualidade das soluções produzidas pelo setor;
   - Estudar e avaliar melhorias no modelo padrão de código dos sistemas desenvolvidos pelo setor;
   - Interagir com as demais áreas para melhorar o modelo de organização estabelecido para o setor.

ii. Gerência de Serviços: atuação na coordenação de todos os serviços oferecidos pelo NTI. Assim, os serviços prestados por esta gerência incluem ações relacionadas ao desenvolvimento do conjunto de capacidades e processos para prover valor aos usuários na forma de serviços. Sobre as atribuições pertencentes a gerência de serviços, podem ser destacadas:
   - Coordenar todos os serviços oferecidos pelo NTI;
   - Organizar e coordenar equipes para gerenciar os serviços prestados pelo NTI, cumprindo os acordos de nível de serviço estabelecidos com a administração;

- Garantir mecanismos adequados para o gerenciamento de serviços de TI;
- Monitorar, gerenciar e prover suporte eficiente para os serviços oferecidos pelo NTI;
- Elaborar e controlar os processos de TI e o modo que estes afetam o desempenho dos serviços oferecidos pelo NTI;
- Evoluir a maturidade no processo de gerenciamento de serviços de TI;
- Estabelecer serviços consistentes e estáveis.

iii. Escritório de Governança de TI atua na implantação e coordenação das práticas de Governança de TI para alinhamento com o negócio, gestão de riscos e conformidade da prestação de serviços e elaboração de projetos. Em paralelo, também atua no atendimento aos usuários via telefone, comunicação interna e externa e questões burocráticas do dia a dia dos funcionários do NTI, dentre eles: férias, afastamentos, licenças, estágio probatório etc. Em relação às atribuições pertencentes ao Escritório de Governança de TI, podem ser destacadas:
- Coordenar a implantação de ações para as melhores práticas da gestão de serviços de TI, gerenciando e controlando as iniciativas, gerando os indicadores de desempenho focando na medição dos resultados;
- Coordenação da Central de Atendimento;
- Coordenação da comunicação interna e externa.

5.4.4 Força de trabalho do NTI

Atualmente, são 41 (quarenta e um) servidores efetivos da carreira de TI, os quais são distribuídos nos seguintes cargos: 21 (vinte e um) Analistas de Tecnologia da Informação, 15 (quinze) Técnicos de Tecnologia da Informação, 4 (quatro) Técnicos de Laboratório Área, 1 (uma) secretária executiva e 25 (vinte e cinco) bolsistas.

Quadro 51 - Capacitações realizadas em 2017

Treinamento	Período	Carga Horária	Servidores
Virtualização de Servidores - Escola Superior de Redes - RNP	03/07/2017 a 07/07/2017	40 h	1
Gerência de Redes de Computadores - Escola Superior de Redes - RNP	07/08/2017 a 11/08/2017	40 h	2
Elaboração de PDTI - Escola Superior de Redes - RNP	18/10/2017 a 20/10/2017	24 h	2
Qualificação profissional em Manutenção de Notebook, Placa Mãe, Solda BGA, e Tablet - RM Telefonia	17/07/2017 a 21/07/2017	40 h	1
Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos - Entidades de Ensino Superior - MG- Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU,	23/10/2017 a 25/10/2017	24 h	1
Arquitetura de Informação - São Paulo Digital School	27/03/2017 a 31/03/2017	12h	1
(módulo SEI - ADMINISTRAR) ministrado pelo Ministério de Planejamento, Desenvolvimento	19/04/2017 a 20/04/2017	16h	4

Fonte: NTI

5.4.5 Processo de Gerenciamento de serviços de TI

Atualmente o gerenciamento dos serviços de TI do NTI é baseado nas melhores práticas do *framework* ITIL v3 (*IT Infrastructure Library - version 3*). Abaixo, as práticas já implementadas:

- Catálogo de Serviços: O Catálogo de Serviços está disponível no site do NTI: www.nti.ufop.br.
- Central de Serviços: É um setor dentro do NTI, que tem como objetivo ser o ponto único de contato entre os usuários e o departamento de TI.
- Gerenciamento de Incidentes: O processo de gerenciamento de incidentes tem como missão restaurar os serviços o mais rápido possível, com o mínimo de interrupção, minimizando os impactos negativos nas áreas de negócio. Os incidentes são gerenciados pela ferramenta GLPI (solução WEB Open-source completa para gestão de TI); no ano de 2017 foram registrados 2.663 incidentes. Destes, 2.212 foram solucionados em 2017, alcançando uma taxa de solução de 83,1%. Adicionalmente, foram solucionados 486 incidentes abertos em anos anteriores.
- Gerenciamento de Requisições: O processo de gerência de requisições tem como objetivo atender os serviços que estão disponíveis no catálogo de serviços. As requisições são gerenciadas pela ferramenta GLPI; no ano de 2017 foram registradas 2.682 requisições. Destas, 2.190 foram solucionadas em 2017, alcançando uma taxa de solução de 81,7%. Adicionalmente, foram solucionadas 342 requisições de anos anteriores.
- Gerenciamento do Nível de Serviço: O processo de Gerenciamento do Nível de Serviço gerencia a qualidade dos Serviços de TI conforme os acordos firmados entre a administração e o departamento de TI, os chamados Acordos de Nível de Serviço (ANS); o objetivo do Gerenciamento do Nível de Serviço é manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoração, relatórios e melhoria dos níveis de serviços estrategicamente focado no negócio; em 2017 iniciou-se um estudo para definição dos ANS dos serviços disponíveis no catálogo de serviços e o ANS já está aplicado em dois serviços: “Cadastro de equipamento na rede” e “Criar novo e-mail”.
- Melhoria Contínua de Serviço: A melhoria contínua do serviço tem por objetivo avaliar e melhorar a qualidade dos processos de gerenciamento de serviços de TI, proporcionando melhores serviços de TI e maior satisfação dos usuários;

Após solução do incidente ou requisição, todos os usuários são convidados a responder a pesquisa de satisfação do serviço prestado pelo departamento de TI;

Em 2017, 366 formulários de satisfação foram respondidos. Com margem de erro de 4,91% e nível de confiança de 95%, a amostra apresenta que 96,45% dos usuários consideram o atendimento do NTI “Bom” ou superior a esta classificação. Abaixo, o quadro dos percentuais por classificação de nível de satisfação:

Quadro 52– Grau de satisfação do atendimento

Satisfação	Percentual
Excelente	78,14%
Muito Bom	7,65%
Bom	10,66%
Ruim	0,82%
Muito Ruim	2,73%

Fonte: NTI

Quadro 53- Principais sistemas de informação

Sistema	Objetivo/funcionalidades	Responsável técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
Portal MinhaUFOP (Acesso MinhaUFOP)	Este sistema define um portal central de entrada para todos os sistemas da UFOP. Desse modo, todo acesso aos sistemas administrativos e acadêmicos se inicia por este portal. Adicionalmente, o portal disponibiliza uma ferramenta de comunicação interna, a qual é utilizada para comunicação interna com os servidores e alunos.	Administrador (a) área de middleware e banco de dados	Diretor (a) do NTI	Alta
Gestão da pós-graduação	Este sistema trata do acompanhamento da vida acadêmica de alunos da pós-graduação.	Administrador (a) da área de sistemas da graduação e pós-graduação	Pró-Reitor (a) de Pesquisa e Pós-Graduação	Alta
Concursos públicos	Permite o gerenciamento da inscrição de concurso público para os cargos de técnico administrativo, professor efetivo e professor substituto.	Administrador (a) da área de sistemas da administração	Pró-reitor (a) de administração	Baixa
Extensão	Permite que professores e técnicos administrativos efetivos ofereçam ações à comunidade externa por meio da submissão de programas, projetos e cursos de extensão. Essas propostas ficam sujeitas à aprovação dos comitês relacionados	Administrador (a) área de sistemas da extensão e assuntos comunitários e estudantis	Pró-Reitor (a) de Extensão	Média
Gestão	Sistema de nível tático que exibe dados da UFOP de forma agrupada, funcionando como um *front-end* para a base de dados da Instituição. É possível visualizar os dados em tela, na forma de planilha ou gráfico.	Administrador (a) área de middleware e banco de dados	Diretor (a) do NTI	Baixa
Gestão da Graduação Presencial e a Distância	Este sistema trata do acompanhamento da vida acadêmica de alunos da graduação presencial e a distância.	Administrador (a) da área de sistemas da graduação e pós-graduação	Pró-Reitor (a) de graduação	Alta
Iniciação científica	Permite o registro de projetos de iniciação científica por professores e técnicos administrativos efetivos. Após registro, esses projetos ficam sujeitos à aprovação	Administrador (a) da área de sistemas da graduação e pós-graduação	Pró-reitor (a) de pesquisa e pós-graduação	Média

	dos comitês relacionados.			
Orçamento e Finanças	Este sistema trata da gestão de questões relacionadas ao orçamento e assuntos financeiros da Instituição	Administrador (a) adjunto área de sistemas do planejamento	Diretor (a) de Orçamento e Finanças	Alta
Patrimônio	Sistema de Administração Patrimonial Permite o gerenciamento dos bens móveis da Instituição.	Administrador (a) adjunto área de sistemas do planejamento	Pró-reitor (a) de administração	Média
Pesquisa	Permite o registro de projetos de pesquisa por professores e técnicos administrativos efetivos pesquisadores. É possível, também, o registro de linhas de pesquisa desenvolvidas em cada um dos setores da UFOP.	Administrador (a) da área de sistemas da graduação e pós-graduação	Pró-Reitor (a) de Pesquisa e Pós-Graduação	Média
Processos seletivos	Processos seletivos para ingresso de alunos na Instituição.	Administrador da área de sistemas da graduação e pós-graduação	Pró-reitor (a) de graduação	Alta
Recursos humanos	Este sistema trata do acompanhamento da vida funcional dos servidores da Instituição: professores e técnicos administrativos	Administrador da área de sistemas da administração	Pró-reitor (a) de administração	Média
Restaurantes universitários	Possibilita a administração do acesso aos restaurantes universitários da Instituição.	Administrador (a) área de sistemas da extensão e assuntos comunitários e estudantis	Pró-reitor (a) de assuntos comunitários estudantis	Alto
Sistema Eletrônico de Informações (SEI-UFOP)	Sistema Eletrônico de Informações é uma plataforma que engloba os processos da Instituição em um conjunto de módulos e funcionalidades com o objetivo de promover a maior eficiência administrativa	Administrador (a) adjunto da área de sistemas externos	Diretor (a) do NTI	Média
Veículos	Sistema que gerencia as solicitações de veículos para transporte de cargas e viagens com fins administrativos e acadêmicos (curriculares e extracurriculares).	Administrador (a) da área de sistemas da administração	Pró-Reitor (a) de Administração	Média
Sistema gestão de Hospedagem de Sites	Sistema que Gerencia hospedagem de sites	Administrador (a) adjunto da área de sistemas externos	Diretor (a) do NTI	Baixa
GigaUfopNet	Sistema de gestão de usuários rede de sem fio	Administrador (a) área de middleware e banco de dados	Diretor (a) do NTI	Baixa
Saci	O Sistema de Apoio à Comunicação	Administrador (a) adjunto da	Coordenador (a) de	Média

	Integrada (SACI) é um software livre voltado para gestão de produção midiática	área de sistemas externos	comunicação Institucional	
Pergamum	Sistema que gerencia as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários	Administrador (a) adjunto da área de sistemas externos	Coordenador (a) sistema de bibliotecas e informação	Média
CEUA	Comissão de Ética no Uso de Animais	Administrador (a) adjunto da área de sistemas externos	Pró-Reitor (a) de Pesquisa e Pós-Graduação	Baixa
Sistema de abertura de chamados - GLPI	Sistema de gestão de serviços, projetos e ativos de TI	Administrador (a) adjunto da área de sistemas externos	Diretor (a) do NTI	Média

Fonte: NTI

5.4.6 Projetos desenvolvidos em 2017

Os projetos são alinhados com PDI 2016-2025 da Universidade Federal de Ouro Preto eixo 10.6 - Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

- Objetivo - Promover economia de energia, equipamentos, insumos e recursos humanos dentro dos conceitos de sustentabilidade.
- Objetivo - Prover melhoria de segurança da informação e do patrimônio pessoal e material.
- Objetivo - Promover integração dos campi e melhorar os meios de comunicação institucional.
- Objetivo - Pautar a atuação do NTI pelas leis vigentes, pela transparência, pelas questões sociais e pelas tecnologias assistidas.
- Objetivo - Prover soluções de TI de qualidade para melhoria do desempenho das atividades meio e fim.

O quadro 48 seguir apresenta de forma detalhada os projetos desenvolvidos pelo setor.

Quadro 54 - Detalhamento dos projetos desenvolvidos

DEMANDANTE	PROJETO	STATUS	PREVISÃO TÉRMINO	CONCLUSÃO (%)	VALORES ORÇADOS R$	VALORES DESPENDIDOS R$	OBJETIVOS
ACI	Website para TVUFOP	EXECUÇÃO	19/1/2018	75			3
ACI	Website para Rádio UFOP	ELABORAÇÃO		10			3
CPA	Sistema de Pesquisa	ELABORAÇÃO		50			5
EDTM	Cabeamento Estruturado do NAJOP	FINALIZADO	31/12/2017	100			3
ENUT	Cabeamento de telefonia do prédio do ENUT ao prédio da Medicina	EXECUÇÃO	31/07/2018	80	8.000,00	8.000,00	3
NTI	Reestruturação dos Serviços WEB	EXECUÇÃO	31/01/2018	90			5
NTI	Novas instalações NTI - Centro de convergência	EXECUÇÃO	31/07/2018	50	600.000,00	485.212,48	1,3 e 5
NTI/UFOP	Renovação garantia dos equipamentos DATACENTER	FINALIZADO	31/11/2017	100	151.115,50	151.114,85	3
NTI/UFOP	Compra nova solução para DATACENTER	EXECUÇÃO	31/12/2018	50	1.500.000,00		1, 3 e 5
NTI/DECOM	Definição de uma solução segura e eficiente para utilização de Webservices	EXECUÇÃO	31/01/2018	10			5
PRACE	Fornecimento de internet para repúblicas	ELABORAÇÃO	-	5			3
PRACE	Melhorias no Sistema CPAE	FINALIZADO	13/05/2017	100			5

PRACE	Melhorias no Sistema do RU	FINALIZADO	04/05/2017	100			5
PRACE	Novo site da PRACE	EXECUÇÃO	-	90			3
PRACE	Sistema de Requerimentos da PRACE	FINALIZADO	26/07/2017	100			5
PRACE	Token de Acesso para os RUs	FINALIZADO	25/10/2017	100			5
PROAD	Agenda Pública de Compromissos dos Docentes	ELABORAÇÃO		50			5
PROAD	Módulo de Suspensão e Cancelamento de Ferias	FINALIZADO	21/08/2017	100			5
PROAD	Sistema de Frequência dos Servidores	EXECUÇÃO	11/05/2018	75			5
PROAD	Sistema de Progressão Docência	EXECUÇÃO	31/08/2017	95			5
PROEX	Melhorias no Sistema de Gestão da Extensão	EXECUÇÃO	24/07/2018				5
PROEX	Novo site da PROEX	FINALIZADO	18/08/2017	100			3
PROGRAD	Adequação do processo seletivo a novas regras do SISU	FINALIZADO	26/06/2017	100			5
PROGRAD	Alteração de nota/falta pelo próprio docente no Sistema de Controle Acadêmico	EXECUÇÃO	09/02/2018	20			5
PROGRAD	Convocação Matrícula	FINALIZADO	29/06/2017	100			5
PROGRAD	Inclusão de Interposição de Recurso contra Desligamento/Jubilamento no SCA	EXECUÇÃO	23/1/2018	90			5
PROGRAD	Integração do SCA com o Pergamum (Bibliografia das disciplinas)	FINALIZADO	03/10/2017	100			5
PROGRAD	Interesse por Vaga	FINALIZADO	02/10/2017	100			5
PROGRAD	Melhorias no Sistema de Vaga Residual	FINALIZADO	13/07/2017	100			5
PROGRAD	Novo site da PROGRAD	EXECUÇÃO	05/02/2018	95			3
PROGRAD	Processamento Resultado Vaga Residual	FINALIZADO	25/07/2017	100			5

PROGRAD	Processo Isolado de Seleção	FINALIZADO	15/12/2017	100			5
PROGRAD	Requerimento de reingresso	FINALIZADO	08/11/2017	100			5
PROGRAD	Requerimento para Colação de Grau Extraordinária	FINALIZADO	04/10/2017	70			5
PROGRAD	Sistema de Matrícula de Calouros On-Line	FINALIZADO	22/06/2017	100			5
PROGRAD	Sistema de Processo Seletivo	EXECUÇÃO	-	85			5
PROPLAD	Módulo de Controle do Teto Remuneratório	CANCELADO		-			5
PROPLAD	Sistema de Gestão de Contratos e Convênios	ELABORAÇÃO		20			5
PROPLAD/PROAD	Módulo de Terceirizados no Sistema de Contratos	EXECUÇÃO	05/05/2018	5			5
PROPLAD/PROGRAD	Censo 2016	FINALIZADO	07/04/2017	100			5
PROPP	Módulo de processo seletivo da pós-graduação	EXECUÇÃO	-	40			5
PROPP	Sistema de Gerenciamento de Eventos	CANCELADO	-	-			5
PROPP	Sistema de Reserva de Equipamentos de Laboratório - SREL	ELABORAÇÃO	-	15			5
PROPP/CAINT	Módulos de Mobilidade e Convênio da Pós-Graduação	ELABORAÇÃO	-	80			5
UFOP	2ª Fase rede Wirelles Minha UFOP Wi-Fi	FINALIZADO	-	100	348.800,00	348.800,00	3 e 5
UFOP	3ª Fase Rede sem Fio	EXECUÇÃO	31/062018	20			5
UFOP	Cadastro e Nomeação de Funções	ELABORAÇÃO	-	-			5
UFOP	Dados Abertos	FINALIZADO	18-08-2017	100			4
UFOP	Novo Serviço de E-mail	EXECUÇÃO	02/04/2018	50			3
UFOP	Melhoraria no serviço de e-mail existente (resolvendo problema de envio e webmail)	FINALIZADO	15/09/2017	100			3

UFOP	Migração de ramais do LIM2 para LIM6 - EM	FINALIZADO	24/02/2017	100			3
UFOP	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	FINALIZADO	21/08/2017	100			5
UFOP	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - Fase 2	EXECUÇÃO		20			5
UFOP	Sistema de GLPI para a Comunidade	INTERROMPIDO	-	-			5
UFOP	Vídeo monitoramento Campi UFOP	EXECUÇÃO	31/06/2018	60			2
UFOP	Implantação da Solução VOIP (Fone@RNP)	EXECUÇÃO	31/06/2018	40	36.590,00	36.590,00	3

STATUS - LEGENDA	
EM ESPERA	O projeto está aguardando o início de sua elaboração.
ELABORAÇÃO	O projeto encontra-se em elaboração e não existem fatores momentâneos afetando a atividade em questão.
ELABORAÇÃO	O projeto encontra-se em elaboração, mas existem fatores internos ou externos que estão influenciando a atividade elaboração.
EXECUÇÃO	A execução está normal.
EXECUÇÃO	A execução está normal, mas merece alguma atenção. Nesse caso, existe algum fator externo que pode impactar a execução do projeto.
EXECUÇÃO	A execução está atrasada. Nesse caso, existe algum fator interno ou externo que está influenciando a execução do projeto.
FINALIZADO	O projeto foi finalizado.
CANCELADO	O projeto foi cancelado.
INTERROMPIDO	O projeto foi temporariamente interrompido.

5.4.7 Contratos Gerenciados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação em 2017

Quadro 55 - Contratos gerenciados pelo NTI.

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2017
			CNPJ	Denominação		
Contrato 012/2015	Prestação de serviço de locação de impressoras, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos originais, exceto papel.	26/02/2018	64.799.539/0001-35	Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda.	1.175.772,39	370.357,48
Contrato nº 090/2014	Prestação de serviços de manutenção e assistência técnica da impressora de produção DC 700	15/10/2018	05.388.674/0001-29	Stoque Soluções Tecnológicas Ltda.	1.145.465,7	297.013,61
Contrato nº 017/2015	Contratação de serviços aquisição de upgrade do ambiente de virtualização de servidores existente	12/03/2018	05.333.907/0001-96	Itone Tecnologia da Informação Ltda.	R$ 404.300,00	
Contrato 070/2016	Prestação de serviços para manutenção e suporte técnico, em caráter preventivo e corretivo, nas centrais telefônicas nos *campi* da UFOP, localizados em Ouro Preto, Mariana e João Monlevade,	01/08/2018	26.299.693/0001-59	Telealpha Comercial Ltda.	97.964,75	64.362,16

	pelo período de 12 meses, incluindo reposição de peças.					
Contrato está vencido. No ano de 2018 será feita uma nova contratação	Telefonia Fixa		33.000.118/0001-79	Telemar Norte Leste S/A.		132.644,95
Contrato está vencido. No ano de 2018 será feita uma nova contratação	Telefonia Móvel		04.206.050/0079-40	Tim Celular S.A.		30.014,11

Fonte: NTI

- **Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**

A contratação dos serviços terceirizados de TI segue os padrões e normas estabelecidos pela IN 04 2010, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal. No momento, existem duas áreas de prestação de serviços que implicam em dependência tecnológica: serviços de telefonia e impressão. Considerando os serviços de telefonia, ressalta-se que existe um projeto em execução, cujo o objetivo é a implantação de chamadas de Voz sobre IP (fone@RNP). Tal tecnologia reduz a necessidade da realização de chamadas pelas operadoras e de serviços de manutenção da infraestrutura interna (PABX). Por fim, em relação os contratos de impressão, foi implantado o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que permite a criação e tramitação de processos via meio eletrônico. Mais ainda, todo sistema projetado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, sempre avalia a possibilidade de geração de documentos digitais e assinaturas eletrônicas de tais documentos (Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015). Vale ressaltar que o uso de documentos digitais assinados eletronicamente minimiza a necessidade de impressão, que por sua vez, diminui a dependência tecnológica dos serviços de impressão.

5.4.8 Principais sistemas de informação

Quadro 56 - Principais sistemas da UFOP

1 - Portal MinhaUFOP (Acesso MinhaUFOP)
Status:
Finalizado
Descrição:
Este sistema define um portal central de entrada para todos os sistemas da UFOP. Desse modo, todo acesso aos sistemas administrativos e acadêmicos se inicia por este portal. Adicionalmente, o portal disponibiliza uma ferramenta de comunicação interna, a qual é utilizada para comunicação interna com os servidores e alunos.
2 - Gestão da Graduação Presencial e a Distância
Status:
Finalizado
Descrição:
Este sistema trata do acompanhamento da vida acadêmica de alunos da graduação presencial e a distância. Inclui a automatização de várias tarefas relacionadas, dentre elas: Área do professor; Controle Acadêmico; Componentes curriculares que faltam para o aluno cursar - aluno; Componentes curriculares que faltam para os alunos cursarem - área professor; Diário de classe; Matriz curricular; Desempenho acadêmico semestral dos alunos por curso; Protocolização de requerimento; Acompanhamento de requerimento; Despacho de requerimento; Desempenho acadêmico semestral dos alunos por depto.; Atualização de cadastro de aluno; Solicitação de ajuste de matrícula; Acompanhamento de ajuste de matrícula; Histórico escolar; Atestado de matrícula individual; Histórico escolar dos alunos; Atestado de matrícula dos alunos; Alunos com risco de desligamento e jubilamento; Listagem de alunos para colegiado; Gerenciamento das bolsas dos alunos de graduação: remunerada, alimentação, transporte, auxílio a eventos e estágios e auxílio para excursão curricular; Certificados; Evento requerimento; Pesquisa: desenvolvimento de disciplinas - aluno; Pesquisa: desenvolvimento de disciplinas - professor; Ambiente de aprendizado virtual Moodle: a base de dados do Moodle é alimentada com as informações de alunos, turmas, matrículas e professores do Sistema Acadêmico, para os cursos de graduação presencial e a distância.
3 - Gestão da pós-graduação
Status:
Finalizado

Descrição:
Este sistema trata do acompanhamento da vida acadêmica de alunos da pós-graduação. Inclui a automatização de várias tarefas relacionadas, dentre elas: Controle acadêmico; Registro acadêmico; Diário de classe; Formulário de notas; Atualização de cadastro de alunos; Histórico escolar; Gerenciamento das bolsas dos alunos de pós-graduação: remunerada, transporte, auxílios e ressarcimentos diversos.
4 - Gestão de Orçamento e Finanças
Status:
Finalizado
Descrição:
Este sistema trata da gestão de questões relacionadas ao orçamento e assuntos financeiros da Instituição. Os seguintes módulos podem ser destacados: PAMCS Web - Solicitação de compra de materiais e contratação de serviços pelos deptos./setores da Instituição; Compras Web - Gerenciamento do processo de compra na Instituição; Almoxarifado - Gerenciamento e controle dos materiais adquiridos pela Instituição; Requisição de materiais - Requisição de materiais pelos deptos./setores da Instituição; Gestão orçamentária - Gerenciamento do orçamento da Instituição. Contratos - Gerenciamento de contratos de empresas terceirizadas; Arrecadação - Gerenciamento de todas as arrecadações da Instituição.
5 - Gestão de Recursos Humanos
Status:
Finalizado
Descrição:
Este sistema trata do acompanhamento da vida funcional dos servidores da Instituição: professores e técnicos administrativos. Os seguintes módulos podem ser destacados: Recursos Humanos - Registro e o gerenciamento da vida funcional do servidor (professores e técnicos administrativos); Ressarcimento de Plano de Saúde: Administração - Gerenciamento das solicitações de ressarcimento de plano de saúde de servidores efetivos, aposentados e pensionistas; 2. Servidor - Solicitação do ressarcimento do plano de saúde, mensalmente, pelos servidores; 3. Pensionista - Solicitação do ressarcimento do plano de saúde, mensalmente, pelos pensionistas. Informações pessoais e funcionais do servidor - permite aos servidores o acesso às informações pessoais e funcionais, solicitação de auxílio transporte e consultas; Gestão de pessoas - cadastro e gerenciamento das informações dos servidores, anistiados, contratados, médicos residentes e professores substitutos/temporários pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas e secretárias dos departamentos; Lançamento de adicional noturno de servidores - inclusão e gerenciamento das ocorrências do adicional noturno dos servidores pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Área de Pagamentos e Benefícios, Divisão de Segurança Patrimonial e de Pessoas; Férias - registro e gerenciamento das informações de férias dos servidores por secretárias dos departamentos e pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas; Lançamento de frequência dos servidores - lançamento e gerenciamento das informações de frequência dos servidores pelas secretárias de departamento e pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Comunicação Institucional e Arquivo Central: Sistema de Controle de Processos e Documentos - Permite a tramitação e o gerenciamento dos processos por secretárias dos departamentos, pelo DCI e Arquivo Central; Carreira de magistério superior; Gestão de saúde ocupacional.
6 - Terceirizados
Status:
Em desenvolvimento
Prazo de Entrega:
05/05/2018
Descrição:
Este sistema trata do gerenciamento dos terceirizados admitidos por empresas com contratos ativos com na Instituição. As seguintes funcionalidades podem ser destacadas: Gerenciamento de postos de trabalho e regime de dedicação; Gerenciamento dos terceirizados da UFOP; Gerenciamento de férias dos terceirizados da UFOP; Gerenciamento de CBOs; Gerenciamento de Adicionais e Cargos; Geração de relatório sobre a vida funcional dos terceirizados e relatório para controle da CGU.
Riscos Identificados:
1 - Impedimento da utilização dos serviços MinhaUFOP
CAUSA:
Não cadastramento do terceirizado pelo responsável da empresa ou não regularização do terceirizado pelo Gestor do contrato.
IMPACTO:
O terceirizado não conseguirá acessar serviços da MinhaUFOP.
PLANEJAMENTO DA RESPOSTA:
O terceirizado deve entrar em contato com o Gestor ou Fiscal do contrato para solicitar a regularização, ou verificar a situação do cadastro com o Responsável da Empresa.
2 - Inconsistências na marcação de férias dos funcionários terceirizados
CAUSA
Não cadastramento das férias do terceirizado por parte do responsável da empresa.
IMPACTO
Falta de controle sobre os períodos dos terceirizados e feristas por parte do fiscal. Gerando ocorrências inconsistentes para o usuário ferista.
PLANEJAMENTO DA RESPOSTA
O Gestor do Contrato deve solicitar ao Responsável da Empresa relação e cronograma das férias dos terceirizados.

7- Sistema de Frequência dos Servidores
Status
Em desenvolvimento
Prazo de Entrega
11/05/2018
Descrição
Este sistema estará disponível na página principal do portal MinhaUFOP. Neste sistema o servidor poderá marcar o ponto e também visualizar todas as marcações já realizadas no dia corrente. Será proposto um sistema web para a gestão da frequência. O sistema possuirá os seguintes módulos: Área de Cadastro da Jornada de Trabalho; Gerenciamento da Jornada de Trabalho do Servidores; Gerenciamento do Calendário Administrativo; Cadastro e Gerenciamento de Ocorrências na frequência; Homologação mensal da frequência; Área de Visualização da Lista das batidas de ponto; Área de Geração de Relatórios; Área de Gerenciamento de Chefia Imediata. Gerenciamento da Comissão Julgadora de Recursos; Área de Julgamento de Recursos;
Riscos Identificados
1 - Impedimento da marcação de ponto pelos funcionários em função da interrupção do serviço de rede
CAUSA
Diversas.
IMPACTO
A interrupção do serviço de internet impedirá que os técnicos administrativos realizem a marcação de ponto eletrônico
PLANEJAMENTO DA RESPOSTA
O usuário ou a chefia imediata poderão incluir uma ocorrência de inclusão de ponto eletrônico a fim de regularizar as marcações do técnico.
2 - Falta de computadores com acesso ao portal MinhaUFOP no local de exercício do servidor.
CAUSA
Não é possível assegurar que todos os servidores tenham acesso a computadores na rede interna da UFOP com acesso ao portal MinhaUFOP.
IMPACTO
Servidores não conseguirão registrar as marcações de ponto eletrônico e terão desconto em folha por falta não justificada.
PLANEJAMENTO DA RESPOSTA
Haverá uma área para cadastro de servidores dispensados da marcação de ponto eletrônico, com a devida justificativa. Os servidores cadastrados nesta lista deverão fazer o controle de ponto mediante outra forma a ser definida pela chefia imediata.

Fonte: NTI

Faz-se necessária a atualização da infraestrutura computacional responsável pela hospedagem de todos os servidores encarregados pelos serviços disponíveis na Instituição. Pensando nisso, o NTI está elaborando um projeto que prevê a implementação de novos equipamentos que serão utilizados para a modernização do parque tecnológico e melhoria na prestação de serviços. O projeto citado tem a previsão de ser concluído em 31/12/2018.

5.5 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A UFOP instituiu em 2013 a Comissão Gestora Permanente para criação do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Instituição, no entanto, a UFOP ainda não apresenta um Plano Gestor Ambiental e de Sustentabilidade, o intuito é que no ano de 2018 as atividades dessa temática sejam recuperadas para elaboração e acompanhamento.

A UFOP desenvolve suas atividades seguindo as diretrizes e normativas ambientais vigentes e busca uma política de sustentabilidade ambiental em constante processo de melhoria. A Universidade nos últimos anos adotou algumas medidas que vão de encontro a sua responsabilidade com a sociedade como a substituição do uso de copos descartáveis no restaurante universitário, política de coleta de resíduos de seus laboratórios, manutenção das áreas externas dos *campi* da UFOP e iniciou em 2017 a discussão para construção de poços artesianos nas suas mediações.

Muitos desafios e metas foram postos e serão perseguidos, tanto em termos de objetivos físicos, operacionais, como em termos de melhoria dos procedimentos que colabores com a gestão ambiental. O Quadro 51 traz aspectos que auxiliam no entendimento das políticas de gestão ambiental.

Quadro 51 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	**Avaliação**	
	Sim	**Não**
1. Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		**X**
2. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	**X**	
3. As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	**X**	
4. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		**X**
5. A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	**X**	
6. O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7. O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		**X**
8. Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual o plano pode ser acessado.		
9. Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		**X**
10. Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual os resultados podem ser acessados.		

Fonte: PRECAM

Apesar da UFOP ainda não apresentar um programa de Plano de Gestão de Logística Sustentável, a instituição apresenta inúmeras ações isoladas no campo da extensão, pesquisa e administração, como os projetos de extensão Eletrocoleta que visa a coleta e descarte de forma ambientalmente correta de equipamentos eletrônicos dentro do campus, e o programa Engenharia para a Sustentabilidade que mantêm um diálogo direto entre prefeituras, universidade e cooperativas de materiais recicláveis, formulando convênio e parecerias. Projetos de pesquisas com foco em estudos dos tratamentos dos efluentes da universidade e geração de energias alternativas são temas recorrentes nos programas de pós-graduação e iniciação científica.

Para o ano de 2018 será criada uma comissão para a proposição do Campus Ambiental , incumbida de desenvolver estudos preliminares para a implementação de ações técnicas e administrativas vinculadas a sustentabilidade na UFOP, com isso, a instituição pretende agrupar todas as ações que visam a sustentabilidade e formular um Plano de Gestão de Logística Sustentável, o qual apontará diretrizes e prioridades de ações institucionais para serem alcançada as metas de sustentabilidade.

Mesmo consciente que não atende as todas as exigência da Agenda Ambiental da Administração Pública, a UFOP já definiu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em 2016, a promoção da sustentabilidade nos campis da Universidade, apontando suas metas e objetivos. Todos os esforços da UFOP a partir dessas ações é o alcance dessas metas e assim definir seu Plano de Gestão de Logística Sustentável.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso ao Cidadão

Para informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens, acesse o link "transparência pública" no site da UFOP - www.ufop.br.

A gestão das Páginas de Transparência Pública é regulamentada pelo Decreto nº. 5.482/2005 e pela Portaria Interministerial nº. 140/2006, que determinam a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal na Internet. A Controladoria-Geral da União exerce o papel de atualizar periodicamente as Páginas de Transparência com os dados contidos nos sistemas do Governo Federal (SIAFI, SIASG, SIEST e SCDP). www.transparencia.gov.br.

Além das informações previstas nos sistemas federais, a universidade disponibiliza o Boletim Administrativo, trata-se de uma Publicação Oficial da Universidade Federal de Ouro Preto – Circulação Interna Eletrônica para divulgar portarias, atas e informações importantes. O setor responsável pela sua edição é Pró-Reitoria de Administração (Campus do Morro do Cruzeiro. Contato: boletim@proad.ufop.br ou (31)3559-1240 – Boletins on-line: www.proad.ufop.br/cgp. Em cumprimento à Lei nº. 4.965/1966 (Boletim de Serviços) e nos termos da Resolução CUNI nº. 071/1989, alterada pela Resolução CUNI nº. 824/2007, devidamente regulamentada pela Portaria Reitoria nº. 226/2007, a Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto.

Com vistas a garantir os canais de acesso a informações, assim como o acesso do cidadão à unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., a instituição conta com a "Ouvidoria", seus formulários de solicitações podem ser acessados pelo endereço eletrônico: http://www.proad.ufop.br/index.php?option=com_content&view=section&id=12&layout=blog&Itemid=15.

Ainda nesta perspectiva, há o Serviço de Informação ao Cidadão, que tem o objetivo de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, endereço eletrônico: http://www.acessoainformacao.ufop.br. Dentre os itens disponibilizados pelo "acesso a informação" pode-se destacar os "Dados abertos" é uma ferramenta cujo objetivo principal é disponibilizar para toda a comunidade dados e informações públicas da Instituição referentes à graduação, pesquisa, assistência, extensão.

Outro importante mecanismo de informações é o SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), pelo e-Sic o cidadão pode realizar solicitações e questionamentos que são encaminhados diretamente a instituição pelo sistema. Ele pode ser acessado através do endereço: http://www.acessoainformacao.ufop.br/index.php/servico-de-informarcao-ao-cidadao-sic.

No ano de 2017, a UFOP recebeu 190 pedidos de informações, com 454 perguntas, uma média mensal de 15,83 pedidos. Todas as solicitações foram respondidas, em média, com prazo de 13 dias em que os meios de acesso se dividiram entre respostas pelo sistema e consultar pessoalmente. No ano de 2016, foram totalizados 171 pedidos, com 350 perguntas, todos respondidos numa média de 11 dias. Observa-se um pequeno aumento em relação às solicitações e no tempo de respostas, acredita-se que estes números estão relacionados à elevação no número de perguntas, que evolui de 350 em 2016, para 454 em 2017.

Os relatórios das solicitações recebidas pela instituição, assim como a consolidação das informações descritas anteriormente podem ser encontrados nos endereço: https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx, estes relatórios emitem dados acerca das características, perfil das solicitações e solicitantes de todos os pedidos, são disponibilizadas informações a partir do ano de 2012.

6.2 Carta de Serviço ao Cidadão

A finalidade deste item é informar a elaboração e disponibilização da Carta de Serviços ao Usuário instituída pelo Decreto 9.094/2017. Neste sentido, a carta de Serviços ao Cidadão da UFOP pode ser acessada pelo link: http://www.ufop.br/acessoainformacao/images/uploads/carta%20de%20servios%20ao%20cidado%20ufop.pdf

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos – usuários

O item 6.3 tem por finalidade informar sobre os mecanismos utilizados pela unidade para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação de sua atuação, bem como a demonstração e análise dos resultados identificados, inclusive os registrados em pesquisas de opinião realizadas.

Neste sentido, como descrito no item anterior, um dos mecanismos utilizados para aferição do grau de satisfação dos usuários é o relatório de Pesquisa de Satisfação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), nele constam informações acerca dos recursos e reclamações recebidas pelo sistema.

No ano de 2017 a UFO recebeu 17 pedidos de recursos, sendo 14 ao chefe hierárquico e três a autoridade máxima da instituição. Dentre os recursos 11 foram deferidos, um indeferido e outro parcialmente deferido, vale destacar que todos os recursos foram respondidos. Quanto às reclamações foram computadas duas e todas respondidas.

Os dados referentes aos recursos e reclamações podem ser encontrados no endereço eletrônico: https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualRecursos.aspx.

Ainda com o objetivo de acompanhar o grau de satisfação dos usuários a instituição adota uma pesquisa de desenvolvimento das disciplinas de graduação. A pesquisa é um sistema de avaliação e acompanhamento semestral que é respondida por discentes e docente. Apresenta-se como um importante instrumento de análise da prática docente, por meio do qual o NAP oferece aos docentes e gestores um diagnóstico do ensino desenvolvido na UFOP. A participação dos discentes e docentes nas pesquisas vem aumentando progressivamente em virtude da valorização do processo avaliativo junto à comunidade universitária. Os relatórios destas pesquisas são divulgados semestralmente e os resultados individuais repassados aos professores antes do início do semestre seguinte.

No entanto, devido a atrasos no calendário provocado por greves passadas e paralisações a pesquisa para o ano de 2017 não foi finalizada. É possível encontrar as informações referentes ao ano de 2016 (1º e 2º semestre). Os resultados são divulgados no site da instituição e classificados de acordo com os departamentos, as informações consolidadas dividem-se entre relatório dos estudantes e relatórios dos professores.

O relatório dos estudantes apresenta informações que auxiliam na compreensão da satisfação dos alunos quanto a:

1. A clareza na apresentação dos conteúdos;
2. A coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo ministrado;
3. A disponibilidade do professor para atender o aluno fora do horário das aulas;
4. O comparecimento do professor às aulas;
5. O compromisso do professor para discutir os resultados das avaliações com os alunos;
6. O cumprimento do horário das aulas (do início ao fim), pelo professor;
7. O cumprimento do programa da disciplina, conforme apresentado no início do curso;
8. O domínio de conteúdo pelo professor;
9. O incentivo à participação dos alunos durante as aulas;
10. O uso de metodologias que facilitem o aprendizado.

O dos professores tem por finalidade identificar o perfil dos alunos e possíveis problemas para estudar medidas de mitigação. Dentre as questões avaliadas estão:

1. A base teórica dos alunos para acompanhamento da disciplina;
2. A carga horária da disciplina, para cumprimento do programa;
3. A iniciativa dos alunos em procurar o professor para esclarecimento de dúvidas fora do horário das aulas;
4. A participação dos alunos durante as aulas;
5. As metodologias utilizadas no desenvolvimento da disciplina;
6. O comprometimento dos alunos com a frequência às aulas, do início ao fim;
7. O comprometimento dos alunos com atividade extraclasse;
8. O interesse dos alunos para discutir os resultados das avaliações;
9. O nível de aprendizagem dos alunos;
10. Os instrumentos de avaliação utilizados na disciplina.

Os resultados consolidados por departamento podem ser acessados pelo endereço eletrônico: http://www.prograd.ufop.br/index.php/nap/avaliacao-disciplinas.

6.4 Mecanismos de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. http://www.ufop.br/acessoainformacao.

O relatório de avaliação do desempenho do Serviço de Informação ao Cidadão: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx; e o da Carta de Serviços ao Cidadão está em fase de elaboração.

Além dos relatórios e informações previstas no serviço de informação ao cidadão, a UFOP disponibiliza seus relatórios de gestão e o de auditória anual. O objetivo é garantir transparências em suas decisões, os documentos podem ser acessados através do endereço: http://ufop.br/ufop-em-numeros. O link permite o acesso aos dados de auditoria, estatuto e regimento, atas e resoluções, relatórios de gestão, etc.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

6.5.1 Medidas Relativas à Acessibilidade e Inclusão na UFOP

A partir do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), é possível analisar as barreiras enfrentadas durante a permanência do estudante na Universidade e, ao mesmo tempo, buscar alternativas para superação dos obstáculos que comprometem a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. A construção de estratégias de superação das barreiras, bem como a avaliação das ações de acessibilidade implantadas, é realizada pela equipe do NEI, colegiados dos cursos e, também, por outros setores envolvidos direta ou indiretamente com o estudante com deficiência; **a) Reuniões pedagógicas:** realização de reuniões pedagógicas entre NEI, docentes e colegiados de cursos a fim de orientar, planejar e criar ações de acessibilidade conforme as demandas dos estudantes com deficiência. Por meio do *feedback* que estudantes e docentes trazem para a equipe, é possível avaliar a importância desses encontros para o deslocamento e reorganização do fazer docente, propiciando a construção de novos saberes necessários para a inclusão desses estudantes; **b) Realização de Reuniões ampliadas com docentes e estudantes:** Com a entrada de novos estudantes com deficiência nos cursos de graduação, os docentes e estudantes participam de momentos de formação com a equipe do NEI. Esses momentos têm por objetivo auxiliar na compreensão das demandas dos acadêmicos com deficiência e na proposição de estratégias de aprendizagem capazes de promover, de fato, a apreensão dos conteúdos curriculares. Assim, neste ano de 2017, foram realizadas reuniões com estudantes e professores de diversos cursos, dentre eles: música, ciência da computação, ciências biológicas, farmácia, dentre outros; **c) Produção e adaptação de materiais pedagógicos acessíveis**: na sede do NEI, há um laboratório específico para a produção de materiais didáticos adaptados conforme as demandas dos estudantes com deficiência. Diversos materiais são produzidos em Braille, áudio, áudio-descrição, táteis e em Libras.

6.5.2 Atendimento a servidores com deficiência

O mesmo trabalho foi desenvolvido em relação aos servidores com deficiência, sendo que, nesse caso, o NEI atuou em articulação com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), a fim de promover os recursos de acessibilidade necessários à execução do trabalho, ao acesso aos espaços e à participação nas atividades institucionais. A UFOP conta com 8 servidores com deficiência, sendo 4 com deficiência auditiva, 3 com deficiência física e 1 com deficiência visual.

6.5.3 Realização de Atividades de Promoção da acessibilidade linguística comunicacional na Universidade

A inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior pressupõe a fruição plena dos conteúdos e dos bens culturais presentes no meio vivenciado pelos sujeitos. Diante disso, a UFOP objetiva romper as barreiras que dificultam ou impedem a comunicação, isto é, busca construir estratégias que possibilitem a comunicação interpessoal.

Assim, foram realizadas diversas ações ao longo do ano de 2017, as quais tiveram como objetivo proporcionar acessibilidade comunicacional aos estudantes com deficiência:

a) Interpretação em Sala de Aula: Trabalho de interpretação para a língua brasileira de sinais (Libras) dos conteúdos falados em língua portuguesa (e vice-versa) em sala de aula para alunos de graduação e pós-graduação. Essa atividade aconteceu a partir da frequência em que as aulas eram ministradas. Os seis profissionais tradutores e intérpretes de Libras se envolveram na execução desta atividade.

b) Interpretação de orientações de Mestrado e bancas de qualificação: Interpretação para a Libras dos conteúdos falados em língua portuguesa (e vice-versa) em reuniões de orientação de mestrado. Neste semestre, a UFOP contava com aluna surda, matriculada no curso de Mestrado em Educação, que solicitou o trabalho de interpretação de orientações de Mestrado. As orientações ocorreram semanalmente;

c) Interpretação em Libras de eventos institucionais: Os eventos realizados pela UFOP contam com o trabalho de acessibilidade comunicacional desenvolvido pelo NEI. Com isso, as exposições, cursos, palestras e ações de outra natureza, requerem a presença de intérpretes e tradutores de língua de sinais (TILS). Em 2016, os TILS que atuam no NEI participaram de assembleia estudantil; do 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU): "Inovação e emancipação: valores humanos, tecnológicos e ambientais", que contou com a presença de uma aluna surda que apresentou um pôster e participou de diversos momentos do evento. Houve, também, participação dos TILS em uma das assembleias gerais dos estudantes em novembro.

6.5.4 Atividades de formação para a inclusão

Durante o ano de 2017 foram realizadas também diversas ações de formação de estudantes, professores e comunidade em geral para a temática da Inclusão. Destacamos:

a) **VI Encontro do Núcleo de Educação Inclusiva (ENEI)** em parceria com o simpósio de Formação e Profissão docente (SIMPOED – 2017), envolvendo as seguintes atividades: Mesa: Processos formativos, práticas e políticas educacionais para público-alvo de educação especial (Convidados: Romerito Costa Nascimento, Marco Antônio Melo Franco, Nara Rúbia de Carvalho); Mesa: A língua de sinais brasileira na educação de surdos (Convidados: Clarissa Fernandes das Dores, Elidéa Lúcia Almeida Bernardino, Sônia Marta de Oliveira); Roda de Conversa: Inclusão e acessibilidade no ensino superior: a experiência dos núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ouro Preto (Mediação: Maria Luísa Magalhães Nogueira).

b) **Ciclo de Palestras do NEI:** Intitulado *I Ciclo de Palestras do NEI: acessibilidade e inclusão em pauta* o evento contou com palestras e debates sobre diferentes temas relacionados à inclusão.

c) **II Setembro Azul na UFOP**: objetivando sensibilizar a comunidade acadêmica em relação aos direitos da pessoa surda, pelo segundo ano, realizou-se na UFOP o evento "Setembro Azul na UFOP". Com diversas atividades envolvendo oficinas, palestras, rodas de conversa, buscou-se mobilizar a comunidade e as autoridades de Ouro Preto e Mariana, em especial, do campo da educação, para a garantia dos direitos linguísticos, culturais e humanos das pessoas surdas.

6.5.5 Atividades permanentes

6.5.6 Ações de recepção do estudante com deficiência

a) Acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais

especiais/deficiência

A partir da manifestação da demanda pelo estudante, através do sistema de controle acadêmico, o NEI entra em contato, apresenta suas iniciativas e coloca-se à disposição para o acompanhamento. A partir disso, há comunicações constantes entre NEI e estudante com o objetivo de conhecer as demandas e iniciar as primeiras ações que promovam sua inclusão na comunidade acadêmica. Neste momento, dependendo da especificidade do estudante, estão presentes servidores tanto do campo pedagógico quanto da tradução linguística.

b) Reunião com docentes, colegiado e equipe do NEI

Quando um aluno com deficiência inicia seus estudos na UFOP, ou retoma seus estudos, a equipe do NEI tem um diálogo com os docentes e colegiado de curso a fim de atender as demandas acadêmicas do estudante. Nesse momento, são pensadas estratégias de promoção da acessibilidade e inclusão do estudante com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)/deficiência, estratégias essas que envolvem os campos pedagógico, linguístico/comunicacional, tecnológico, dentre outros. Diante disso, as ações são realizadas de forma articulada com os agentes educacionais diretamente ligados à formação do estudante, sobretudo, docentes e colegiado.

6.5.7 Ações institucionais

a) Participação na semana de integração ICSA/ICHS

b) Adaptação das provas/espaço do concurso para pessoa com deficiência

O NEI atua, em parceria com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), na realização de concursos públicos. Essa parceria acontece com o intuito de que as provas e os espaços físicos dos concursos realizados pela UFOP sejam acessíveis para pessoas com deficiência.

c) Articulação com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), Setor de Psicologia, Psiquiatria, Prefeitura do Campus

A atuação do NEI está articulada à diversos outros setores da Universidade com o objetivo de executar suas atividades com melhor qualidade e de forma interdisciplinar. Comunicando-se com a PRACE, o NEI consegue desenvolver um melhor trabalho com alunos que tenham necessidades educacionais especiais. Com a Prefeitura do Campus, pode-se pensar em formas de tornar, cada vez mais acessível, os espaços físicos dos *campi* da UFOP.

d) Visita técnica dos cursos da UFOP ao NEI

O Núcleo de Educação Inclusiva recebe, regularmente, professores e alunos dos mais diversos cursos de graduação da UFOP. O objetivo dessas visitas é fornecer aos alunos uma formação que os sensibilize sobre as temáticas de inclusão e acessibilidade.

6.5.8 Ações de acessibilidade instrumental: produção de materiais e uso de tecnologias

a) Produção de material em Braille

Os estudantes com deficiência visual, especificamente os cegos, necessitam da adaptação do material utilizado nas aulas. Essa adaptação é a transcrição do texto original para o Braille, desenvolvida pelos monitores do Núcleo e por servidores.

b) Catalogação e disponibilização do material na biblioteca

O NEI recebe, constantemente, de instituições parceiras, materiais bibliográficos que versam sobre inclusão e acessibilidade. Além disso, recebe textos transcritos para o sistema Braille. Esses materiais são catalogados pelo NEI e, em seguida, disponibilizados no espaço de acessibilidade e inclusão, localizado na biblioteca do ICEB.

c) Produção de material em áudio

Os estudantes com deficiência visual, cegos ou com baixa visão, podem utilizar o recurso de textos em áudio para auxiliar em seus estudos. Diante da solicitação, os textos utilizados em aula passam por um processo de escaneamento, limpeza e adaptação sonora, para só então ser transformado em áudio. O áudio tem formato MP3, o que faz com que o estudante possa ouvir os textos em qualquer lugar, por meio de um celular ou tocador de arquivos em MP3.

d) Empréstimo de tecnologias e materiais no NEI

O NEI possui diversas tecnologias assistivas importantes para a permanência dos alunos com deficiência na Universidade. Esses materiais (notebooks, lupas, gravadores, máquinas Braille) são emprestados aos alunos para que possam desenvolver suas atividades acadêmicas.

e) Capacitação para utilização de tecnologias assistivas

Quando uma nova tecnologia é apresentada ao estudante com deficiência, é realizada capacitação para o uso do recurso. Os monitores responsáveis por essas questões estudam o funcionamento das tecnologias e as apresentam aos estudantes.

f) Disponibilização de tecnologias para produção de materiais do IFMG

A parceria estabelecida com o Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Preto, especificamente com Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), tem a finalidade de auxiliar na produção de materiais acessíveis aos estudantes com deficiência visual daquela instituição. Neste ano, uma das funcionárias do NAPNEE esteve presente no NEI, ao menos uma vez por semana, para utilizar os recursos assistivos para o escaneamento de texto, limpeza e gravação de material em áudio.

6.5.9 Ações de acessibilidade linguística e comunicacional

a) Interpretação em Sala de Aula

Trabalho de Interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em sala de aula. Essa atividade aconteceu a partir da frequência em que as aulas eram ministradas. Os seis profissionais se envolveram na execução desta atividade. Em 2015, no primeiro e segundo semestres letivos, o NEI acompanhou dois alunos surdos que contou com o auxílio dos interpretes de libras.

b) Interpretação de reuniões do *Núcleo de Estudos Potentia Educatia Libertas* (NEPEL)

Interpretação para a Libras dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em reuniões de núcleo de estudos. Nesse semestre, a UFOP contava com 01

aluna surda, matriculada no curso de Mestrado em Educação, que solicitou o trabalho de interpretação de reuniões do Grupo de Estudos do *Núcleo de Estudos Potentia Educatia Libertas* (NEPEL).

c) Interpretação de monitorias

Interpretação para a LIBRAS dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em monitorias oferecidas pelos cursos de graduação. Nesse semestre, a UFOP contava com 01 aluno surdo, matriculado no curso de graduação em Física, que participou de uma monitoria de Matemática Básica.

d) Interpretação de orientações de Mestrado

Interpretação para a LIBRAS dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em reuniões de orientação de mestrado. Nesse semestre, a UFOP contava com 01 aluna surda, matriculada no curso de Mestrado em Educação, que solicitou o trabalho de interpretação de orientações de Mestrado.

e) Trabalho de Língua Portuguesa como Segunda Língua

O aluno surdo elabora sua produção acadêmica em uma interlíngua (entre a língua portuguesa padrão e a língua de sinais) e os Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (TILS), em conjunto com o aluno surdo, fazem adaptações gramaticais no texto escrito, para que o texto fique nas regras gramaticais da Língua Portuguesa, de forma que os professores compreendam o que o aluno tentou exprimir com seu texto.

f) Colaboração com a exposição do curso de Museologia

Docente e alunos do curso de Museologia da UFOP solicitaram parceria com o NEI para que as questões de acessibilidade para a exposição "ENTRE ELXS" fossem pensadas em conjunto. Como resultado, foram produzidos materiais em Braille e áudio e também foram dadas orientações de organização do espaço, todas as ações visando a acessibilidade à exposição.

6.5.10 Ações pedagógicas

a) Acompanhamento pedagógico de estudantes

Os estudantes com deficiência atendidos pelo NEI contam com acompanhamento pedagógico no decorrer de suas atividades acadêmicas. Esse acompanhamento consiste em reuniões constantes para a construção de estratégias de aprendizagem, orientação de estudo, proposição de atividades que facilitem a aprendizagem e o acesso do estudante aos espaços acadêmicos.

b) Reuniões com docentes

Como dito anteriormente, no momento que o estudante entra na Universidade seus professores são chamados uma reunião com apresentação das demandas do estudante e primeiras orientações. Essas reuniões também ocorrem de acordo com a necessidade ao longo do processo de inclusão. É muito comum que ocorra com o presidente do colegiado, mas também acontecem reuniões com os professores responsáveis por disciplinas que o aluno cursa em cada semestre.

c) Reunião ampliada com docentes e estudantes

Com a entrada de estudantes com deficiência no curso de graduação, os docentes e estudantes participam de um momento de formação com a equipe do NEI. Este

momento tem por objetivo auxiliar na compreensão da demanda do acadêmico com deficiência e na proposição de estratégias de aprendizagem capazes de promover, de fato, a compreensão dos conteúdos curriculares. Assim, neste ano de 2015, foram realizadas reuniões com estudantes e professores de diversos cursos, dentre eles: música, ciência da computação, história, ciências biológicas e farmácia.

d) Acompanhamento das atividades de monitorias

Atualmente o NEI conta com a presença de 10 monitores que são acompanhados diariamente nas suas tarefas, uma vez que realizam atividades que promovem a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência. Há estudantes que necessitam de acompanhamento constante, sendo que outros precisam de produção e adaptação de materiais.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

A gestão financeira da Universidade Federal de Ouro Preto foi executada dentro das normas vigentes e em conformidade com o MCASP e macrofunções SIAFI. Em relação aos ingressos financeiros, registra-se um valor total de R$ 446.453.736,02 no exercício 2017, 9,2% a maior em relação a 2016, conforme Balanço Financeiro apresentado no item 6.6 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/1964. Esse montante de ingressos está distribuído em Receitas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas, Recebimentos Extraorçamentários e Saldos do Exercício Anterior, sendo: R$ 3.458.775,09 referente a Receitas Orçamentárias (receita própria), correspondendo a 0,77% do total de ingressos; R$ 424.999.5464,06 referente a Transferências Financeiras recebidas (Despesas de pessoal e OCC referente a LOA 2016) correspondendo a 95,2% dos ingressos; R$ 13.849.557,89 referente a Recebimentos Extraorçamentário (restos a pagar processados e não processados, depósitos restituíveis e valores vinculados); R$ 4.145.839,29 referente a Saldo de Exercício Anterior (saldos financeiros da conta "limite de saque com vinculação de pagamento" de diversas fontes recursos de origens distintas cujo pagamento não foi realizado no exercício de origem), correspondendo a 0,93%.

Em relação aos dispêndios financeiros, registra-se um valor total de R$ 446.453.736,33 no exercício 2017. Esse montante refere-se ao conjunto de pagamentos realizados no Exercício, detalhados conforme segue: R$ 423.297.091,16 em Despesas Orçamentárias (folha de Pessoal e despesas de custeio e capital) correspondendo a 94,8% do total; R$ 742,48 referente a Transferências Financeiras Concedidas correspondendo a 0,05% do total de dispêndios; R$ 17.362.196,03 referente a pagamento de Despesas Extraorçamentárias (restos a pagar processados e não processados) correspondendo a 3,9%. Registra-se R$ 5.793.706,66 em saldos de diversas fontes registrados na conta “limite de saque transferido para o exercício seguinte”. Essa transferência justifica-se em razão do não pagamento de despesas que não tinham sido liquidadas em tempo hábil no exercício cujo financeiro já havia sido repassado.

Conforme já explicitado itens anteriores, quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico-financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que representa o objetivo da gestão em cada exercício financeiro. As despesas empenhadas cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, qual seja a liquidação e o do pagamento recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente. A liquidação da despesa é realizada como previsto na legislação, não obstante, há casos em que o financiador não realiza o repasse financeiro se não houver a liquidação da parcela correspondente no SIAFI. Registra-se que a gestão financeira da UFOP formaliza tempestivamente a solicitação de repasse das despesas liquidadas e nem sempre ocorre o atendimento correspondente. Até 2014, vários remanejamentos de fonte de recursos eram realizados para pagamento de despesas liquidadas provenientes de empenhos emitidos com recursos descentralizados e cujo financeiro correspondente

não havia sido repassado em tempo hábil pelo órgão descentralizador. A partir de 2015 adotou-se o entendimento de não mais realizar tais remanejamentos. Registra-se que os repasses são solicitados imediatamente após a apropriação das despesas no SIAFI. Em 2017 foi possível regularizar repasses pendentes junto a SPO/MEC e CAPES e restabelecer a recomposição da fonte 0112 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e concluir os "relatórios de cumprimento de objeto" no SIMEC dos Termos de Execução Descentralizadas que estavam pendentes. Contudo, a UFOP não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por Termo de Execução Descentralizada e respectiva fonte de recurso, cabendo a cada financiador a remessa tempestiva dos recursos.

Registra-se, contudo, que a execução financeira também foi prejudicada devido à dificuldade de o governo repassar os recursos financeiros tempestivamente, causando transtornos para o setor financeiro. Houve necessidade de readequar toda a programação financeira e estabelecer novos prazos de faturamento junto aos fornecedores de bens e serviços. Registra-se melhora no percentual de repasses financeiros para a cobertura de despesas liquidadas. Entretanto a sistemática adotada atualmente, com apenas um repasse no mês, revelou-se inadequada tendo em vista o descompasso entre o cronograma de execução dos compromissos e respectiva medição/faturamento. A SPO/MEC realiza a apuração das despesas liquidada até o último dia útil do mês, de modo que toda despesa apropriada após a apuração fica para o próximo repasse, fato que tem gerado muita reclamação dos fornecedores em razão da demora de quase 30 dias para o pagamento. Registra-se ainda dificuldades no recebimento de repasses referente a créditos de Emendas Parlamentares Individuais. Mesmo frente à instabilidade nos repasses mensais para a quitação dos compromissos com os fornecedores, a Instituição conseguiu manter todos os serviços essenciais ao funcionamento sem prejuízo da comunidade acadêmica. A retenção e o recolhimento de tributos foram feitos em suas respectivas datas de acordo com a legislação.

7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

A Universidade Federal de Ouro Preto, como instituição pública, tem o compromisso de buscar caminhos para contribuir com a transformação social e para o enfrentamento dos problemas que levam à exclusão de grandes parcelas da população brasileira. Cada vez mais, em um mundo onde o conhecimento se sobrepõe aos recursos naturais como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização e, em particular, da educação superior. Ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país é o principal objetivo do Ministério da Educação. Proporcionar este nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de emprego e renda. Nos últimos anos a UFOP passou por um processo de expansão, criando novos cursos de graduação e pós-graduação e, consequentemente, elevando a oferta de vagas. Neste contexto, a demanda por recursos para o financiamento das Ações institucionais destinadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão aumentou significativamente a pressão sobre o orçamento.

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recurso para o ensino, à pesquisa e à extensão

O atual modelo de financiamento do Governo Federal tem obtido avanços significativos. No entanto ainda há dificuldades em atender as demandas da comunidade universitária, principalmente após expansão do REUNI. A maior parte dos recursos destinados às IFES, assim como na grande maioria dos países, ainda é governamental. As universidades públicas e os institutos de pesquisa são os maiores destinatários desses recursos tendo em vista que é no seu interior que se desenvolve a quase totalidade das atividades científicas e dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Principais fontes:

- Recursos provenientes do Tesouro Nacional - via Lei Orçamentária Anual - LOA;
- Agências de fomento nacionais e estaduais - via Editais e Programas específicos;
- Fundos Setoriais de Pesquisa - Concedidos por meio de Editais públicos;
- Empresas públicas ou privadas – por meio de parcerias e termos de cooperação para desenvolvimentos de fins específicos; e
- Receitas provenientes de arrecadação própria.

O MEC é o principal mantenedor das IFES. De acordo com a Carta de Serviços ao Cidadão do MEC, sobre os sistemas de ensino do Brasil - Obrigações da União, o documento evoca a Lei de Diretrizes e Bases- LDB (lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996) o qual estabelece que:

- Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I. Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
II. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
III. Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
IV. Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
V. Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
VI. Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
VII. Baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
VIII. Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
IX. Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A carta expõe ainda:

"Cabe à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. A implementação dessas ações no âmbito do Ministério da Educação importa no apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento da educação em todo o País sem, contudo, ferir a autonomia dos Entes Federados e de seus respectivos sistemas de ensino, assim como a responsabilidade pela eventual ocorrência de irregularidades".

Principal Fonte de Recursos da UFOP

i. Lei de Orçamento Anual – LOA - características:

Principal fonte de financiamento – recursos transferidos pelo MEC para as IFES via disponibilização de limites orçamentários no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;

Destinam-se, em sua grande maioria, ao pagamento de pessoal e benefícios, ficando a parcela restante para Custeio das Despesas Correntes e Despesas de Capital;

A Matriz Outros Custeios e Capital - OCC concentra os créditos orçamentários de Custeio e Capital destinados à cobertura das despesas necessárias à manutenção e funcionamento da Instituição.

A partir do REUNI (2008-2012), houve um aumento no aporte de OCC para fins de cumprimento das metas estabelecidas no projeto de expansão. No entanto esse aumento percentual no orçamento, quando comparado aos indicadores físicos alcançados pela expansão, mostra-se insuficiente, dificultando, quando não, inviabilizando, a devida manutenção da UFOP, bem como a aquisição de novos equipamentos, atualização do parque tecnológico e demais investimentos estruturais necessários à modernização administrativa da Instituição. Com recursos escassos de OCC, sobra pouco para o fomento às atividades de pesquisa e pós-graduação, que são atendidas, em grande maioria, com investimentos provenientes das agências de fomento nacionais e estaduais. Conforme já explicitado nos itens 3.3.2, 3.3.7 e 3.3.8, registra-se que os impactos decorrentes do processo de expansão e contínuo desenvolvimento da Instituição repercutiram fortemente nas despesas de custeio nos últimos anos, de modo que os créditos consignados na matriz OCC são insuficientes para garantir todas as demandas em sua plenitude, de modo que a Instituição possa cumprir sua missão com a qualidade que a sociedade espera. A insuficiência leva a gestão a um esforço constante de articulação junto ao mantenedor para a complementação de recursos. Registra-se a necessidade de revisão dos indicadores utilizados pela ANDIFES para a composição da Matriz Orçamentária da UFOP (Matriz Outros Custeio e Capital – OCC), sobretudo no que diz respeito à Unidade Básica de Custeio – UBC, elemento que compõe esta matriz.

Além de sua Matriz OCC (matriz Andifes) orçamento da UFOP vale-se de outras fontes de financiamento a exemplo dos programas governamentais do próprio Ministério da Educação dentre outras formas/fontes de composições:

- Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni);
- Programa de Educação Tutorial (PET);
- Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT);
- Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir);
- Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES);
- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Credenciamento de Fundações de Apoio;

- Programa Mais Cultura nas Universidades - Descentralização Ministério da Cultura;
- Residências em saúde - Descentralização MEC/SESu
- Captação por Agências de Fomento.

Os maiores financiadores nacionais da pesquisa e pós-graduação nas Universidades Federais são:

- O Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do CNPq e da FINEP;
- Ministério da Educação, por meio da CAPES.
- Governo Estadual, por meio das – Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs (no caso da UFOP, FAPEMIG);

Iniciativas de outros Ministérios:

A atuação dessas agências de fomento se dá, em linhas gerais, sob duas formas principais:

- Investimento na formação de recursos humanos qualificados, através da concessão de bolsas de estudo;
- Fomento direcionado ao funcionamento dos cursos de pós-graduação, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa ou ao apoio institucional por meio de editais para infraestrutura.

A demonstração dos recursos captados por Termo de Execução Descentralizada - TED será detalhada no item 6.2.2.

ii. Captação de receitas próprias

No tocante às receitas próprias, conforme já explicitado no item 3.3.7, que são recursos diretamente arrecadados, compreende as receitas das entidades da administração indireta que, após transitar pelo Tesouro Nacional, retornam à Unidade Orçamentária de origem para serem aplicadas em sua programação de despesa. Têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos (Portaria SOF nº 10, 22.08.2002). Existem várias possibilidades de geração de receitas no âmbito das atividades exercidas pela UFOP, respeitado as disposições legais, estatutárias e regimentais. O Ementário de Classificação das Receitas da União é publicado anualmente por meio de portaria conjunta da Secretaria do Orçamento Federal - SOF e Secretaria do Tesouro Nacional - STN. A seguir apresentamos um quadro demonstrativo das principais receitas com potencial de geração de arrecadação própria na UFOP:

Quadro 57 - Demonstrativo das principais receitas

Natureza da Receita	Descrição
Aluguéis	Receitas provenientes da locação de imóvel, na forma de aluguel. A locação se fará quando houver conveniência em tornar o imóvel produtivo conservando, porém, a União, sua plena propriedade.
Taxa de uso de Imóveis	Receita proveniente da taxa de ocupação de ocupação de imóveis da União
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	Receita proveniente das atividades de comercialização dos produtos da indústria Editorial e Gráfica

Serviços Radiológicos e laboratoriais	Receita decorrente da prestação de serviços radiológicos e laboratoriais
Serviços Administrativos	Receita das atividades de apoio administrativo executadas em organizações de qualquer natureza, como: taxas de expedição de certificados; taxas de registro, renovação, vistoria, licença, cadastramento; datilografia, microfilmagem, cópias xerográficas, heliográficas e fotostáticas.
Serviços Educacionais	Receita proporcionada pelas atividades do sistema educacional, cuja natureza esteja diretamente relacionada à formação do educando (matrículas, anuidades, etc.
Serviços Recreativos e Culturais	Receita proporcionada pela exploração de instalações para recreação, prática desportiva e cultural (cinemas, teatros, salões para recitais, concertos, conferências, planetários, estádios desportivos, autódromos, museus, bibliotecas, promoção ou produção de espetáculos artísticos, culturais e esportivos).
Serviços de Hospedagem e Alimentação	Receita proporcionada por hospedagem, com ou sem alimentação, fornecimento de refeições, lanches ou bebidas para consumo imediato.
Serviços de Estudos e Pesquisas	Receita proporcionada por pesquisas e estudos técnicos, sociais, econômicos, científicos, culturais, etc., realizados sob contrato.
Taxa de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	Receita das atividades de apoio administrativo relacionadas com inscrição em concursos
Serviços de Transferência de Tecnologia	Receita correspondente aos valores monetários de retribuição dos serviços previstos no Código da Propriedade Industrial, petições gerais, pedidos e petições relativos a privilégios, pedidos e petições relativos a marcas e patentes, pedidos e petições relativos a contratos de transferência de tecnologia e correlatos.
Tarifas de Inscrição em concursos e Processos Seletivos	Receitas de caráter administrativo, decorrentes de tarifas de inscrição em concursos, processos seletivos, inclusive dos vestibulares realizados pelas Universidades, e outros meios de prover seleção de pessoas ou coisas. Trata- se do ingresso de recursos provenientes de uma sequência de ações visando selecionar ou qualificar alguém ou algo para um determinado objetivo.
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com a União ou com suas Entidades, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas Entidades Públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.
Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Municípios ou com suas Entidades Públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.
Transferências de Convênios a Instituições Privadas	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com Instituições Privadas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.

Fonte: DOF

7.3 Visão Geral das Receitas diretamente arrecadadas pela UFOP

A seguir o Quadro 58 demonstrativo do rol de receitas da Instituição e valores arrecadados em 2017:

Quadro 58 – Demonstrativo de Receitas

Código Recolhimento	Descrição do Recolhimento	Total arrecadado	%
28837	Serviços de hospedagem e alimentação	2.140.762,79	60,3%
28830	Serviços administrativos	470.165,45	13,2%
28804	Taxa de uso de imóveis	343.843,83	9,7%
28838	Serviços de estudos e pesquisas	284.658,05	8,0%
28835	Serviços recreativos e culturais	267.747,50	7,5%
28832	Serviços educacionais	25.253,06	0,7%
28815	Receita da indústria editorial e gráfica	14.966,00	0,4%
28929	Taxa confecção diplomas	1.954,00	0,1%
28883	Taxa de inscrição em concurso publico	1.750,00	0,0%
28900	Taxa de inscrição em vestibular	100,00	0,0%
28849	Indenizam danos causados patrimônio publico	50,52	0,0%
28852	Outras restituições	31,12	0,0%
13804	Agu-recuperação de recursos-ACP/AIA	12,00	0,0%
TOTAL		3.551.294,32	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que, do total de recursos arrecadados, 60,3% são provenientes de serviços de fornecimento de refeições nos RUs da UFOP; 10,6% referente a serviços administrativos; 9,7% referente a taxa de uso de imóveis; 8% provenientes de serviços de estudos e pesquisas em conformidade com a Resolução CEPE 7.000; 7,5% referente a serviços recreativos e culturais. Os demais serviços geraram arrecadação inexpressiva. Conforme observado, a arrecadação é proveniente de serviços prestados pela Instituição e pela exploração econômica do patrimônio da entidade por meio da colocação de serviços necessários à disposição da comunidade universitária. Entretanto essa arrecadação revela-se ainda insuficiente para garantir a sustentabilidade da Instituição e até mesmo das atividades que a originaram uma vez que UFOP é uma Instituição sem fins lucrativos. Por fim, destaca-se que a Instituição vem buscando ampliar a captação de recursos externos, seja por meio das agências de fomento como CAPES, FINEP para investimentos estruturais, pelo CNPQ e FAPEMIG para o financiamento de projetos de pesquisa, seja na ampliação dos serviços prestados pela Instituição. Entretanto esta depende da oferta de editais desses órgãos. Destaca-se que as receitas de transferência de tecnologia e prestação de serviços de estudos e pesquisas, ainda que pequenas, representam um caminho para a complementação de recursos, inclusive via recebimento de royalties de patentes transferidas. Iniciativas estratégicas como a reformulação por meio da edição e publicação de Resolução que regulamenta a Prestação de serviços via Fundação de Apoio e dispõe sobre os percentuais de ressarcimento e retribuição pelo uso do patrimônio da UFOP foram realizadas ao longo de 2016, culminando na Resolução CEPE 7.000 já estão vigentes. Essa resolução é fruto do trabalho desenvolvido por uma ampla comissão com representação de diversos segmentos da Universidade, inclusive com a participação de membros da Procuradoria Jurídica e da Auditoria Interna. Destaca-se ainda o processo de estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo da UFOP - NITE no período 2013-2016 e bem como

a publicação da Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016 que irão alavancar o potencial de arrecadação para os próximos anos. Também estão em desenvolvimento novas políticas de uso e ocupação dos imóveis funcionais para potencializar as receitas patrimoniais.

7.3.1 Demonstração dos recursos captados e dos resultados

Quadro 59 - Recursos orçamentários e financeiros recebidos por descentralizações

UNIDADE GESTORA CONCEDENTE	OBJETO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR TOTAL DO TED	VALOR ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO EM 2017	VALOR ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO ATÉ 2016	VALOR FINANCEIRO RECEBIDO EM 2017	VALOR FINANCEIRO RECEBIDO ATÉ 2016
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Projeto UNIFICADO de Apoio ao Func. dos Cursos de Grad. UFOP/UAB/2015 PROC. 23038.005029/2016-21 - TED 2825/2015	339014	3.787.593,60	0,00	3.787.593,60	366.212,84	3.415.517,89
		339030					
		339033					
		339037					
		339039					
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	PROEXT 2016 - TED 3943/2016	339014	161.018,00	0,00	161.018,00	24.425,00	8.458,58
		339018					
		339030					
		339033					
		339036					
		339039					
		339147					
		449052	9.813,00	0,00	9.813,00	0,00	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Execução do PRODEPS - Internato Curricular Medicina - UFOP 2016 - TED 4590/2016	339048	528.000,00	0,00	528.000,00	69.232,09	458.767,91
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Programa de Apoio à Pós-graduação - PROAP/2016 - PROC. 23038.017954/2016-03 - TED 4666/2016	339014	512.698,53	0,00	512.698,53	266.936,52	200.117,81
		339018					
		339030					
		339033					
		339036					
		339039					

SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Reparação de danos provocados pela chuva ocorrida em 09/09/2016 - TED 4857/2016	339039	320.430,36	0,00	313.968,18	313.967,49	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Recuperação da rede pluvial e rede de esgoto - chuvas 09//09/2016 - TED 4859/2016	339039	331.526,40	0,00	303.607,64	303.607,64	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Reparação da Rede Elétrica - danos causados pela chuva de 09/09/2016 - TED 4867/2016	339030	62.144,92	0,00	55.420,00	55.420,00	0,00
SPO / SEB - Secretaria de Educação Básica	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa 2016 - TED 5002/2016	339039	268.100,00	0,00	268.100,00	268.000,00	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Complementação de recursos para pagamento de energia elétrica - TED 5051/2016	339039	124.500,00	0,00	124.500,00	124.500,00	0,00
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Projeto UNIFICADO de Apoio ao Func. dos Cursos de Grad. UFOP/UAB - TED 5058/2017	339014 339030 339033 339036 339037 339039	4.413.214,40	2.372.971,80	0,00	1.703.733,83	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Programa de Residência Médica da Escola de Medicina da UFOP - TED 5295/2017	339048 339147	1.011.118,55	937.849,09	0,00	937.849,09	0,00
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento	Programa de Apoio à Pós-graduação - PROAP/2017 - TED	339014 339018 339030	696.222,34	692.960,34	0,00	252.969,18	0,00

de Pessoal de Nível Superior	5469/2017	339033 339036 339039					
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Execução do PRODEPS - Internato Curricular Medicina - UFOP 2017 - TED 5592/2017	339048	528.000,00	528.000,00	0,00	341.601,26	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Complementação de recursos para pagamento de energia elétrica - TED 5922/2017	339039	200.437,52	200.437,52	0,00	200.437,52	0,00
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Ofertas de vagas no Curso de Mestrado Profissional no âmbito do Sistema UAB - TED 6164/2017	339014 339030 339033	19.005,00	3.262,00	0,00	0,00	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Apoio para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação - TED 6173/2017	449052	348.800,00	348.800,00	0,00	348.800,00	0,00
		449039	49.500,00	49.500,00	0,00	49.500,00	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Apoio para pagamento de energia elétrica - TED 6329/2017	339039	754.799,66	754.799,66	0,00	725.207,53	0,00
SPO / SEB - Secretaria de Educação Básica	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa 2017 - TED 6561/2017	339039	287.250,00	287.250,00	0,00	130.000,00	0,00
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	FAEC para atender HU e Exame Citopatológico do Colo de Útero - LAPAC	339039 339092	77.675,95	77.675,95	0,00	40.914,56	0,00

Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	MAC/FAEC para atender HU e Exame Citopatológico do Colo de Útero - LAPAC	339039	353.819,27	353.267,74	0,00	376.918,45	0,00
MINC / Secretaria de Audiovisual	Projeto "Realização de Ações que integram a programação da 12ª Mostra de Cinema de Ouro Preto" - Proc.01400.012556/2017-55	339039	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Gratificação Encargo Curso e Concurso: Servidora Siomara A. Silva Siape 1279865 Proc. 515450/2017-51	339036	1.854,95	1.854,95	0,00	1.854,95	0,00
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Gratificação Encargo Curso e Concurso: Servidora Katia Monteiro Novack - Proc. 54899/15-67	339036	1.922,96	1.922,96	0,00	1.922,96	0,00
TOTAL			14.949.445,41	6.710.552,01	6.064.718,95	7.004.010,91	4.082.862,19

Fonte: DOF

No quadro acima demonstramos os créditos recebidos por "Descentralização". Estes créditos referem-se aos Termos de Execução Descentralizada firmados entre a UFOP e Ministérios concedentes e tratam de projetos específicos que não constavam na Lei Orçamentária Anual da Instituição. O gerenciamento desses recursos está vinculado aos projetos que lhes deram origem, e são executados em consonância com os planos de trabalho. Os créditos recebidos em 2017 somam R$ 6.710.552,01 sendo que 94,1% referem-se ao grupo Outras Despesas Correntes (R$ 6.312.222,01) e 5,9 % são créditos recebidos para Investimentos (R$ 398.300,00). Dos R$ 6.312.222,01 de créditos recebidos para despesas correntes, informamos o seguinte:

i. R$ 2.372.297,80 são provenientes da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, referente ao Projeto UNIFICADO de Apoio ao Funcionamento dos Cursos de Graduação UFOP/UAB - TED 5058/2017;
ii. R$ 937.849,09 são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente ao Programa de Residência Médica da Escola de Medicina da UFOP - TED 5295/2017;
iii. R$ 692.960,34 são provenientes da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, referente ao Programa de Apoio à Pós-graduação - PROAP/2017 - TED 5469/2017;
iv. R$ 528.000,00 são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente à execução do PRODEPS - Internato Curricular Medicina - UFOP 2017 - TED 5592/2017;
v. R$ 955.237,18 são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente à complementação de recursos para pagamento de energia elétrica – TEDs 5922/2017 e 6329/2017;
vi. R$ 3.262,00 são provenientes da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, referente à Oferta de vagas no Mestrado Profissional no âmbito da UAB - TED 6164/2017;
vii. R$ 287.250,00 são provenientes da SPO / SEB - Secretaria de Educação Básica, referente ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa 2017 - TED 6561/2017;
viii. R$ 430.943,69 são provenientes da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, referente MAC/FAEC para atender HU e Exame Citopatológico do Colo de Útero - LAPAC;
ix. R$ 100.000,00 são provenientes do MINC / Secretaria de Audiovisual, referente ao Projeto "Realização de Ações que integram a programação da 12ª Mostra de Cinema de Ouro Preto" - Proc. 01400.012556/2017-55.
x. R$ 3.777,91 são provenientes de Universidades Federais para pagamento de Gratificação Encargo Curso e Concurso para servidores membros de banca examinadora.

Dos créditos recebidos para despesas de capital, os R$398.300,00 são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, para apoio na aquisição de equipamentos de TI. – TED 6173/2017.

O aporte destes recursos foi extremamente importante para a complementação de verbas necessárias ao funcionamento da Instituição, bem como para o desenvolvimento de diversos projetos de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação da Instituição.

7.4 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Este item tem por objetivo demonstrar as informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas pela UFOP para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também

para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10.
Neste sentido, tem-se:

I. Bens Móveis

a) Depreciação

A UFOP iniciou o processo de Depreciação em 2013, onde os ajustes de valores foram efetuados para os bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, conf. Processo 9229/2013.

O cálculo da depreciação é realizado por meio do Sistema de Patrimônio desenvolvido por esta UPC. Os Bens móveis estão registrados pelo valor histórico (custo de aquisição). O método utilizado para o cálculo da depreciação mensal é o das Quotas Constantes (linear). Para estimar a vida útil econômica do ativo, bem como as taxas utilizadas para os cálculos da depreciação mensal, foram utilizados como parâmetro os critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, através da Instrução Normativa 162 de 1998, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 130, de 10 de novembro de 1999.

A UFOP iniciou o processo de Depreciação em 2013, onde os ajustes de valores foram efetuados para os bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, conf. Processo 9229/2013.

O cálculo da depreciação é realizado através do Sistema de Patrimônio desenvolvido por esta UPC. Os Bens móveis estão registrados pelo valor histórico (custo de aquisição). O método utilizado para o cálculo da depreciação mensal é o das Quotas Constantes (linear). Para estimar a vida útil econômica do ativo, bem como as taxas utilizadas para os cálculos da depreciação mensal, foram utilizados como parâmetro os critérios estabelecidos pela Macrofunção SIAFI 020330 (Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações) da Secretaria do Tesouro Nacional vinculada ao Ministério da Fazenda.

Assim, adota-se:

- **Critérios de mensuração e reconhecimento**: valor histórico (custo de aquisição);
- **Método de depreciação**: o método das quotas constantes (Linear);
- **Taxas utilizadas para os cálculos de depreciação:** conforme Tabela acima;

Figura 16 - Vida útil e valor residual

Conta	Título	Vida útil (meses)	Valor residual
12.311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	180	10%
12.311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	120	20%
12.311.01.03	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	180	20%
12.311.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	120	10%
12.311.01.05	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	120	10%
12.311.01.06	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	240	10%
12.311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	120	10%
12.311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	180	10%
12.311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	120	10%
12.311.01.10	Equipamento de montaria	60	10%
12.311.01.11	Equipamentos e material sigiloso e reservado	120	10%
12.311.01.12	Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	60	10%
12.311.01.13	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	180	10%
12.311.01.14	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	360	10%
12.311.01.15	Equipamentos, peças e acessórios de proteção ao voo	360	10%
12.311.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	180	10%
12.311.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	240	10%
12.311.01.19	Equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental	120	10%
12.311.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios agrícolas/agropecuários e rodoviários	120	10%
12.311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	120	10%
12.311.01.23	Máquinas e equipamentos – construção civil	240	10%
12.311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	120	10%
12.311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	120	10%
12.311.01.99	Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	120	10%
12.311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	60	10%
12.311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	120	10%

Conta	Título	Vida útil (meses)	Valor residual
12.311.03.02	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	120	10%
12.311.03.03	Mobiliário em geral	120	10%
12.311.03.04	Utensílios em geral	120	10%
12.311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	120	0%
12.311.04.03	Discotecas e filmotecas	60	10%
12.311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	240	10%
12.311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	120	10%
12.311.04.06	Obras de arte e peças para exposição (3)	-	-
12.311.04.07	Máquinas e equipamentos para fins didáticos	120	10%
12.311.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	120	10%
12.311.05.01	Veículos em geral	180	10%
12.311.05.02	Veículos ferroviários	360	10%
12.311.05.03	Veículos de tração mecânica	180	10%
12.311.05.04	Carros de combate	360	10%
12.311.05.05	Aeronaves (1)	240	10%
12.311.05.06	Embarcações (2)	360	10%-
12.311.09.00	Armamentos	240	15%
12.311.10.00	Semoventes e equipamentos de montaria	120	10%
12.311.99.04	Armazéns estruturais – coberturas de lona	120	10%
12.311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	120	10%

Fonte: dados retirados da Macrofunção 02.03.30 SIAFI

Destaca-se que não foi encaminhado ao setor Contábil desta UPC o "Inventário Anual dos Bens Móveis" e o "Relatório de Movimentação Mensal dos Bens Móveis – RMB" durante o exercício de 2017, dessa forma não houve possibilidade de conciliação das contas contábeis entre o Sistema de Controle Patrimonial e o SIAFI. A ausência dos relatórios citados acima gera distorções nas Demonstrações Contábeis, nesse sentido procedemos ao registro da restrição 302 "falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB" durante a Conformidade Contábil no ano de 2017.

Quanto à Reavaliação não há registro até o momento por esta UPC. Foi constituída uma comissão para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais por meio da Portaria Reitoria Nº. 596, de 03 de agosto de 2017. O resultado dos trabalhos diagnosticou que a Reavaliação será um processo de longo prazo já que o Órgão possui uma grande quantidade de bens. Já está em fase de estudos e análise através de uma Comissão interna da Coordenadoria de Assuntos Patrimoniais para dar início ao procedimento de reavaliação na UPC.

b) Estoques (Material de Consumo)

Por adequação à NBC TG 16 (R1) – Estoques e ao MCASP, o sistema contábil deve tomar providencias quanto ao registro de provisão para estimativas de perdas em estoque e ajustes a valor de mercado, que deverão ser lançados em contas redutoras do ativo respectivamente 1.1.5.91.01.00 e 1.1.5.91.02.00 atualizando o saldo dos estoques observado à estimativa de perda, como também o valor realizável líquido quando se apresentar em patamares inferiores ao custo de aquisição.
Em relação à avaliação pelo Custo Médio Ponderado, o Sistema de Controle do Almoxarifado da UFOP utiliza a média ponderada para avaliação. Entretanto observa-se problemas em algumas funcionalidades de forma que não é possível atestar a fidedignidade da informação. Assim já foram realizadas recomendações à atualização conforme normas contábeis vigentes, como por exemplo funcionalidade para tratamento de ajuste para redução ao valor recuperável e ajuste para perdas em Estoques.

Os relatórios com a informação necessária para devido registro contábil da movimentação de almoxarifado, bem como o cálculo de estimativa de perdas e eventuais ajustes a valor realizável líquido devem ser recebidos pela Setorial Contábil do Órgão em tempo oportuno, considerando assim:

i. Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) – de remessa mensal, até o segundo dia útil do mês subsequente, a documentação suporte referente a esta movimentação deve ser entregue em anexo, podendo ser adiantada conforme decisão administrativa.
ii. Relatório de memória de cálculo para estimativa de perda de material de consumo – de remessa anual, até segundo dia útil de fevereiro. Nele, deve constar metodologia de cálculo para obtenção de taxa de estimativa de perda anual de material de consumo, baseada nos últimos quatro anos ou na experiência da coordenação de almoxarifado caso a informação seja indisponível, desde que razoável.

Dentre os relatórios acima, o atual sistema de Controle do Almoxarifado possui apenas o RMA relatório de Movimentação do Almoxarifado – RMA, no qual não está adequado de acordo com as orientações da macrofunção correspondente no SIAFI.

Em análise realizada pelo setor contábil desta UPC foram consultadas todas as incorporações de material de consumo do período de JAN/2017 a DEZ/2017 para conciliação dos Relatórios RMA x CONRAZAO SIAFI. Dentro desse período foi constatado distorções de valores. Foi realizada análise para fim de compatibilizar o valor da conta patrimonial registrado nos sistemas patrimonial e contábil da Instituição, lembrando que as divergências em tela motivaram o registro de ocorrência (restrição) na Conformidade Contábil dessa Unidade, código 603 (saldo contábil do

almoxarifado não confere c/RMA). Inclusive foi realizado a Prestação de Contas relativo à tomada de Contas do Almoxarifado constante no Processo nº 23.109.004226/2017-23.

O Sistema Interno de Controle de Estoque do Almoxarifado não apresenta informações consolidadas e uniformizadas que permitem a integridade, agilidade e transparência no uso das informações patrimoniais para o controle de estoque. Não possui Integração com o SIAFI, impossibilitando o registro e controle contábil automático dos eventos administrativos. Nesse sentido para adequação conforme a NBC TG 16 (R1) descrito acima está sendo estudado a viabilização de implantação do sistema SIADS nesta UPC.

Nesse sentido para adequação conforme a NBC TG 16 (R1) descrito acima está sendo estudado a viabilização de implantação do sistema SIADS nesta UPC.Além dos relatórios acima descritos o Almoxarifado deve realizar Inventário para levantamento/identificação de todos os itens que compõem os estoques do órgão/unidade. Após realização do Inventário, deve ser implantada a avaliação do Estoque pelo Custo Médio Ponderado (nas saídas), que é o método adotado na administração pública, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964 (MCASP, 7º Edição, item 3.2.3).

Cabe ressaltar que não foi realizado e enviado para o setor contábil o Inventário Anual do Almoxarifado (levantamento/identificação de todos os itens que compõem os estoques) referente ao exercício de 2017, impossibilitando a conciliação e atualização das informações contábeis referentes à conta de Estoque.

c) Ativos Intangíveis

Quanto à Amortização não há registro até o momento por esta UPC. A principal razão da ausência do registro das informações referentes à Amortização deve-se ao Sistema de Controle Patrimonial que não possui funcionalidade da inclusão dos ativos intangíveis e do cálculo da Amortização Mensal que permita o registro das informações contábeis de acordo com as NBC TSP.

A ausência da contabilização da amortização gera distorções nas Demonstrações Contábeis. Nesse sentido procedemos ao registro da restrição 643 “Falta/Evol. Incompatível Amortiz. At. Intangível” durante a Conformidade Contábil no ano de 2017. Dessa forma, de modo a cumprir com a legislação contábil aplicada ao setor público, passamos a comunicar a Administração em relação às referidas restrições, afim de que medidas corretivas fossem adotadas ainda no exercício de 2017.

A conciliação dos saldos dos ativos intangíveis ainda não é possível ser realizada na Instituição, devido à falta de funcionalidade do Sistema de Controle Patrimonial, haja vista que este precisa de atualização de seus parâmetros e funções. O sistema não apresenta as funcionalidades de cadastro de Bens Intangíveis e o cálculo da amortização dos mesmos. Entretanto, já houve avanço no entendimento das limitações do Sistema de Patrimônio e em 2018 será estudada a oportunidade de contratação do sistema SIADS.

II. Bens Imóveis

a) Depreciação

A depreciação dos Bens Imóveis é efetuada diretamente através da Secretaria do Tesouro Nacional – STN pelo sistema SPIUNET. Encontra-se em fase de desenvolvimento o trabalho de levantamento (Inventário) da atualização dos Bens Imóveis da UFOP através da Comissão Especial composta por servidores do quadro pela Portaria Reitoria nº. 627, de 23 de agosto de 2017 para adequação das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor público. Não foi encaminhado ao setor contábil o “Inventário Anual dos bens Imóveis de 2017”, impossibilitando a conciliação das contas contábeis para atualização dos valores no SIAFI.

Em relação à publicação da Portaria da STN Nº 548, de 24 de setembro de 2015, que trata da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos, esta UPC está em fase de adequação até o momento. Através da Portaria Reitoria Nº. 596, de 03 de agosto de 2017 foi diagnosticado a fragilidade da adoção dos procedimentos contábeis, principalmente em relação ao Sistema de Controle Patrimonial, no qual não está atualizado de acordo com as normas vigentes da Contabilidade Pública. Nesse sentido está em fase inicial de viabilização da implantação do sistema SIADS para o gerenciamento das informações patrimoniais e adequação aos procedimentos contábeis elencados pela STN.

7.5 Sistemática de apuração de custos no âmbito da Unidade

Conforme já explicitado em itens anteriores, após a fase de expansão, os processos administrativos ficaram mais complexos, tornando necessária uma readequação dos processos e procedimentos administrativos. Estão em desenvolvimento várias ações voltadas para a melhoria da governança institucional com vistas ao gerenciamento efetivo dos custos institucionais. A UFOP está passando por mudanças estruturais que exigem rigoroso acompanhamento na avaliação e monitoramento de suas atividades por meio de indicadores de desempenho operacional para a mensuração dos resultados alcançados. Estão sendo realizados mapeamentos de processos para identificação dos principais gargalos bem como para redefinição dos fluxos de processos e ainda a definição dos indicadores que serão utilizados em cada processo administrativo. Esse mapeamento também tem o objetivo de subsidiar a informatização desses processos, que ainda é precário. Estão sendo empregados esforços da gestão para implantação de medidas que são de caráter emergencial em face ao atual patamar institucional e das exigências no cumprimento das determinações legais.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças, está em fase de definição da modelagem do Sistema de Gestão Orçamentária e sua forma sistêmica com vistas ao gerenciamento dos custos da Instituição e suas unidades acadêmicas e administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da Instituição no cumprimento de sua missão, especialmente aqueles decorrentes dos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI. A sistemática será estabelecida a partir de indicadores de desempenho que serão definidos com base no rol de atribuições de cada setor. Registra-se que já está implementado o rateio de recursos de custeio por meio de critérios de distribuição de recursos com base em indicadores baseados na fórmula do “Aluno Equivalente”, adaptada à estrutura organizacional e composição do colegiado dos cursos de graduação, critério este aprovado pelo Conselho Universitário por meio da Resolução CUNI 1801. Os Recursos são alocados em respectivos de Centros de Custos, conforme explicitado no item 3.3.8. A sistemática irá contemplar ainda as seguintes informações:

i. Identificação da estrutura orgânica da UFOP responsável pelo gerenciamento de custos (PROLAD/DOF);
ii. Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;
iii. Identificação dos setores da UFOP os quais os custos serão apurados;
iv. Lógica da alocação de recursos que serão utilizadas no âmbito das unidades acadêmicas e setores administrativos para geração de informação de custos;
v. Previsão dos impactos esperados na alocação do gasto público no âmbito da atuação da UFOP;
vi. Previsão dos impactos decorrentes da atuação da gestão, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à Instituição no gerenciamento de custos;
vii. Emissão de relatórios analíticos destinados ao monitoramento e gerenciamento de custos para fins de análise e tomada de decisão.

A implantação dos Centros de Custos parte de uma estratégia “gradual” dada a heterogeneidade das atividades desenvolvidas nos setores internos da Instituição. A definição dos objetos de custo bem como a identificação de custos diretos e indiretos, fixos e variáveis que comtemple ainda critérios de rateio de custos ainda é um desafio para uma Instituição de ensino superior do porte da UFOP. Conforme já abordado na análise crítica do item 3.3.8, no contexto do planejamento tático e operacional, foi desenvolvido conjuntamente com a PROPLAD, o Plano de Gestão e Plano Anual de Ações, editado e publicado por meio de Portaria Conjunta nº 001 de março 28 de março de 2016 no qual está inserida a sistemática de apuração dos gastos por centros de custo. Em 2016 foi o Sistema de Gestão Orçamentária - SGO entrou em operação onde foram definidas ações internas para a alocação e distribuição de recursos. Entretanto ressalta-se que somente o controle das despesas com materiais de consumo e auxílio financeiro a estudante estão implementadas. O foco inicial na Administração é estabelecer o refinamento metodológico como processo contínuo Instituição. A dimensão cultural ainda se mostra como desafio a ser vencido, com a mudança de gestão de um padrão burocrático para um proativo. Assim, a busca de informações a partir de uma única fonte de dados permitirá a evolução nas rotinas e consequente melhoria nas funções de planejamento e orçamento.

A Diretoria de Orçamento e Finanças agrega as atribuições de gestão do orçamento, gestão de compras e licitações, gestão de suprimentos estocáveis, gestão contábil e financeira, além de vários serviços prestados à comunidade universitária. Neste sentido vem empreendendo ações como mapeamento de processos a partir de técnicas e metodologias contábeis para o registro, organização, demonstração, análise e acompanhamento do desempenho institucional. Destacam-se medidas como a edição e publicação do "Manual de Fiscalização de Contratos no âmbito da UFOP" e "Manual de Procedimentos para Aquisição de Mercadorias e Serviços no âmbito da UFOP" que definem as atribuições e responsabilidades das áreas demandantes de processos de compras e gestão de materiais já estão vigentes. Destaca-se também o desenvolvimento de sistemas integrados de administração que abrangem módulos de Gestão Orçamentária, Requisições de Materiais e Serviços, Gerenciamento de Compras, Gerenciamento de Almoxarifado, Controle Patrimonial, Gestão de Contratos, Gestão e Controle de Bolsistas, todos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, que permitirão maior integração de dados com os sistemas estruturantes do governo federal e, consequentemente, maior transparência.

Entretanto, todas essas ações ainda estão em andamento, seja em fase de planejamento e ou implementação, de maneira que resultados previstos ainda não foram alcançados em sua plenitude. Registra-se que esse processo é desenvolvido com um quadro deficitário e com acúmulo de tarefas nos setores simultaneamente com o desenvolvimento de atividades diárias, demandando grande esforço e envolvimento de toda a equipe. Aliam-se a este fator as paralisações decorrentes das sucessivas greves. Contudo busca-se a racionalização e otimização dos processos administrativos com vista à maior eficiência e eficácia dos recursos aplicados.

7.6 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

O presente item tem por objetivo tratar das informações relacionadas às demonstrações contábeis obrigatórias para a UPC conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As demonstrações contábeis da UFOP compreendem os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido.

7.6.1 Nota Explicativa do Balanço Patrimonial

A Tabela 10 evidencia a composição e a evolução do Balanço Patrimonial da UFOP no período analisado.

Tabela 11 – Balanço Patrimonial Composição

Grupo	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017	AV em 31/12/2017 (%)	AH (%)
Ativo Circulante	34.786.146,42	8.857.827,86	0,1	-74,54
Ativo Não Circulante	1.179.226.398,17	1.191.267.026,32	99	1,02
Ativo Total	1.214.012.544,59	1.200.124.854,18	100,00	-1,14
Passivo Circulante	5.840.282,09	67.789,31	0	-98,84
Passivo Não Circulante	7500,14	7500,14	0	0
Patrimônio Líquido	1.208.164.762,36	1.200.049.564,73	99	-0,67
Passivo Total e Pat. Líq.	1.214.012.544,59	1.200.124.854,18	100,00	-1,14

Fonte: SIAFI

7.6.2 Demais créditos e valores a curto prazo

Observa-se que o ativo circulante da UFOP apresentou uma redução, em 31/12/2017, de 74,54%, (R$ 25.928.318,56), quando comparado com os valores apresentados em 31/12/2016.

Essa redução foi gerada principalmente pela redução da conta "demais créditos e valores a curto prazo", do saldo de R$28.578.151,96 em 31/12/2016 passou para R$418.634,26 em 31/12/2017, chegando a uma redução de 98,54%. Desse valor acima mencionado 84% refere-se a conta "adiantamentos de transferências voluntárias" no qual refere-se ao registro de valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências voluntárias formalizadas por convênios.

i. ESTOQUES

A conta de Estoques apresentou saldo de R$ 2.645.486,94 referente ao quarto trimestre de 2017. Desse total, 91% são representados pelas contas de material de consumo, gêneros alimentícios e matérias de construção.

O setor responsável pelo controle e gestão do Estoque na UFOP não apresentou até 31/12/2017 o Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA e o Inventário Físico conforme legislação vigente requerido pelo setor de Contabilidade vinculado a Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF com o objetivo de conciliar as contas contábeis de acordo com o encerramento do exercício financeiro de 2017.

Dessa forma o setor Contábil foi impossibilitado de realizar a conciliação das contas contábeis do SIAFI x RMA emitido pelo sistema interno de almoxarifado.

Cabe ressaltar que em análise realizada pelo setor contábil anterior ao último RMA, foi comparado as entradas do material de consumo entre o SIAFI x RMA para devida conciliação das contas, foi verificado inconsistências em diversos saldos de grupos de material de consumo nos quais há distorções de valores no comparativo entre SIAFI X RMA. Nesse sentido o setor Contábil enviou para o Diretor de Orçamento e Finanças, Coordenador de Suprimentos e Chefe da Divisão de Almoxarifado um memorando comunicando as diferenças encontradas na comparação dos relatórios a título de solucionar o problema. Foi registrado a ocorrência (restrição) na Conformidade Contábil dessa Unidade, código 603 (saldo contábil do almoxarifado não confere c/RMA).

O sistema interno de controle de estoque da UFOP não apresenta confiabilidade e fidedignidade nas informações repassadas ao Setor Contábil. É obsoleto, incompatível com as

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público inseridas no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público - MCASP.

Devido à falta de sistema administrativo integrado e confiável para o Almoxarifado, as informações lançadas no sistema podem não ser fidedignas, o que poderá levar a direção da entidade a tomar decisões com bases em informações distorcidas e sem integridade, implicando em maiores esforços para obter determinada informação e elevados custos para essa obtenção.

Tabela 12 – Estoques: composição

CONTA	DESCRIÇÃO	R$	(%)
1.1.5.0.0.00.00	Estoques	R$ 2.645.486,94	100
1.1.5.1.1.01.01	Mercadorias para venda ou revenda	R$ 62.500,00	2,4
1.1.5.6.1.01.00	Materiais de consumo	R$ 1.533.096,45	58,0
1.1.5.6.1.02.00	Gêneros alimentícios	R$ 336.989,85	12,7
1.1.5.6.1.03.00	Materiais de construção	R$ 545.654,22	20,6
1.1.5.6.1.04.00	Materiais de telecomunicações	R$ 69,80	0,0
1.1.5.6.1.05.00	Autopeças	R$ 34.867,99	1,3
1.1.5.6.1.06.00	Medicamentos e materiais hospital	R$ 3.633,12	0,1
1.1.5.6.1.08.00	Materiais de expediente	R$ 118.175,14	4,5
1.1.5.6.1.11.00	Estoque sobressalente em reparo	R$ 2.444,95	0,1
1.1.5.8.1.02.01	Material cons. estoque interno	R$ 8.055,42	0,3

Fonte: SIAFI.

ii. MOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Tabela 13 – Imobilizado: composição

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado	1.190.461.173,34	1.178.612.402,27
Bens Móveis	84.664.520,11	83.254.944,95
Bens Móveis	104.477.493,70	98.779.632,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	(19.812.973,59)	(15.524.687,79)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	1.105.796.653,23	1.095.357.457,32
Bens Imóveis	1.107.042.331,57	1.095.659.521,52
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	(1.245.678,34)	(302.064,20)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-

Fonte: SIAFI

De acordo com tabela acima é possível verificar que o Imobilizado da UFOP é representado em sua maior parte pelos Bens Imóveis, em 31/12/2017 totalizou o valor de R$1.105.796.653,23. Representa aproximadamente 92,24% do total de ativos da Instituição.

iii. BENS IMÓVEIS

Tabela 14 - Bens Imóveis: Composição

Bens Imóveis		
Mês Lançamento	014/2017	014/2016
CCon - Item (6)	Saldo R$ (Conta Contábil)	Saldo R$ (Conta Contábil)
Bens de Uso Especial	955.155.772,97	948.059.540,33
Bens Imóveis em Andamento	148.371.620,99	144.098.276,50
Instalações	1.870.955,10	1.857.722,18
Demais Bens Imóveis	1.643.982,51	1.643.982,51
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.245.678,34)	(302.064,20)
Total	1.105.796.653,23	1.095.357.457,32

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota-se na tabela acima a conta "bens imóveis em andamento" no valor de R$148.371.620,99, em sua maioria composta pela conta "Obras em andamento". Em análise realizada através do sistema SIAFI verificou-se o saldo de R$ 141.695.267,57 na conta Obras em Andamento devido a lançamentos que se acumulam de exercícios anteriores. Tal conta refere-se às obras que ainda não foram concluídas, porém através do detalhamento da conta é possível verificar que grande parte já deveria estar conciliada devido à conclusão da obra.

A maior parte desta conta "Obras em Andamento" está inserida na inscrição 999(não especifica) e possui mais de um contrato para execução de obras, em consequência a este fato os valores se acumularam na conta de "Obras em Andamento" sem a devida "individualização", dificultando a análise e aumentando o risco de controle. Em períodos anteriores não se houve atenção para a individualização de cada obra, não houve separação por um código de Inscrição Genérica para cada uma.

O valor deve ser baixado mediante recepção pela equipe de contabilidade, do documento comprobatório de conclusão de obras, recebido da equipe de engenharia responsável pela obra e deverá também ser remetido à coordenação de patrimônio para efetivo registro do valor no SPIUNET.

Com o intuito de iniciar um trabalho para conciliação da referida conta foi elaborado pelo setor contábil um documento "MEMORANDO DOF 093, de 30 de novembro de 2017" enviado ao setor de Engenharia Responsável descrevendo a atual situação da conta acima relacionada e os mecanismos para a correta conciliação dos dados.

Além disso, foi criada a Comissão Especial de Regularização dos Registros Imobiliários da UFOP, PORTARIA REITORIA Nº. 627, DE 23 DE AGOSTO DE 2017;

Nesse sentido espera-se que em 2018 possa dar procedimento a esta demanda e correta conciliação dos dados contábeis. Vale lembrar que é necessário um trabalho em conjunto das áreas de Engenharia, Patrimônio, Contratos e Contabilidade para que seja iniciado o processo de análise da referida situação na qual se encontra no momento.

A depreciação dos bens imóveis é registrada através do SPIUNET. O lançamento da depreciação é realizado diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional. O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter "Bens de Uso Especial". O sistema mantém o cadastro de imóveis e usuários, emite relatórios gerenciais e permite a utilização de elementos gráficos como mapas e fotos dos imóveis.

As informações em relação aos imóveis são orientadas pela Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, na qual dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

Cabe destacar que o setor Contábil não recebeu o "Inventário Anual de Bens" pelo Setor de Patrimônio até a data de fechamento do exercício de 2017 para devida conciliação. O Sistema de

Patrimônio no qual a UFOP utiliza não possui o Relatório de Movimentação de Bens até o momento. Desta forma os valores acima referentes aos imóveis descritos na tabela estão desatualizados.

Em relação a "reavaliação ao valor recuperável dos bens imóveis" ainda não é realizada pela UFOP.

iv. BENS MÓVEIS

Tabela 15 – Bens Moveis: composição

Bens Móveis		
Mês Lançamento	014/2017	014/2016
CCon - Item (6)	Saldo R$ (Conta Contábil)	Saldo R$ (Conta Contábil)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	53.795.026,90	50.765.251,84
Bens de Informática	22.376.700,64	20.991.619,90
Móveis e Utensílios	9.598.325,94	8.775.440,96
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	11.135.018,05	10.807.941,89
Veículos	6.853.687,63	6.810.117,63
Bens Móveis em Almoxarifado	88.751,28	88.751,28
Demais Bens Móveis	629.983,26	540.509,24
Depreciação / Amortização Acumulada	(19.812.973,59)	(15.524.687,79)
Total	84.664.520,11	83.254.944,95

Fonte: Tesouro gerencial

Os Bens Móveis da UFOP em 31/12/2017 totalizavam R$ 84.664.520,11 e estão distribuídos nas contas contábeis conforme detalhado na tabela acima. Dos Bens Móveis registrados em 31/12/2017, 61% refere-se a "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas", e 25% refere-se a "Bens de informática". A tabela abaixo evidencia a composição das "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas" em 31/12/2017.

Tabela 16 – Bens Móveis

GRUPO	R$ milhares	%
Aparelhos de medição e orientação	R$ 3.866.460,14	7%
Aparelhos e equipamentos de comunic.	R$ 353.378,67	1%
Equipam/utensílios médicos, odontol.	R$ 41.118.878,95	76%
Aparelho e equipamento p/esportes	R$ 770.756,59	1%
Equipamento de proteção, segurança	R$ 258.895,60	0%
Maquinas e equipamentos industriais	R$ 839.714,90	2%
Maquinas e equipamentos energético	R$ 538.840,62	1%
Maquinas e equipamentos gráficos	R$ 327.904,01	1%
Maquinas ferramentas e utensílios	R$ 1.923.825,40	4%
Equipamentos, peças e acessórias p	R$ 44.932,29	0%
Maquinas e utensílios agropecuário	R$ 14.793,73	0%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R$ 947.773,46	2%
Maquinas utensílios e equipamento	R$ 2.774.338,35	5%
Outras maquinas, equipamentos	R$ 14.534,19	0%
TOTAL	R$ 53.795.026,90	

Fonte: Tesouro Gerencial

Cabe ressaltar que até 31/12/2017 não foi enviado ao setor Contábil da UFOP o Inventário Anual de Bens Móveis, dessa forma não foi possível realizar a conciliação das contas contábeis entre SIAFI x Sistema Interno de Patrimônio.

Cabe ressaltar que o Sistema Interno de Patrimônio não possui até o momento o Relatório de Movimentação dos Bens – RMB.

Até o momento não é feito a reavaliação dos Bens Móveis na UFOP, e dessa maneira a conta de redução ao valor recuperável de bens móveis encontra-se sem saldo e movimentação.

O Sistema Interno de Controle Patrimonial da UFOP não está atualizado conforme as regras do MCASP e das NBCASP; não está adequado ao novo Plano de Contas ao Setor Público (PCASP); não apresenta informações consolidadas e uniformizadas que permitem a integridade, agilidade e transparência no uso das informações patrimoniais. Não possui integração com sistemas estruturantes, em especial o SIAFI, o que provocava em muitos casos, retrabalho e gestão de itens patrimoniais deficientes, após o processo de aquisição.

Nesse sentido em Janeiro/2018 foi criada uma comissão de estudos para aquisição do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

v. INTANGÍVEL

Tabela 17 - Bens Intangíveis

Mês Lançamento	014/2017	014/2016
Conta Contábil	Saldo R$ (Conta Contábil)	Saldo R$ (Conta Contábil)
Software com Vida Útil Definida	678.732,24	603.233,24
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	9.409,21	10.762,66

Fonte: SIAFI

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Um ativo intangível deve ser reconhecido somente quando:

"For provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e custo do ativo possa ser mensurado com segurança."

Até o momento, os bens intangíveis da UFOP não são amortizados. Conforme descrito anteriormente, o Sistema Interno de Patrimônio não possui opção de cadastro dos Bens Intangíveis e não possui ferramenta de apuração dos valores a serem amortizados em cada bem.

Em 2017 foi criada a Comissão de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais – UFOP - PORTARIA REITORIA Nº.596, DE 03 DE AGOSTO DE 2017 para diagnosticar a atual situação da adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais na Universidade Federal de Ouro Preto visando ao estabelecimento de critérios e normas necessárias à sua implantação. Nesse sentido, foi recomendado à atual gestão a adoção do sistema SIADS no qual é integrado ao SIAFI e recomendado aos Órgãos que não possuem sistemas atualizados com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

vi. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31/12/2017, a UFOP apresentou um saldo em aberto de R$ 34.884,26 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo R$ 27.384,12 de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 18 – Fornecedores e contas a pagar

Mês Lançamento	014/2017	014/2016		
Conta Contábil	Saldo R$ (Conta Contábil)	Saldo R$ (Conta Contábil)	AH	AV
Curto Prazo	27.384,12	3.968.710,79	-99,31	36,37
Longo Prazo	7.500,14	7.500,14	0	9,96
Total	34.884,26	3.976.210,93		

Fonte: SIAFI

Todos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017 e 31/12/2016.

Tabela 19 - Fornecedores e contas a pagar

Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor - Órgão					
	014/2017	014/2017		014/2016	014/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo
Fornecedor	Saldo R$	Saldo R$		Saldo R$	Saldo R$
ADSERTE ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EI	254,28			254,28	
AIQ FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS LTDA - EPP	0,00			209,99	
BASPRIX COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	0,00			750,00	
CONSTRUTORA AGD LTDA - EPP	1.953,58			1.953,58	
GOMES E ANTUNES SEGURANCA ELETRONICA LTDA - ME	0,00			837,84	
HS COMERCIO, LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE IN	0,00			142.702,79	
INOVART - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	0,00			15.949,24	
MONZA CONFORT HOTEL LTDA - EPP	1.080,00			1.080,00	
OFFICE DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - EPP	0,00			9.475,40	
OSWALDO YOSHIMI TANAKA		7.500,00			7.500,00
R M LANZA DOS SANTOS COMERCIO - EPP	0,00			1.299,20	
RIO LINK TECNOLOGIA LTDA - EPP	0,00			3.352,32	
RM - MAQUINAS E SISTEMAS LTDA - EPP	0,00			462,38	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS	0,00			3.658.692,23	
SOLARIS TELEINFORMATICA LTDA - EPP	0,00			3.036,00	
TECAENGE ENGENHARIA EIRELI	22.484,73			126.156,04	
TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME	0,00			887,97	
TELECOMUNICACOES DE MINAS GERAIS S/A TELEMIG		0,14			0,14
TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.576,85			1.576,85	

TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	34,68			34,68	

Fonte: SIAFI

Em comparação com o período de 31/12/2016 cabe ressaltar o elevado saldo de R$3.658.692,23 referente a um Refinanciamento de dívida de natureza tributária de ICMS incidente sobre serviços de energia elétrica conforme descrito no Processo: 23109.004366/2017-00. Devido ao Plano de Regularização de Créditos Tributários foi estabelecido o valor de R$644.095,91 para quitação à vista da Dívida, dessa forma foi quitada de forma integral durante o exercício de 2017.

Em 31/12/2017 destaca-se o valor de R$22.484,73 referente a empresa Tecaenge Engenharia.

vii. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos.

Houve uma pequena variação negativa de 0,67% no patrimônio líquido em razão, sobretudo, da apuração dos Resultados Acumulados, onde foi apresentado uma queda de 0,43%.

viii. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2017, a UFOP possuía um saldo de R$ 11.399.043,13 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no próximo exercício.

Em relação à execução dos contratos em execução não é possível mencionar o valor exato que já foi executado e o que falta a executar, pois até o momento a Instituição não apresenta Sistema de Gestão de Contratos, o mesmo encontra-se em fase de elaboração pela equipe de Tecnologia da Informação.

Outra opção de controle é o sistema vinculado ao SIAFI chamado de SICON, “Sistema de Gestão de Contratos Cronograma Físico Financeiro”, porém até o momento não está sendo utilizado de forma completa, falta a etapa de inclusão do cronograma físico financeiro dos Contratos. Dessa forma os contratos que ainda estão em execução podem refletir valores desatualizados.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 20 - Obrigações Contratuais

Obrigações Contratuais - Composição - Órgão		
Mês Lançamento	014/2017	014/2016
Obrigações Contratuais	Saldo R$ (Conta Contábil)	Saldo R$ (Conta Contábil)
Fornecimento de Bens		72.273,14
Empréstimos e Financiamentos		286.800,00
Serviços	11.399.043,13	9.118.871,32
Total	11.399.043,13	9.477.944,46

Fonte: SIAFI

Abaixo, apresenta-se a tabela relacionando-se os contratados com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 21 – Tabelas Contratuais: Por Contratado

	Saldo R$ DEZ/2017	
FORNECEDOR	TOTAL	AV(%)
OSW MANUTENCAO E SERVICOS MINAS GERAIS LTDA	3.125.966,16	27,42
PERPHIL SERVICOS ESPECIAIS EIRELI	2.021.052,18	17,73
PRUDENTE REFEICOES LTDA	1.741.321,54	15,28
SINDICON ADMINISTRACAO DE SERVICOS E ASSEIO LTDA	1.700.000,00	14,91
DEMAIS	2.810.703,25	24,66

Fonte: SIAFI

Nota-se que somente quatro contratados contemplam aproximadamente 75,34% do valor referente às obrigações contratuais totais em execução da UFOP, no Quarto trimestre de 2017.

7.6.3 Nota Explicativa do Balanço Orçamentário

Em 31/12/2017, o Balanço Orçamentário da UFOP estava composto conforme Tabela abaixo:

Tabela 22 - Composição do balanço Orçamentário

Grupo	Saldo em (Executado)	Realizado/Executado (%)	AV (%)
Receita Corrente realizada	3.458.775,09	91,70	100,00
Receita de Capital realizada	-	-	-
Total das Receitas realizadas	**3.458.775,09**	**91,70**	**100,00**
Despesa Corrente executada	416.761.608,04	100,52	98,46
Despesa de Capital executada	6.535.483,12	88,69	1,54
Total das Despesas executadas	**423.297.091,16**	**100,31**	**100,00**
Superávit / Déficit	**(419.838.316,07)**	**-**	**-**
Total			**100,00**

Fonte: SIAFI

Cabe ressaltar que o déficit de R$ 419.838.316,07, exposto na tabela acima do Balanço Orçamentário da UFOP, deve-se pela demonstração incluir apenas as receitas diretamente arrecadas pelo órgão, excluindo-se as transferências recebidas da União e de outros órgãos. Essas transferências constituem a maior parte das receitas da UFOP.

Através da diferença entre as receitas estimadas e as despesas orçamentárias previstas para o mesmo exercício apura-se o superávit ou déficit orçamentário. No caso da UFOP a maior parte das receitas não estão contempladas no Balanço, dessa forma destaca-se o déficit orçamentário. Porém de acordo com o MCASP, trata-se de um evento regular, pois o Balanço Orçamentário da UFOP compõe o Balanço Geral da União - BGU que após consolidado, estará completo com todas as receitas e despesas.

Em relação ao total das receitas previstas, pode-se verificar que são compostas exclusivamente por receitas correntes.

A Tabela 22 evidencia a representatividade dos grupos de receitas realizadas em relação à receita total realizada da UFOP em 31/12/2017.

Tabela 23 - Receitas realizadas

Receitas	Receita prevista	Receita realizada	(em relação à receita prevista)	AV (em relação à receita realizada)

Exploração do Imobiliário do Estado	761.430,00	343.843,83	45,16%	9,94
Serviços Administrativos Comerciais Gerais	2.994.870,00	3.099.871,62	103,51	89,62

Fonte: SIAFI

Nota-se que do total de receitas realizadas R$ 3.458.775,09 refere-se exclusivamente a receitas correntes. Dentre tais receitas correntes, se destacam os "Serviços Administrativos e comerciais gerais" e "Exploração do patrimônio imobiliário do Estado", que representam, 89,62% e 9,94% da receita total da UFOP realizada no quarto trimestre de 2017, respectivamente.

Dentro receitas "Serviços administrativos e comerciais gerais" destacam-se, basicamente, pela arrecadação dos serviços de alimentação (restaurante universitário), taxa de inscrição de concursos e processos seletivos, serviços recreativos e culturais entre outros. Já as receitas "Exploração do patrimônio imobiliário do Estado" se referem aos valores recebidos referentes a aluguéis e taxas de uso de imóveis.

Do total, 91,70% da receita estimada para o exercício de 2017 foi realizada até o quarto trimestre do exercício, sendo todo o valor referente à receita corrente, restando o valor de R$ 312.988,91.

Em relação a composição das despesas orçamentárias, cabe destacar que dos R$ 421.971.019,00 de despesas estimadas (dotação atualizada) para o exercício de 2017, somente R$ 7.369.219,00 se refere a despesas de capital, ou seja, apenas 1,54%. Em relação à estimativa das despesas correntes, R$ 337.543.707,00 (79,12%) pertencem as despesas com "Pessoal e encargos Sociais" e R$ 77.058.093,00 (19,33%) pertencem a "Outras Despesas Correntes".

Em relação a execução da despesa orçamentária, as despesas correntes já foram executadas em sua totalidade, sendo que as despesas correntes empenhadas superaram a dotação atualizada em 0,52%.

Já as despesas de capital foram executadas em 88,69% até o quarto trimestre de 2017.

A UFOP possui dentro das despesas de capital apenas as despesas referentes a "investimentos". Investimentos são dotações aplicadas em obras, aquisição de instalações, equipamentos, material permanente. Desta forma dos R$6.535.483,12 referente a despesa empenhada em Investimentos, apenas R$1.376.474,81 foram liquidadas. Aproximadamente 80% das despesas empenhadas em Investimentos ainda não foram liquidadas, ou seja, ainda não ocorreu o fato gerador de origem, no qual pode ser a não entrega de equipamentos e ou a não realização por completo das Obras que continuam em execução no Órgão.

I. RESTOS A PAGAR

Restos a pagar são, conforme definição do art. 36 da Lei n. 4.320/64, "as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício".

O art. 36 ainda distingue as despesas em processadas e não processadas. As processadas referem-se a empenhos executados e liquidados, prontos para o pagamento; as despesas não processadas são os empenhos de contratos e convênios em plena execução, não existindo ainda direito líquido e certo do credor.

Conforme a sua natureza, as despesas inscritas em "restos a pagar" podem ser classificadas em:

a) Processadas: As liquidadas, ou seja, as despesas em que o credor já cumpriu as suas obrigações (implemento de condições), isto significa que ele entregou o material, prestou os serviços ou executou a obra dentro do mesmo exercício em que foi emitido o empenho correspondente, tendo, portanto, direito líquido e certo, faltando apenas o pagamento.
b) Não processadas: As não liquidadas, ou seja, são aquelas que dependem da prestação do

serviço ou fornecimento do material, isto é, cujo direito do credor não se possa apurar dentro do exercício em foi emitido o empenho.

Em 31/12/2017, a UFOP apresentou um saldo de R$ 15.368.105,15 de execução de restos a pagar. A TAB. 5 evidencia a composição deste saldo.

Tabela 24 – Restos a pagar

Grupo	Total em 31/12/2017	AV (%)
Execução de RP não processados	19.219.850,86	97,6
Execução de RP processados	470.515,14	2,4
Total	19.690.366,00	100

Fonte: SIAFI, 2017.

Percebe-se que os Restos a Pagar não Processados- RPNP contemplam quase a totalidade dos valores inscritos em restos a pagar.

i. RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS- RPNP

Os restos a pagar não processados são os empenhos de contratos e convênios em plena execução, não existindo ainda direito líquido e certo do credor.

Os restos a pagar não processados estão compostos da seguinte forma, conforme tabela abaixo:

Tabela 25 – Restos a Pagar não Processados

	RPNP INSCRITOS	**RPNP REINSCRITOS**	**RPNP CANCELADOS**	**RPNP LIQUIDADOS**	**RPNP PAGOS**
	Saldo R$	Saldo R$	Saldo R$	Saldo R$	Saldo R$
	R$ 17.090.005,11	R$ 2.129.845,75	R$ 636.417,94	R$ 16.678.936,36	R$ 16.660.936,36
V(%)	100	12,46	3,72	97,59	97,49

Nota-se que houve de RPNP Inscritos R$17.090.005,11 até o quarto trimestre de 2017.

Desse total 97,59% foram liquidados, tendo apenas 3,72% de recursos cancelados. Ao somar RPNP Inscritos mais os Reinscritos e subtraindo os Cancelados e

Liquidados chegamos ao total de R$ R$ 1.904.496,56 correspondendo ao valor dos "RPNP A LIQUIDAR".

A maior parte da composição da inscrição de RPNP é composta por recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, cerca de R$12.942.480,88 cerca de 75%. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino, entre outras.

De todo RPNP inscritos, cerca de 14,8% são formados de recursos ordinários, total de R$2.526.192,43. Cabe salientar que os Recursos Ordinários não estão vinculados a nenhum órgão ou programação e que estão disponíveis para livre aplicação.

Quadro 60 – Despesas mais relevantes: Restos a Pagar não Processados a Liquidar

FAVORECIDO	OBJETO	31/12/2017	AV(%)
FUNDACAO EDUCATIVA DE RADIO E TELEVISAO OURO PRETO	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	409.770,20	21,5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	187.780,00	9,9
FUNDACAO EDUCATIVA DE RADIO E TELEVISAO OURO PRETO	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	178.705,00	9,4
LIVRARIA INOVACAO CULTURAL COMERCIO DE LIVROS LTDA	LIVROS	170.674,15	9,0
MULTICOM COMERCIO MULTIPLO DE ALIMENTOS LTDA	MATERIAL DE CONSUMO-GENERO ALIMENTICIO	86.840,60	4,6
MULTICOM COMERCIO MULTIPLO DE ALIMENTOS LTDA	MATERIAL DE CONSUMO-GENERO ALIMENTICIO	81.964,02	4,3
DEMAIS		788.762,59	41,4
TOTAL		1.904.496,56	100,0

Nota-se que 58,6% dos valores inscritos em “restos a pagar não processados a liquidar” estão concentrados em apenas quatro favorecidos distintos. Estas despesas se referem a serviços de apoio ao ensino (Projeto Mais Cultura nas Universidades), auxílio financeiro a estudantes, aquisição de livros e gêneros alimentícios. Por estarem classificados em RPNP a liquidar entende-se que ainda não houve a etapa da liquidação, ou seja, são produtos e serviços que ainda não foram executados e não houve até o momento a ocorrência do fato gerador.

Quadro 61 – Despesas mais relevantes inscritas como restos a pagar não processados Pagos

FAVORECIDO	OBJETO	TOTAL 31/12/2017	AV(%)
PLX INSTALACOES E MONTAGENS - EIRELI - EPP	OBRAS EM ANDAMENTO	1.503.469,42	9,0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	DESPESAS PARA PAGAMENTO DE BOLSA PERMANENCIA EM 2016	931.072,59	5,6
CONSTRUTORA AGD LTDA - EPP	OBRAS EM ANDAMENTO	632.765,87	3,8
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	BOLSAS MONITORIA, PRO-ATIVA, AUXILIO EVENTO, ESTAGIO CURRICULAR, INTERNATO	451.708,76	2,7
CEMIG DISTRIBUICAO S.A	SERVIÇO DE ENERGIA ÉLETRICA	441.119,09	2,6
CONSTRUTORA CNT LTDA - EPP	OBRAS EM ANDAMENTO	386.699,02	2,3
DEMAIS		12.314.101,61	73,9
TOTAL		16.660.936,36	100,0

Através do quadro acima é possível analisar que dos RPNP Pagos destacam-se empresas ligadas a realização de obras na UFOP, cerca de15% do total pago.

i. RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Entende-se por Restos a Pagar de Despesas Processadas aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Nesta fase a despesa processou-se até a liquidação e em termos orçamentários foi considerada realizada, faltando apenas à entrega dos recursos através do pagamento.

Quadro 62 - Restos a Pagar Processados – Composição

RP processados a pagar	470.515,14	100
RP processados pagos	470.515,14	100
RP processados cancelados	0	0
Total	470.515,14	100

Fonte: SIAFI

Como pode ser observado no quadro acima, os Restos a Pagar Processados foram todos pagos até o quarto trimestre de 2017 na Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, totalizando o valor de R$ 470.515,14. Nesse sentido nota-se a prioridade da UFOP em eliminar as despesas inscritas em restos a pagar.

Quadro 63 - Restos a Pagar Processados Pagos– Composição

FAVORECIDO	SALDO	AV(%)
HS COMERCIO, LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	R$ 142.702,79	30,33
TECAENGE ENGENHARIA EIRELI	R$ 118.752,96	25,24
SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO	R$ 69.472,08	14,77
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE OURO PR	R$ 59.758,05	12,70
FUNDACAO SAO FRANCISCO XAVIER	R$ 43.419,78	9,23
DEMAIS	R$ 36.409,48	7,74
TOTAL	R$ 470.515,14	100

Nota-se que mais de 90% dos valores inscritos em restos a pagar processados pagos estão concentrados em apenas quatro favorecidos distintos. Estas despesas se referem a obras de infraestrutura e construção de prédios destinados a Moradia Estudantil no campus de Ouro Preto-MG; aquisição de equipamento de áudio, vídeo e foto; Despesa referente a Internato para alunos do curso de Medicina. Por se tratar em sua maior parte de serviços de prestação com duração superior a 12 meses possuem a necessidade de serem inscritas em restos a pagar.

7.6.4 Nota Explicativa do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, segundo o MCASP, evidencia as receitas e despesas orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e com os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

i. Ingressos financeiros

A maior representatividade dentro dos ingressos financeiros são as transferências resultantes da execução orçamentária. A conta "Repasse Recebido" totaliza o valor de R$ 408.622.976,43 em 31/12/2017 na qual representa 91,53% de todas as receitas. Esses recursos são recebidos por transferências financeiras entre órgãos da Administração Direta e Indireta, correspondentes ao orçamento anual.

O saldo dos ingressos financeiros do grupo "Recebimentos extra orçamentários" representa 3,1% de todos os ingressos financeiros. Esses recebimentos extra orçamentários são constituídos em sua maioria pelos valores referentes à inscrição de restos a pagar não processados. O saldo do ingresso de "inscrição de restos a pagar não processados" é de R$ 13.596.468,17.

Nesse sentido, os ingressos financeiros aumentaram 9,24% em relação ao exercício de 2016 no mesmo período. Esse crescimento de ingresso financeiro está relacionado principalmente pelo aumento de "repasse recebido" resultantes da execução orçamentária, no qual teve um aumento considerável de R$38.254.045,57.

ii. Dispêndios financeiros

Os dispêndios financeiros são constituídos em sua maioria pelas "Despesas Orçamentárias". Dos R$ 446.453.736,33 de dispêndios financeiros, 94,81% são referentes às despesas orçamentárias. Essas despesas se subdividem em dispêndios ordinários e vinculados e são executados conforme determinação da Lei Orçamentária Anual. As despesas Ordinárias servem para suprir as necessidades públicas permanentes previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Os dispêndios vinculados representam 63,34% das Despesas Orçamentárias. Os principais dispêndios vinculados são com a Educação, na qual totaliza o valor de R$ 278.601.235,73, representando 62,4% de todos os dispêndios.

As despesas orçamentárias apresentaram um crescimento de 8,25%, em comparação com o exercício de 2016 no mesmo período, totalizando o valor de R$ 32.256.616,16.

7.6.5 Nota Explicativa das Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações de forma qualitativa e quantitativa verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o Patrimônio Líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O Resultado Patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Cabe ressaltar que o Resultado Patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

Em 31/12/2017, a UFOP apresentou Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R$ 449.288.203,82. e Variações Patrimoniais Diminutivas de R$ 426.306.540,51.

i. Variações Patrimoniais Aumentativas

Percebe-se que as Variações Patrimoniais Aumentativas sofreram uma queda brusca de 80,1% em relação ao valor apurado em 31/12/2016. Essa redução foi ocasionada, sobretudo pela redução da conta "reavaliação de ativos". O valor expressivo de R$ 1.867.098.192,59 na conta de "Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos" no exercício de 2016 trata-se de um lançamento equivocado lançado pelo setor de Patrimônio ao atualizar o valor de um imóvel lançado através do sistema SPIUNET conforme mencionado nas notas explicativas do 3º trimestre de 2016.

Nota-se que tais transferências intragovernamentais, em 31/03/2017, representavam 94,59% de todas as Variações Patrimoniais Aumentativas, totalizando R$424.999.564,06. Em relação a 31/12/2016 houve um aumento de 10,92%. Esses recursos são recebidos por transferências financeiras entre órgãos da Administração Direta e Indireta, correspondentes ao orçamento anual.

Os saldos mais representativos de transferências recebidas pela UFOP foram os recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – R$ 264.449.145,50 e os recursos Ordinários – R$139.126.528,38;

ii. Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas mais representativas somam cerca de 89,22% do total. Segue abaixo os valores e % de cada DVP em relação ao total:

- Pessoal e Encargos – R$ 273.509.176,90 (60,88%);
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais – R$ 78.615.640,57 (17,50%);
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – R$ 48.700.843,85 (10,84%).

Observa-se que o saldo da DVP "Pessoal e Encargos" no quarto trimestre de 2017 teve um aumento de 10,29% em relação ao mesmo período no exercício passado, totalizando um acréscimo de R$ 25.510.348,59.

Vale ressaltar que a DVP "Pessoal e Encargos" compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos.

A DVP referente a "Benefícios previdenciários e assistenciais" apresentou um aumento de 23,23%. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensão, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Nesse momento podemos fazer uma conexão entre o Balanço Orçamentário e a DVP onde é possível observar dentro das despesas correntes "Pessoal e Encargos Sociais" no Balanço Orçamentário do quarto trimestre de 2017 o valor de R$334.924.131,59, valor que está ligado diretamente as DVP de "Pessoal e Encargos" e "Benefícios previdenciários e assistenciais".

A DVP "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" está entre as mais expressivas das variações patrimoniais diminutivas. Esse grupo é constituído, sobretudo, pelas despesas com aquisição de material de consumo R$ 6.371.643,85 e contração de serviços R$ 37.097.300,06, esta última representa 8,26% do total das variações patrimoniais diminutivas.

A contratação de serviços que possuem maior representatividade são os contratos de pessoas jurídicas. Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional através de empresas terceirizadas (contratação de mão de obra, portaria, vigilância) são os mais relevantes em nível de valor além de fornecimento de energia elétrica, entre outros.

7.6.6 Nota Explicativa das Mutações do Patrimônio Líquido

De acordo com o MCASP A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Dentre os itens demonstrados, podemos citar:

a) Os ajustes de exercícios anteriores;
b) As transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
c) O superávit ou déficit patrimonial;
d) A destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos; e outras mutações do patrimônio líquido.

A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação. A DMPL referente ao quarto trimestre de 2017 da UFOP apresentou os seguintes saldos:

- Reservas de capital: R$0,43

A reserva de capital compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA). Esse valor irrisório de R$0,43 foi acrescido no saldo inicial do exercício de 2016, possivelmente refere-se a exercícios passados. Ainda não foi analisado de forma analítica devido a ao valor irrisório.

- Demais Reservas:

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Conforme legislação o saldo da coluna “demais reservas” apresentava em 2016 o valor de R$2.875.485,10. Dessa forma no quarto trimestre de 2017 foi zerado, por ter sido extinta. Tratava- se de “Constituição/realização da reserva de Reavaliação de Ativos”.

- Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Nota-se que a DMPL referente a 2017 apresentava o saldo inicial do exercício de R$1.205.289.276,83 (Resultados Acumulados) e saldo final do exercício de 2017 em R$1.200.049.564,30 (Resultados Acumulados). Observa-se uma queda de 0,43% correspondendo a R$5.239.712,53.

A queda de 0,43%, R$ R$5.239.712,53, é evidenciada pelo confronto de “ajustes de exercício anterior” menos “resultado do exercício” mais a “Constituição/realização da reserva de Reavaliação de Ativos”.

Os ajustes de exercício anterior colaboraram para essa pequena variação no saldo comparativo entre 2016 e 2017. Em 2017 “ajustes de exercício anterior” totalizaram o valor de R$31.096.710,94, em contrapartida o resultado do exercício de 2017 foi de R$22.981.663,31.

Nesse sentido a DMPL de 2017 encerrou o exercício com saldo final de R$1.200.049.564,73.

7.6.7 Nota Explicativa da Demonstração de Fluxo de Caixa

O objetivo da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durantes um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) indicará as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se, no mínimo, em três fluxos:

I. Das operações
II. Dos financiamentos
III. Dos investimentos

A DFC permite aos usuários saber como a entidade gera e utiliza caixa. A Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem aos usuários avaliar as mudanças nos ativos da entidade e sua estrutura financeira.

O histórico dos fluxos de caixa é utilizado como indicador do montante e época de ocorrência dos fluxos de caixa futuros. Também são úteis para verificar a exatidão das estimativas passadas dos fluxos de caixa futuros.

i. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O ingresso de caixa das atividades operacionais é formado pelas Receitas Derivadas e Originárias, transferências correntes recebidas e outros ingressos de operações.

A maior parte dos ingressos da UFOP é representada na conta “Outros Ingressos das Operações” de Transferências Financeiras Recebidas na qual totaliza o valor de R$ 424.999.564,06.

Constatou-se uma movimentação positiva no fluxo de caixa das atividades operacionais. No quarto trimestre de 2017 houve um saldo positivo de R$ 8.641.694,97, no mesmo período do ano de 2016, o saldo foi de R$ 6.133.970,37, representando um aumento de 40,88% nos fluxos de caixa das atividades operacionais.

Em relação aos desembolsos destaca-se as despesas de “Pessoal e Demais Despesas” entre as principais:

- Educação: R$ -294.686.331,02
- Previdência Social: R$ -78.153.255,30

ii. Fluxos de caixa das atividades de investimento

Em relação às movimentações de caixa e equivalentes de caixa oriundas de transações das atividades de investimento, observa-se que não houve ingressos, apenas desembolsos.

Percebe-se, que o valor dos desembolsos aumentou, passando de R$ 5.945.979,82 em 2016, para R$ 6.993.827,60, representando aumento de 17,62% entre os períodos.

São desembolsos oriundos da aquisição de ativos não circulantes.

iii. Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Não ocorreram movimentações de atividades de financiamento entre 2016 a 2017.

De forma geral a DFC obteve um aumento considerável em relação à geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, fechando o quarto trimestre de 2017 em R$ 1.647.867,37. Em comparação com o período de 2016, no qual fechou em R$ 187.990,55. Esse aumento é consequência pelo aumento de ingressos de transferências financeiras recebidas que teve um acréscimo de 10% no quarto trimestre de 2017 em relação ao período de 2016.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No Quadro 64 apresenta-se uma visão geral de todas as deliberações recebidas no exercício de referência, assim como apresentamos as que ainda permanecem pendentes de atendimento. Esclarecemos que já estamos envidando esforços para o cumprimento de todas as determinações.

Cabe esclarecer que não há nenhuma designação de área específica, nem sistema informatizado para o acompanhamento efetivo das deliberações do Tribunal de Contas. Estas deliberações são recebidas pela Reitoria/Chefia de Gabinete, e após análise, são remetidas aos setores envolvidos para que os mesmos deem o devido cumprimento as determinações.

Compete alertar que a Assessoria Técnica faz o devido acompanhamento quando demandada. Já a Unidade de Auditoria Interna toma conhecimento das determinações via site do TCU (visto que também não tem acesso a todos os Acórdãos que são destinados a Gestão da Universidade Federal de Ouro Preto), em seguida, encaminha ao setor específico um Ofício alertando sobre o cumprimento da determinação.

Quadro 64 – Descrição do tratamento das recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	*Acórdão*	*Item*	*Comunicação expedida*	*Data da ciência*
TC 014.508/2005-9	789/2010	Subitem 1.4.1		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Proceda a correção da remuneração dos servidores que recebem rubricas judiciais referentes à função de confiança considerando, no cálculo da FC, o valor do vencimento básico do cargo de Professor de 3º grau (com doutorado e dedicação exclusiva) em 08/04/1998, aplicando apenas os aumentos lineares concedidos aos servidores públicos federais e excluindo a GED da base de cálculo, dispensando-se a devolução dos valores indevidamente percebidos de boa-fé, tendo em vista o disposto na súmula TCU nº. 249.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foram apresentados recursos administrativos nos termos do Estatuto Geral da Fundação Universidade de Ouro Preto, sendo que todos tiveram provimento negado pelo Conselho Universitário. Ato contínuo, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas notificou todos os afetados sobre a redução dos vencimentos/ proventos a partir do mês de março de 2015. Inconformados, recorreram à tutela jurisdicional e obtiveram junto à Subseção Judiciária de Ponte Nova da Justiça Federal em Minas Gerais, nos autos do processo nº. 12-67.2016.4.01.3822 (ação ordinária), uma nova liminar que impede que a UFOP promova a redução determinada pelo TCU. Face à judicialização, o caso está agora sob os cuidados da Procuradoria Federal em Minas Gerais (AGU/PF-MF). Tudo está autuado no processo administrativo UFOP nº. 23.109.002828/2010-70.				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	*Acórdão*	*Item*	*Comunicação expedida*	*Data da ciência*
TC 019.760/2007-9	2299/2010	1.5		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.5. Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP/MG que: (...) 1.5.6. Reveja o enquadramento (mudança de cargos) de todos os servidores indevidamente beneficiados pela Resolução/CUNI 252/94, restituindo-os aos cargos/classe/padrão originais, de dezembro de 1993, incluindo os inativos, dispensando os servidores da devolução dos valores recebidos indevidamente, na medida em que as funções inerentes aos cargos foram efetivamente exercidas durante todo o período (subitem 5.3.1.1 do Demonstrativo das Constatações - Anexo I ao Relatório 189776/CGU-MG).				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Apesar de todos os esforços da Administração na tentativa de caracterizar a prescrição, a UFOP possui hoje uma determinação de retornar todos os servidores reenquadrados entre 1993 e 2003 (revisão do enquadramento de 1987) aos respectivos cargos de origem. Assim, em respeito ao contraditório e à ampla defesa, todos os servidores afetados foram devidamente notificados e apresentaram defesas que, em geral, requereram cópias dos respectivos processos de reenquadramento. Tais pedidos foram deferidos, razão pela qual se fez necessário buscar no Arquivo Central da UFOP, todos estes processos, que foram disponibilizados aos requerentes. Todos os servidores apresentaram suas manifestações. Mister constar que o Tribunal de Contas da União, em trabalho de monitoramento de gestão, vinha insistentemente cobrando da UFOP o pleno cumprimento do Acórdão nº. 3347/2011 – Segunda Câmara (fls.02/05) Por esta razão fez-se necessário promover o cumprimento da determinação imposta pelo Tribunal de Contas da União, qual seja, que a administração da UFOP anule as decisões do Conselho Universitário que promoveram as revisões do enquadramento praticado em 1987, em especial a anulação da Resolução CUNI nº. 252/1994. Contudo, o Estatuto Geral da Universidade, bem como o seu Regimento Geral, estabelece o Conselho Universitário (CUNI) como órgão deliberativo máximo, impedindo assim que até mesmo o Reitor anule atos praticados por esse órgão colegiado. Somente o próprio CUNI poderia rever ou anular os seus atos. Por esta razão os autos foram enviados ao Conselho Universitário para deliberação. Após a remessa dos autos ao Conselho Universitário sobrevieram dois importantes fatos que merecem destaque: 1. O ato de concessão da aposentadoria à servidora Eni Lucas de Carvalho Moreira foi julgado como ilegal pelo TCU pelos mesmos motivos ora em apreço, o que motivou sua notificação sobre a interrupção do pagamento dos proventos. Indignada, a servidora recorreu à Justiça Federal que lhe concedeu Liminar no processo MS nº. 00014.2015.00013822.1.00261/000136, determinando à UFOP abster-se de cumprir a ordem do TCU. Tal Decisão fundamentou-se, sobretudo, na ausência da garantia do contraditório à servidora na tramitação processual ocorrida no próprio TCU, bem como no grande tempo transcorrido, "suficiente para gerar na parte legítima expectativa quanto à legalidade do benefício" (fls. 2.344/2.348). 2. Igualmente, o ato de concessão da aposentadoria à servidora Telma Maria de Assis foi julgado como ilegal. A servidora apresentou um recurso administrativo ao próprio TCU que, por meio do Acórdão nº. 3361/2015 – 2ª Câmara, de 16/06/2015, reviu o seu posicionamento passando a considerar os princípios da segurança jurídica, razoabilidade e proporcionalidade face ao longo tempo transcorrido desde a questionada ascensão funcional. Assim, o TCU acatou, ainda que indiretamente, a defesa apresentada pela Universidade em 2005 que já havia sido aceita pelo Ministério Público Federal. Diante de tal jurisprudência, a Comissão de Legislação e Recursos (CLR) do Conselho Universitário (CUNI) analisou o caso considerando que os atos considerados ilegais pelo TCU justificaram-se pelos vícios cometidos em 1987, antes, portanto, da vigência da Constituição da República de 1988, razão pela qual foram tomados dentro da legalidade vigente à época. Ainda que tal interpretação não seja pacífica, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário e o próprio TCU já reconhecem que o longo tempo transcorrido gera aos servidores afetados uma expectativa de que os atos foram legais, o que justifica a sua manutenção, sob pena de irreparáveis prejuízos à estabilidade financeira e social das pessoas. Ademais, diante do novo entendimento do TCU expresso no citado Acórdão nº. 3361/2015 – 2ª Câmara, de 16/06/2015, mostra-se temerário a UFOP alterar a situação funcional de todos os servidores envolvidos, pois há clara divergência entre os entendimentos de 1998 e de 2015 do Tribunal. Destacou-se o seguinte trecho do voto do Ministro Relator do TCU (TC007.553/2012-9): *"A fluência de tão longo período de tempo terminou, no caso concreto, consolidando justas expectativas no espírito da servidora aposentada, e também incutindo nela a confiança da plena regularidade dos atos estatais praticados. Não é justificável, pois, romper abruptamente a situação de estabilidade consolidada temporalmente, entre o agente estatal e o Poder Público*." Logo, a CLR recomendou ao CUNI seguir o novo entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, mantendo assim a vigência da Resolução CUNI nº. 252/1994 e demais conexas. Tal parecer foi debatido, votado e aprovado pelo Conselho em 25/08/2015 em sua 284ª Reunião Ordinária, resultando na Resolução CUNI nº. 1.770. Não obstante, após receber ameaças de multa pela SECEX-MG, os ínclitos Conselheiros, em reunião realizada no dia 17 de março de 2016, por meio da Resolução CUNI nº. 1.799, reiterada pela Resolução nº. 1810 decidiram revogar a Resolução CUNI nº. 1.770 e determinar o cumprimento do Acórdão do TCU. Com efeito, já esgotadas as medidas administrativas e ante a manifestação do órgão deliberativo máximo da Universidade, coube à Coordenadoria de Gestão de Pessoas tão somente executar a determinação. Antes, porém, considerando o grande lapso temporal desde a instauração dos autos, foi preciso atualizar as informações acerca da

situação funcional dos servidores interessados, bem como eventuais decisões individuais (aposentados que já tiveram sua aposentadoria julgada "legal").

Em outubro de 2016 ficou determinada a notificação de todos os servidores interessados, com exceção daqueles cujos atos de aposentadoria já foram julgados como "legais" pelo próprio TCU.

Por fim, em 07 de novembro de 2017, nos autos do Processo Nº. 0001904-74.2017.4.01.3822 – 1ª Vara – Ponte Nova (ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Ouro Preto), foi deferida a liminar para determinar a suspensão dos efeitos da Resolução CUNI 1.799/2016, ratificada pela Resolução CUNI 1.810/2016, devendo a Universidade Federal de Ouro Preto se abster de promover a revisão do enquadramento dos servidores técnico-administrativos ativos e já aposentados.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	*Acórdão*	*Item*	*Comunicação expedida*	*Data da ciência*
TC 014.508/2005-9	5015/2011	Subitem 9.2.2		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Promova o levantamento e ressarcimento, na forma da Súmula TCU n.º 235, aos cofres da Entidade das parcelas pagas, a título de dedicação exclusiva, aos servidores de matriculas n.º 0418917, 2208799, 2176371, 2176285 e 0417894, no período em que os mesmos exerceram outra atividade remunerada, em descumprimento aos artigos 14 e 15 do Decreto n.º 94.664/87.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Todas as situações foram resolvidas. Em relação ao servidor de matrícula SIAPE nº. 2.208.799 (Processo UFOP nº. 0438/2004), ainda está sub judice. Com relação ao servidor de matrícula SIAPE nº. 2.176.371 (Processo UFOP nº. 0440/2004) foi realizado o ressarcimento ao erário no valor de R$ 8.755,43. O mesmo ocorreu com o servidor de matrícula SIAPE nº. 2.176.285 (Processo UFOP nº. 0441/2004), que ressarciu R$ 25.889,94. Por fim, em relação ao servidor matrícula SIAPE nº. 0.417.894 (Processo UFOP nº. 0489/2004) , restou esclarecido que o mesmo não possuía regime de dedicação exclusiva, razão pela qual a outra atividade desenvolvida era lícita, logo o processo foi arquivado.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	*Acórdão*	*Item*	*Comunicação expedida*	*Data da ciência*
TC 022832/2009-8	3395/2011	Subitem 9.4		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que: 9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique a interessada cujo ato foi considerado ilegal a respeito deste acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento dos recursos;

9.4.3. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.4.3.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.4.3.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.4.3.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.4.3.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja,

editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;
9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que a interessada listada no subitem 9.2 teve ciência desta deliberação;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A Universidade Federal de Ouro Preto irá aguardar a sentença de mérito que será proferida pela 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, para dar ou não cumprimento ao referido acórdão. Até a decisão a UFOP acompanhará o processo judicial nº. 0058125-56.2011.01.3800.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	*Acórdão*	*Item*	*Comunicação expedida*	*Data da ciência*
TC 029.486/2010-6	4615/2016	Subitem 9.1		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto que, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelo interessado Marco Túlio Ribeiro Evangelista (128.435.556-04) a título da parcela referente à incorporação da função comissionada (quintos), procedendo-se à reposição ao erário dos valores recebidos em descumprimento ao Acórdão nº 3.197/2012–2ª Câmara, conforme disposto no enunciado nº 106 da Súmula desta Corte de Contas e no § 3º do art. 46 da Lei nº 8.112/1990.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

No dia 11 de dezembro de 2014, o Conselho Universitário julgou o recurso administrativo pendente, por meio da Resolução CUNI nº. 1.683, negando-lhe provimentos, ou seja, determinando o cumprimento do Acórdão do TCU com a redução dos valor de FCs na remuneração/provento do interessado.
Contra a decisão do Conselho Universitários os servidores envolvidos obtiveram Decisão Liminar favorável nos autos da ação 394-94.2015.4.01.3822, já informada ao TCU, que mais tarde foi tornada sem efeito na sentença. Porém, ato contínuo, o mesmo juízo concedeu nova liminar nos autos de nº. 0000012.67.2016.4.01.3822 sustando novamente os efeitos da Resolução CUNI nº. 1.683. Assim, a aposentadoria do servidor Marco Túlio Ribeiro Evangelista ainda encontra-se sub judice, razão pela qual não é possível à UFOP dar pleno cumprimento ao item 9.1 do Acórdão acima mencionado. Tão logo concluída a Ação Judicial em curso, a Universidade comunicará ao TCU as providências adotadas.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	*Acórdão*	*Item*	*Comunicação expedida*	*Data da ciência*
TC 024.413/2016-0	4833/2017	9.2		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto que:
9.2.1. após prévia oitiva do interessado, promova a restituição ao erário das quantias que extrapolaram o teto remuneratório previsto no art. 7º, § 4º, do Decreto 7.423/2010 (item II.2 do relatório de auditoria) , em conformidade com o previsto no art. 46 da Lei 8.112/1990;
9.2.2. apresente, no próximo relatório de gestão a ser encaminhado ao TCU pela Universidade, informações sobre a conclusão de inventário atualizado dos bens móveis da Instituição (IN Sedap 205/1988)

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Subitens 9.1.1 e 9.4 – esclarecemos que a Universidade Federal de Ouro Preto tem se empenhado no desenvolvimento de uma ferramenta informatizada para cruzar em tempo real as diversas fontes de pagamentos de servidores e, portanto, identificar aqueles que por ventura venham a extrapolar o teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI da CF. Informamos, ainda, que a Fundações de Apoio foram devidamente notificadas, em reunião realizada pela Reitoria, quanto à obrigatoriedade de observar e suspender os pagamentos de bolsas, retribuições ou qualquer outro tipo de remuneração congênere que configurem o extrapolamento do teto constitucional. De forma paliativa, até que seja finalizado o desenvolvimento do sistema de contratos e convênios, as Fundações tem enviado mensalmente até o dia 25 de cada mês a programação de pagamentos para o mês subsequente. Com essa informação o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) tem cruzado os dados com os dados da folha de pagamento da UFOP e de outras fontes para detectar

a possibilidade de extrapolamento do teto e, dessa forma, já interromper antes mesmo que o servidor possa vir a receber os valores indevidamente.

Subitem 9.1.2 – as informações relacionadas aos instrumentos contratuais vigentes e seus respectivos dados de referência, data de início e término, coordenador, financiador, valores financiados, recursos por rubrica, dados dos favorecidos em pagamento de pessoa jurídica e de pessoa física estão disponibilizados nos sites da Fundação Gorceix e da Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto (FEOP). Além disso, estas Fundações também divulgam nos seus sites os pagamentos efetuados aos servidores. Tais informações podem ser acessadas nos links: http://2016.gorceixonline.com.br/transparencia; http://conveniar.feop.com.br:8081/portaltransparencia.

Quanto ao inciso V. art. 4º A da lei 8.958/1994, ainda são enfrentadas dificuldades pelas Fundações de Apoio para scanear todos os processos de prestação de contas disponíveis em meio físico e disponibilizá-las em meio digital, em função de indisponibilidade em meio de funcionários e recursos. Contudo a UFOP tomará medidas no sentido que seja cumprido tal determinação.

Subitem 9.2.1 – Foram instaurados os Processos UFOP nºs. 23109.004262/2017-97, 23109.005956/2017-41 e 23109.005957/2017-96 que até o presente momento estão em tramitação.

Subitem 9.2.2 - foi constituída a comissão para tratar do assunto.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	*Acórdão*	*Item*	*Comunicação expedida*	*Data da ciência*
TC 019.018/2016-1	7873/2017	1.8 a 1.12		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Descrição da determinação/recomendação

1.8. Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP que informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas em face das determinações expedidas pelo Acórdão 1.088/2014 - 2ª Câmara para que a UFOP promova o ressarcimento ao Erário dos valores recebidos indevidamente pelo servidor matrícula Siape 1083651, bem como pelas beneficiárias de pensão matrícula Siape 04614534 e 04775333, e dos valores pagos indevidamente a título de pensão civil aos beneficiários dos ex-servidores de matrículas Siape 0417827, 0417940, 0418063, 0418212, 0418573 e 0418761, e de todos os demais cujos benefícios não foram pagos nos moldes do art. 15 da Lei 10.887/2004, observando-se o estabelecido no art.46 da Lei 8.112/1990.

1.9. Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto que suspenda, até que as concessões sejam adequadas aos requisitos definidos na Orientação Normativa – SEGEP 4/2017, todos os pagamentos de adicional de insalubridade cuja concessão seja baseada no laudo técnico emitido em 2003 pela empresa Ética Prestação de Serviços e Consultoria em Segurança do Trabalho, mantendo, em caráter provisório, somente os pagamentos nos casos em que haja inequívoca exposição habitual ou permanente a agentes físicos, químicos ou biológicos, dando-se ciência do cumprimento desta deliberação a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias.

1.10. Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto que adote as seguintes providências, dando ciência a este Tribunal do cumprimento desta deliberação no prazo de 30 (trinta) dias:

1.10.1. em estrita observância ao regramento estabelecido no art. 133 da Lei 8.112/1990, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa competente, promova medidas necessárias e suficientes para apurar todos os casos de acumulação ilegal de cargos públicos e de participação de gerência ou administração de sociedade privada que foram apontados no subitem 4.1.1.1 do Relatório de Auditoria 201601490 da Controladoria-Regional da União no estado de Minas Gerais, a seguir detalhados, atentando-se para o fato de que a ausência de comprovação da efetiva contraprestação de serviços implicará a adoção de ações específicas para a reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente durante o período de exercício irregular do cargo:

1.10.1.1. recomendação 1: promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei 8.112/90, medidas administrativas cabíveis com vistas à apuração das situações que indicam possível acumulação indevida de cargos públicos dos servidores cujos CPFs são ***.807.796-**, ***.400.756-** e ***.611.717-**, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa;

1.10.1.2. recomendação 2: promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei 8.112/90, medidas administrativas cabíveis com vistas à apuração das situações que indicam acumulação de cargos com incompatibilidade de horários para os servidores cujos CPFs são ***.807.796-**, ***.221.466-**, ***.204.916-**, ***.694.656-**, ***.701.896-**, ***.400.756-**, ***.584.976-**, ***.679.666-**, ***.435.906-**, ***.611.717-**, ***.42.746-**, ***.389.226-**, ***.817.666-**, ***.935.291-**, ***.675.356-**, ***.623.336-**, ***.213.686-**, ***.182.526-**, ***.456.086-**, ***.775.096-**, ***.045.096-**, ***.130.926-**, ***.200.286-**, ***.350.056-**, ***.369.857-**, ***.368.146-**, ***.523.923-**, ***.893.926-**, ***.613.207-**, ***.367.206-**, ***.339.917-** e ***.926.406-**, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa;

1.10.1.3. recomendação 3: promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei 8.112/90, medidas administrativas

cabíveis com vistas à apuração das situações nas quais o servidor figura como gerente ou administrador de sociedade privada, personificada ou não personificada, para os servidores cujos CPFs são ***.421.726-**, ***.472.026-**, ***.925.776-**, ***.611.717-**, ***.542.746-**, ***.213.686-**, ***.182.526-**, ***.350.056-**, ***.368.146-**, ***.523.923-**, ***.353.956-**, ***.893.926-**, ***.444.246-**, ***.673.126-**, ***.137.237-** e ***.926.406-**, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa;

1.10.2. promova o ressarcimento das parcelas pagas a título de dedicação exclusiva ao servidor de matrícula Siape 2176371, no período em que este exerceu outra atividade remunerada, observadas as condições previstas no artigo 46 da Lei 8.112/1990, conforme recomendação expedida pela Controladoria-Regional da União no estado de Minas Gerais em julho de 2011, no âmbito do Relatório 201108933;

1.10.3. promova a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, a partir de 8/11/2010, referentes à vantagem do revogado art. 192, inciso I, da Lei 8.112/90 aos servidores CPFs ***.356.786-**, ***.159.156-**, ***.341.566-**, ***.905.906-**, ***.338.486-**, ***.562.316-**, ***.873.776-**, ***.340.516-**, ***.222.886-**, ***.306.226-**, ***.616.736-**, ***.326.436-**, ***.414.666-**, ***.883.816-**, ***.888.106-**, ***.012.786-**, ***.830.606-**, ***.569.676-**, ***.885.436-**, ***.555.586-**, ***.929.036-**, ***.994.606-**, ***.220.446-**, ***.505.746-**, ***.100.406-**, ***.876.696-**, ***.804.568-**, ***.132.696-**, ***693.888.**, ***.285.766-**, ***.954.946-**, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme recomendação expedida pela Controladoria-Regional da União no estado de Minas Gerais em dezembro de 2014, no âmbito do Relatório 201409841;

1.10.4. retifique o valor do benefício de pensão pago à pensionista do instituidor CPF ***.603.496-**, aplicando o correto valor da vantagem do art. 192, inciso II, da Lei 8.112/1990, na data do óbito, bem como promova a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme recomendações expedidas pela Controladoria-Regional da União no estado de Minas Gerais em dezembro de 2014, no âmbito do Relatório 201409841;

1.10.5. promova a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, a partir de 08/11/2010, referentes à vantagem do revogado art. 192, inciso II, da Lei 8.112/90 ao servidor CPF ***.646.666-**, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme recomendação expedida pela Controladoria-Regional da União no estado de Minas Gerais em dezembro de 2014, no âmbito do Relatório 201409841.

1.11. Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto que adote as seguintes providências, dando ciência a este Tribunal do cumprimento desta deliberação no prazo de 120 (cento e vinte) dias:

1.11.1 beneficiários de bolsas dos programas de assistência estudantil, bem como dê efetiva aplicação aos critérios de manutenção ou suspensão dos benefícios, definidos nos arts. 29 a 33 da Resolução – CUNI 1.380/2012;

1.11.2. institua mecanismos de controle das taxas de evasão e retenção de estudantes assistidos por ações dos programas de assistência estudantil, em observância ao disposto no art. 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 7.234/2010;

1.11.3. implante sistemática de gestão, controle e fiscalização dos contratos e convênios firmados com suas fundações de apoio, de forma a individualizar o gerenciamento dos recursos envolvidos em cada um deles, conforme prevê o disposto no art. 12, § 1º, inciso II, do Decreto 7.423/2010;

1.11.4. institua o registro centralizado dos dados relativos aos projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio, conforme prevê o disposto no art. 12, § 2º, do Decreto 7.423/2010;

1.11.5. torne públicas as informações sobre sua relação com a fundação de apoio e sobre os dados relativos aos projetos desenvolvidos com a participação dessas fundações em seu boletim interno e na internet, conforme prevê o disposto no art. 12, § 1º, inciso II, e § 2º, do Decreto 7.423/2010;

1.11.6. estabeleça mecanismos que possibilitem realizar o acompanhamento em tempo real da execução físico- financeira da situação de cada projeto, conforme prevê o art. 11, § 1º, do Decreto 7.423/2010;

1.11.7. realize levantamento sobre a situação de todos os bens adquiridos no âmbito de projetos desenvolvidos com a participação de suas fundações de apoio nos cinco anos anteriores a 2017 e adote as providências necessárias para a regularização dos bens patrimoniais;

1.11.8. exija que a Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto e a Fundação Gorceix divulguem, na íntegra, em seus sítios na internet, todas as informações previstas no art. 4º-A da Lei 8.958/1994, e instituam controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto, de forma a garantir os ressarcimentos à UFOP, em consonância com o disposto no art. 4º-D, § 3º, da Lei 8.958/1194, alertando-as quanto à possibilidade de suspensão do repasse de recursos e da celebração de novos contratos e convênios até o saneamento das irregularidades.

1.12. Recomendar à Universidade Federal de Ouro Preto que adote as seguintes medidas na elaboração do relatório de gestão:

1.12.1. descreva seu plano estratégico, identificando os principais objetivos traçados para o exercício de referência do relatório, bem como as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos;

1.12.2. apresente o desempenho dos indicadores de cada objetivo estratégico traçado para o exercício de referência do relatório e faça uma avaliação sobre o resultado obtido em relação à meta esperada para o exercício;

1.12.3. apresente avaliação sobre o estágio de implementação do planejamento estratégico, destacando os avanços observados no exercício de referência do relatório e as perspectivas em relação aos próximos exercícios com base nas etapas de avaliação e monitoramento do plano estratégico;

1.12.4. demonstre a vinculação do seu plano estratégico com suas competências institucionais e com o Plano Plurianual;

1.12.5. elabore quadro demonstrativo com uma série temporal que abranja o exercício de referência do relatório e os

quatro exercícios imediatamente anteriores, contendo o resultado dos indicadores primários de desempenho previstos na Decisão 408/2002 - Plenário, considerando a ampliação promovida pelo Acórdão 1.043/2006 - Plenário, a saber: (i) custo corrente, incluindo hospital universitário; (ii) custo corrente, sem hospital universitário; (iii) número de professores equivalentes; (iv) número de funcionários equivalentes, incluindo hospital universitário; (v) número de funcionários equivalentes, sem hospital universitário; (vi) total de alunos regularmente matriculados na graduação; (vii) total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo alunos de mestrado e de doutorado; (viii) número de alunos de residência médica; (ix) número de alunos equivalentes da graduação; (x) número de alunos da graduação em tempo integral; (xi) número de alunos da pós-graduação em tempo integral; e (xii) número de alunos de residência médica em tempo integral;
1.12.6. elabore quadro demonstrativo com uma série temporal que abranja o exercício de referência do relatório e os quatro exercícios imediatamente anteriores, contendo o resultado dos indicadores de desempenho previstos na Decisão 408/2002 - Plenário, considerando a ampliação promovida pelo Acórdão 1.043/2006 - Plenário, a saber: (i) custo corrente, incluindo hospital universitário/aluno equivalente; (ii) custo corrente, sem hospital universitário/aluno equivalente; (iii) aluno tempo integral/professor equivalente; (iv) aluno tempo integral/funcionário equivalente, incluindo hospital universitário; (v) aluno tempo integral/funcionário equivalente, sem hospital universitário; (vi) funcionário equivalente, incluindo hospital universitário/professor equivalente; (vii) funcionário equivalente, sem hospital universitário/professor equivalente; (viii) grau de participação estudantil; (ix) grau de envolvimento discente com pós-graduação; (x) conceito Capes/MEC para a pós-graduação; (xi) índice de qualificação do corpo docente; e (xii) taxa de sucesso na graduação; e
1.12.7. realize, em item especifico do relatório, análise crítica do resultado dos indicadores previstos na Decisão 408/2002 - Plenário, considerando a ampliação promovida pelo Acórdão 1.043/2006 - Plenário, demonstrando os desvios eventualmente apurados e respectivos motivos para tais desvios.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Abaixo informamos a ação adotada em relação a cada subitem do Acórdão acima citado.
Item 1.8 – Foi instaurado o processo administrativo nº. 23109006113/2011-77 referente ao servidor Siape 1083651 e a beneficiária da pensão matrícula Siape 04614534. Esclarecemos que foram incluídos a reposição ao erário na folha de pagamento a partir de outubro de 2017. Em relação a pensionista matrícula 04775333, informamos que houve a notificação do falecimento desta em 25/07/2017, através do Ofício nº. 86/2017.
Em relação aos valores pagos indevidamente a título de pensão civil aos beneficiários dos ex-servidores de matrículas Siape 0417827, 0417940, 0418063, 0418212, 0418573 e 0418761, informamos que foi instaurado o processo administrativo nº. 23109002830/2010-49 em que todos os envolvidos foram notificados que a reposição ao erário ocorrerá em folha de pagamento de janeiro/2018.
Item 1.9 – a UFOP adotou providências no sentido de que todas as concessões estão sendo revistas e adequadas às orientações da ON 04/2017. Da amostra após a adequação, 57 servidores continuam a receber o adicional de periculosidade/insalubridade já adequados as orientações normativas 06 e 04, respectivamente aos exercícios de 2016 e 2017; 20 servidores tiveram os adicionais cancelados e 18 deixaram de receber, pois durante o andamento dos trabalhos de avaliação fizeram jus a concessão da aposentadoria. As que por ventura ainda estão mantidas no sistema sem a devida adequação são consideradas, a princípio, por exposição inequívoca e habitual.
Subitens 1.10.1.1, 1.10.1.2, 1.10.1.3 – Apresentamos abaixo uma planilha referente a situação de cada servidor. Cabe ponderar que os servidores com a movimentação "arquivamento" já sanaram todas as irregularidades levantadas, os demais ainda estão tramitando para apuração.

1.10.1.11recomendacao1	Última movimentação	
Matrícula do Servidor	data	teor
1.617.446	20/12/2017	CGP- Aguardando complementação de defesa
2.884.011	14/11/2017	Servidor comprovou compatibilidade de horários.
1.744.848	31/10/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa
1.10.1.2.recomendacao2	Última movimentação	
Matrícula do Servidor	data	teor
2.376.548	14/11/2017	À PF, para parecer
0.418.954	20/12/2017	Arquivo central
2.051.686	31/10/2017	À PF, para parecer
1.176.741	31/10/2017	À PF, para parecer
2.308.804	31/10/2017	Arquivamento
1.172.544	20/12/2017	Arquivo central
2.289..827	20/12/2017	CGP- Aguardando complementação de defesa

	2.037.526	14/11/2017	Arquivamento
	1.844.728	20/12/2017	GRUPAD
	2.938.295	14/11/2017	À PF, para parecer
	0.418.997	20/12/2017	Arquivo central
	1.617.446	20/12/2017	CGP para análise
	1.725.574	14/11/2017	Arquivamento
	2.199.499	20/12/2017	Arquivo central
	2.165.035	20/12/2017	CGP para análise
	1.421.869	31/10/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa
	2.520.290	20/12/2017	CGP para análise
	2.010.559	14/11/2017	Arquivamento
	2.322.105	14/11/2017	À PF, para parecer
	2.884.011	14/11/2017	Arquivamento.
	1.659.223	20/12/2017	PROA para análise
	2.176.273	14/11/2017	À PF, para parecer
	0.418.733	20/12/2017	Arquivo central
	1.838.586	20/12/2017	Arquivo central
	1.915.946	14/11/2017	Arquivamento
	'RAFAEL AUGUSTO AMANCIO RESENDE LACERDA'	20/12/2017	Arquivo central
	1.744.848	31/10/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa
	1.325.988	14/11/2017	Ao DECPA, para complementar defesa
	1.726.241	14/11/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa
	'STANLEY DE ALMEIDA ARAUJO'	20/12/2017	Arquivo central
	2.065.705	31/10/2017	Arquivamento
	1.433.178	20/12/2017	Arquivo central
	1.10.1.3.recomendacao3	Última movimentação	
	Matrícula do Servidor	data	teor
	1.887.171	20/12/2017	CGP para análise
	2.308.804	31/10/2017	Arquivamento
	2.037.526	14/11/2017	Arquivamento
	2.366.093	20/12/2017	CGP para análise
	1.844.728	2012/2017	GRUPAD
	2.884.057	31/10/2017	Arquivamento
	1.421.869	31/10/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa
	2.520.290	20/12/2017	CGP para análise
	1.658.931	20/12/2017	Auditoria Interna
	1.257.265	14/11/2017	Arquivamento
	2.884.011	14/11/2017	Servidor apresentou documento da Junta comercial comprovando a baixa na empresa.
	6.364.041	31/10/2017	Arquivamento
	1.838.586	20/12/2017	Arquivo central
	2.890.333	31/10/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa
	1.325.988	14/11/2017	Ao DECPA, para complementar defesa
	'STANLEY DE ALMEIDA ARAUJO'	20/12/2017	Arquivo central
	2.044.827	31/10/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa
	0.418.734	31/10/2017	Ao setor do servidor, para complementar defesa

1.846.923	31/10/2017	Arquivamento
1.721.767	31/10/2017	Arquivamento
1.083.647	31/10/2017	Arquivamento
1.558.750	31/10/2017	Arquivamento
0.418.815	31/10/2017	Arquivamento
2.677.619	14/11/2017	Arquivamento
0.417.900	14/11/2017	Arquivamento
1.611.247	27/10/2017	Arquivamento
1.861.386	14/11/2017	À PF, para parecer
1.668.176	14/11/2017	À PF, para parecer
0.417.950	14/11/2017	Ao DECIV, para complementar defesa
2.857.489	14/11/2017	À PF, para parecer

Subitem 1.10.2 – Foi instaurado o Processo Administrativo nº. 23109000440/2004-96. O servidor matrícula Siape nº. 20176317 após a notificação devolveu o valor devido através da GRU. O TCU já foi oficializado do cumprimento da determinação através do Ofício CGP/PROAD/UFOP nº. 185/2016.

Subitens 1.10.3, 1.10.4 e 1.10.5 – Foi instaurado o Processo Administrativo nº. 23109007395/2014-72 referente à restituição dos valores pagos indevidamente referentes à vantagem do revogado Art. 192, I da Lei 8.112/90, que já está em processo de conclusão para inclusão na folha de pagamento de janeiro/2018.

Subitem 1.11.1 – o desempenho acadêmico dos bolsistas, conforme os arts. 29 a 33 da Resolução CUNI 1.380 é monitorado semestralmente, pelo Programa Caminhar, desde 2012. A PRACE ainda mantém o cadastro, no sistema interno de Controle de Bolsistas, as listas de estudantes suspensos/cancelados por semestre, pelos seguintes motivos: baixo rendimento; não adesão ao programa de acompanhamento; carga horária inferior a 150h; duplicidade de bolsas com a Fundação Gorceix;

Subitem 1.11.2 – os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES estão sendo discutidos em conjunto pelas equipes de assistência estudantil das IES Federais, especialmente no âmbito do FONAPRACE;

Subitens 1.11.3, 1.11.4, 1.11.5 e 1.11.6 – informamos que a Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da articulação entre o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e a Gerência de Contratos e Convênios (GECON), vem trabalhando na elaboração de um projeto para o desenvolvimento do sistema de contratos e convênios. Tal sistema tem o objetivo de concatenar toda a tramitação de um contrato ou convênio, desde a sua origem até a prestação de contas e encerramento. Tal medida irá proporcionar uma sistemática de centralização das informações, gestão e controle em tempo real da execução físico-financeira, transparência e fiscalização dos contratos e convênios firmados com toda e qualquer Instituição privada e pública, principalmente as Fundações de Apoio;

Subitem 1.11.7 – destacamos que para todas as prestações de contas apresentadas a partir de maio de 2017 pelas Fundações de Apoio estão sendo exigidos os termos de transferência dos bens para facilitar a identificação, comprovação da doação, e a verificação da requisição de tombamento;

Subitem 1.11.8 – esclarecemos que é exigida em cada prestação de contas a comprovação da devida retribuição e ressarcimento regulamentados pela Resolução CEPE 4600/2011 e Resolução CEPE 7000/2016. No entanto, entende-se que é necessário o aprimoramento desse controle para que façamos de forma proativa, ou seja, ao término do projeto a cobrança dos valores de ressarcimento, e não apenas quando for apresentada a prestação de contas. Tal questão será solucionada assim que o sistema de contratos e convênios estiver em funcionamento e nos permitir um acompanhamento em tempo real da execução dos projetos com as Fundações.

Item 1.12 – conclui-se que todos os pontos englobados se referem a orientações para elaboração dos próximos relatórios de gestão, no sentido de acrescentar informações e/ou mitigar falhas observadas no relatório de 2015, portanto haverá um empenho para implementá-las no relatório de gestão de 2017.

Fonte: Auditória Interna

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2017 haviam 76 (setenta e seis) recomendações pendentes de atendimento, destas, 23 (vinte e três) foram cumpridas e não constam mais no Sistema Monitor.

As recomendações que provocaram maior impacto foram:

- Implantação do controle eletrônico de frequência dos servidores técnicos administrativos, conforme cronograma a ser desenvolvido pela Universidade, em observância à legislação que rege a matéria, notadamente o Decreto nº. 1.590/95;
- Apuração das situações que indicam a acumulação de cargos e empregos;
- Adequação de toda a documentação exigida pela ON Segep/MPOG nº. 06/2013, para todos os servidores que recebem o adicional de insalubridade.

Para o efetivo acompanhamento das recomendações proferidas pela Controladoria Geral da União no Estado de Minas Gerais (CGU/MG) foram designadas a Coordenadora da Unidade de Auditoria Interna e a Assessora Técnica da Reitoria. Este acompanhamento é efetuado através do Sistema Monitor da CGU.

8.3 Demonstração da Conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

A UFOP observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao pagamento das contratações de Bens, Serviços, Locações e Obras, por meio de controle realizado pela data de liquidação da despesa e pelo número do respectivo documento hábil gerado pelo SIAFI, que fica disponível para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores pelo Portal da Transparência, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância. O artigo em referência determina que cada Unidade da Administração, no pagamento das obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos, para cada fonte diferenciada de recurso, sendo que o planejamento de execução financeira para o pagamento das obrigações contratuais está pautado em seu respectivo cronograma físico-financeiro. A maior parte dos recursos destinados à UFOP para a manutenção e o funcionamento da Instituição é governamental. Principais fontes: recursos provenientes do Tesouro Nacional e receitas provenientes de arrecadação própria via GRU, além de recursos descentralizados para fins específicos.

A unidade responsável pela execução financeira da UFOP recebe as demandas de pagamentos dos diversos setores internos, que são responsáveis pelos recebimentos dos Materiais e/ou Serviços e pelo ateste de que estes foram efetivamente realizados, para posterior envio do processo ao setor responsável pelo pagamento. Devido aos trâmites internos destacados, entende-se como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material. Registra-se, contudo, que a execução financeira foi prejudicada devido à dificuldade de o governo repassar os recursos tempestivamente, causando transtornos para o setor pagamentos. Houve necessidade de readequar toda a programação financeira e estabelecer novos prazos de faturamento junto aos fornecedores de bens e serviços. Registra-se melhora no percentual de repasses financeiros para a cobertura de despesas liquidadas em 2017. Entretanto a sistemática adotada atualmente, com apenas um repasse no mês, revelou-se inadequada tendo em vista o descompasso entre o cronograma de execução dos compromissos e respectiva medição/faturamento.

A SPO/MEC realiza a apuração das despesas liquidadas até o último dia útil do mês, de modo que toda despesa apropriada após a apuração fica para o próximo repasse, fato que tem gerado muita reclamação dos fornecedores em razão da demora de quase 30 dias para o pagamento. Registra-se ainda dificuldades no recebimento de repasses referente a créditos de Emendas Parlamentares Individuais. Mesmo frente à instabilidade nos repasses mensais para a quitação dos compromissos com os fornecedores, sobretudo aqueles cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666/93. Assim, a Instituição conseguiu manter todos os

serviços essenciais ao funcionamento sem prejuízo da comunidade acadêmica. A retenção e o recolhimento de tributos foram feitos em suas respectivas datas de acordo com a legislação.

8.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não foi instaurada nenhuma medida administrativa de responsabilidade por dano ao erário no exercício.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A legislação federal (Medida Provisória 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e ampliada por alterações posteriores (Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.794/2013 e Lei nº 12.844/2013) desonerou a folha de pagamento em várias atividades econômicas levando à revisão dos contratos no âmbito da Administração Pública. Esta revisão decorre fundamentalmente das determinações do TCU consubstanciadas no Acórdão nº 2859/2013 - Plenário – (TCU-013.515/2013-6). A principal orientação foi no sentido de que fossem buscados, "administrativamente, o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados e contratos vigentes, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo".

Registra-se que o histórico de evolução desse regime que ficou conhecido como "desoneração da folha de pagamento" teve início em 2011, passando por uma série de Medidas Provisórias, fato que gerou grande ansiedade e expectativa sobre sua aplicação, sobretudo em como proceder para a realização da revisão dos contratos, haja vista as várias alterações realizadas no período sobre atividades abrangidas e alíquotas incidentes. Somente em 02 de janeiro de 2014 foi publicada a regulamentação da aplicação por porte da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão fiscalizador, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.436. Ao longo desse período ainda verificamos que a RFB editou diversas soluções de consultas formais acerca da matéria, algumas delas sem efeito vinculante, outras com aplicação a todos os contribuintes enquadrados. Diante desse panorama confuso de normas e interpretações, houve inúmeras dificuldades para sua aplicação, de forma que se identificou a necessidade de capacitação do setor responsável para aplicação da norma. Na UFOP, o setor responsável quantos aos aspectos administrativos dos contratos firmados pela Instituição é a Área de Contratos da Coordenadoria de Suprimentos - CSu, que por sua vez está vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças, de forma que as atividades atinentes à desoneração estão a cargo desse setor. Conforme já explicitado no item 3.3.8, o setor passou por ampla renovação do quadro por ocasião da aposentadoria de cerca de 80% dos servidores da CSu com respectiva entrada de novos servidores em 2013, fato que dificultou sobremaneira a revisão dos contratos.

No dia 22 de setembro de 2014, o Fórum Nacional de Diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais Brasileiras - FONDCF realizou curso sobre os reflexos da desoneração do INSS nos Contratos de Construção Civil, no qual participaram o Diretor de Orçamento e Finanças e o Contador responsável. Na ocasião foi disponibilizado material de orientação para a revisão dos contratos abrangidos pela desoneração. Dessa forma o material foi distribuído e as orientações foram repassadas, de modo que o setor de contratos deu início ao trabalho de revisão em 2015. Entretanto, em razão do recurso interposto contra o Acórdão 2.859/2013 Plenário/TCU, o qual está sob efeito suspenso até a decisão final do mérito e que impede que os órgãos as apliquem até a decisão final do TCU, os trabalhos de revisão foram suspensos.

8.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

A Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) concentra a gestão da Central de Comunicação Institucional da UFOP e realiza assessoria de imprensa, mediando as relações da UFOP com os veículos de comunicação, produzindo informações e gerenciando-as, seja nos veículos de comunicação próprios, seja no atendimento a demandas de outros veículos.

A Coordenadoria de Comunicação Institucional é responsável pela Central de Produção Público-Educativa gerenciando a produção e a difusão de conteúdos diversos, sintetizando: atualização diária do portal institucional; publicação de informativos (jornal da UFOP, UFOP *online*, revista do Festival de Inverno, Revista Escolha); programas de TV e rádio, destacando o noticiário Plano Aberto, assessoria ao Festival de Inverno; participação e cobertura do Encontro de Saberes; e assessoria e cobertura da Mostra de Profissões, evento institucional aberto à participação de escolas e estudantes do ensino médio.

8.6.1 Contratos de Publicidade e Propaganda

8.6.2 Contrato Nº 069/2014

Descrição: contrato para prestação de serviços de confecção de materiais gráficos para atender demandas acadêmicas e informativa da Universidade federal de ouro preto e a empresa MJR Editora Gráfica Ltda. (PROCESSO UFOP Nº 23109-000165/2014-82).

O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços de confecção de materiais gráficos para atender às demandas acadêmicas e informativas da Universidade Federal de Ouro Preto, com entregas parcelada durante a vigência do presente instrumento contratual, conforme especificado no pregão eletrônico nº002/2014, proposta vencedora neste contrato.

Quadro 65 – Descrição de impressos MJR

Compra de impressos MJR				
Produto	Especificação	Solicitante		
Caderno de orientações (DENGUE)	Formato 16 x 22cm (fechado) - CAPA - Couchê liso 150g - 4x4cor MIOLO - AP 90g - 4x4 cor - 12 páginas	PROEX		
Caderno de Orientações (Dengue)	Formato 13 x 13cm (fechado) - 1000 unidades CAPA - Couchê liso 120g - 4x4 cor MIOLO - Couchê liso 90g - 4x4 cor - 24 páginas	PROEX		
Caderno de atividades (DENGUE)	Formato 16 x 22 cm (fechado) - 1000 unidades CAPA - Couchê	PROEX		

	liso 150g - 4x4cor MIOLO - AP 90g - 4x4 cor - 12 páginas			
Pasta livro a avaliação escolar	Dimensões livro fechado: 19 cm X 26,5 cm Cor: Capa 4x0 / Miolo 1x1 cor Acabamento: Capa Colada Imprimir: 350 cópias	CEAD UFOP		
Pasta livro avaliação aprendizagem	Páginas: 160p Dimensões livro fechado: 19 cm X 26,5 cm Cor: Capa 4x0 / Miolo 1x1 cor Acabamento: xapa Colada Imprimir: 400 cópias	CEAD UFOP		
Pasta livro educação corpo movimento	Páginas: 140p Dimensões livro fechado: 19 cm X 26,5 cm Cor: Capa 4x0 / Miolo 1x1 cor Acabamento: capa Colada Imprimir: 300 cópias	CEAD UFOP		
Pasta livro infâncias	Páginas: 52p Dimensões livro fechado: 19 cm X 26,5 cm Cor: Capa 4x0 / Miolo 1x1 cor Acabamento: Capa Colada Imprimir: 300 cópias	CEAD UFOP		
Pasta livro modernidade avaliação	Páginas: 69p Dimensões livro fechado: 19 cm X 26,5 cm Cor: Capa 4x0 / Miolo 1x1 cor Acabamento: Capa Colada Imprimir: 400 cópias	CEAD UFOP		
Pasta livro oficina letramento acadêmico	Páginas: 91p Dimensões livro fechado: 19 cm X 26,5 cm Cor: Capa 4x0 / Miolo 1x1	CEAD UFOP		

	cor Acabamento: Capa Colada Imprimir: 200 cópias			
Pasta livro recreação jogos brincadeiras	Páginas: 122p Dimensões livro fechado: 19 cm X 26,5 cm Cor: Capa 4x0 / Miolo 1x1 cor Acabamento: capa Colada Imprimir: 300 cópias	CEAD UFOP		
Agenda PRACE 2017	Agenda A5 - CAPA Agenda UFOP (papel Craft 300g-2x1 cor | Miolo 114 páginas (papel pólen 90g) - acabamento wire-o | 1300 unidades	CEAD UFOP		
Adesivos PROEX	Adesivos Vinil opaco 50x95mm 200 unidades	CEAD UFOP		
Banner observatório1	Banner em lona 80x120 - bastão e corda	Observatório EM - gilson@ufop.br		
Banner observatório2	Banner em lona 90x120 - bastão e corda	Observatório EM - gilson@ufop.br		
Banners SIMPOED	2 unidades - Banner em lona 90x120 - bastão e corda	SIMPOED - raquel.simpoed@gmail.com		
Banners Cenário Mutatis TV UFOP	2 unidades - Banner - Lona FOSCA (antirreflexo), 1,40 x 4m, sem acabamento.	CCI/TVUFOP		
Material Circula Agricultura	4 banners 80x120cm	PROEX		
Material Circula Agricultura	20 cartazes A3	PROEX		
Material Circula Agricultura	20 cartazes A3	PROEX		
Material Circula Agricultura	20 cartazes A3	PROEX		
Material Circula Agricultura	faixa - 1 lona 3x1m sem ilhós	PROEX		
Festival de inverno 2017 - MJR				
Peça	Formato	Tiragens	Material	Gráfica
Banner Centro de Convenções 1 - Logos	3,70 x 1,8 m	1	Lona - Bastão e	Externa

			Corda	
Banner Centro de Convenções 2 - Tema	3,70 x 1,8 m	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
Banner auditório São João Del Rei (Fórum das Artes)	1,20 x 0,90 cm	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
IFAC	0,90 x 0,60	2	Lona - Bastão e Corda	Externa
Entrada Centro de Convenções	1,2 X 0,90	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
Casa da Ópera	1,2 X 0,90	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
Cine Villa Rica	1,2 X 0,90	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
Oficinas	0,90 x 0,60	5	Lona - Bastão e Corda	Externa
Corredores e eventos de rua	0,90 x 0,60	6	Lona - Bastão e Corda	Externa
CAT Mariana	0,90 x 0,60	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
Festival com a Escola	0,90 x 0,60	2	Lona - Bastão e Corda	Externa
Caminhão Biblioteca	0,90 x 0,60	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
Exposições	0,90 x 0,60	9	Lona - Bastão e Corda	Externa
Palco Principal 1 - Logos	5,9 X 1,9	1	Ortofônico, ilhós	Externa
Palco Principal 2 - Tema	5,9 X 1,9	1	Ortofônico, ilhós	Externa
Bar Festival	1,80X 1,2	1	Lona - Bastão e Corda	Externa
Bar Festival - Programação	1,35 X 0,90	2	Lona - Bastão e Corda	Externa
Banner Coletiva BH	1,2 X 0,80	2	Lona - Bastão e Corda	Externa
João Monlevade	0,80 x 3,00 m	1	Ilhós	Externa
João Monlevade	0,90 x 0,60	3	Lona -	Externa

			Bastão e Corda	
Caderno de Oficinas	A5	1500	Capa: Couchê | miolo: AP	Externa
Caderno de Programação	A5	2000	Capa: Couchê | miolo: AP	Externa
Camisa Festival de Inverno	-	600	Manga Longa - Malha PV 180g - Silk - policromia	Externa
Cards Festival (FAOP)	21 x 16 cm	12000	Cartão Triplex 250g - Laminado	Externa
Adesivos "Eu Curto o Festival"	10,5 x 10,5 cm	3000	Papel Adesivo	Externa
Ingressos BAR	10X5	19500	Couchê 90g	Externa
Pasta Padrão Festival	33 x 44 cm	600	Cartão Triplex 250g - Laminado - bolsa colada	Externa

Fonte: ACI

8.6.3 Contrato 022/2017 – Empresa CONVERSO

Descrição: contrato para prestação de serviços de clipping, que entre si celebram a Universidade Federal de Ouro Preto e a empresa Converso Comunicação e Publicidade LTDA. para atender as demandas acadêmicas e informativas da UFOP e a empresa MJR Editora Gráfica LTDA. (PROCESSO UFOP Nº 23109-006869/2014-69).

O objetivo deste presente contrato é a prestação de serviços de clipping, selecionando e arquivando matérias, reportagens, nota e similares de conteúdo informativo/jornalístico relacionado a assuntos que envolvam a UFOP e temas referentes a educação e ao ensino Superior, conforme especificado na Dispensa de Licitação nº 207/2014.

8.6.4 Produção público-educativa (Rádio UFOP educativa e TV UFOP)

Quadro 66 – Produções da Radio UFOP

Produções da Rádio UFOP em 2017						
Coordenador (produtor)	Título de Projeto	Episódios	Entidades Parceiras	Número de Docentes Envolvidos	Bolsistas do proponente	Bolsistas da Rádio UFOP (Apoio em redação, apuração ou edição e sonoplastia)

Ricardo Moebus (Prof.)	Abertamente	10	Medicina/Proex	1	0	1
Marcilene Magalhães da Silva (T.A)	Acessibilidade em Debate	12	DEEDU/PROEX	1 TA	3	1
Aline Joice Nicolato (Profa.)	Alô Pediatria	10	Medicina/Proex	1	3	1
Gláucio Santos (FEOP)	UFOP Jornalismo	480	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	10
Danilo Nonato (FEOP)	Café Brasil	240	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	2
Alissandra Carvalho (Profª.)	Conexões e Turismo	12	EDTM/Proex	1	0	0
Kerley S. Alves (Profa.)	Conexão Social: turismo e comunidades	20	EDTM/Proex	1	1	1
Alexandre Barbosa Andrade (Prof.)	Drops de Saúde	10	Medicina/Proex	1	3	1
Carlos Magno de Souza Paiva (Prof.)	Em dia com o Direito	20	EDTM/Proex	1	2	1
Rômulo Ferreira (FEOP)	Giramundo	240	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	1
Maria Tereza de Freitas (Profa.)	Infonutri	9	Nutrição/Proex	1	2	1
Eloisa Helena de Lima (Profa.)	Mais Saúde	12	Medicina/Proex	1	4	1
Maria Paula Delício (Profa.), Gilson Nunes (Prof.)	Memória da Ciência e Técnica	5	Museologia - Geologia - Proex	2	2	1
Gláucio Santos (FEOP)	Memória, minha experiência com o rádio	41	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	10
Maria Paula Delício (Profa.), Gilson Nunes (Prof.)	Minuto Astronômico	10	Museologia - Geologia - Proex	2	2	1
Gláucio Santos (FEOP)	Mulheres, Caminhos e Lutas (série)	3	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	10
Danilo Nonato (FEOP), Antônio Marcelo Jackson Ferreira da Silva (Prof.)	No Tempo do Samba (série)	24	CEAD	1	0	3
Jorge Adílio Penna (Prof.)	O Choro é Livre	18	Não se aplica	1 Prof. aposentado	0	1
Rômulo Ferreira (FEOP)	Papo de Quinta	52	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	1
Danilo Nonato (FEOP), Antônio Marcelo Jackson Ferreira da Silva (Prof.)	UFOP Entrevista	10	CEAD	1	0	3

Danilo Nonato, Gláucio Santos, Rômulo Ferreira, Simei Gonderim (FEOP)	Programação Musical e Informativa (noturna 20h as 7h - sab/dom 24h)	0	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Danilo Nonato (FEOP)	Sétima Arte e suas projeções	9	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	3
Arnaldo de Almeida (T.A)	ShivaOm	21	Não se aplica	1 TA aposentado	0	1
José Franscisco do Prado Filho (Prof.)	Sintonia Ambiental	9	Engenharia Ambiental/Proex	1	15	1
Simei Gonderim (FEOP)	Standard	240	Rádio UFOP	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Héber Eustáquio de Paula (Prof.)	UFOP Esportes	40	CEDUFOP/Proex	1	1	Não se aplica
TOTAL		1557		16 Prof. (+ 1 aposentado) 01 T.A (+1 aposentado)	38	Não se aplica

Fonte: ACI

Quadro 67 – Produções TV UFOP

PRODUÇÃO TV UFOP 2017						
Coordenador	Título de Projeto	Episódios	Entidades Parceiras	Número de Docentes Envolvidos	Número de Discentes Envolvidos	Recursos captados
Fernanda Luiza Lima	Concertos Didáticos - 7 episódios	7	Canal Futura	2	15	R$ 30.000,00 (Revertido em equipamentos)
Fernanda Luiza Lima	In Confidências - 10 episódios	10	Fórum das Letras	1	8	R$ 5.000,00
Fernanda Luiza Lima	Eu também Sou Patrimônio - 04 episódios	4	Fundo Estadual da Cultura - MG	1	8	R$ 30.000,00
Adriano Medeiros/ Fernanda Luiza Lima	Mutatis Mutandis - 05 episódios	5	FAPEMIG	1	4	R$ 80.000,00
Yura Almeida Netto	Transmissões: CEPE, CUNI, Palestras - 21 episódios	21	Reitoria, Departamentos da UFOP (28 transmissões)	10	não se aplica	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Vida de Estudante - 5 episódios	5	não houve	0	7	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Institucional Finep - 2 episódios	2	PROPP	2	8	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Institucional PRACE: moradias - 1 episódio	1	PRACE	2	5	Não se aplica

Fernanda Luiza Lima	Tradução site NEI - 1 episódio	1	NEI	5 técnicos	2	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Vídeos apresentação BRICS - 5 episódios	5	Escola de Minas	2	2	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Vídeo Museu da Farmácia - 1 episódio	1	DEFAR	2	4	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Vídeo Museu Ciência e Técnica- 1 episódio	1	Museu de Ciência e Técnica	1	5	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Institucional CAINT - 1 episódio	1	CAINT	2	3	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Mais UFOP - 2 episódios	2	Departamentos: Engenharia Ambiental, Engenharia urbana e CEAD	2	4	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Empreenda Ação - 5 chamadas de divulgação	5	DECOM E DEPRO	2	3	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Minha voz, Minha Vez - 04 episódios	4	Prefeitura de Ouro Preto	0	0	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Institucional UFOP - 1 episódio	1	Propp	1	1	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Vinheta de divulgação: Escolha UFOP	1	PROGRAD	1	1	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Vinheta de divulgação: ENADE	1	PROGRAD	1	4	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Vinheta de divulgação: Festival de Inverno	1	PROEX	1	1	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Vinheta de divulgação: Start Day	1	DEPRO	1	1	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Vinheta de divulgação: Fórum das Letras	1	IFAC	1	1	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Campanha Toda Forma	1	não se aplica	1	1	Não se aplica
Yura Almeida Netto	Vinheta UFOP 48 anos	1	Reitoria	0		Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Pílulas Festival de Inverno - 27 peças	27	Proex	0	5	Não se aplica
Fernanda Luiza Lima	Reviva Festival de Inverno (divulgação) - 22 peças	22	Proex	0		Não se aplica
Yura Almeida Netto	Transmissões ao vivo Fórum das artes - 6 transmissões	6	Proex	0	2	Não se aplica
Fernanda	Pílulas Fórum das	16	IFAC	1	5	Não se aplica

Luiza Lima	Letras - 16 peças					
Yura Almeida Netto	Transmissões ao vivo Fórum das Letras - 12 transmissões	12	IFAC	1	3	Não se aplica
Vitor Nascimento Secchin	Plano Aberto - 81 telejornais	81	não houve	não se aplica	5	Não se aplica
Vitor Nascimento Secchin	Boletim - 125 peças	125	não houve	não se aplica	5	Não se aplica
Vitor Nascimento Secchin	Conexão UFOP - 8 quadros de entrevistas	8	não houve	não se aplica	5	Não se aplica
TOTAL		380	27	42	118	R$145.000,00

Fonte: ACI

8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 68 – Cursos com disciplinas de Libras

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA	112600	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
FILOSOFIA LICENCIATURA	595	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
FÍSICA LICENCIATURA	1168454	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
HISTORIA LICENCIATURA	592	MARIANA	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
LETRAS LICENCIATURA	593	MARIANA	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA (EAD)	1177731		SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
MATEMÁTICA LICENCIATURA	18877	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
LICENCIATURA EM MUSICA	21158	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
PEDAGOGIA	112606	MARIANA	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
PEDAGOGIA (EAD)	111504		SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.hp/cursos
QUÍMICA LICENCIATURA	18875	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
LICENCIATURA MATEMÁTICA (EAD)	111506		SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS LICENCIATURA	18876	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
ARTES CÊNICAS LICENCIATURA	21157	OURO PRETO	SIM	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos

9. ANEXOS E APÊNDICES

9.1 ANEXO I– BALANÇO FINANCEIRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO	EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	**3.458.775,09**	**3.747.358,40**	**Despesas Orçamentárias**	**423.297.091,16**	**391.040.475,00**
Ordinárias	**12,00**	**1.000,00**	**Ordinárias**	**140.512.308,12**	**93.081.115,83**
Vinculadas	**3.546.024,11**	**3.831.323,42**	**Vinculadas**	**282.784.783,04**	**297.959.359,17**
Outros Recursos Vinculados a Orgãos e Programas	3.546.024,11	3.831.323,42	Educação	278.601.235,73	252.181.167,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-87.261,02	-84.965,02	Seguridade Social (Exceto RGPS)	367.566,63	41.972.772,85
			Operação de Crédito	700.000,00	4.869,10
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.115.980,68	3.224.651,41
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		575.898,81
Transferências Financeiras Recebidas	**424.999.564,06**	**383.158.825,45**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**742,48**	**236.009,28**
Resultantes da Execução Orçamentária	408.622.976,43	370.368.930,86	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	408.622.976,43	370.368.930,86	Independentes da Execução Orçamentária	742,48	236.009,28
Independentes da Execução Orçamentária	16.376.587,63	12.789.894,59	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	730,48	204.765,41
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	16.376.587,63	12.545.945,44	Movimento de Saldos Patrimoniais	12,00	31.243,87
Movimentação de Saldos Patrimoniais		243.949,15	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**13.849.557,89**	**17.812.023,43**	**Despesas Extraorçamentárias**	**17.362.196,03**	**13.253.732,45**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	470.515,14	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	470.515,14	2.716.148,14
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.596.468,17	17.090.005,11	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	16.660.936,36	10.296.081,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	230.744,53	37.797,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	230.744,53	37.797,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	22.345,19	213.705,28	Outros Pagamentos Extraorcamentários	-	213.705,28
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	22.345,19		Demais Pagamentos		213.705,28
Passivos Transferidos		213.705,28			
Saldo do Exercício Anterior	**4.145.839,29**	**3.957.848,74**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**5.793.706,66**	**4.145.839,29**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.145.839,29	3.957.848,74	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.793.706,66	4.145.839,29
TOTAL	**446.453.736,33**	**408.676.056,02**	**TOTAL**	**446.453.736,33**	**408.676.056,02**

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

9.2 ANEXO II– BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
26/02/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**3.771.764,00**	**3.771.764,00**	**3.458.775,09**	**-312.988,91**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**761.430,00**	**761.430,00**	**343.843,83**	**-417.586,17**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	761.430,00	761.430,00	343.843,83	-417.586,17
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	**13.107,00**	**13.107,00**	**14.966,00**	**1.859,00**
Receitas de Serviços	**2.994.870,00**	**2.994.870,00**	**3.099.871,62**	**105.001,62**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.994.870,00	2.994.870,00	3.099.871,62	105.001,62
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**2.357,00**	**2.357,00**	**93,64**	**-2.263,36**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.357,00	2.357,00	93,64	-2.263,36
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
26/02/2018	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**3.771.764,00**	**3.771.764,00**	**3.458.775,09**	**-312.988,91**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**3.771.764,00**	**3.771.764,00**	**3.458.775,09**	**-312.988,91**
DEFICIT			**419.838.316,07**	**419.838.316,07**
TOTAL	**3.771.764,00**	**3.771.764,00**	**423.297.091,16**	**419.525.327,16**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superavit Financeiro	-	-	-	-
Creditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Liquidos	-	-	-	-
Creditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**393.893.227,00**	**414.601.800,00**	**416.761.608,04**	**408.324.148,18**	**408.324.148,18**	**-2.159.808,04**
Pessoal e Encargos Sociais	**315.875.455,00**	**337.543.707,00**	**334.924.131,59**	**334.924.131,59**	**334.924.131,59**	**2.619.575,41**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**78.017.772,00**	**77.058.093,00**	**81.837.476,45**	**73.400.016,59**	**73.400.016,59**	**-4.779.383,45**
DESPESAS DE CAPITAL	**6.369.219,00**	**7.369.219,00**	**6.535.483,12**	**1.376.474,81**	**1.376.474,81**	**833.735,88**
Investimentos	**6.369.219,00**	**7.369.219,00**	**6.535.483,12**	**1.376.474,81**	**1.376.474,81**	**833.735,88**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**400.262.446,00**	**421.971.019,00**	**423.297.091,16**	**409.700.622,99**	**409.700.622,99**	**-1.326.072,16**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Divida Interna	-	-	-	-	-	-
Divida Mobiliaria	-	-	-	-	-	-
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Divida Externa	-	-	-	-	-	-
Divida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
26/02/2018	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**400.262.446,00**	**421.971.019,00**	**423.297.091,16**	**409.700.622,99**	**409.700.622,99**	**-1.326.072,16**
TOTAL	**400.262.446,00**	**421.971.019,00**	**423.297.091,16**	**409.700.622,99**	**409.700.622,99**	**-1.326.072,16**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCICIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.731.260,57**	**11.627.496,31**	**11.357.162,62**	**11.339.162,62**	**349.764,72**	**1.669.829,54**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Divida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**1.731.260,57**	**11.627.496,31**	**11.357.162,62**	**11.339.162,62**	**349.764,72**	**1.669.829,54**
DESPESAS DE CAPITAL	**398.585,18**	**5.462.508,80**	**5.321.773,74**	**5.321.773,74**	**286.653,22**	**252.667,02**
Investimentos	**398.585,18**	**5.462.508,80**	**5.321.773,74**	**5.321.773,74**	**286.653,22**	**252.667,02**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Divida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**2.129.845,75**	**17.090.005,11**	**16.678.936,36**	**16.660.936,36**	**636.417,94**	**1.922.496,56**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	**174.936,09**	**174.936,09**	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	**118,75**	**118,75**	-	-
Juros e Encargos da Divida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	**174.817,34**	**174.817,34**	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	**295.579,05**	**295.579,05**	-	-
Investimentos	-	**295.579,05**	**295.579,05**	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Divida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	**470.515,14**	**470.515,14**	-	-

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

9.3 ANEXO III– BALANÇO PATRIMONIAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO	EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 2
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**1.200.124.854,18**	**1.214.012.544,59**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.200.124.854,18**	**1.214.012.544,59**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	**5.793.706,66**	**4.145.839,29**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**15.541.309,92**	**19.690.366,00**
ATIVO PERMANENTE	**1.194.331.147,52**	**1.209.866.705,30**	**PASSIVO PERMANENTE**	**34.944,26**	**5.377.267,09**
			SALDO PATRIMONIAL	**1.184.548.600,00**	**1.188.944.911,50**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**13.249.647,34**	**12.835.173,82**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**21.552.443,58**	**20.514.319,55**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	13.249.647,34	12.835.173,82	Execução dos Atos Potenciais Passivos	21.552.443,58	20.514.319,55
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	9.581.536,15	9.167.062,63	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	10.153.400,45	11.036.375,09
Direitos Contratuais a Executar	3.668.111,19	3.668.111,19	Obrigações Contratuais a Executar	11.399.043,13	9.477.944,46
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**13.249.647,34**	**12.835.173,82**	**TOTAL**	**21.552.443,58**	**20.514.319,55**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-1.676.654,06**
Recursos Vinculados	**-8.070.949,20**
Educação	-9.036.520,64
Seguridade Social (Exceto RGPS)	141.537,36
Operação de Crédito	-623.194,43
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.444.916,32
Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.212,19
TOTAL	**-9.747.603,26**

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	PERÍODO
2017	Anual
EMISSÃO	**PÁGINA**
28/02/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**8.857.827,86**	**34.786.146,42**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**5.793.706,66**	**4.145.839,29**
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**418.634,26**	**28.578.151,96**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	**2.645.486,94**	**2.062.155,17**
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**1.191.267.026,32**	**1.179.226.398,17**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**117.711,53**	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	117.711,53	
Estoques	-	
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm	-	-
Imobilizado	**1.190.461.173,34**	**1.178.612.402,27**
Bens Móveis	84.664.520,11	83.254.944,95
Bens Móveis	104.477.493,70	98.779.632,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-19.812.973,59	-15.524.687,79
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	1.105.796.653,23	1.095.357.457,32
Bens Imóveis	1.107.042.331,57	1.095.659.521,52
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.245.678,34	-302.064,20
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	**688.141,45**	**613.995,90**
Softwares	678.732,24	603.233,24
Softwares	678.732,24	603.233,24
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	9.409,21	10.762,66
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	9.409,21	10.762,66

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	**67.789,31**	**5.840.282,09**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	**1.883.630,60**
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	27.384,12	**3.968.710,79**
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	40.405,19	**187.940,70**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**7.500,14**	**7.500,14**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	**7.500,14**	**7.500,14**
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	**75.289,45**	**5.847.782,23**

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	**0,43**	**0,43**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	**2.875.485,10**
Resultados Acumulados	**1.200.049.564,30**	**1.205.289.275,83**
Resultado do Exercício	22.981.663,31	102.382.282,46
Resultados de Exercícios Anteriores	1.205.289.276,83	1.102.908.994,37
Ajustes de Exercícios Anteriores	-28.221.375,84	
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.200.049.564,73**	**1.208.164.762,36**

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

9.4 ANEXO IV– DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO	EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2017	2016
INGRESSOS	**8.641.694,97**	**6.133.970,37**
Receitas Derivadas e Originarias	**428.689.083,58**	**387.157.687,03**
Receita Tributária	**3.458.775,09**	**3.747.358,40**
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	343.843,83	297.320,78
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	14.966,00	13.183,00
Remuneração das Disponibilidades	3.099.871,62	3.432.943,80
Outras Receitas Derivadas e Originarias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	93,64	3.910,82
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	**425.230.308,59**	**383.410.328,63**
Restos Transferidos	230.744,53	37.797,90
Transferências Financeiras Recebidas		213.705,28
DESEMBOLSOS	424.999.584,06	383.158.825,45
Pessoal e Demais Despesas	**-420.047.388,71**	**-381.023.716,66**
Legislativo	**-374.013.414,56**	**-338.144.106,85**
Judiciario	-	-
Essencial a Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-1.053.000,00
Saude	-78.153.255,30	-65.750.144,53
Trabalho	-598.508,57	-687.928,73
Educação	-	-
Cultura	-294.686.331,02	269.941.419,68
Direitos da Cidadania	-587.664,96	-615.687,86
Urbanismo	-	-95.925,05
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO	EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 2
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Industria	-	-
Comercio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancarias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Divida	22.345,19	-
Juros e Correção Monetária da Divida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Divida Externa	-	-
Outros Encargos da Divida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	**-45.802.487,04**	**-42.392.098,35**
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municipios	-	-
Intragovernamentais		-
Outras Transferências Concedidas	-43.737.527,39	-39.847.523,19
Outros Desembolsos das Operações	-2.064.959,65	-2.544.575,16
Dispêndios Extraorçamentários	**-231.487,01**	**-487.512,46**
Transferências Financeiras Concedidas	-230.744,53	-37.797,90
Demais Pagamentos	-742,48	-236.009,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-213.705,28
INGRESSOS	**-6.993.827,60**	**-5.945.979,82**
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-6.993.827,60**	**-5.945.979,82**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-6.639.274,06**	**-5.576.757,66**
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-354.553,54**	**-269.222,16**
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municipios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Divida	-	-
	-	-

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
26/02/2018	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.647.867,37**	**187.990,55**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**4.145.839,29**	**3.957.848,74**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**5.793.706,66**	**4.145.839,29**

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

9.5 ANEXO V– DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO	EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**449.288.203,82**	**2.257.625.051,95**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**3.545.469,02**	**3.767.805,47**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	15.075,00	13.159,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.530.394,02	3.754.646,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**354,43**	**505,16**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	354,43	505,16
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**432.565.651,21**	**386.754.812,64**
Transferências Intragovernamentais	424.999.554,06	383.158.825,45
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.566.097,15	3.596.787,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**13.176.506,50**	**1.867.098.192,59**
Reavaliação de Ativos	2.522.870,08	1.844.914.910,93
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.994.944,19	20.786.862,97
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.658.692,23	1.394.418,69
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**212,66**	**3.936,09**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO	EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 2
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	212,66	3.936,09
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**426.306.540,51**	**2.155.242.769,49**
Pessoal e Encargos	**273.509.176,90**	**247.998.828,31**
Remuneração a Pessoal	211.728.078,73	190.056.072,03
Encargos Patronais	41.147.659,12	37.142.710,21
Benefícios a Pessoal	20.633.139,05	20.798.046,07
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**78.615.640,57**	**63.798.376,58**
Aposentadorias e Reformas	60.407.682,61	48.272.419,80
Pensões	18.094.099,84	15.425.153,43
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	113.858,12	100.803,35
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**48.700.843,85**	**49.938.443,37**
Uso de Material de Consumo	6.371.643,85	5.837.051,79
Serviços	37.097.300,06	39.496.945,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.231.899,94	4.604.446,08
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**87.261,02**	**24.888,32**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	87.261,02	24.888,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**5.234.633,88**	**268.143,37**
Transferências Intragovernamentais	742,46	236.009,28
Transferências Intergovernamentais	900.417,68	32.134,09
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**2.264.219,69**	**1.776.541.105,32**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	1.758.624.182,81
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	2.264.219,69	17.916.922,51

Mariza Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC 105275/O-9

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
26/02/2018	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	**2.405.377,86**	**2.346.085,28**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.252,99	5.350,61
Contribuições	2.400.124,87	2.340.734,67
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**15.489.336,74**	**14.326.898,94**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	15.439.037,93	14.281.078,34
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	50.348,81	45.820,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERIODO	**22.981.663,31**	**102.382.282,46**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016

Rodrigo Pereira Chagas
Contador/UFOP
CRC-MG 105275/O-9

9.6 ANEXO VI– PLANO DE AÇÕES

Quadro 69 – Plano Parcial de Ações 2018

Plano Parcial de Ações UFOP 2018				
	Ação	**Classificação**	**Eixo do PDI**	**Metas**
PROPP	Criação e Manutenção de animais (roedores e cães) para ensino e pesquisa na Universidade Federal de Ouro Preto	Atividade	Pesquisa	• Aumentar o número de resumos em congressos de atividades desenvolvidas por alunos de graduação dos diversos cursos da UFOP; • Aumentar o número de TCCs (trabalhos de conclusão de curso) realizados no âmbito do CCA; • Aumentar o número de dissertações desenvolvidas no CCA/UFOP; • Aumentar o número de teses desenvolvidas no CCA/UFOP; • Aumentar em 20% percentual de publicação de artigos A (Qualis periódicos Capes); • Aumentar em 10% percentual de publicação de artigos B (Qualis periódicos Capes); • Estabelecer parcerias com empresas privadas para o desenvolvimentos de pesquisas conjuntas.
	Auxílio Financeiro a Estudante de Pós-Graduação via UFOP	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5. META INTERMEDIÁRIA Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 4 até 2017
	Custeio material de consumo estocáveis da Pós-Graduação	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5.
	Manutenção predial da Pesquisa e Pós-Graduação	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5. META INTERMEDIÁRIA Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 4 até 2017.
	Fomento a pesquisa - iniciação científica	Atividade	Pesquisa	Aumentar em pelo menos 50% o investimento em ações voltadas para o desenvolvimento da pesquisa (em relação a 2015). Melhorar qualitativamente a pesquisa na UFOP e o número de egressos na pós-graduação.
	Encontro de Saberes / Seic	Evento	Pesquisa	Divulgar em 100% os resultados alcançados nas pesquisas de iniciação científica e da mostra da pós-graduação.
	Bolsas para a Pós-Graduação	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Elevar a média de nota da CAPES dos cursos de pós-graduação stricto senso para a faixa 5. Melhorar a integração entre os alunos de pós e de graduação por meio da realização das atividades de ensino e aumentar a experiência docente dos bolsistas.
	Projeto Mais UFOP	Projeto	Ensino de Pós-Graduação	Produção de 29 produtos de audiovisual sobre os programas de pós-graduação da UFOP.
	Edital Auxílio a Pesquisador	Atividade	Pesquisa	Ampliar para 30% a proporção de docentes efetivos da UFOP com coordenação de projetos de pesquisa ou de projetos culturais; Aumentar o número atual (2016) de docentes vinculados à pesquisa; Aumentar o número atual (2016) de publicações de docentes; Melhorar a qualidade dos projetos de pesquisa.

				Aumentar o número atual (2016) de grupos de pesquisa; Aumentar o número atual (2016) de patentes de pesquisa depositadas por ano por pesquisadores da UFOP; Viabilizar o aumento do número atual (2016) de docentes bolsistas de produtividade do CNPq; Aumentar em 20% em relação ao número atual a proporção de docentes da UFOP que possuem artigos completos publicados em anais de congressos, periódicos científicos e livros com mais de 100 citações. Aumento do Investimento anual em auxílio financeiro a pesquisador.
	Edital Auxílio Manutenção de Equipamentos Multiusuários	Atividade	Pesquisa	Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5. META INTERMEDIÁRIA Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 4 até 2017
	Auxílio publicação/tradução/revisão	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5. Meta Intermediária: elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 4 até final 2017.
	Fomento à Pesquisa do Núcleo de Pesquisas em Ciências Biológicas (NUPEB)	Atividade	Pesquisa	Propiciar a elevação da nota CAPES do curso de pós-graduação em Biotecnologia e manter o nível de excelência no curso Ciências Biológicas.
	Custeio dos Programas de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Educação Matemática	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Elevar a média de nota da Capes destes cursos de mestrado profissional para as faixas 4 e 5 e tentar transformá-los em mestrados acadêmicos
	Custeio da Expedição de Certificados de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e de Diplomas de Cursos Stricto Sensu da UFOP.	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Expedição de aproximadamente 800 certificados de cursos lato sensu e de aproximadamente 400 diplomas de cursos stricto sensu da UFOP com material de qualidade e com eficácia.
	Pagamento Doutorado Interinstitucional - Dinter em Administração de Empresas	Projeto	Ensino de Pós-Graduação	Formar 20 doutores em Administração de Empresas para atuarem como docentes na UFOP.
	Investimento em computadores e softwares para gestão da PROPP e programas de Pós-Graduação	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5. Meta Intermediária - Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 4 até 2017.
	NITE (Núcleo de Inovação Tecnológica)- desenvolvimento de ações de captação e proteção dos ativos de propriedade intelectual gerados na UFOP.	Atividade	Inovação	Ampliação do registro de patentes depositadas por ano, tendo como base no ano de 2016.,
	Custear a Incultec - incubadora de empresas de base tecnológica da UFOP.	Atividade	Inovação	Incubar o maior número de empresas e projetos inovadores (tomando como base o ano de 2016) disponibilizando infraestrutura física, de serviços e de treinamento, capazes de preparar novas empresas para a entrada e estabelecimento seguro no mercado.

	Viabilização de transporte para atender a PROPP e os programas de Pós-Graduação.	Atividade	Ensino de Pós-Graduação	Fazer as pesquisas de campo necessárias para formação do aluno de pós-graduação e trazer docentes de outras universidades para bancas de qualificação, mestrado e doutorado. Esta ação tem como meta elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5. Meta Intermediária - Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 4 até 2017.
	Sistema Financiar - Acesso ao sistema Financiar/oportunidades de fomento.	Atividade	Pesquisa	Maximizar e potencializar o investimento feito pela UFOP na pesquisa científica e tecnológica.
PROEX	Projetos de Extensão	Projeto	Extensão	Apoiar todas ações extensionistas da UFOP que solicitarem apoio financeiro para bolsas de extensão.
	Projetos de Extensão - Bolsas	Projeto	Extensão	Apoiar 100% das ações extensionistas realizadas na UFOP que solicitarem apoio financeiro para bolsas de extensão.
	Desenvolvimento Institucional - Bolsas	Atividade	Extensão	Atender com qualidade e celeridade todas demandas internas e externas da PROEX.
	Gestão da unidade - Custeio	Atividade	Extensão	Obter 100% dos materiais de consumo necessários para setor.
	Manutenção Predial - Custeio	Atividade	Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional	Setor funcionando em condições salubres.
	Gestão da unidade - Pessoa jurídica	Atividade	Extensão	Contratar licença guarda chuva e PJ para dar suporte necessário a eventos.
	Material gráfico	Atividade	Extensão	Produzir todo material gráfico necessário para dar suporte necessário a PROEX e Festival de Inverno.
	Transporte PROEX	Atividade	Extensão	Atender todas demandas de equipamentos de som. Transportar todos ministrantes de eventos de pequeno porte. Transportar todos servidores para demais campi quando necessário.
	Festival de Inverno - Transporte	Evento	Extensão	Atender 100% das demandas de transporte.
	Festival de Inverno - Pessoa Jurídica	Evento	Extensão	Contratar todos serviços necessários para realização do evento.
	Festival de Inverno - Material de consumo	Evento	Extensão	Adquirir, junto ao almoxarifado, todos materiais de consumo necessários para evento.
	Festival de Inverno - Bolsas	Evento	Extensão	Possuir colaboradores para todas funções necessárias.
	Gestão da Unidade - Material Permanente	Atividade	Extensão	Aquisição de um telefone sem fio e um notebook.
	Projetos de Extensão - Vale transporte	Projeto	Extensão	Possibilitar que todos projetos de extensão que solicitam vale transporte sejam atendidos.
PROG RAD	Viagens PET	Contrapartida da UFOP ao Programa	Ensino de Graduação	Aprovar uma viagem de valor máximo de R$1000,00 para cada grupo em 2018.

	Viagens PIBID	Contrapartida da UFOP ao Programa	Ensino de Graduação	Atender uma viagem do PIBID no ano.
	Tutoria	Projeto	Assistência Estudantil	Diminuir o percentual de retenção nas disciplinas dos primeiros semestres dos cursos.
	Mostra de Profissões	Evento	Ensino de Graduação	O evento visa a dar visibilidade e atrair candidatos para os cursos de graduação da UFOP, apresentando à comunidade, especialmente aos alunos provenientes do Ensino Médio, as possibilidades que a Universidade lhes oferece.
	Excursões Curriculares	Atividade	Ensino de Graduação	Atender a proposta formativa dos cursos.
	Pró-Ativa	Projeto	Ensino de Graduação	Contribuir para a melhoria do ensino de graduação.
	Monitoria	Projeto	Ensino de Graduação	O foco da Monitoria é a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes com vistas à redução da reprovação nas disciplinas. Em 2018 visa oferecer 280 bolsas de monitoria em 2018.1 e 280 bolsas em 2018.2 no valor de R$400,00 mensais por um período de quatro meses.
	Sala Aberta	Evento	Ensino de Graduação	Realização de 4 palestras presenciais com palestrantes convidados. Oferecimento de uma edição do Sala Aberta Virtual (via moodle).
	Auxílio à Participação em Eventos	Atividade	Ensino de Graduação	Ampliar a divulgação do programa para a incentivar a participação dos discentes.
	Programa de Apoio Para Organização de Eventos Acadêmicos	Atividade	Ensino de Graduação	Ampliação do número de eventos realizados pelos cursos, especialmente as ações de recepção e acolhimento de calouros.
	Melhoria das instalações do Bloco de Salas de Aula	Atividade	Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional	1) Pavimentação da passagem por onde os alunos acessam o Bloco de Salas pelos fundos. A terra vermelha impede a conservação dos serviços de limpeza; 2) Instalação de blackout ou persianas no auditório (salas 102, 104, 106, 201, 203, 205, 207, 209 e

				214). A luminosidade dificulta as projeções em determinadas horas do dia; 3) Substituição da tela de projeção da sala 214 e do auditório; 4) Compra de dez lâmpadas reserva para o projetor Epson PowerLite S31+; 5) Compra de três mesas redondas; 12 cadeiras; puffs e poltronas para os alunos se sentarem pelo prédio, já que atualmente, durante o intervalo de aulas, eles ficam assentados no chão, espalhados pelos corredores. 6) Aquisição de duas enceradeiras (uma para cada andar); 7) Compra de três quadros de aviso para o hall principal; 8) Instalação de som compatível com o auditório do Bloco para realização de eventos. Atualmente, é necessário apoio da PROEX. 9) Instalação de uma pia de cozinha na sala 107 do NEI; 10) Adaptação de trincos para fechamento das portas dos banheiros pelas pessoas com deficiência.
	Melhorias - Núcleo de Educação Inclusiva	Atividade	Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional	Compra de: 03 Notebooks; 04 Lupas eletrônicas; 03 Amplificadores de voz; 09 Mesas de escritório; 10 Apoios de pé; 02 Perfuradoras p/encadernação até 20fls p/espiral simples.
	Fomento a viagens administrativas	Atividade	Ensino de Graduação	Acompanhamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas em outros Campi, especialmente em João Monlevade; Participação de servidores da PROGRAD em congressos e seminários relacionados ao ensino e à graduação; Atuação da Pró-Reitoria em eventos como o COGRAD e FORGRAD.
	Redução da Evasão nos cursos de Graduação	Atividade	Ensino de Graduação	Em parceira com as Unidades Acadêmicas: - Auxiliar na realização de eventos que terão palestrantes ex-alunos da UFOP e professores aposentados, preferencialmente. - Apoio à realização de excursões extracurriculares para que os discentes possam aprofundar seus conhecimentos sobre a profissão; visita à empresas/projetos das áreas conexas ao curso.
	Organização do arquivo acadêmico da PROGRAD	Atividade	Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional	- Compra de 100 estantes de aço para o arquivo acadêmico; - Compra de 02 arquivos deslizantes com dezoito faces para o arquivo acadêmico. - Aquisição de materiais arquivísticos: 3.000 caixas de arquivos; 3.000 etiquetas autocolantes; - Aquisição de equipamentos de proteção individual: 6 guarda-pós (jalecos); 6 óculos de proteção; 1.000 pares de luvas descartáveis; 1.000 máscaras descartáveis
A	Restaurante Universitário:	Manutenção	Assistência	Reenviar solicitação de estudo e desenvolvimento de projeto e execução à PRECAM.

	revitalização de canaletas e/ou grelhas de piso		Estudantil	
	Restaurante Universitário: Confecção de dreno de óleo e rejeitos do processamento de legumes proveniente dos fornos e Descascador de legumes.	Manutenção	Assistência Estudantil	Reenviar solicitação de estudo e desenvolvimento de projeto e execução à PRECAM.
	Restaurante Universitário: Instalação de telas mosquiteiro no refeitório	Projeto	Assistência Estudantil	Resgatar junto à PRECAM o projeto desenvolvido, viabilizando a sua execução.
	Restaurante Universitário: Aquisição ou revitalização de veículo para transporte de refeição.	Aquisição	Assistência Estudantil	Buscar orçamentos e emissão de PAMCS.
	Restaurante Universitário:Instalação de medidores de energia e água no Restaurante Campus Morro do Cruzeiro.	Aquisição	Assistência Estudantil	Encaminhar nova solicitação à PRECAM.
	Restaurante Universitário: Desenvolvimento de projeto para melhoria de aeração mecânica e natural para os restaurantes do ICSA e RECAM.	Projeto	Assistência Estudantil	Encaminhar nova solicitação à PRECAM.
	Restaurante Universitário: Terceirização dos serviços de manutenção de Equipamentos dos Rus.	Manutenção	Assistência Estudantil	Desenvolver Projeto básico de manutenção em conjunto com a PRECAM e buscar orçamentos.
	Restaurante Universitário: Aquisição e instalação de Pass Through nos Rus do ICSA e ICHS.	Aquisição	Assistência Estudantil	Buscar orçamentos e emissão de PAMCS.
	Restaurante Universitário: Reestruturação dos Rus ICSA e ICHS.	Projeto	Assistência Estudantil	Aprovação de projeto já existente e recurso financeiro.
	Restaurante Universitário: Aquisição de equipamentos e utensílios.	Aquisição	Assistência Estudantil	Buscar orçamentos e emissão de PAMCS
	Restaurante Universitário: Recomposição da mão de obra.	Contratação de Pessoal	Assistência Estudantil	Aditamento do Termo de Contrato nº 045/2017.
	Restaurante Universitário: Aquisição de Gerador de Energia	Aquisição	Assistência Estudantil	Encaminhamento de solicitação de liberação de recurso à PRACE/ PROPLAD.
	Restaurante Universitário: Estudo para implantação e uso de Energia Solar	Projeto	Assistência Estudantil	Encaminhar solicitação à PRECAM.

	Restaurante Universitário: Estudo para implementação de acessibilidade nos Rus	Projeto	Assistência Estudantil	Encaminhar solicitação à PRECAM.
	Prace: Bem Vindo Calouro	Evento	Assistência Estudantil	Adquirir canecas e agendas.
	Prace: Programas de Bolsas (Alimentação, Permanência, Trasnsporte, BIDA, BIDIC	Atividade	Assistência Estudantil	Conceder 25.000 bolsas em um ano.
	Prace: Avaliação socioeconômica	Atividade	Assistência Estudantil	Firmar 3 contratos de prestação de serviços de assistentes sociais por 90 dias, em cada semestre.
	Prace: Revitalização das moradias do Conjunto I (Mariana)	Evento	Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional	Reformar todas as casas (pintura, estrutura hidrálica, piso, cercamento, telhados).
	Prace: Estrutura de segurança nas moradias universitárias	Evento	Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional	Adquirir de Câmeras para todas as moradias socioeconômicas, construir guaritas na Vila Universitária e apartamentos.
	Prace: Estrutura de convivência e promoção da saúde e bem-estar nas moradias universitárias	Evento	Assistência Estudantil	Adquirir mobiliário para revitalização da sala de estudos dos Apartamentos; adquirir equipamentos para instalação de "academia ao livre".
	Centro de Saúde/Prace: Acolhimento aos usuários de álcool e drogas	Capacitação	Assistência Estudantil	1) Diminuir o absenteísmo ao serviço pelos servidores; 2) Diminuir a evasão e melhoria da qualidade de vida dos usuários.
	Centro de Saúde/Prace: Atendimento psiquiátrico	Atividade	Assistência Estudantil	1)Melhorar a qualidade de saúde mental do discente;2) diminuir agravos à saúde mental;3) diminuir evasão escolar;4) melhorar a qualidade de vida do discente.
	Centro de Saúde/Prace: Atendimento psicológico	Atividade	Assistência Estudantil	1)Melhorar a qualidade de saúde mental do discente;2) diminuir agravos à saúde mental;3) diminuir evasão escolar;4) melhorar a qualidade de vida do discente.
	Centro de Saúde/Prace: Atendimento Odontológico de alunos e funcionários	Atividade	Assistência Estudantil	Melhoria do atendimento aos usuários do serviço e uso da capacidade total de atendimentos. O serviço no momento encontra-se com interrupções nos atendimentos, gerando horários ociosos de servidores do setor, devido a falta de material de consumo e equipamentos adequados e manutenção de equipamentos.
	Centro de Saúde/Prace: Atendimento médico no Ambulatório escola	Atividade	Assistência Estudantil	Melhorar o abastecimento e organização do espaço para atendimento dos professores e alunos com todos os materiais e equipamentos necessários.
	Centro de Saúde/Prace: Atendimento nutricional no ambulatório escola	Atividade	Assistência Estudantil	Melhorar o abastecimento e organização do espaço para atendimento dos professores e alunos com todos os materiais e equipamentos necessários.
	Centro de Saúde/Prace: Com-tato	Projeto	Assistência Estudantil	Ações em sala de espera com temas em saúde variados.
	Centro de Saúde/Prace: Saúde em Foco	Projeto	Assistência Estudantil	Ações voltadas para a equipe do Centro de Saúde e do PSF conforme demandas solicitadas.
	Centro de Saúde/Prace: Compra de material de consumo	Atividade	Assistência Estudantil	Levantamento de todo material necessário para realização das atividades.

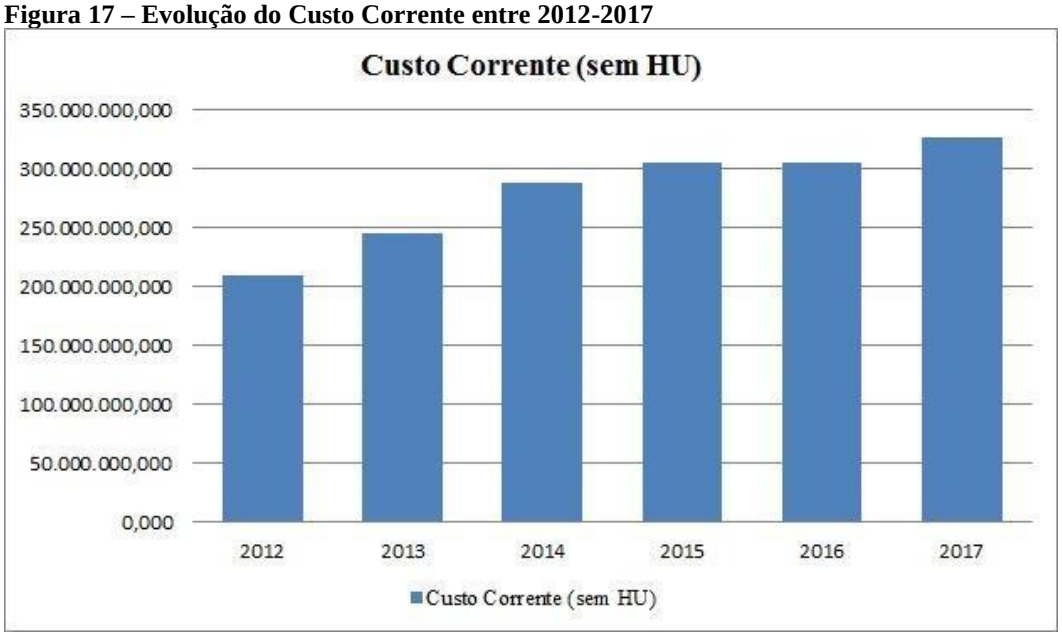
	Centro de Saúde/Prace: Aquisição de material permanente	Atividade	Assistência Estudantil	Levantamento de todo material necessário para realização das atividades.
PROAD	Descarte de Documentos	Atividade	Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional	20% da redução da massa documental
	Integração - 2017	Evento	Política de Gestão de Pessoas	Garantir a participação de 100% dos servidores efetivos, recém-contratados para a UFOP.
	Edital ADP 01/2017 - seleção de demandas de capacitação a serem realizadas em 2017.	Projeto	Política de Gestão de Pessoas	Aumentar em 20% a participação das Unidades Administrativas nas ações de capacitação. Aumentar em 25% a participação das Unidades Acadêmicas nas ações de capacitação.
	Edital ADP 02/2017 - Seleção de ministrantes e propostas de ações de capacitação	Projeto	Política de Gestão de Pessoas	Ampliar em 20% a participação de servidores efetivos como novos ministrantes das ações de capacitação.
	Auxílio à Qualificação dos servidores da UFOP	Projeto	Política de Gestão de Pessoas	Aumentar em 72% o número de TAEs que recebem o Auxílio à Qualificação. Aumentar em 18% o número de docentes que recebem o Auxílio à Qualificação.

Fonte: PROPLAD

9.7 ANEXO VII– UFOP em números

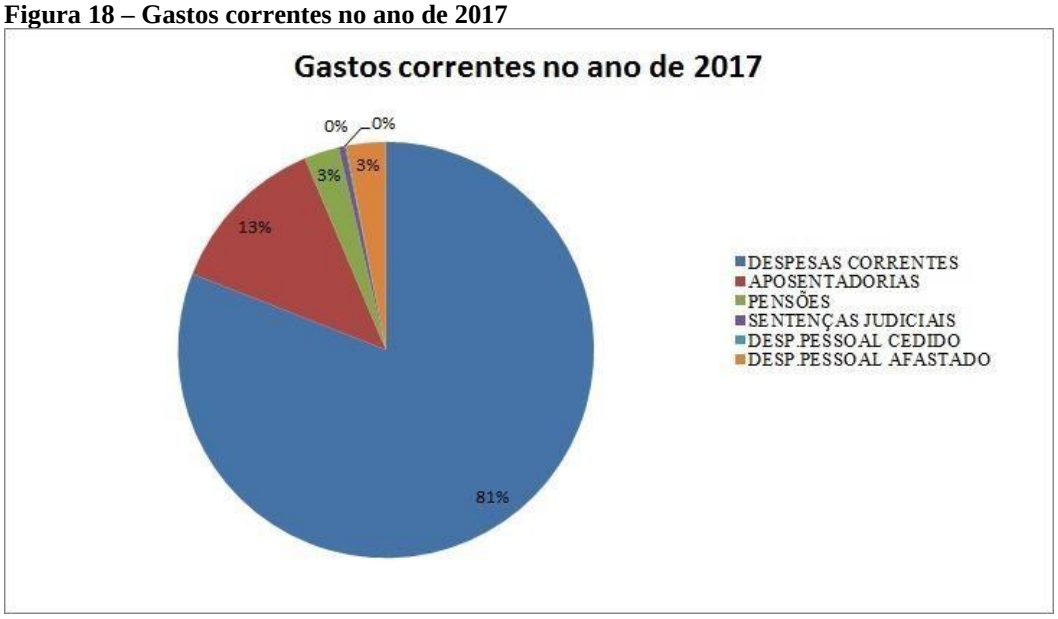
As figuras a seguir são apresentadas com o objetivo de traçar, de forma resumida, uma trajetória dos principais úmeros da instituição.

Figura 17 – Evolução do Custo Corrente entre 2012-2017



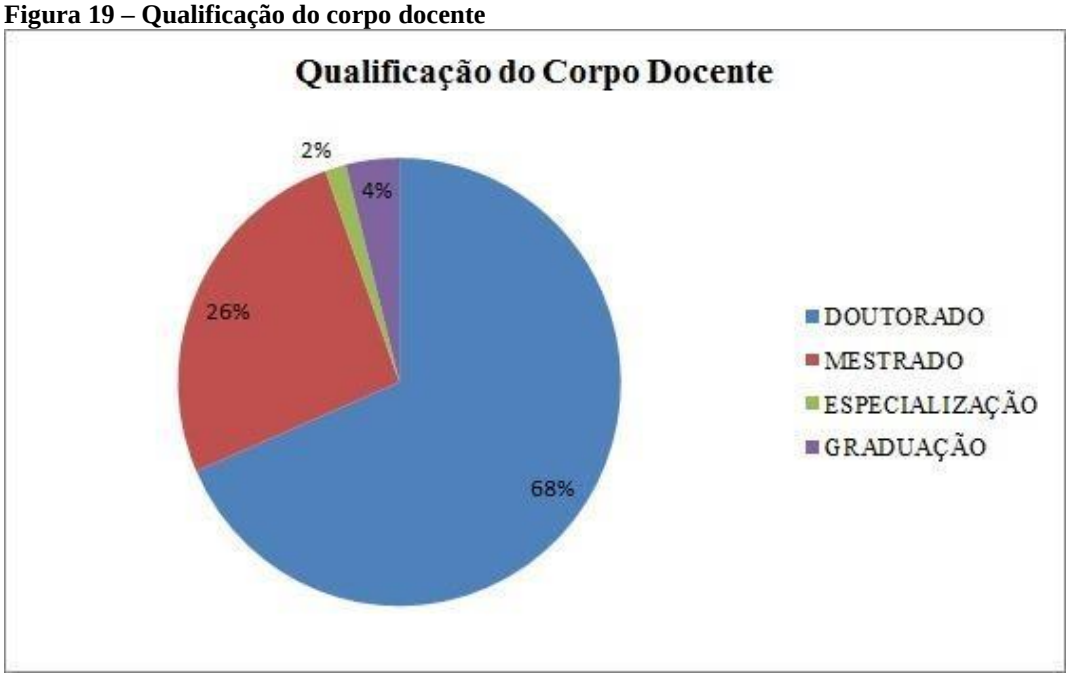
Fonte: PROPLAD

Figura 18 – Gastos correntes no ano de 2017



Fonte: PROPLAD

Figura 19 – Qualificação do corpo docente



Fonte: PROPLAD

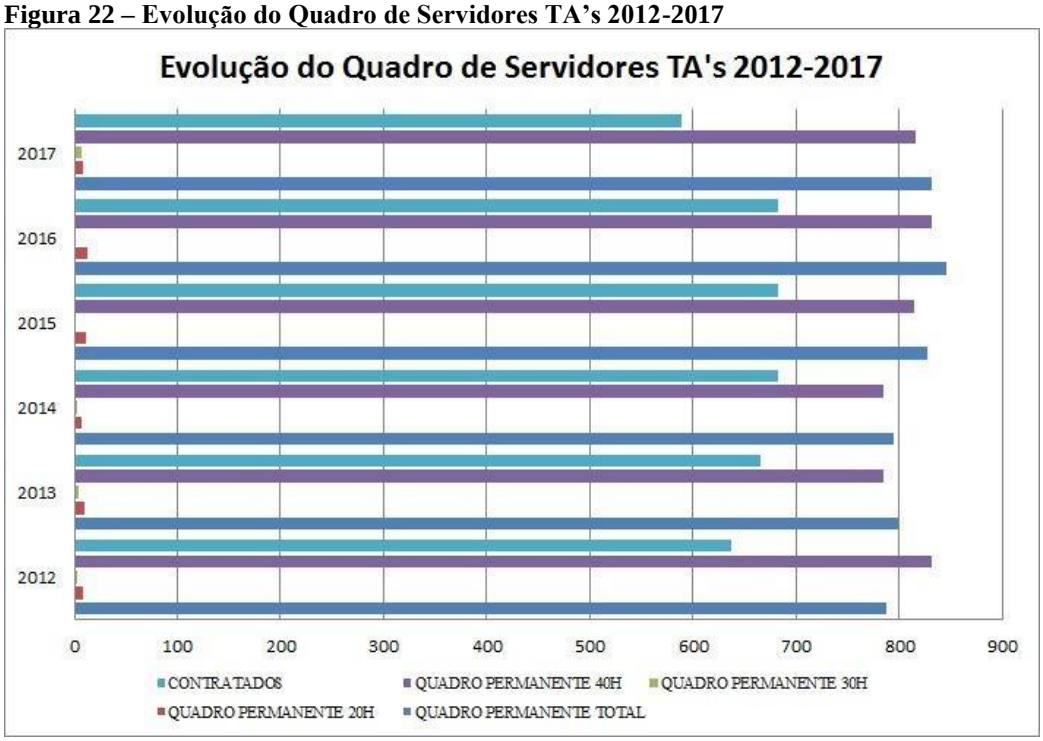
Figura 20 – Evolução do quadro de funcionários 2012-2017

Fonte: PROPLAD

Figura 21 – Projetos de Extensão

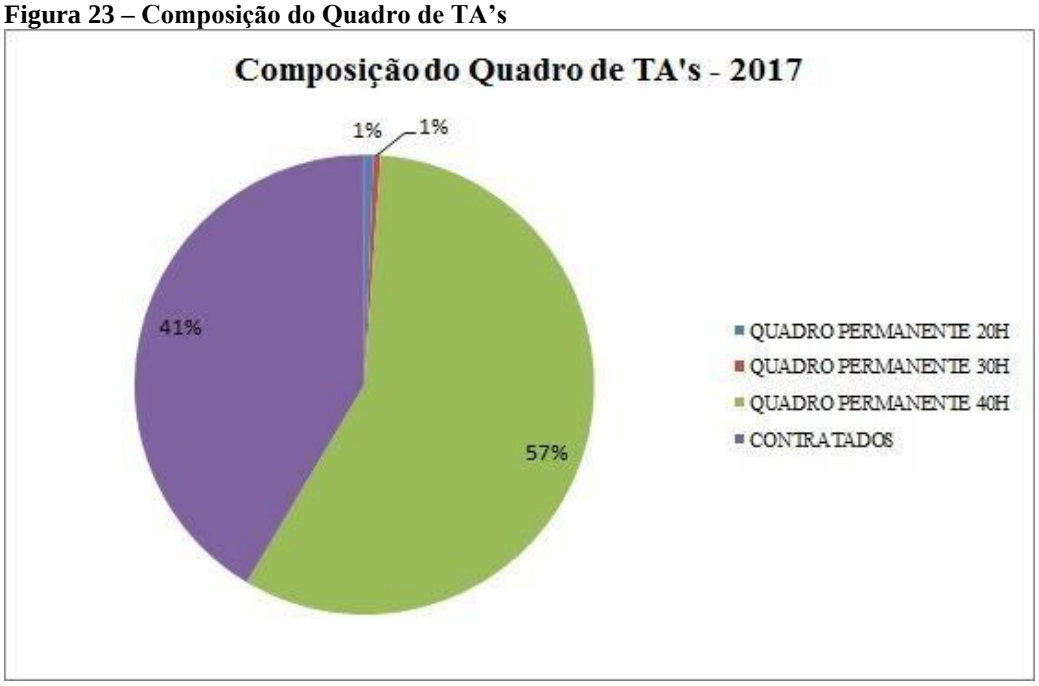
Fonte: PROPLAD

Figura 22 – Evolução do Quadro de Servidores TA's 2012-2017



Fonte: PROPLAD

Figura 23 – Composição do Quadro de TA's



Fonte: PROPLAD

Figura 24 – Evolução dos indicadores 2012-2017

Fonte: PROPLAD